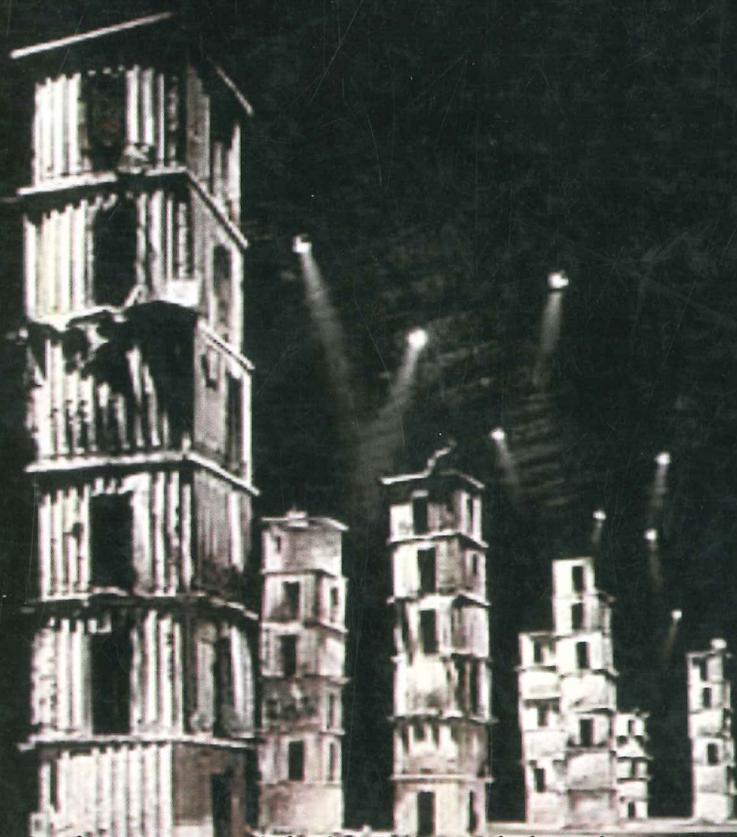


POLÍTICA & TRABALHO

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - Número 25 - Outubro de 2006



Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal da Paraíba

POLÍTICA & TRABALHO

Revista *Política & Trabalho*
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Centro de Humanidades
Universidade Federal da Paraíba

Coordenação 2005/2007
Ariosvaldo da Silva Diniz
Adriano de León

Publicação anual do PPGS/UFPB
n° 25 – outubro de 2006
ISSN 0104-8015

Conselho Editorial

André Berten (Université Catholique de Louvain, Bélgica), Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB), Armelle Giglio-Jacquemot (Université Charles de Gaulle – Lille 3, França), Bryan S. Turner (National University of Singapore, Cingapura), Brasília Carlos Ferreira (UFRN), César Barreira (UFC), Cláudia Fonseca (UFRGS), Cynthia Lins Hamlin (UFPE), Edgard Afonso Malagodi (UFCG), Howard Caygill (Goldsmiths College, Inglaterra), Ilse Scherer-Warren (UFSC), Jacob Carlos Lima (UFSCar), Jessé Souza (UENF), Joaão A. Burity (FUNDAJ), José Arlindo Soares (UFPB), Julie Antoinette Cavignac (UFRN), Maria Carmela Buonfiglio (UFPB), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE), Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPB), Paulo Henrique Martins (UFPE), Regina Novais (UFRJ), Rubens Pinto Lyra (UFPB), Sandra J. Stoll (UFPR), Theophilos Rifiotis (UFSC), Vera da Silva Telles (USP).

EDITOR

Terry Mulhall (UFPB)

COMISSÃO EDITORIAL

Aécio Amaral Jr. (UFPB)
Artur Perrusi (UFPB)
Eliana Monteiro Moreira (UFPB)
Ítalo Fittipaldi (UFPB)

SECRETARIA DA EDITORIA

Maria Sandra Rodrigues dos Santos

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados à Revista *Política & Trabalho*.

Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária
CEP 58.051-970 – João Pessoa – Paraíba – Brasil – Telefax (0-XX-83) 3216 7204
E-mail: politicaetrabalho@gmail.com Site: www.cchla.ufpb.br/politicaetrabalho
Capa (layout e arte): Anselm Kiefer - Die Sieben Himmels Paläste (Os sete palácios celestiais)
Impressão: Idéia Editora Ltda. E-mail: ideiaeditora@uol.com.br (83) 3222-5986
Brasil – Outubro de 2000

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
(Campus - João Pessoa)

Ano XXIII
Número 25
Outubro de 2006

ISSN 0104-8015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor - Rômulo Soares Polari

Vice-Reitora - Maria Yara Campos Matos

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa - Marcelo Sobral da Silva

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor - Lúcio Flávio de Vasconcelos

Vice-Diretora - Sandra Regina Moura

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenador - Ariosvaldo da Silva Diniz

Vice-Coordenador - Adriano de León

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPB

indexação



Sociological Abstracts



Todos os Direitos Reservados

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A

violação dos direitos autorais (Lei nº 5.988/73)

é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal

ISSN 0104-8015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

P 769 Política & Trabalho. ano 23, n. 25 (2006). - João Pessoa: PPGS-UFPB, 2006

Semestral

V.

1 . Sociologia. 2. Ciências Sociais. 3. Política. 4. Trabalho. 5. Cultura.

ARTIGOS

POR UMA SOCIOLOGIA PÚBLICA

Michael Burawoy 9

THEODOR W. ADORNO E JÜRGEN HABERMAS - DUAS MANEIRAS DE SER UM INTELLECTUAL PÚBLICO: CONSIDERAÇÕES SOCIOLOGICAS ACERCA DA TRANSFORMAÇÃO DE UMA FIGURA SOCIAL DA MODERNIDADE

Stefan Müller-Doohm 51

CIBERESPAÇO, EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE E REAURATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Áécio Amaral Jr. 65

REFLEXIVIDADE E ACELERAÇÃO: AS ESTRATÉGIAS RACIONAIS DE SOBREVIVÊNCIA

Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior 89

DOSSIÊ: DILEMAS SOCIOAMBIENTAIS

DILEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA GESTÃO METROPOLITANA: DO RISCO À BUSCA DA SUSTENTABILIDADE URBANA

Pedro Jacobi 115

DESENVOLVIMENTO, ÉTICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PROBLEMATIZANDO A CRISE ÉTICA E AS OPORTUNIDADES DE RENOVAÇÃO

Gustavo Ferreira da Costa Lima 135

OS FANTASMAS DO VALE: CONFLITOS EM TORNO DO DESASTRE AMBIENTAL DE CUBATÃO, SP

Lúcia da Costa Ferreira 165

A BACIA DO GUARAPIRANGA: OCUPAÇÃO EM ÁREAS DE MANANCIAS E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Elizabeth Borelli 189

DA CONFIANÇA À FATALIDADE: COLAPSO DE BARRAGENS COMO LIMITE AO PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO?

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio e Juliano Costa Gonçalves 203

COMENTÁRIO CRÍTICO

HABITUS SÓCIO-AMBIENTAL: ELEMENTOS DE COMPREENSÃO DA REPRESENTAÇÃO AMBIENTAL

Sérgio Luiz P. Silva 225

RESENHAS

CASSARO da Silva, Marta & HAINARD, François. *O ambiente: uma urgência interdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2005.

Alóisio Ruschinsky & Mariana Piccoli Lerina 241

VANDENBERGHE, Frédéric. *As Sociologias de Georg Simmel*. São Paulo: EDUSC; Belém: EDUFA, 2005.

Luziana de Oliveira Silva 247

ENSAIO VISUAL

“GENTE DU BATUQUE”: IMAGENS DO MARACATU PERNAMBUCANO

Sérgio Luiz P. Silva 50, 88, 112, 164, 238

COLOBORAM NESTE NÚMERO

Aécio Amaral Jr. é professor assistente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, coordenador do GETS – Grupo de Estudos em Tecnologia e Sociedade, e doutorando em Sociologia pelo Goldsmiths College, Universidade de Londres, Inglaterra. (aecio_jr@uol.com.br)

Aloísio Ruscheinsky é doutor em Sociologia e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo-RS. (aloisior@unisinos.br)

Elizabeth Borelli é doutora em Sociologia e professora da Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. (felin@uol.com.br)

Gustavo Costa Lima é professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba/UFPB. (gust3lima@uol.com.br)

Juliano Costa Gonçalves é mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da EESC/USP-São Carlos. (julianogon@yahoo.com.br)

Lúcia da Costa Ferreira é pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade de Campinas/NEPAM-UNICAMP, co-editora da revista *Ambiente & Sociedade* e secretária executiva da ANPPAS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade no período 2000-2004. (luciacf@unicamp.br)

Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. (lula.pinto@gmail.com)

Luziana de Oliveira Silva é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPB). (luzianas@gmail.com)

Mariana Piccoli Lerina é graduada em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo-RS, e atua como profissional liberal na área. (marianalerina@gmail.com)

Michael Burawoy é professor de Sociologia da Universidade da Califórnia/UCLA, Berkeley, EUA, e presidente da ASA – American Sociological Association. (burawoy@berkeley.edu)

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio é coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres/NEPED, professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da EESC/USP-São Carlos. (normaf@terra.com.br)

Pedro Jacobi é professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo/USP. (prjacobi@usp.br)

Sérgio Luiz P. Silva é Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF, doutor em Ciências Humanas UFSC/PPGICH (slps2001@yahoo.com.br)

Stefan Müller-Doohm é professor de Sociologia da Universidade Carl von Ossietzky, Oldenburg, Alemanha. (stefan.mueller.doohm@uni-oldenburg.de)

Artigos

POR UMA SOCIOLOGIA PÚBLICA*

Michael Burawoy¹

Esta é a forma como se representa o anjo da história. Sua face está virada para o passado. Onde nós percebemos uma cadeia de eventos, ele vê uma catástrofe única que se mantém empilhando destroços e os lança violentamente em frente aos seus pés. O anjo gostaria de ficar, acordar os mortos, e tornar inteiro o que foi esmagado. Mas um temporal está vindo do paraíso; ele foi capturado em suas asas com tal violência que não pode mais fechá-las. Este temporal o empurra irresistivelmente para o futuro para o qual ele volta as costas, enquanto que a pilha de entulhos à sua frente cresce em direção ao céu. Esse temporal é o que chamamos de progresso.

(Walter Benjamin, 1940)

Walter Benjamin escreveu sua famosa nona tese sobre a filosofia da história quando o exército nazista se aproximava de sua amada Paris, santuário sagrado da promessa civilizatória. Ele retrata essa promessa na trágica figura do anjo da história, batalhando em vão contra a longa marcha da civilização através da destruição. Para Benjamin, em 1940, o futuro nunca tinha parecido mais desolador com o capitalismo-transformado-em-fascismo num pacto com o socialismo-transformado-em-estalinismo para *ocupar*² o mundo. Hoje, no alvorecer do século XXI, embora o comunismo tenha se dissolvido e o fascismo seja uma

* Palestra de abertura da Associação Americana de Sociologia - 2004. Artigo publicado originalmente na *American Sociological Review* Vol.70, no.1, February 2005, pp.4-28. Publicado também na *British Journal of Sociology* vol 56, no. 2, 2005, pp. 259-294. Tradução do original, Rui Gomes de Mattos de Mesquita.

¹ Muitas pessoas têm contribuído para este projeto. O autor gostaria de agradecer. Sally Hillsman, Bobbie Spalter-Roth and Carla Howery da Associação Americana de Sociologia, que contribuíram de várias maneiras, fornecendo dados e organizando palestras. Para os seus comentários, agradecimentos a Barbara Risman, Don Tomaskovic-Devey, e os seus alunos, como também às Chas Camic and Jerry Jacobs. A versão viva desta palestra pode ser obtida em DVD da Associação Americana de Sociologia.

² O termo “ocupar” foi aqui escolhido especificamente para traduzir “overrun” com o intuito de passar a idéia de uma ocupação em termos militares, em contraste com uma possível presença político-hegemônica (NT).

triste memória, os entulhos continuam a crescer em direção ao céu. Incontrolável, o capitalismo fomenta tiranias de mercado e iniquidades indizíveis em escala global, enquanto a democracia ressurgente freqüentemente torna-se um instrumento sutil para interesses poderosos, manipulações do direito de voto, dissimulação, e mesmo violência. Uma vez mais o anjo da história é varrido por um temporal, um temporal terrorista que sopra do paraíso.

Em seu início, a sociologia aspirava a ser como um anjo da história, procurando pôr ordem nos fragmentos da modernidade, procurando salvar a promessa do progresso. Assim, Karl Marx resgatou o socialismo da alienação; Emile Durkheim redimiu a solidariedade orgânica da anomia e do egoísmo. Max Weber, apesar das premonições de “escuridão gelada de uma noite polar”, pôde descobrir a liberdade na racionalização e extrair significado do desencantamento. Deste lado do Atlântico, W. E. B. Du Bois foi um pioneiro do pan-Africanismo em reação ao racismo e ao imperialismo, enquanto Jane Addams tentou retirar paz e internacionalismo das garras da guerra. Mas então a tempestade do progresso foi acolhida nas asas da sociologia. Se nossos predecessores tomaram para si a tarefa de mudar o mundo, nós acabamos freqüentemente conservando-o. Lutando por um lugar ao sol na academia, a sociologia desenvolveu seu próprio conhecimento especializado, seja na forma da brilhante e lúcida erudição de Robert Merton (1949), o misterioso e grande projeto de Talcott Parsons (1937, 1951), ou o primeiro tratamento estatístico de mobilidade e estratificação, culminando no trabalho de Peter Blau e Otis Dudley Duncan (1967). Revisando a década de 1950, Seymour Martin Lipset e Neil Smelser (1961: 1-8) puderam triunfalmente declarar que a pré-história moral da sociologia havia enfim acabado e o caminho para a ciência estava integralmente aberto. Não foi a primeira vez que as visões comteanas tinham seduzido a elite profissional da sociologia. Como antes, esta explosão de “pura ciência” teve vida curta. Alguns anos depois, os campi – especialmente aqueles onde a sociologia era forte – foram inflamados por protestos políticos pela liberdade de expressão, direitos civis, e paz, denunciando a sociologia do consenso e sua adesão acrítica à ciência. O anjo da história havia uma vez mais se regozijado no temporal.

O progresso dialético governa nossas carreiras individuais assim como nossa disciplina coletiva. A paixão original pela justiça social, igualdade econômica, direitos humanos, meio ambiente sustentável, liberdade política, ou simplesmente um mundo melhor, que atraiu tantos de nós à sociologia, está limitada pela busca de credenciais acadêmicas. O progresso tornou-se a bateria das técnicas disciplinatórias – cursos padronizados, listas de leituras oficiais, hierarquias burocráticas, exames intensivos, resenhas da literatura, dissertações sobre encomenda, julgamento de publicações, o todo poderoso CV, a procura por trabalho, a permissão de acesso a arquivos, e o policiamento aos colegas e sucessores para certificar que todos marchamos em bloco. Ainda, apesar das

pressões normatizadoras das carreiras, o ímpeto moral originário é raramente banido, o espírito sociológico não pode ser facilmente extinto.

As constrictões, no entanto, à disciplina – tanto no sentido individual como coletivo da palavra – gerou seus frutos. Nós passamos um século construindo o conhecimento profissional, traduzindo o senso comum para a ciência, para que agora, nós estejamos mais do que preparados para embarcar numa sistemática retro-tradução, levando o conhecimento de volta àqueles que foram a sua fonte, construindo questões públicas a partir de problemas privados, e assim regenerando a fibra moral da sociologia. Nisso consiste a promessa e o desafio da sociologia pública, o complemento e não a negação da sociologia profissional.

É para entender a produção da sociologia pública, suas possibilidades e seus perigos, suas potencialidades e suas contradições, seus sucessos e seus insucessos, que eu tenho, nos últimos 18 meses, discutido e debatido a sociologia pública em mais de 40 ocasiões; de colégios comunitários a associações estatais e a departamentos de elite em todo os Estados Unidos – assim como na Inglaterra, Canadá, Noruega, Tailândia, Líbano e África do Sul. A demanda pela sociologia pública tem ecoado nas audiências onde quer que eu tenha ido. Os debates resultaram em séries de simpósios sobre sociologia pública, inclusive aqueles sobre *Problemas Sociais* (fevereiro, 2004), *Forças Sociais* (junho, 2004), e *Sociologia Crítica* (verão, 2005). O *Footnotes*, boletim da *American Sociological Association* (ASA), desenvolveu uma seção especial sobre sociologia pública, cujos resultados estão reunidos em *Um Convite à Sociologia Pública* (*American Sociological Association*, 2004). Os departamentos têm organizado prêmios e *blogs* sobre sociologia pública, a ASA abriu seu próprio *site* para a sociologia pública. Os sociólogos têm aparecido com maior regularidade nas páginas de opinião dos nossos jornais nacionais. O encontro anual de 2004 da ASA foi dedicado ao tema das sociologias públicas e quebrou todos os recordes de comparecimento e participação dentro de uma margem considerável de diferença. Esses tempos sombrios acordaram o anjo da história de seu sono.

Eu apresento 11 teses. Elas começam pelas razões para o apelo por sociologias públicas hoje, voltando-se para a sua multiplicidade e sua relação com a disciplina como um todo – a disciplina entendida como divisão de trabalho e como campo de poder. Eu examino as matrizes das sociologias profissional, política, pública e crítica na sua variação histórica e entre países, comparando a sociologia com outras disciplinas, antes de finalmente voltar-me para o que faz a sociologia tão especial, não apenas como ciência mas também como uma força moral e política.

Tese I: O movimento tesoura

A aspiração por uma sociologia pública é mais forte e sua realização sempre mais difícil, à medida que a sociologia move-se à esquerda e o mundo move-se à direita.

A que nós devemos atribuir o presente apelo à sociologia pública? Certamente, isso lembra muito a razão do porquê de se tornar sociólogo, mas se a sociologia pública existe já há algum tempo, então porque deveria repentinamente decolar? Durante os últimos 50 anos o centro de gravidade político da sociologia tem tomado uma direção crítica enquanto que o mundo que ela estuda tem ido por uma direção oposta. Assim, em 1968, membros da ASA receberam a solicitação de votarem uma moção contra a Guerra do Vietnã. Dos que votaram, dois terços *se opuseram* a que a ASA tomasse aquela posição, enquanto que, quando perguntados separadamente, 54% expressaram sua oposição individual à guerra (Rhoades, 1981: 60) – aproximadamente a mesma proporção da população em geral naquele tempo. Em 2003, 35 anos mais tarde, uma moção similar contra a guerra do Iraque foi apresentada aos membros da ASA e dois terços *apoiaram* a resolução (Footnotes, julho-agosto, 2003). Ainda mais significativa, na pesquisa de opinião correspondente, 75% daqueles que votaram disseram que eram contra a guerra, no momento (final de maio, 2003) em que 75% da população em geral apoiavam a guerra³.

Dada a guinada à esquerda da década de 1960, este é um achado surpreendente. Apesar da turbulência do Encontro Anual em Boston, que incluiu o famoso e destemido ataque de Martin Nicolaus contra a “sociologia dos privilegiados”; das sinceras e firmes demandas da Convenção dos Sociólogos Negros, a Convenção Radical; e da Convenção das Mulheres Sociólogas, as vozes opositoras ainda eram minoritárias. A maioria dos membros tinha se educado e acreditava no conservadorismo liberal da sociologia pós-guerra. Com o passar do tempo, entretanto, o radicalismo dos anos 1960 se difundiu na profissão, ainda que de forma difusa. A crescente presença e participação das mulheres e minorias raciais, o ascenso da geração da década de 1960 a posições de liderança nos departamentos e em nossa associação, marcou uma guinada crítica que ecoou no conteúdo da sociologia⁴.

³ Dados sobre o apoio público à Guerra do Vietnã foram retirados de Mueller (1973: tabela 3.3), enquanto que os dados sobre o apoio público à Guerra do Iraque encontraram-se em pesquisa da Gallup.

⁴ Em 1968, os 19 membros eleitos para o Conselho da ASA eram brancos e homens, exceto por uma mulher, Mirra Komarovsky. Em 2004, o Conselho de 20 membros era composto exatamente de 50% de mulheres e 50% de minoria. Quanto a profissão como um todo, entre 1966 e 1969, 18,6% dos PhDs em sociologia eram alcançados por mulheres, enquanto que este número sobe para 58,4% em 2001. Os números para uma mudança racial começa mais tarde. Em 1980, 14,4% dos PhDs em sociologia eram alcançados por minorias, enquanto que em 2001 este número sobe para 25,6%.

Dessa forma, a sociologia política deixou de focar as virtudes da democracia eleitoral americana e passou a estudar o Estado e sua relação com as classes, os movimentos sociais como processos político e o aprofundamento da participação democrática. A sociologia do trabalho trasladou dos processos de adaptação para estudar a dominação e os movimentos trabalhistas. A estratificação mudou o foco do estudo da mobilidade social dentro de uma hierarquia de prestígio ocupacional para examinar as mudanças de estruturas da desigualdade econômica e social – classe, raça e gênero. A sociologia do desenvolvimento abandonou a teoria da modernização pela teoria do subdesenvolvimento, análise dos sistemas mundiais, e o crescimento orquestrado do Estado. A teoria das raças passou das teorias de assimilação da economia política para o estudo das formações raciais. A teoria social introduziu interpretações mais radicais de Weber e Durkheim, e incorporou Marx no cânone. Se o feminismo não era aceito no cânone, ele certamente teve um impacto dramático nos campos mais substantivos da sociologia. A globalização está interditando a unidade de análise básica da sociologia – o Estado Nação – enquanto força a deslocalização de nossa disciplina. Naturalmente tem havido os contra-movimentos – por exemplo, a ascendência dos estudos de assimilação em imigração ou os neoinstitucionalistas que documentam em detalhe por todo o mundo uma difusão das instituições americanas – mas nos últimos 50 anos o movimento tem sido esmagadoramente na direção crítica.

Se a sucessão das gerações políticas e a mudança de conteúdo da sociologia são uma perna da tesoura, a outra perna, que se move na direção oposta, é o mundo que nós estudamos. Ainda que a retórica da liberdade e da igualdade se intensifique, os sociólogos têm documentado um aprofundamento contínuo da desigualdade e dominação. Nos últimos 25 anos os primeiros ganhos em seguridade econômica e direitos civis têm sido revertidos pela expansão do mercado (com as suas conseqüentes desigualdades) e pelos Estados coercitivos, violando direitos em seus próprios países e no exterior. Muito freqüentemente, mercado e Estado têm trabalhado em conjunto contra a humanidade no que tem sido comumente chamado de neoliberalismo. Certamente os sociólogos têm-se tornado mais sensíveis, mais focados no negativo, mas a evidência que eles têm acumulado sugere fortemente uma regressão em muitas arenas. E, obviamente, enquanto eu escrevo, nós somos governados por um regime que é profundamente anti-sociológico em seu *ethos*, hostil à própria idéia de “sociedade”.

No nosso próprio quintal, a universidade tem sofrido progressivos ataques da *National Association of Scholars* por abrigar liberais demais. Ao mesmo tempo, enfrentado o declínio de verbas, e sobre competição acirrada, as universidades públicas têm respondido com soluções de mercado – *joint ventures* com corporações privadas, campanhas propagandísticas para atrair estudantes, agradados a doadores privados, mercantilização da educação através da educação à distância,

emprego de mão de obra temporária barata, para não mencionar os exércitos de trabalhadores de serviço mal pagos (Kirp, 2003; Bok, 2003). Será que a solução de mercado é a única? Devemos abandonar a idéia da universidade como bem “público”? O interesse pela sociologia pública é, em parte, uma reação e uma resposta a privatização de tudo. Sua vitalidade depende da ressuscitação da essência da idéia de “público”, uma outra casualidade da tempestade do progresso. Por isso o paradoxo: a crescente distância entre o *ethos* sociológico e o mundo que nós estudamos inspira a demanda e, simultaneamente, cria obstáculos à sociologia pública. Como devemos proceder?

Tese II: A multiplicidade das sociologias públicas

Existem múltiplas sociologias públicas, refletindo diferentes tipos de público e várias formas de os acessar. Sociologias públicas tradicionais e orgânicas são bipolares, mas são tipos complementares. Públicos podem ser destruídos, mas eles também podem ser criados. Alguns nunca desaparecem – nossos estudantes são nosso primeiro e cativo público.

O que queremos dizer com sociologia pública? Sociologia Pública traz a sociologia para uma conversação com públicos; entendidos como pessoas que estão, elas próprias, envolvidas na conversação. Isto envolve, por isso, uma dupla conversação. Candidatos óbvios são W. E. B. Du Bois (1903), *O Espírito do Povo Negro* (The Souls of Black Folk); Gunnar Myrdal (1994), *Um Dilema Americano* (An American Dilemma); David Riesman (1950), *A multidão Solitária* (The Lonely Crowd); e Robert Bellah et al. (1985), *Hábitos do Coração* (Habits of the Heart). O que todos esses livros têm em comum? Eles são escritos por sociólogos, eles são lidos fora da academia, e eles se tornaram veículos de discussão pública sobre a natureza da sociedade norte-americana – a natureza dos seus valores, a distância entre sua promessa e sua realidade, suas insatisfações, suas tendências. No mesmo gênero do que eu chamo de *sociologia pública tradicional*, nós podemos localizar sociólogos que escrevem nas páginas de opinião dos nossos jornais nacionais onde eles comentam questões de importância pública. Alternativamente, jornalistas podem conduzir pesquisas acadêmicas para o domínio público, como eles fizeram, por exemplo, com o artigo de Chris Uggen e Jeff Manza (2002) no *American Sociological Review* sobre a significação política da privação de direitos civis e com a dissertação de Devah Pager (2002) sobre a forma como a raça relaciona-se com os efeitos dos arquivos criminais sobre perspectivas de emprego da juventude. Na sociologia pública tradicional os públicos a quem se dirigem são geralmente invisíveis, pois eles não podem ser vistos; pequenos, pois não geram muita interação interna; passivos, pois não constituem um movimento ou organização; e são usualmente típicos – convencionais. A sociologia pública

tradicional instiga debates nos e entre públicos, embora ela não participe realmente desses debates.

Há, entretanto, um outro tipo de sociologia pública – a *sociologia pública orgânica*, na qual o sociólogo trabalha em estreita conexão com um público visível, numeroso, ativo, local e freqüentemente um contra-público. A maior parte da sociologia pública é, na verdade, do tipo orgânico – os sociólogos trabalham com movimentos trabalhistas, associação de moradores, comunidades de fé, grupos pelos direitos de imigrantes, organizações de direitos humanos. Entre o sociólogo público orgânico e um público está um diálogo, um processo de mútua educação. O reconhecimento da sociologia pública deve se estender ao tipo orgânico, que freqüentemente permanece invisível, privado, e é muitas vezes considerado estar à parte de nossas vidas profissionais. O projeto dessas sociologias públicas é tornar visível o que é invisível e validar essas conexões orgânicas como parte de nossas vidas sociológicas.

As sociologias públicas tradicional e orgânica não são antitéticas, mas complementares. Uma informa a outra. Os mais amplos debates na sociedade, por exemplo, sobre os valores familiares, podem informar e serem informados pelo nosso trabalho com os clientes do *bem estar social*. Debates sobre o NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) podem moldar à colaboração do sociólogo com um sindicato local; para trabalhar com prisioneiros para defender seus direitos, pode-se recorrer aos debates públicos sobre o complexo carcerário. Os estudantes de graduação de Berkeley, Gretchen Purser, Amy Schalet, e Ofer Sharone (2004), estudaram a situação dos prestadores de serviço mal pagos do campus, resgatando-os das sombras, e os constituindo como um público para o qual a universidade deveria ser responsável. O relatório gerou debates mais amplos sobre trabalhadores pobres, trabalhadores imigrantes e a privatização, e corporatização da universidade, ao tempo que fomentava a discussão pública sobre a academia como uma comunidade de princípios. Na melhor das circunstâncias a sociologia pública tradicional molda a sociologia pública orgânica, enquanto esta última disciplina, fundamenta e dirige a primeira.

Nós podemos distinguir entre diversos tipos de sociólogos públicos e falar de diferentes públicos, mas como são os dois lados – o acadêmico e o extra-acadêmico – trazidos para o diálogo? Porque alguém deveria nos escutar e não as outras mensagens advindas da mídia? Nós somos muito críticos para reter a atenção do nosso público? Alan Wolfe (1989), Robert Putnam (2001), e Theda Skocpol (2003), vão mais além e nos alertam que os públicos estão desaparecendo – destruídos pelo mercado, colonizados pela mídia ou paralisados pela burocracia. A própria existência de uma vasta área de sociologia pública, no entanto, sugere que não há falta de públicos se nós nos preocuparmos em procurá-los minimamente. Porém nós realmente temos muito que aprender acerca de como engajá-los. Nós ainda estamos em um estágio primitivo de nosso projeto.

Nós não devemos pensar em públicos como fixos, mas em fluxo e que nós podemos participar tanto da sua criação como de sua transformação. Na verdade, parte de nossas obrigações como sociólogos é definir categorias humanas – pessoas com AIDS, mulheres com câncer de mama, mulheres, gays – e se nós o fizermos com a colaboração deles nós criaremos públicos. A categoria mulher torna-se a base de um público – um contra-público ativo, numeroso, visível, nacional, ou melhor, internacional – porque os intelectuais, entre eles os sociólogos, definiram as mulheres como marginalizadas, excluídas, oprimidas, e silenciadas, ou seja, as definiram de uma forma que elas se reconheceram. Dessa breve digressão através da variedade de públicos, fica claro que a sociologia precisa desenvolver uma *sociologia dos públicos* – trabalhar através e além de uma linhagem que incluiria Robert Park (1972 [1904]), Walter Lippmann (1922), John Dewey ((1927), Hanna Arendt (1958), Jürgen Habermas (1991 [1962]), Richard Sennett (1977), Nancy Fraser (1997), e Michael Warner (2002) – para melhor apreciar as possibilidades e armadilhas da sociologia pública.

Além de criar outros públicos, nós podemos constituirmo-nos a nós próprios como um público que atua na arena política. Como na famosa insistência de Durkheim, as associações profissionais deveriam ser um elemento integral da vida política nacional – e não apenas para defender seus próprios e estreitos interesses corporativos. Então, a *American Sociological Association* tem muito a contribuir com o debate público como na verdade fez quando submeteu o depoimento de Amicus Curiae à Suprema Corte no caso da Ação Afirmativa em Michigan; quando declarou que a pesquisa sociológica demonstrou a existência de racismo e que o racismo tem causas e conseqüências sociais; quando seus membros adotaram resoluções contra a Guerra do Iraque e contra a emenda constitucional que iria proscrever o casamento entre pessoas do mesmo sexo; ou quando o Conselho da ASA protestou contra a prisão do sociólogo egípcio, Saad Ibrahim. Falar em nome de todos os sociólogos é difícil, e perigoso. Nós devemos garantir as condições que nos possibilitem chegar a posições públicas através do debate aberto, através da participação livre e igualitária dos nossos membros, através do aprofundamento de nossa democracia interna. A multiplicidade de sociologias públicas reflete não apenas os diferentes públicos, mas também os diferentes compromissos de valor dos sociólogos. A sociologia pública não tem nenhuma valência normativa intrínseca, a não ser o compromisso com o diálogo em torno de questões levantadas na e pela sociologia. Ela pode apoiar o Fundamentalismo Cristão, assim como a Sociologia da Libertação ou o Comunitarismo. Se a sociologia na realidade apóia mais sociologias públicas liberais ou críticas, isto é conseqüência do *ethos* que envolve a comunidade sociológica.

Há um público que não irá desaparecer antes que nós desapareçamos – nossos estudantes. A cada ano nós criamos aproximadamente 25.000 novos

bacharéis, que escolheram fazer sociologia. O que significa considerá-los como um público potencial? Certamente não significa que devamos considerá-los como recipientes vazios nos quais entornamos nossa sabedoria, nem páginas em branco nas quais inscrevemos nosso conhecimento profundo. Ao invés disso devemos considerá-los como veículos de uma rica experiência de vida que nós elaboramos em forma de um auto-entendimento mais profundo dos contextos sociais e históricos que os tornaram em quem eles são. Com a ajuda das grandes tradições da sociologia, nós transformamos seus problemas privados em questões públicas. Nós assim o criamos engajando suas vidas e não as suspendendo, começamos de onde eles estão, não de onde nós estamos. A educação torna-se uma série de diálogos que nós fomentamos no campo da sociologia – um diálogo entre os estudantes e nós mesmos, entre os estudantes e suas próprias experiências, entre os próprios estudantes, e finalmente um diálogo entre estudantes com públicos fora da universidade. O estágio é o protótipo: quando os estudantes aprendem, eles se tornam embaixadores da sociologia no mundo, da mesma forma que eles trazem de volta para a sala de aula seus engajamentos com diversos públicos⁵. Como professores nós todos somos potencialmente sociólogos públicos.

Uma coisa é validar e legitimar a sociologia pública pelo reconhecimento de sua existência, retirando-a da esfera privada e colocando-a a céu aberto onde pode ser examinada e dissecada; outra coisa é torná-la parte integral da nossa disciplina, o que me conduz à Tese III.

Tese III: A divisão do trabalho sociológico

A sociologia pública é parte de uma divisão do trabalho sociológico mais ampla que inclui a sociologia política, a sociologia profissional e a sociologia crítica.

Campeão da sociologia pública tradicional, C. Wright Mills (1959), e muitos outros desde então, iria direcionar toda sociologia para a sociologia pública. Mills espelha-se nos predecessores do século XIX, para quem a empresa teórica e moral eram indistinguíveis. Não existe retorno, entretanto, para aquele período inicial antes da revolução acadêmica. Ao contrário, nós temos que prosseguir a partir de onde efetivamente estamos, a partir da divisão do trabalho sociológico. O primeiro trabalho é distinguir sociologia pública de sociologia política. A sociologia política é uma sociologia a serviço de objetivos definidos por um cliente. A *raison d'être* da sociologia política é fornecer soluções para problemas que se nos apresentam, ou legitimar soluções que já foram alcançadas. Alguns

⁵ Há uma vasta literatura sobre estágios. Dois volumes de especial relevância para a sociologia são Ostrow *et al.* (1999) e Marullo e Edwards (2000).

clientes especificam a tarefa dos sociólogos com um contrato limitado, enquanto outros se comportam como patronos e definem uma agenda política ampla. Ser uma testemunha perita, por exemplo, um importante serviço à comunidade, é uma relação relativamente bem definida com o cliente, enquanto que ser financiado pelo Departamento de Estado para investigar as causas do terrorismo ou da pobreza pode se configurar em agenda de pesquisa muito mais aberta.

A sociologia pública, em contraste, inaugura uma relação de diálogo entre sociólogos e públicos na qual a agenda de cada um é posta na mesa e passa por um processo de ajuste. Na sociologia pública, a discussão freqüentemente envolve valores e objetivos que não são automaticamente compartilhados por ambos os lados, de forma que a reciprocidade ou, como coloca Habermas (1984), a “ação comunicativa”, é muitas vezes difícil de manter. E mais, é objetivo da sociologia pública desenvolver tal conversação.

O best-seller de Barbara Ehrenreich's (2002) *Nickel and Dimed* – uma etnografia de trabalhadores mal pagos que denunciou, entre outras coisas, as práticas empregatícias da *Wal-Mart* é um exemplo de sociologia pública, enquanto que a testemunha perita de William Bielby's (2003) em discriminação sexual encomendada contra a mesma companhia seria um caso de sociologia política. As abordagens das sociologias pública e política não são nem exclusivas nem antagônicas. Como no caso mencionado, elas são não raro complementares. A sociologia política pode tornar-se sociologia pública, especialmente quando a política falha como no caso da detalhada proposta de James Coleman (1966, 1975), ou quando o governo recusa apoiar propostas políticas como a recomendação de William Julius Wilson (1996) de criar postos de trabalho para aliviar a pobreza racial, ou o envolvimento de Paul Starr nas reformas do sistema de assistência ao aborto da administração Clinton. Da mesma forma a sociologia pública pode freqüentemente tornar-se sociologia política. O relatório amplamente divulgado pela mídia de Diane Vaughan (2004) sobre o desastre da nave espacial *Columbia*, baseado em sua pesquisa anterior sobre o desastre do *Challenger*, pavimentou o caminho para que suas idéias fossem utilizadas no relatório do Conselho de Investigação do Acidente da *Columbia* (2003) e, em particular, sua acusação à cultura organizacional da *National Aeronautical and Space Administration* (NASA).

Não pode haver sociologia política ou pública sem a *sociologia profissional* que fornece métodos testados e confiáveis, corpos acumulados de conhecimento, questões balizadoras, e arcabouços conceituais. A sociologia profissional não é uma inimiga da sociologia política ou pública, mas uma condição *sine qua non* de suas existências – fornece legitimidade e expertise a ambas. A sociologia profissional consiste principalmente na interseção de vários programas de pesquisa, cada um com suas pressuposições, modelos, questões próprias, aparatos conceituais, e

teorias em desenvolvimento⁶. A maioria dos sub-campos contém programas de pesquisa bem estabelecidos, como a teoria da organização, estratificação, sociologia política, sociologia da cultura, sociologia da família, raça, sociologia econômica, etc. Há, não raro, programas de pesquisa dentro dos sub-campos, como ecologia organizacional dentro da teoria da organização. Programas de pesquisa progridem lidando com seus problemas característicos que vêm de anomalias externas (inconsistências entre previsões e achados empíricos) ou de contradições internas. Dessa forma, o programa de pesquisa sobre movimentos sociais foi estabelecido pelo deslocamento de teorias psicológicas e “irracionalistas” do comportamento coletivo; e pela construção de um novo referencial teórico em torno da idéia da mobilização de recursos que, por sua vez, levou à formulação de um modelo de processo político, modelo de estruturação e, mais recentemente, pela tentativa de incorporar as emoções. Dentro de cada programa de pesquisa, estudos exemplares solucionam um conjunto de problemas e, ao mesmo tempo, criam novos problemas que direcionam o programa de pesquisa para novas direções. Programas de pesquisa degeneram quando eles são imersos em anomalias e contradições, ou quando tentativas de absorver problemas tornam-se mais um instrumento de sobrevivência do que uma inovação teórica genuína. Goodwin e Jasper (2004, cap. 1) argumentam que este tem sido o destino da teoria dos movimentos sociais à medida que ela tem se tornado excessivamente geral e auto-referente.

É papel da *sociologia crítica*, meu quarto tipo de sociologia, examinar as fundações – ambas, explícitas e implícitas; ambas, normativas e descritivas – dos programas de pesquisa da sociologia profissional. Nos referimos aqui ao trabalho de Robert Lynd (1939) que acusou a ciência social de estar abdicando dos urgentes problemas culturais e institucionais dos nossos tempos por causa de sua obsessão pela técnica e especialização. C. Wright Mills (1959) acusou a sociologia profissional da década de 1950 por sua irrelevância, pois tomava a direção ou de uma “grande teoria” obtusa ou de um “empirismo abstrato”, que separa os dados dos seus contextos. Alvin Gouldner (1970) acusou incisivamente o funcionalismo estrutural por suas pressuposições sobre uma sociedade do consenso que estava em completa falta de sintonia com os crescentes conflitos da década de 1960. O feminismo, a teoria homossexual e a teoria racial *puxaram a orelha* da sociologia profissional por esta não dar a devida atenção à ubiquidade e profundidade das opressões de gênero, sexual e de raça. Em cada caso a sociologia crítica tenta alertar a sociologia profissional dos vieses e silêncios através da construção de novos programas de pesquisa construídos em bases alternativas. A sociologia crítica é a

⁶ Na formulação da idéia de programas de pesquisa eu tenho a influência de Imre Lakatos (1978) e seus debates com Thomas Khun, Karl Popper, e outros.

consciência da sociologia profissional da mesma forma que a sociologia pública é a consciência da sociologia política.

A sociologia crítica também nos apresenta duas questões que colocam nossas quatro sociologias em mútua relação. A primeira questão é posta por Alfred McLung Lee (1976) em seu Discurso Presidencial, “Sociologia para Quem?” Falamos apenas para nós mesmos (audiência acadêmica) ou nos dirigimos aos outros (audiência extra-acadêmica)? Colocar esta questão é já respondê-la, pois poucos iriam defender uma disciplina hermeticamente fechada, ou a busca do conhecimento por ele mesmo. Para defender o engajamento com audiências extra-acadêmicas, seja a serviço de clientes ou dirigindo-se a determinados públicos, não nega os perigos e riscos que tal postura encerra, mas apenas dizer que é uma postura necessária até mesmo por causa dos seus perigos e riscos.

Tabela 1: Divisão do Trabalho Sociológico

	Audiência Acadêmica	Audiência Extra-acadêmica
Conhecimento Instrumental	Profissional	Acadêmico
Conhecimento Reflexivo	Crítico	Público

A segunda questão é posta por Lynd: “Sociologia para Quê?” Devemos nos preocupar com os fins da sociedade ou apenas com os meios para atingir esses fins. Esta é a distinção subjacente à discussão de Max Weber sobre racionalidade técnica e de valor. Weber, e em seguida a Escola de Frankfurt, estavam preocupados com o fato da racionalidade técnica estar suplantando a questão do valor, o que Horkheimer (1974 [1944]) se referiu como o eclipse da razão ou o que ele e seu colaborador, Theodor Adorno, chamaram da dialética do esclarecimento. Eu chamo um tipo de conhecimento de *Conhecimento Instrumental*, se ele for dedicado à resolução de problemas da sociologia profissional ou da sociologia política. Chamo o outro tipo de *Conhecimento Reflexivo* porque ele se preocupa com o diálogo acerca dos fins; quer o diálogo ocorra dentro da comunidade acadêmica sobre os fundamentos de seus programas de pesquisa ou entre os acadêmicos e os vários públicos sobre os destinos da sociedade. O conhecimento reflexivo interroga sobre o valor das premissas da sociedade assim como da nossa profissão. O esquema como um todo é exposto na Tabela 1⁷.

⁷ Esse esquema traz uma estranha semelhança com as famosas quatro funções de Talcott Parsons (1961) – adaptação, cumprimento de objetivos, integração e latência (modelo de manutenção) (AGIL) – que qualquer sistema tem que satisfazer para sobreviver. Se a sociologia crítica corresponde à função de latência baseada não compromisso com os valores, a sociologia pública corresponde à integração, onde a influência é o meio de troca,

Na prática, qualquer sociologia pode utilizar-se desses tipos ideais ou mover-se entre eles ao longo do tempo. Por exemplo, eu já assinaei que a distinção entre sociologia pública e sociologia política pode ser freqüentemente borrada – a sociologia pode simultaneamente servir a um cliente e gerar debate público.

Categorias são produtos sociais. Essa categorização do trabalho sociológico redefine a forma como consideramos nós próprios. Eu estou me apropriando do que Pierre Bourdieu (1986 [1979], 1988 [1984]) chamaria de luta pela classificação, o deslocamento dos debates sobre técnicas quantitativas e qualitativas, metodologias positivistas e interpretativas, sociologia micro e macro, pela colocação de duas questões: para quem e porque nós exercemos a sociologia? As teses por vir tentam justificar e expandir esse sistema de classificação.

Tese IV: A elaboração da complexidade interna

As questões – “conhecimento para quem?” e “conhecimento para que?” – definem o caráter fundamental de nossa disciplina. Elas não apenas dividem a sociologia em quatro tipos diferentes, mas nos permitem entender como cada tipo é internamente construído.

Nossos quatro tipos de conhecimento representam não apenas uma diferenciação funcional da sociologia, mas também quatro perspectivas diferentes na sociologia. A divisão do trabalho sociológico parece ser bem diferente do ponto de vista da sociologia crítica quando comparada, por exemplo, com a visão da sociologia política! Na verdade, a sociologia crítica se define amplamente por sua oposição à sociologia profissional hegemônica (“mainstream”), ela mesma vista como inseparável de uma sociologia política renegada. A sociologia política dá o troco, atacando a sociologia crítica de politizar e dessa forma desacreditar a disciplina. Assim, desde a ótica de cada categoria, nós tendemos a essencializar, homogeneizar e estereotipar as outras. Nós devemos nos esforçar, por isso, para compreender a complexidade dos quatro tipos de sociologia. A melhor maneira de o fazer é colocando novamente a nossas duas questões básicas: conhecimento para quem e conhecimento para que? O resultado é uma diferenciação interna de cada tipo de sociologia, e, por isso, um quadro mais sutil. Nós também

então a sociologia política corresponde ao cumprimento de objetivos, e a sociologia profissional, com sua economia de credenciais, corresponde à adaptação. Habermas (1984, cap. 7) promove um desenvolvimento crítico à teoria de Parsons quando se refere à colonização do mundo da vida (latência e integração) pelo sistema (adaptação e cumprimento de objetivos). Como devemos ver adiante, a Tese VII combina a tese da colonização de Habermas com a análise de campo do mundo acadêmico em Bourdieu (1988 [1984]).

aprendemos sobre as tensões dentro de cada tipo de sociologia ao direcionarmos ela para uma ou para outra direção.

Começemos com a sociologia profissional. No seu centro está a criação, elaboração, e degeneração de múltiplos programas de pesquisa. Mas há também uma dimensão política na sociologia profissional que defende a pesquisa sociológica num mundo mais amplo – defesa de fundos para pesquisas politicamente contestadas, tais como o estudo do comportamento sexual; a determinação de protocolos para sujeitos humanos; a procura de apoio governamental para grupos de programas minoritários, etc. Essa dimensão política da sociologia profissional concentra-se no escritório da *American Sociological Association* e está representada por seu jornal *Footnotes*. Então há o lado público da sociologia profissional, que apresenta os resultados das pesquisas de uma maneira acessível ao público leigo. Este foi o propósito formal da nova revista, *Contexts*, mas uma função similar é desempenhada pelas Entrevistas Coletivas organizadas pelo escritório da ASA. Aqui, também, nós encontramos uma infinidade de professores que disseminam os resultados das pesquisas sociológicas e, obviamente, os manuais. Esta é uma linha tênue que separa a face pública da sociologia profissional da sociologia pública propriamente dita, mas a primeira é mais intimamente preocupada em assegurar as condições para nossas atividades profissionais centrais.

Finalmente, há um lado crítico na sociologia pública – debates nos e entre os programas de pesquisa como aqueles acerca da importância relativa de classe e raça, sobre os efeitos da globalização, sobre os modelos de trabalho excessivo, sobre a base de classe da política eleitoral, sobre as fontes do subdesenvolvimento, e assim por diante. Tais debates críticos são objeto de artigos no *Annual Review of Sociology*, e eles injetam o dinamismo necessário nos nossos programas de pesquisa. As quatro divisões da sociologia profissional estão representadas na Tabela 2.

Tabela II: Dissecando a Sociologia Profissional

Profissional	Política
Pesquisa conduzida dentro dos programas de pesquisa que define pressuposições, teorias, conceitos, questões e problemas	Defesa da pesquisa sociológica, sujeitos humanos, financiamentos, Entrevistas Coletivas
Crítica	Pública
Debates críticos da disciplina nos e entre os programas de pesquisa	Preocupação com a imagem pública da sociologia, apresentação de resultados de maneira acessível, ensino de sociologia básica e escritura de manuais

Por causa de seu tamanho, nós podemos identificar uma diferenciação funcional, ou como Abbott (2001) chamaria uma “fragmentação” da sociologia profissional, mas os outros tipos de sociologia são menos desenvolvidos internamente de forma que é melhor referir-se aos seus diferentes aspectos ou dimensões. Dessa forma, a atividade essencial da sociologia pública – o diálogo entre sociólogos e seus públicos – é apoiada (ou não) por seus momentos profissionais, críticos ou políticos. Tome-se, por exemplo, o Projeto de Pesquisa de Mídia e Ação do Boston College, que reúne sociólogos e líderes comunitários para descobrirem as melhores formas de apresentar questões sociais na mídia. Há um momento profissional nesse projeto baseado na idéia de estruturação de William Gamson, um momento crítico baseado nas formas limitadas como a mídia opera e um momento político, que lida com os objetivos concretos dos líderes comunitários. Charlotte Ryan (2004) descreve as tensões no projeto que vêm das demandas contraditórias entre a imediaticidade da sociologia pública e os ritmos de carreira da sociologia profissional, enquanto Gamson (2004) sublinha o limitado comprometimento econômico da universidade para com um projeto destinado a empoderar comunidades locais.

A sociologia política também tem seus momentos profissionais, críticos e públicos. Um caso interessante é a experiência de Judy Stacey (2004) como uma testemunha perita defendendo casamento do mesmo sexo em Ontário no Canadá. Os oponentes legais aproveitaram-se dos seus artigos publicados e amplamente lidos (Stacey e Biblarz, 2001). Os autores argumentaram que enquanto estudos mostravam pequenas diferenças dos efeitos da paternidade gay sobre as crianças – que eles eram mais abertos à diversidade sexual – não havia evidência que os efeitos eram “maléficos”. Os oponentes a casamentos entre pessoas do mesmo sexo argumentaram que Stacey e Biblarz baseavam-se em estudos tão inconsistentes do ponto de vista científico que não os autorizavam a chegar a tais conclusões. Judy Stacey, então, viu a si própria numa posição não-usual de defender o rigor científico de suas conclusões. Além disso, sua defesa da liberdade civil dos gays subsidiou a defesa do casamento – uma instituição a que ela tinha dirigido intenso criticismo em seus escritos acadêmicos. Nesse caso, nós vemos o quanto a sociologia política pode coibir preconceitos sociais e o quanto sua dependência em relação à sociologia profissional pode colocá-la em conflito com as sociologias crítica e pública. As quatro faces de qualquer tipo de sociologia podem não estar em harmonia entre si.

Podemos notar o mesmo na sociologia crítica. Em seu artigo clássico, *Uma Sociologia para as Mulheres*, Dorothy Smith (1987, cap. 2) criticou severamente a sociologia por sua universalização do ponto de vista masculino, especialmente o ponto de vista dos homens de poder que comandam as macroestruturas da sociedade. Baseando-se nos escritos canônicos de Alfred Schütz, ela elabora o ponto de vista das mulheres como enraizados nas

microestruturas da vida diária – trabalho invisível que sustenta as macroestruturas. Patrícia Hill Collins (1991) levou adiante a análise desse ponto de vista insistindo que as intuições acerca da sociedade vêm daqueles que são multiplamente oprimidos – mulheres negras pobres –, mas ela também se baseou em teoria social convencional, no seu caso não em Schütz, mas em George Simmel e Robert Merton, para elaborar a crítica da sociologia profissional. Além disso, também havia nela um momento público – a conexão das mulheres negras intelectuais às mulheres negras pobres foi necessária para trazer uma maior universalidade à sociologia profissional. Assim, nós vemos os momentos profissional e público da sociologia crítica, mas e quanto ao seu momento político? Poderia alguém argumentar que aqui repousa a realpolitik de defender espaços para o pensamento crítico dentro da universidade, espaços que incluiriam os programas interdisciplinares, institutos e a luta pela representação?

Esses são apenas alguns exemplos para ilustrar a complexidade de cada tipo de sociologia, reconhecendo suas dimensões acadêmicas e extra-acadêmicas, assim como as dimensões instrumental e reflexiva. Nós não devemos esquecer essa complexa composição interna quando nós focarmos novamente as relações entre os quatro principais tipos de sociologia.

Tese V: Localizando a sociologia

Uma distinção tem que ser feita entre a sociologia e suas divisões internas, por um lado, e entre os sociólogos e suas trajetórias, por outro. A vida do sociólogo é impulsionada pela tensão entre seu habitus sociológico e a estrutura do campo disciplinar como um todo.

Nós devemos distinguir entre a divisão do trabalho sociológico e os sociólogos que habitam uma ou mais posições em seu interior. Cerca de 30% dos PhDs estão empregados fora da universidade, principalmente no mundo da pesquisa política de onde eles podem se aventurar a entrar no domínio público (Kang, 2003). Os 70% dos PhDs que ensinam em universidades ocupam o quadrante profissional, conduzindo pesquisa e disseminando seus resultados, mas eles também podem ocupar posições em outros quadrantes, pelo menos se possuem posições profissionais estáveis. Em contraste, o exército de trabalhadores temporários – adjuntos, palestrantes temporários, instrutores sem dedicação exclusiva – estão fixos em um único lugar, recebendo salários irrisórios (\$ 2.000 a \$ 3.000 por curso) para ensinarem, geralmente com afimco, sem estabilidade no emprego e sem benefícios trabalhistas (Spalter-Roth and Erskine 2004). Eles são mais comuns nas universidades altamente conceituadas onde eles podem corresponder a 40% dos profissionais de ensino de mais de 40% dos cursos. Esses são os sub-trabalhadores que financiam as pesquisas e os salários dos membros permanentes, pois os poupa de outras atividades.

Dessa forma, muitos de nossos distintos sociólogos têm ocupado múltiplas posições. James Coleman, por exemplo, trabalhou simultaneamente nos campos profissional e político, ao tempo que se demonstrava hostil às sociologias crítica e pública. Christopher Jencks, que tem trabalhado em campos políticos similares, é original ao combinar momentos críticos e públicos com compromissos profissionais e políticos. A sociologia das emoções de Arlie Hochschild é delineada entre a sociologia profissional e a crítica, enquanto que sua pesquisa sobre trabalho e família combina sociologia pública e sociologia política. Obviamente, esses sociólogos têm ou tiveram uma posição confortável na hierarquia dos departamentos de sociologia onde as condições de trabalho permitem uma localização múltipla. Muitos de nós apenas ocupamos um quadrante de cada vez. Por isso nós também devemos focar as carreiras.

Os sociólogos não são apenas localizados em diferentes posições, eles também assumem trajetórias ao longo do tempo entre os quatro tipos de sociologia. Antes da consolidação das carreiras profissionais, o movimento entre os quadrantes era mais errático. Cada vez mais insatisfeito com a academia e marginalizado em seu interior por causa de sua raça, depois de concluir *O Negro da Filadélfia* (The Philadelphia Negro) em 1989, e após fundar e administrar o *Atlanta Sociological Laboratory* na Universidade de Atlanta entre 1987 e 1910, W. E. B. Du Bois deixou a academia para fundar a *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP) e tornar-se o editor de sua revista, *Crisis*. Nesse papel público ele escreveu todo tipo de ensaios populares que eram, inevitavelmente, influenciados por sua sociologia. Em 1934 retornou à academia para presidir o departamento de sociologia de Atlanta, onde ele concluiu uma outra monografia clássica, *Reconstrução Negra* (Black Reconstruction), porém partiu mais uma vez, após a Segunda Guerra Mundial, para cenários nacionais e internacionais. Suas incansáveis campanhas por justiça racial eram o supra-sumo da sociologia pública, embora, obviamente, seu objetivo principal era promover a mudança política. A sociologia pública é freqüentemente uma avenida para os marginalizados, excluídos da arena política e exilados da academia.

Enquanto W. E. B. Du Bois optava por atuar fora da academia, seu calcanhar de Aquiles, uma figura central na sociologia da raça, Robert Park, percorria uma direção oposta⁸. Depois de anos como jornalista, o que incluiu matérias radicais de denúncia das atrocidades da Bélgica no Congo, ele tornou-se secretário particular e analista de pesquisa de Booker T. Washington, antes de entrar, e então dar um formato profissional ao departamento de sociologia da Universidade de Chicago (Lyman, 1992).

⁸ Agradeço a Stephen Steinberg indicar-me esta coincidência. Apesar de ele ter desempenhado um papel fundamental na profissionalização da sociologia, Park não desistiu da reforma social, e isso apesar de endossar uma ciência social isenta e sua aberta oposição à sociologia da ação das mulheres da *Hull House*.

C. Wright Mills foi de uma geração posterior, mas como Du Bois tornou-se crescentemente arredo à academia. Depois de se graduar em filosofia na Universidade de Texas, ele foi para Wisconsin para trabalhar com o exilado Hans Gerth. Lá ele escreveu sua dissertação sobre o pragmatismo. Robert Merton e Paul Lazarsfeld o recrutaram para a Universidade de Columbia pelo fato de ele ter se revelado um profissional bastante promissor. Incapaz de tolerar a “prática iliberal” do Bureau de Pesquisa Aplicada de Lazarsfeld, ele abandonou a sociologia instrumental por uma sociologia pública – *O Novo Homem de Poder, Colarinho Branco, Elite do Poder* (New Men of Power, White Collar e Power Elite). No fim de sua curta vida ele iria voltar à promessa e traição da sociologia na sua inspirada *A Imaginação Sociológica*. Essa virada à sociologia crítica coincidiu com um passo para além da sociologia no domínio do público intelectual com *Escuta, Ianque! e As Causas da Terceira Guerra Mundial* (Listen, Yankee! e The Causes of World War Three) – livros apenas frouxamente relacionados à sociologia⁹.

As carreiras em sociologia hoje são mais regulamentadas do que o eram nos tempos de Mill. Um estudante típico de graduação, talvez influenciado por um professor ou por um movimento social em declínio – entra na graduação com uma disposição crítica, querendo aprender mais sobre as possibilidades de mudança social, se se pode limitar a expansão da AIDS na África, canalizar a violência juvenil, as condições de sucesso do movimento feminista na Turquia e Irã, a família como fonte de moralidade, a variação de apoio à pena de morte, a falta de concordância pública sobre o Islã, etc. Lá ele(a) se confronta com uma sucessão de cursos obrigatórios, cada um com seus textos áridos a serem compreendidos ou técnicas abstratas a serem adquiridas. Depois de três ou quatro anos ele(a) está pronto(a) para prestar o *qualifying* ou exames preliminares em três ou quatro áreas, quando embarca em sua dissertação. Todo o processo toma algo como cinco anos ou mais. Tudo funciona como se a graduação fosse organizada para expurgar dos compromissos morais aquele interesse primeiro que a sociologia inspirou.

Assim como Durkheim frisou os elementos não-contratuais do contrato – o consenso subjacente e a confiança sem os quais esses contratos seriam impossíveis – então, igualmente, nós devemos apreciar a importância dos suportes não-carreirísticos das carreiras. Muitos dos 50% a 70% dos alunos de graduação que sobrevivem para receber seus PhDs, mantêm os seus compromissos originais através do exercício paralelo da sociologia pública – escondidos de seus orientadores. Quão freqüente eu não tenho escutado professores aconselharem seus alunos a deixar a sociologia pública até que atinjam maturidade – sem

⁹ A distinção entre “sociólogo público” e “intelectual público” é importante – o primeiro é uma variação especializada do segundo, limitando o comentário público a áreas de expertise estabelecida ao invés de abordar tópicos de interesses mais gerais (Gans 2002).

compreender (ou compreendendo bem demais?) que é a sociologia pública que mantém a paixão acesa pela sociologia. Caso sigam o conselho de seus conselheiros, eles podem acabar como trabalhadores temporários, situação em que haveria ainda menos tempo para a sociologia pública; ou poderiam ter sorte o suficiente para ingressar uma carreira profissional estável, situação em que teriam que se preocupar acerca da escritura de artigos em jornais indexados ou publicar livros em editoras universitárias reconhecidas. Considerando que tenham estabilidade, eles são livres para cultivar suas paixões de outrora, mas então eles não são mais jovens. Podem ter perdido todo o interesse pela sociologia pública, preferindo o mais lucrativo mundo político dos consultores ou um nicho da sociologia profissional. É melhor entregar-se ao compromisso com a sociologia pública desde o início, e dessa forma acender a tocha da sociologia profissional.

A diferenciação do trabalho sociológico, com sua conseqüente especialização, pode criar ansiedade para o *habitus* sociológico que nutre o desejo por uma unidade entre o conhecimento reflexivo e o instrumental, ou um *habitus* que deseja ambas audiências, a acadêmica e a extra-acadêmica. A tensão entre instituição e *habitus* faz com que os sociólogos ansiosamente transitem de quadrante a quadrante, onde eles podem fixar-se numa acomodação ritualística antes de seguirem adiante, ou mesmo abandonar a disciplina como um todo. E mais, há sempre aqueles, cujo *habitus* adapta-se bem à especialização e cuja energia e paixão são contagiantes, que transbordam para os outros quadrantes. Como argumentarei agora, a especialização não é inimiga da sociologia pública.

Tese VI: O modelo normativo e suas patologias

O florescimento de nossa disciplina depende de um ethos compartilhado, dando suporte à interdependência recíproca entre as sociologias profissional, política, pública e crítica. Sendo excessivamente dóceis às suas diferentes audiências, entretanto, cada tipo de sociologia pode assumir formas patológicas, ameaçando a vitalidade do todo.

Aqueles que têm endossado a sociologia pública têm freqüentemente desprezado a sociologia profissional. Os *Últimos Intelectuais* (The Last intellectuals) de Russel Jacoby (1987) iniciou uma série de comentários que lastimam o retiro do intelectual público para uma espécie de casulo profissional. Assim, Orlando Patterson (2002) celebra David Riesman como “O Último Sociólogo”, porque Riesman, entre outros de sua geração, lidava com questões de grande importância pública, enquanto a sociologia profissional de hoje testa hipóteses estreitas, macaqueando as ciências naturais. Ao perguntar “O que aconteceu com a Sociologia?”, Peter Berger (2002) responde que o campo é vítima de um fetichismo metodológico e de uma obsessão por tópicos triviais. Mas ele também reclama

que a geração dos anos 1960 transformou a sociologia de uma ciência em uma ideologia. Ele percebe que a recepção fria da sociologia pública entre muitos sociólogos profissionais, que temem que o envolvimento público irá corromper a ciência, ameaça a legitimidade da disciplina, assim como os recursos materiais que estará à sua disposição.

Eu defendo uma posição contrária – que entre a sociologia profissional e a pública deve haver, e freqüentemente há – respeito e sinergia. Longe de ser incompatível, as duas são como irmãs siamesas. Na realidade, a minha visão normativa da disciplina sociológica é de uma interdependência mútua entre os quatro tipos – uma solidariedade orgânica na qual cada tipo de sociologia absorve energia, significação e imaginação da sua conexão com as outras.

Como eu já insisti, o componente profissional está no coração de nossa disciplina. Sem a sociologia profissional não pode haver sociologia pública ou política, mas também não pode haver uma sociologia crítica – pois não haveria nada para criticar. Igualmente, a sociologia profissional depende para a sua vitalidade dos contínuos desafios das questões públicas através do veículo da sociologia pública. Foi o movimento pelos direitos civis que transformou a compreensão de política dos sociólogos; foi o movimento feminista que deu nova direção a muitas esferas da sociologia. Em ambos os casos foram sociólogos engajados e participando nesses movimentos, que infundiram novas idéias na sociologia. Da mesma forma, a defesa pública do casamento de Linda Waite (2000) gerou um vívido debate na nossa profissão. A sociologia crítica pode ser um incômodo para a sociologia profissional, mas ela é crucial para forçar a consciência das nossas pressuposições e, assim, de tempo em tempo, possamos mudar tais pressuposições. O quanto os desafios de Alvin Gouldner (1970) não eram bravos e revigoradores para o funcionalismo estrutural, mas também para a forma com que a sociologia política podia ser um agente involuntário do opressivo controle social. Hoje nós podemos incluir na rubrica de sociologia crítica o movimento por uma “sociologia pura”, uma sociologia científica purgada do engajamento público. O que foi sociologia profissional ontem pode ser crítica hoje. A sociologia política, por sua vez, tem reenergizado a sociologia da desigualdade com suas pesquisas sobre a pobreza e a educação. Mais recentemente, pesquisas médicas têm conjugado as quatro sociologias através da colaboração com grupos cidadãos em torno de doenças tais como câncer de mama, construção de novos modelos participativos de ciência (Brown *et al.* 2004; McCormick *et al. mimeo*).

Tabela 3: Elaborando os Tipos de Conhecimento Sociológico

	Acadêmico	Extra-acadêmico
Instrumental	Sociologia Profissional	Sociologia Política
<i>Conhecimento</i>	<i>Teórico/empírico</i>	<i>Concreto</i>
<i>Confiança</i>	<i>Correspondência</i>	<i>Pragmática</i>
<i>Legitimidade</i>	<i>Normas científicas</i>	<i>Efetividade</i>
<i>Responsabilidade</i>	<i>Pares</i>	<i>Clientes</i>
<i>Política</i>	<i>Interesse profissional próprio</i>	<i>Intervenção política</i>
<i>Patologia</i>	<i>Auto-referencialidade</i>	<i>Servilismo</i>
Reflexivo	Sociologia Crítica	Sociologia Pública
<i>Conhecimento</i>	<i>Fundacional</i>	<i>Comunicativo</i>
<i>Confiança</i>	<i>Normativo</i>	<i>Consenso</i>
<i>Legitimidade</i>	<i>Visão moral</i>	<i>Relevância</i>
<i>Responsabilidade</i>	<i>Intelectuais críticos</i>	<i>Públicos designados</i>
<i>Política</i>	<i>Debate interno</i>	<i>Diálogo Público</i>
<i>Patologia</i>	<i>Dogmatismo</i>	<i>Efemeridade</i>

Tais exemplos de sinergia são abundantes, mas nós devemos desconfiar da idéia de que a integração de nossa disciplina é fácil. As conexões entre as quatro sociologias são não raro difíceis de atingir porque elas demandam práticas cognitivas profundamente diferentes; diferentes em muitas dimensões – forma de conhecimento, verdade, legitimidade, responsabilidade¹⁰, e política, culminando com suas próprias patologias. A tabela 3 expõe essas diferenças.

O conhecimento que nós associamos à sociologia profissional é baseado no desenvolvimento de programas de pesquisa, diferente do conhecimento concreto requerido pelos clientes da política, diferente do conhecimento comunicativo compartilhado entre os sociólogos e seus públicos, que, por sua vez, é diferente do conhecimento fundacional da sociologia crítica. Daí se segue a noção de verdade que cada uma adere. No caso da sociologia profissional, o foco é na produção de teorias que correspondam ao mundo empírico; no caso da sociologia política, o conhecimento tem que ser “prático” e “útil”; enquanto que com a sociologia pública, o conhecimento é baseado no consenso entre os sociólogos e seus respectivos públicos; ao tempo que para a sociologia crítica, a verdade não é nada sem uma fundação normativa que a guie. Cada tipo de sociologia tem sua própria legitimação: a sociologia profissional justifica-se com base nas normas científicas, a sociologia política com base em sua eficácia, a

¹⁰ Usamos o termo “responsabilidade” para traduzir, do inglês, “accountability”, no sentido de se ter responsabilidade de justificar suas próprias ações perante a sociedade.

sociologia pública com base em sua relevância e a sociologia crítica tem que fornecer visões morais. Cada tipo de sociologia tem sua própria noção de responsabilidade. A sociologia profissional deve satisfações à revisão dos pares, a sociologia política a seus clientes, a sociologia pública a determinado público, enquanto que a sociologia crítica deve satisfações à comunidade dos intelectuais críticos que pode transcender as fronteiras da disciplina. Além disso, cada tipo de sociologia tem sua própria política. A sociologia profissional defende as condições da ciência, a sociologia política propõe políticas de intervenção, a sociologia pública entende a política como um diálogo democrático, enquanto a sociologia crítica é comprometida com a abertura de debates dentro de nossa disciplina.

Finalmente, e de maneira mais significativa, cada sociologia sofre de sua própria patologia, que vem de sua prática cognitiva e de sua imersão em instituições divergentes. Aqueles que falam apenas para um estreito círculo de colegas acadêmicos retroagem a uma situação insular. No intuito de resolver problemas definidos por nossos programas de pesquisa, a sociologia profissional pode facilmente tornar-se convenientemente irrelevante¹¹. Na nossa tentativa de defender nossa posição no mundo da ciência, nós realmente temos um interesse por monopolizar um conhecimento inacessível, que pode levar a uma grandiosidade incompreensível ou um estreito “metodismo”. Não menos do que a sociologia profissional, a sociologia crítica tem suas próprias tendências patológicas em direção a um sectarismo engravado – comunidades de dogma que não oferecem mais nenhum compromisso sério com a sociologia profissional ou com a infusão de valores na sociologia pública. Por outro lado, a sociologia política é muito facilmente capturada pelos clientes que impõem obrigações contratuais rígidas nos seus financiamentos, distorções que reverberam em direção à sociologia profissional. Se a pesquisa de mercado tivesse dominado o financiamento da sociologia política, como Mills temia que iria acontecer, então nós todos poderíamos estar em maus lençóis. A migração de sociólogos para os negócios, a educação e escolas políticas podem ter aliviado essa patologia, mas certamente não isolou a disciplina de tais pressões. A sociologia pública, não menos que a sociologia política, pode ficar refém de forças externas. À procura de popularidade, a sociologia pública é tentada a acoitar e bajular seus públicos e, dessa forma, fazer concessões no que tange a seus comprometimentos profissionais e críticos. Há, obviamente, o outro perigo, que a sociologia pública dirija-se com ares de superioridade a seu público, uma espécie de vanguardismo intelectual. Na verdade, pode-se detectar tal patologia no desdém de C. Wright Mills pela sociedade de massa.

¹¹ Eu digo “convenientemente” irrelevante porque antes de qualquer coisa o programa de pesquisa de um pesquisador define o que é anômalo e o que é contraditório. Se os resultados parecem triviais, então o próprio programa tem que assumir a relevância e o insight.

Essas patologias são tendências reais, de forma que as visões críticas de Jacoby, Patterson, Berger e outros em relação à sociologia profissional não são sem fundamentos. Esses críticos erram, entretanto, ao reduzir o patológico ao normal. Eles não percebem as pesquisas importantes e relevantes da sociologia profissional, demonstrada, por exemplo, nas páginas de *Contexts*, da mesma forma que eles passam vistas grossas às patologias de seus próprios tipos de sociologia. Os profissionais não são menos culpados por *patologizar* a sociologia pública como “sociologia popular” enquanto deixa de perceber a ubíqua e robusta, mas freqüentemente menos acessível sociologia pública. Enquanto comunidade, nós temos nos digladiado com muita facilidade, cegos à interdependência de nossos conhecimentos divergentes. Nós temos que nos unir até as últimas conseqüências fazer com que nossas sociologias profissional, política, pública e crítica sejam mutuamente responsáveis. Dessa forma nós também poderíamos conter o desenvolvimento das patologias. A institucionalização desse intercâmbio também iria requerer que nós desenvolvêssemos um *ethos* que reconhecesse a validade de todos os quatro tipos de sociologia – um compromisso baseado na urgência dos problemas que nós estudamos. Numa situação ideal, nessa visão normativa, não se teria que ser um sociólogo público para contribuir com a sociologia pública, poder-se-ia fazer isso sendo um bom sociólogo profissional, crítico ou político. O florescimento de cada sociologia iria fomentar o florescimento das outras.

Tese VII: A disciplina como um campo de poder

Na realidade disciplinas são campos de poder nos quais a interdependência recíproca torna-se assimétrica e antagonística. O resultado, pelo menos nos Estados Unidos, é uma forma de dominação na qual o conhecimento instrumental prevalece sobre o conhecimento reflexivo.

Nosso anjo da história, tendo se levantado na década de 1970, foi varrido novamente em outro temporal nos anos de 1980. A sociologia estava em crise, as matrículas de graduação caíam vertiginosamente, o mercado de trabalho para sociólogos qualificados piorou, havia rumores sobre fechamento de departamentos e, intelectualmente, a disciplina parecia perder direção. Pela caneta de Irving Louis Horowitz (1993) surgiu a *Decomposição da Sociologia* (Decomposition of Sociology), que contestava a politização da sociologia. James Coleman (1991, 1992) publicou artigos acerca dos perigos da correção política e a invasão da academia pela norma social. A edição publicada de *O que Está Errado com a Sociologia?* (What's Wrong with Sociology?) arregimentou distintos sociólogos tais como Peter Berger, Joan Huber, Randall Collins, Seymour Martin Lipset, James

Davis, Mayer Zald, Arthur Stinchcombe, e Howard Becker. Eles lamentaram a fragmentação, incoerência e incapacidade de acumulação, como se uma verdadeira ciência – usando sua imagem de ciência natural ou economia – fosse sempre integrada, coerente e cumulativa. O otimismo da década de 1950 esvaiu-se diante da barreira dos desafios críticos à sociologia do consenso durante as décadas de 1960 e 1970. Agora, pagava-se pelos erros do passado e a sociologia, ou suas visões de sociologia, estava em perigo.

Talvez o mais interessante protótipo desse gênero de escrita foi *A Ciência Impossível* (The Impossible Science) de Stephen Turner (1990) que reconstruiu a história da sociologia desde esse ponto de vista desesperançoso. Desde o início, eles asseveram, a sociologia não tinha nem uma audiência permanente nem padrões ou clientes confiáveis. Ela foi continuamente atropelada pelas forças políticas, processo interrompido por uma ascendência científica transitória depois da Segunda Guerra Mundial. Se há um fio condutor comum a todas essas narrativas de declínio é o que atribui a crise da sociologia ao poder subversivo de seu conhecimento reflexivo, seja na forma de sociologia crítica ou pública.

Em um aspecto eu concordo com os “declinistas”: nossa disciplina não é apenas uma divisão de trabalho potencialmente integrada, mas também um *campo de poder*, uma hierarquia mais ou menos estável de conhecimentos antagonísticos. Meu desacordo, entretanto, é com a sua avaliação do estado da sociologia e o balanço de poder no interior da disciplina. O declínio da sociologia na década de 1980 teve vida curta. Longe de estar no marasmo, a sociologia de hoje nunca esteve em melhor forma. O número de bacharéis tem aumentado constantemente desde 1985, superando economia e história e quase alcançando a ciência política. A produção de PhDs ainda é mais lenta do que essas disciplinas vizinhas, mas nós temos crescido constantemente desde 1989. Iremos crescer, presumidamente, até atingir a demanda do ensino de graduação, embora a tendência ao trabalho provisório e secundário não mostre sinal de enfraquecimento. A adesão à *American Sociological Association* tem aumentado rapidamente nos últimos quatro anos, restaurando os bons tempos da década de 1970. Dado o clima hostil à sociologia isto seja talvez estranho, porém pode ser que esse próprio clima esteja atraindo as pessoas para os momentos crítico e público da sociologia.

Meu segundo ponto de desacordo com os “declinistas” diz respeito à ameaça à sociologia. Eu acredito que é a dimensão reflexiva da sociologia que está em perigo e não a instrumental. Pelo menos nos Estados Unidos as sociologias profissional e política – uma fornecendo carreira e a outra fornecendo fundos – ditam a direção da disciplina. O fornecimento de valores da sociologia crítica o fornecimento de influência da sociologia pública não se igualam ao poder da carreira e do dinheiro. Pode haver diálogo ao longo da dimensão vertical da Tabela I, mas os laços reais de simbiose estão na direção horizontal, criando uma coalizão dominante entre as sociologias profissional e política e

uma reciprocidade subalterna entre as sociologias crítica e pública. Este modelo de dominação deriva da imersão da disciplina em constelação mais ampla de poder e interesses. Na nossa sociedade dinheiro e poder falam mais alto do que valores e influência. Nos Estados Unidos o capitalismo é especialmente implacável com uma esfera pública que não somente é fraca, mas dominada por um exército de especialistas e uma plethora de mídia. A voz sociológica é facilmente abafada. Assim como a sociologia pública tem que enfrentar uma esfera pública competitiva, também a sociologia crítica debate-se com a fragmentação das disciplinas, e, como corolário, a discussão crítica é privada de acesso ao seu mais poderoso motor – disposições paralelas ocorrem em outras disciplinas.

O balanço de poder pode pesar a favor do conhecimento instrumental, mas nós ainda podemos, por nós próprios, fazer a nossa disciplina, criando espaços para uma visão mais vital e corajosa. Para ser preciso, existe uma contradição entre a responsabilidade da sociologia profissional para com seus pares e a responsabilidade da sociologia pública para com os públicos; mas isso deve nos levar a campos antagônicos – cada um patologizando o outro? Na verdade as sociologias crítica e política não se entendem – uma se apega a sua autonomia e a outra a seus clientes –, mas se cada uma reconhecesse partes da outra em si próprias, poderiam, juntas, deslocar o antagonismo. Em vez de dividir a disciplina em esferas separadas, nós devemos desenvolver uma variedade de sinergias e articulações proveitosas.

Aqui não há mais espaço para explorar outros potenciais antagonismos e alianças nesse campo de poder. É suficiente dizer que, se nossa disciplina só pode ser unificada em um sistema de dominação, que seja um campo de hegemonia e não de despotismo. Isso significa que os conhecimentos subalternos (crítico e público) deveriam ter garantido seus espaços para desenvolver suas próprias capacidades e injetar mais dinamismo nos conhecimentos dominantes. As sociologias profissional e política deveriam formalizar seus interesses no florescimento das sociologias crítica e pública. No entanto, sectário no curto prazo, o conhecimento instrumental não pode ter sucesso no longo prazo sem os desafios do conhecimento reflexivo, ou seja, o desafio da renovação e do redirecionamento dos valores que dão suporte à sua pesquisa, valores que advêm e são recarregados na sociedade como um todo.

Nós expusemos o campo de poder que compõe a relação entre as quatro sociologias de uma maneira relativamente abstrata. Suas combinações concretas variam entre departamentos ao longo do tempo, dentro de um mesmo país, entre países, e até chega a assumir mudanças na configuração global. Da mesma forma, as próximas três teses exploram a especificidade da configuração contemporânea da sociologia nos Estados Unidos, procurando fazer uma série de comparações e, dessa forma, nós iremos aprofundar nosso embate com as forças nacionais e globais que modelam nosso campo disciplinar.

Tese VIII: História e hierarquia

Nos Estados Unidos a dominação da sociologia profissional emergiu através de sucessivos diálogos com as sociologias pública, política e crítica. Mas mesmo aqui, a força da sociologia profissional está concentrada nos programas do topo de um sistema de educação universitária altamente estratificado, enquanto nos níveis subalternos a sociologia pública é mais importante, ainda que menos visível.

Hoje nós aceitamos a dominação da sociologia profissional como uma característica normal da sociologia nos Estados Unidos, mas na realidade este é um fenômeno bem recente. Nós podemos narrar a história da sociologia nos Estados Unidos como um aprofundamento da sociologia profissional em três períodos sucessivos.

A sociologia profissional começou em meados do século XIX como um diálogo entre, por um lado, grupos filantrópicos e reformadores e, por outro, os primeiros sociólogos. Esses últimos freqüentemente tinham uma formação religiosa, mas transferiam seus zelos morais para a secular e recém-fundada ciência da sociologia. Depois da Guerra Civil, a exploração dos problemas sociais se desenvolveu através da coleção e análise do trabalho estatístico, e também dos *surveys* sociais sobre pobreza. A coleção de dados para demonstrar a difícil situação das classes inferiores tornou-se um movimento em si mesmo que determinou as fundações da sociologia profissional. Os sociólogos manteriam-se em estreito contato com todo tipo de grupo na sociedade civil burguesa, mesmo depois da formação da *American Sociological Society*, como ela foi então chamada, em 1905. Na sua origem, por isso, a sociologia foi inerentemente pública.

A segunda fase da sociologia assistiu a mudança do engajamento dos públicos para as fundações e governo. Começando nos anos de 1920 com o apoio da Fundação *Rockefeller* ao *Institute for Social and Religious Research* (que iria patrocinar os famosos estudos de *Middletown*) e assim seu apoio para pesquisas comunitárias na Universidade de Chicago e na Universidade da Carolina do Norte; as fundações tornaram-se crescentemente ativas na promoção da sociologia. Ao mesmo tempo, a sociologia rural conseguiu criar uma base de pesquisa no próprio Estado (Larson e Zimmerman, 2003). Como diretor do Comitê de Pesquisa do Presidente (1933), William Ogburn reuniu um massivo volume sobre *As Recentes Tendências de Pesquisa nos Estados Unidos* (Recent Social Trends in the United States). Durante a Segunda Guerra Mundial, a sociologia patrocinada pelo Estado continuou, sendo o mais famoso o volume múltiplo de Samuel Stouffer (1949) sobre a moral no exército dos Estados Unidos. Depois da guerra apareceu uma nova fonte de financiamento, nomeadamente o financiamento corporativo às pesquisas de *survey*, sintetizado pelo trabalho de Lazarsfeld no Bureau de Pesquisa Social Aplicada da Universidade de Colômbia.

Quanto mais a sociologia dependia dos financiamentos governamentais e privados mais se desenvolvia os métodos estatísticos rígidos para a análise dos dados empíricos, o que gerava críticas de vários setores.

A terceira fase da sociologia americana, por isso, foi marcada por uma contenda entre a sociologia crítica e a sociologia profissional. Sua inspiração foi Robert Lynd (1939) que criticou os estreitos limites da sociologia e sua reivindicação de neutralidade de valor. Talvez C Wright Mills (1959) tenha sido o mais famoso sucessor dessa crítica. Ele se referiu ao compromisso original da sociologia com os públicos como uma “prática liberal”, e ao segundo período de financiamento corporativo e estatal como uma “prática iliberal”. Ele não percebeu, entretanto, que ele estava inaugurando uma terceira fase da “sociologia crítica”, que redirecionaria as tendências teóricas e metodológicas no interior da disciplina. Alvin Gouldner (1970) produziu um marco nessa terceira fase, atacando as fundações do funcionalismo estrutural e sociologias aliadas, e abrindo espaço para novas tendências teóricas influenciadas pelo feminismo e pelo marxismo. Essa sociologia crítica forneceu a energia e a imaginação por trás da reconstrução da sociologia profissional nos anos de 1980 e 1990.

De onde virá o próximo ímpeto para a sociologia? A Tese I reivindica que o fosso entre o *ethos* sociológico e o mundo empurra a sociologia para a arena pública. Além do mais, a sociologia profissional já atingiu um nível de maturidade e autoconfiança que a permite retornar às suas raízes cívicas, e promover uma sociologia pública de sua posição de força – um nível de engajamento com as profundas e perturbadoras tendências globais de nossos tempos. Se a sociologia pública original do século XIX era inevitavelmente provinciana, foi ela que construiu a fundação para a ambiciosa sociologia profissional do século XX, que, por sua vez, criou as bases de sua própria transcendência – a sociologia pública de dimensões globais do século XXI.

Isso não é para desmerecer a importância da sociologia pública local, as conexões orgânicas entre sociólogos e suas comunidades imediatas. Longe disso. Afinal de contas o global apenas se manifesta através e é constituído pelos processos locais. Nós temos que reconhecer que muito de sociologia pública local já vem sendo feita nos nossos sistemas estaduais de educação onde os professores suportam o desconforto de enormes cargas de ensino. Se eles podem fabricar algum tempo além do ensino, eles levam sua sociologia pública para fora das salas de aula e a leva para as comunidades. Nós nada sabemos acerca dessas sociologias públicas extracurriculares porque seus praticantes raramente têm tempo para escrever sobre elas. Felizmente, Kerry Strand, Sam Marullo, Nick Cutforth, Randy Stoecker e Patrick Donohue (2003) nos revelaram este terreno ainda não explorado através da publicação de um manual sobre sociologias públicas orgânicas ou o que eles chamam de pesquisa de base comunitária. O volume expõe uma série de princípios e práticas, assim como

numerosos exemplos, muitos dos quais combinam pesquisa, ensino e serviço social.

O ponto mais importante é que o sistema de educação superior americano é uma ampla rede de instituições excessivamente hierárquico e enormemente diverso. Por isso, a configuração de nossas quatro sociologias comporta-se de forma muito diferente em diferentes níveis e diferentes posições. A concentração de pesquisa e profissionalismo no topo de nosso sistema universitário só é possível, pelo menos em parte, por causa da sobrecarga de nossas instituições de ensino, as faculdades de quatro e de dois anos. A configuração das sociologias nessas instituições é análoga àquela das regiões do mundo que contam com pouquíssimos recursos. Como a próxima tese anuncia, a diversidade nos Estados Unidos espelha a diversidade a nível global.

Tese IX: Provincializando a sociologia americana

A sociologia dos Estados Unidos apresenta-se como universal, mas ela é particular – não apenas em seu conteúdo, mas também na sua forma, ou seja, na configuração de nossos quatro tipos de sociologia. Ao mesmo tempo, ela exerce uma enorme influência sobre as sociologias nacionais, e nem sempre para a vantagem dessas últimas. Assim, nós precisamos remodelar não apenas a divisão do trabalho sociológico nacional, mas também global.

O termo “sociologia pública” é uma invenção americana. Se em outros países essa é a essência da sociologia, para nós ela não é mais do que uma parte de nossa disciplina, e uma pequena parte. Na verdade, para alguns sociólogos nos Estados Unidos, ela nem pertence a nossa disciplina. Quando eu viajo para a África do Sul, entretanto, para falar sobre sociologia pública – e isso seria verdade para muitos países no mundo – minhas audiências me escutam embaraçadas. O que mais poderia ser a sociologia se não um engajamento com públicos diversos sobre questões públicas? O fato de que a *American Sociological Association* iria dedicar nosso encontro anual para as sociologias públicas diz muito acerca da força da sociologia profissional nos Estados Unidos. Além do mais, num mundo em que as sociologias profissionais nacionais são freqüentemente mais fracas do que as sociologias públicas, focalizar nesta última significa um desafio à hegemonia da sociologia dos Estados Unidos, e aponta na direção da reconstrução da sociologia nacionalmente e globalmente.

A configuração de nossos quatro tipos de sociologia varia de país a país. No hemisfério sul, como eu anunciei, a sociologia tem freqüentemente uma forte presença pública. Quando visitei a África do Sul em 1990 eu fiquei surpreso em descobrir uma estreita conexão entre a sociologia e as lutas *antiapartheid*,

especialmente com o movimento trabalhista, mas também com diversas organizações civis. Enquanto nos Estados Unidos nós estávamos teorizando sobre movimentos sociais, na África do Sul os sociólogos estavam fazendo movimentos sociais! Esse projeto dirigiu sua sociologia, estimulando todo um campo novo de pesquisa – união dos movimentos sociais –, que os sociólogos dos Estados Unidos descobriram, 20 anos mais tarde, como se isso fosse uma idéia nova em folha! Mas a sociologia sul-africana não focalizou apenas a mobilização social, focalizou também os objetivos de tal mobilização. Os sociólogos analisaram o caráter e as tendências do Estado do *apartheid*, debateram as estratégias do movimento *antiapartheid*. Eles se perguntaram se deviam estar a serviço ou serem críticos do movimento. Hoje, entretanto, dez anos depois do *apartheid*, a África do Sul apresenta um contexto menos favorável à sociologia pública, já que os sociólogos estão sendo absorvidos por ONGs, corporações e aparatos estatais, já que o novo governo convoca os sociólogos para abandonar as trincheiras da sociedade civil e se concentrarem no ensino, e já que a pesquisa social é canalizada para questões políticas imediatas ou atingir os “padrões de qualidade” “internacionais”, isto é, americanos. A desmobilização da sociedade civil andou par e passo com uma mudança da sociologia reflexiva para a instrumental (Sitas, 1997; Webster, 2004).

Tendências similares podem ser encontradas em todo canto, mas cada um com sua especificidade nacional. Tome-se a União Soviética. A sociologia submergiu na era Stalin, apenas para ressurgir como uma arma crítica oficial e não-oficial sob os regimes pós-stalinistas. A pesquisa de opinião tornou-se uma forma de sociologia pública durante a distensão dos anos 1960 antes de ela ser monopolizada pelo aparato partidário. Sob a inflexível liderança de Tatyana Zaslavskaya, a Perestroika fez com que os sociólogos mostrassem sua força. A sociologia passou a ficar intimamente conectada à erupção da sociedade civil. Com o enfraquecimento da sociedade civil no período pós-soviético, entretanto, a sociologia estava verde e provou não ter vigor diante da invasão das forças de mercado. Com poucas exceções, a sociologia foi banida para as escolas de administração e para os centros de pesquisa de opinião e de mercado. Onde ela existe como um empreendimento intelectual sério, ela é freqüentemente financiada por fundações ocidentais, empregando sociólogos treinados na Inglaterra e nos Estados Unidos.

A situação é bem diferente nos países escandinavos com suas fortes tradições democráticas. Aqui a sociologia cresceu com o Estado do Bem Estar Social, que conferiu uma forte orientação política, mas um igualmente forte momento público. A sociologia norueguesa, muito influenciada pela sociologia americana, foi também, não obstante, projetada para o mundo político e aqui a influência do feminismo foi muito importante. Com uma população de menos

de 5 milhões de habitantes e menos de 200 sociólogos registrados, a comunidade profissional é pequena, de forma que os mais ambiciosos procuram um lugar na sociedade como um todo seja no governo ou como intelectuais públicos. Há colaboradores regulares com jornais, rádio e televisão. Os noruegueses têm energicamente levado suas sociologias públicas para o exterior, tornando-se uma referência internacional, com articulações não apenas nos Estados Unidos, mas na Europa e com os países do sul.

O resto da Europa é bem variável. A França tem uma das mais antigas tradições de sociologia profissional e, ao mesmo tempo, cultivou uma sociologia pública tradicional, com lideranças notórias como Raymond Aron, Pierre Bourdieu e Alain Touraine. Na Inglaterra a sociologia profissional é de uma safra mais recente, pós-Segunda Guerra Mundial. Facilmente vulnerável ao regime de Thatcher procurou coibir iniciativas públicas e políticas, fomentando uma profissão mais defensiva e voltada para si. O retorno do governo trabalhista deu à sociologia um novo suspiro de vida, expandindo a esfera da pesquisa política e levando seu mais ilustre e prolífico sociólogo público, Anthony Guiddens, à Casa dos Lordes.

Ao se mapearem os campos das sociologias nacionais se constata o quanto particular é a sociologia nos Estados Unidos, mas também o quanto poderosa e influente ela é. Produzindo 600 doutores por ano, ela marcha a passos largos sobre o mundo da sociologia. Muito dos principais sociólogos, ensinando em outras partes do mundo, foram treinados nos Estados Unidos. A American Sociological Association tem mais de 14.000 com 14 membros com dedicação exclusiva. Mas não se trata apenas de uma dominação numérica e de recursos, mas, crescentemente, governantes em todo o mundo empregam seus acadêmicos, sociólogos inclusive, de acordo com padrões “internacionais”, o que significa se publicar em jornais “ocidentais”, e em particular jornais americanos. Isto está acontecendo na África do Sul e em Taiwan, mas também em países com recursos consideráveis, tais como a Noruega. Forçadas pelas conexões com o ocidente e pelas publicações em inglês, as sociologias nacionais perdem sua ligação com os problemas nacionais e as questões locais. Em cada país, os estados alimentam as pressões locais, o que fratura a divisão nacional do trabalho sociológico, causando ressentimentos entre as quatro sociologias.

Sem conspiração ou deliberação por parte de seus praticantes, a sociologia dos Estados Unidos tornou-se hegemônica no mundo. Nós, conseqüentemente, temos uma obrigação especial de provincializar nossa própria sociologia, fazê-la descer do pedestal da universalidade e reconhecer seu caráter particular e seu poder nacional. Nós temos que desenvolver um diálogo, uma vez mais, com outras sociologias nacionais, reconhecer suas tradições locais ou suas aspirações a indianizar a sociologia. Nós temos que pensar em termos globais para reconhecer a emergente divisão global do trabalho sociológico. Se os Estados

Unidos governam o terreno com sua sociologia profissional, então nós temos que fomentar as sociologias públicas do hemisfério sul e as sociologias políticas da Europa. Nós temos que encorajar as redes de sociologias críticas que transcendem não apenas as disciplinas, mas também as fronteiras nacionais. Nós devemos aplicar nossa sociologia a nós próprios, tornarmo-nos mais conscientes das forças globais que estão direcionando nossa disciplina, para que nós possamos guiá-las e não ser guiados por elas.

Tese X: Guiando as disciplinas

As ciências sociais se distinguem das humanidades e das ciências naturais por combinar os conhecimentos instrumental e reflexivo – uma combinação que é em si variável, e por isso prover diferentes oportunidades de intervenção pública e política. O conhecimento interdisciplinar assume diferentes formas em cada quadrante do conhecimento sociológico.

Diz-se que a divisão das disciplinas é um produto arbitrário da história europeia do século XIX, que a presente especialização disciplinar é anacrônica, e que nós deveríamos nos mover em direção a uma ciência social unificada. Essa fantasia positivista foi recentemente ressuscitada por Immanuel Wallerstein et al. (1996) no Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a Reestruturação das Ciências Sociais. O projeto aparenta bastante inofensivo, mas ao falhar em colocar as questões – conhecimento para quem? E conhecimento para que? – a nova ciência social unificada dissolve a reflexividade, ou seja, os momentos público e crítico da ciência social. Em um mundo de dominação, a unificação muito facilmente torna-se a unidade dos poderosos. Ao declarar a divisão das disciplinas como arbitrária, só porque elas foram criadas em um momento particular da história, é não perceber o seu significado continuamente transitório e os interesses que elas representam. É cometer a falácia genética. Com o intuito de demarcar o terreno para a divisão das disciplinas, e para ser breve, eu recorro a representações esquemáticas do campo acadêmico, inevitavelmente sacrificando uma maior atenção à diferenciação interna e a variação ao longo do tempo.

As ciências naturais são amplamente baseadas no conhecimento instrumental, enraizadas em programas de pesquisa cujo desenvolvimento é governado pelas comunidades científicas. A audiência extra-acadêmica vem do mundo político – da indústria e do governo – prontos para explorar descobertas científicas. Frequentemente, essa audiência extra-acadêmica entra na academia para dirigir e supervisionar sua pesquisa, opondo-se prontamente a relações que firam os interesses de seus países, sejam eles na área da pesquisa médica, física nuclear ou bioengenharia (Episteing, 1996; Moore, 1996; Schurman e Munro, 2004). Tal reflexividade crítica, que frequentemente se estende ao debate público,

não é a essência da ciência natural como o é das humanidades. Assim, peças de arte ou literatura são validadas em última instância na base do diálogo entre grupos mais restritos de especialistas ou entre públicos mais amplos. Sua verdade é estabelecida através de seus valores estéticos baseados em sua avaliação discursiva, ou seja, como conhecimentos crítico e público, embora, obviamente, eles podem ser elaborados em escolas de conhecimento instrumental ou mesmo entrar no mundo político.

As ciências sociais estão na interseção entre as humanidades e as ciências naturais desde que, por definição, participam do conhecimento instrumental e do reflexivo. O balanço entre esses dois tipos de conhecimento, contudo, varia entre as ciências sociais. A economia, por exemplo, aproxima as ciências sociais do que podemos chamar de ciência paradigmática, dominada por um único programa de pesquisa (economia neoclássica). A organização da disciplina reflete isso com sua escassez de prêmios (Clark Medal e Prêmio Nobel); controle de elite dos principais jornais; hierarquia evidente, não só dos departamentos, mas também individualmente entre economistas; e a ausência de sub-campos organizados autonomamente. Economistas dissidentes apenas sobrevivem caso consigam se estabelecer em termos profissionais. Na realidade, pode-se ligar a economia profissional à disciplina do Partido Comunista imposta aos seus dissidentes e sua doutrina coerente que ele procura difundir pelo mundo em nome da liberdade¹². A coerência interna da economia lhe confere um maior prestígio no mundo acadêmico e uma maior eficácia no mundo político.

Se a economia é como o Partido Comunista, a Sociologia Americana assemelha-se ao anarco-sindicalismo, uma democracia participativa descentralizada. Ela se baseia em tradições múltiplas e sobrepostas, que se refletem nas atuantes 43 seções e nos seus prêmios em expansão (Ennis 1992), e nos seus mais de 200 jornais de sociologia (Turner e Turner 1990: 159). Nosso modo de operação institucional reflete nossas múltiplas perspectivas – embora nem sempre de forma adequada. Embora a disciplina seja um sistema de casta hierárquico e elitista (Burris, 2004), ela é mais aberta do que a economia como se pode aferir pela mobilidade dos professores entre departamentos e pelo modelo de recrutamento de estudantes graduados (Hans, 2003). A disciplina é mais democrática na eleição de seus administradores. As resoluções de seus membros não se restringem a preocupações profissionais, e é exigido apenas 3% dos membros para se propor um ponto na pauta de votação. Assim, se a economia é mais eficaz no mundo político, a estrutura da sociologia é organizada para que

¹² Marion Fourcade-Gourinchas (2004) documenta a enorme influência internacional da economia americana. Baseando-se nas idéias de Amartya Sen (1999), Peter Evans (2004) tem se dedicado bravamente a levar a economia a um engajamento público orgânico; uma economia que seja sensível às questões locais e à democracia deliberativa.

se possa dar respostas aos diversos públicos. À medida que a nossa vantagem comparativa está na esfera pública, nós temos mais chance de influenciar a política indiretamente através de nossos engajamentos públicos.

Olhando para as outras ciências sociais, a ciência política é um campo fragmentado, mas um campo mais inclinado à política do que aos públicos, no sentido do conhecimento instrumental e não do reflexivo. As tendências atuais em direção ao modelo da escolha racional têm levado a uma reação numa direção reflexiva. O Movimento da Perestroika nas ciências sociais apóia uma abordagem mais institucional em relação à política, e defende uma teoria política como teoria crítica. A antropologia e a geografia são divididas em termos de conhecimento instrumental e reflexivo, de forma que a antropologia cultural e a geografia humana freqüentemente reagem contra o modelo científico de seus colegas, enquanto servem de ponte para as humanidades. A filosofia, uma outra encruzilhada entre as ciências sociais e as humanidades, identifica seu nicho particular no conhecimento crítico.

As divisões disciplinares são muito mais fortes nos Estados Unidos do que em qualquer outro lugar, então o conhecimento “interdisciplinar” leva a uma existência precária nas fronteiras de nossa disciplina. Cada um de nossos quatro tipos de sociologia desenvolve intercâmbios e colaborações particulares com as disciplinas vizinhas. Na interface do conhecimento profissional há um *cruzamento de empréstimos disciplinares*. Quando a sociologia econômica e a sociologia política recorrem às disciplinas vizinhas, o resultado é parte distintiva da sociologia – as bases sociais dos mercados e da política. Na interface do conhecimento crítico, há uma *infusão transdisciplinar*. Feminismo, pós-estruturalismo e teoria crítica da raça têm todos deixado sua marca no engajamento da sociologia crítica com a sociologia profissional. Mas essa infusão tem sido sempre limitada. O desenvolvimento do conhecimento público sempre acontece através de colaboração multidisciplinar como, por exemplo, na “pesquisa de ação participativa”, que une comunidades e acadêmicos a partir de disciplinas complementares. A comunidade define uma questão – habitação popular, poluição ambiental, doenças, renda mínima, educação, etc – e então trabalha em conjunto como um grupo multidisciplinar para formular e moldar métodos. Finalmente, no mundo político existe uma *junta de coordenação* disciplinar que freqüentemente reflete a hierarquia das disciplinas. Assim, áreas de estudo financiadas pelo Estado normalmente trabalham com objetivos políticos bem definidos que dão preferência à ciência política e à economia.

Tendo reconhecido o poder da divisão disciplinar, havendo percebido a variação de combinações do conhecimento instrumental e reflexivo, nós temos agora que nos perguntar o que esta variação significa. Especialmente, há algo de particular no conhecimento sociológico e nos interesses que ele representa? Há boas razões para alguém ser economista ou cientista político e por uma bênção

terminar como sociólogo – uma questão de pouca conseqüência, um acidente bibliográfico? Nós temos nossa própria identidade entre outras ciências sociais? Estas questões me conduzem a minha tese final.

Tese XI: Sociólogos como militantes¹³

Se o ponto de vista da economia é o mercado e sua expansão, e o ponto de vista da ciência política é o Estado e a garantia da estabilidade política, então o ponto de vista da sociologia é a sociedade civil e a defesa do social. Em tempos de tirania do mercado e despotismo estatal, a sociologia – em particular sua face pública – defende os interesses da humanidade.

As ciências sociais não são um caldeirão de disciplinas porque as disciplinas representam interesses diferentes e opostos – principalmente interesses de preservação dos terrenos nos quais se assentam seus conhecimentos. A economia, como nós sabemos hoje, depende da existência de mercados e tem interesse em sua expansão; a ciência política depende do Estado e tem interesse na sua estabilidade política; enquanto a sociologia depende da sociedade civil e tem interesse na expansão do social.

Mas o que é sociedade civil? Para os propósitos do meu argumento aqui nós podemos defini-la como um produto do capitalismo ocidental de fins do século XIX que produziu associações, movimentos e públicos que eram externos tanto ao Estado como à economia – partidos políticos, sindicatos, educação escolar, comunidades de fé, mídia impressa e uma variedade de organizações voluntárias. Esse conglomerado de vida associativa é o único ponto de vista da sociologia, de forma que quando ele desaparece – União Soviética de Stalin, Alemanha de Hitler, Chile de Pinochet – a sociologia desaparece também. Quando a sociedade civil floresce – Perestroika ou fins do Apartheid na África do Sul – o mesmo acontece à sociologia.

A sociologia pode estar conectada à sociedade por um cordão umbilical, mas, obviamente, isso não significa que a sociologia estuda apenas a sociedade civil. Longe disso. Ela estuda o Estado ou a economia sobre o ponto de vista da sociedade civil. A sociologia política, por exemplo, não é o mesmo que ciência política. Ela examina as precondições sociais da política e a politização do social,

¹³ Retirado do ensaio de Alvin Gouldner (1968) de mesmo título. Igualmente pertinentes à Tese XI são as palavras desafadoras de Pierre Bourdieu: “O etnossociólogo é uma espécie de intelectual orgânico da humanidade que, como um agente coletivo, pode contribuir para desnaturalizar ou desfatalizar a existência, colocando sua competência à serviço do universalismo enraizado no entendimento dos particularismos”. Citado em Wacquant (2004).

da mesma forma que a sociologia econômica é muito diferente da economia, na verdade ela foca exatamente no que a economia passa por cima, as fundações sociais do mercado.

Essa divisão tripartite das ciências sociais – eu não tenho espaço aqui para incluir vizinhos como a geografia, a história e a antropologia – era verdade quando do seu nascimento no século XIX, mas as fronteiras se apagaram no século XX (com a fusão e sobreposição das fronteiras do Estado, economia e sociedade). Nos últimos trinta anos, entretanto, esta separação tripla tem experimentado um renascimento encabeçado pelo unilateralismo do Estado, por um lado, e pelo fundamentalismo de mercado por outro. Nesse período, a sociedade civil tem sido colonizada e cooptada pelos mercados e pelos Estados. E mais, a oposição a essas forças gêmeas vem, se realmente vem, da sociedade civil, entendida em sua expressão local, nacional e transnacional. Nesse sentido, a afiliação da sociologia à sociedade civil, ou seja, à sociologia pública, representa os interesses da humanidade – interesses em manter acuados tanto o despotismo estatal como a tirania do mercado.

Deixe-me imediatamente esclarecer o que disse. Primeiro, eu realmente acredito que a economia e a ciência política, entre elas, têm fabricado bombas-relógio ideológicas que têm justificado os excessos dos mercados e dos Estados, excessos que estão destruindo as fundações da universidade pública, ou seja, as suas próprias condições acadêmicas de existência, assim como tudo mais. Ainda, mesmo reconhecendo isso, não pretendo menosprezar a importância dos cientistas políticos e dos economistas. As disciplinas, no final das contas, são campos de poder, cada um com suas forças dominantes e opositoras. Pense no movimento da Perestroika na ciência política ou na rede da *Economia Pós-Autista* – uma economia que reconhece os indivíduos como seres humanos maduros e multifacetados. Como sociólogos nós podemos achar, e na verdade temos achado, aliados e colaboradores nessas forças de oposição.

O campo da sociologia também é dividido. A sociedade civil, afinal de contas, não é nenhum comunitarismo harmonioso, mas é cindida por segregações, dominações e explorações¹⁴. Historicamente, a sociedade civil tem sido branca e masculina. Quando foi se tornando mais inclusiva, ela foi invadida pelo Estado e pelo mercado, o que se refletiu na sociologia pelo uso acrítico de conceitos tais como capital social. A sociedade civil tem muito de um terreno de contestação, mas mesmo assim, eu argumentaria que, na presente conjuntura, é o melhor terreno para a defesa da humanidade – uma defesa que seria auxiliada pelo estímulo de uma sociologia pública de matriz crítica.

¹⁴ É aqui que eu me diferencio da perspectiva durkheimiana dos comunitaristas, tais como Amitai Etzioni (1993) e Philip Selznick (2002), que focam a relação moral do indivíduo com a sociedade e que consideram as hierarquias, dominações, exclusões, etc, como interferências inoportunas. Da mesma forma que eles não centralizam as divisões da sociedade, eles também evitam divisões na sociologia e na academia como um todo.

Como nós podemos atingir esse objetivo? Como eu já sugeri na Tese VII a divisão institucional do trabalho sociológico e do campo de poder correspondente tem até aqui restringido a expansão das sociologias públicas. Nós não teríamos que defender a sociologia pública caso não houvesse obstáculos à sua realização. Superá-los requer compromisso e sacrifício que muitos já têm feito e continuam a fazer. Esta é a razão pela qual se tornaram sociólogos – não para fazer dinheiro, mas para construir um mundo melhor. Então, já existe um bom número de sociologias públicas. Mas também há novos desenvolvimentos. Assim, a revista Contexts tem dado um importante passo em direção à sociologia pública. O escritório central da ASA tem impetrado esforços vigorosos de expansão e de lobby, com suas resoluções congressuais e suas publicações impressas regulares, mas também com suas colunas no nosso jornal Footnotes. Este ano a ASA introduziu um novo prêmio que irá reconhecer excelência em relatos de sociologia na mídia. Nós temos que cultivar uma relação de colaboração entre sociologia e jornalismo, pois os jornalistas constituem-se por si próprios em um público, além de posicionarem-se entre nós e uma *série de outros públicos*.

A ASA também estabeleceu uma força tarefa para a institucionalização das sociologias públicas, que irá considerar três questões centrais. Primeiro, ela irá considerar como reconhecer e validar a sociologia pública já existente, fazendo visível o que é invisível, fazendo com que o privado torne-se público. Segundo, a força tarefa irá considerar como introduzir incentivos para a sociologia pública, para premiar a busca pela sociologia pública, geralmente fraca em méritos e promoções. Os departamentos já têm criado prêmios e blogs, e têm desenvolvido grades curriculares para a sociologia pública. Terceiro, se nós vamos reconhecer e premiar a sociologia pública então nós temos que desenvolver critérios que distingam a sociologia pública boa da má. E nós devemos nos perguntar quem deveria avaliar a sociologia pública. Nós devemos estimular o que há de melhor na sociologia pública, não importa o que isto venha a significar. A sociologia pública não pode ser uma sociologia de segunda grandeza.

Independentemente da importância que essas mudanças institucionais venham a ter, o sucesso da sociologia pública não virá de cima, mas de baixo. O sucesso virá quando a sociologia pública atrair a imaginação dos sociólogos, quando os sociólogos reconhecerem a importância e os méritos próprios da sociologia pública, e quando os sociólogos a praticarem como um movimento social para além da academia. Eu antevio milhares de nódulos, cada um forjando colaborações dos sociólogos com seus públicos, fluindo em conjunto numa mesma corrente. Eles irão recorrer a um século de pesquisa extensiva, elaborar teorias, praticar intervenções e pensamento crítico, alcançando entendimentos comuns através de múltiplas fronteiras, especialmente, mas não apenas, entre as fronteiras nacionais, e, em assim o fazendo, livram-se do que é velho. Nosso anjo da história irá então estender suas asas e planar acima da tempestade.

Referencias

- ABBOTT, Andrew. (2001). *Chaos of Disciplines*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- American Sociological Association. 2004 *An Invitation to Public Sociology*. Washington, DC: American Sociological Association.
- ARENDT, Hannah. (1958). *The Human Condition*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- BELLAH, Robert, Richard Madsen, William M. Sullivan, Ann Swidler and Steven Tipton. (1985). *Habits of the Heart: Individualism and Commitment in American Life*. Berkeley, CA: University of California Press.
- BENJAMIN, Walter. (1968). *Illuminations*. Edited and with an introduction by Hannah Arendt. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- BERGER, Peter. (2002). 'Whatever Happened to Sociology?' *First Things* 126: 27–29.
- BIELBY, William. (2003). *Betty Dukes, et al. v. Wal-Mart Stores, Inc.*
- BLAU, Peter and Otis Dudley Duncan. (1967). *The American Occupational Structure*. New York: John Wiley.
- BOK, Derek. (2003). *Universities in the Marketplace*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- BOURDIEU, Pierre. (1986). [1979] *Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste*. New York: Routledge and Kegan Paul.
- BOURDIEU, Pierre. (1988). [1984] *Homo Academicus*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- BROWN, Phil, Stephen Zavestoski, Sabrina McCormick, Brian Mayer, Rachel Morello-Frosch and Rebecca Gasio Altman. (2004). *Sociology of Health and Illness* 26:50–80.
- BURRIS, Val. (2004). 'The Academic Caste System: Prestige Hierarchies in PhD Exchange Networks.' *American Sociological Review* 69: 239–264.
- COLE, Stephen (ed). (2001). *What's Wrong with Sociology?* New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- COLEMAN, James. (1966). *Equality of Educational Opportunity*. Washington, DC: United States Department of Health, Education and Welfare.
- COLEMAN, James. (1975). *Trends in School Segregation, 1968–1973*. Washington, DC: Urban Institute.
- COLEMAN, James. (1991). 'A Quiet Threat to Academic Freedom.' *National Review* 43: 28–34.
- COLEMAN, James. (1992). 'The Power of Social Norms.' *Duke Dialogue* 3.
- COLLINS, Patricia Hill. (1991). *Black Feminist Thought*. New York: Routledge. Columbia Accident Investigation Board. 2003 *Report*. Vol. I. Washington, DC: Government Printing Office.
- DEWEY, John. (1927). *The Public and Its Problems*. New York: Henry Holt.
- DU BOIS, W.E.B. (1903). *The Souls of Black Folk*. New York: A.C. McClurg.
- EHRENREICH, Barbara. (2002). *Nickel and Dimed*. New York: Henry Holt.
- ENNIS, James. (1992). 'The Social Organization of Sociological Knowledge: Modeling the Intersection of Specialties.' *American Sociological Review* 57: 259–65.
- EPSTEIN, Steven. (1996). *Impure Science*. Berkeley, CA: University of California Press.
- ETZIONI, Amitai. (1993). *The Spirit of Community*. New York: Simon and Schuster.
- EVANS, Peter. 2004 'Development as Institutional Change: The Pitfalls of Monocropping

- and the Potentials of Deliberation.' *Studies in Comparative International Development* 38: 30–53.
- FOURCADE-GOURINCHAS, Marion. (2004). 'The Construction of a Global Profession: The Case of Economics,' Department of Sociology, University of California, Berkeley, CA. Unpublished manuscript.
- FRASER, Nancy. (1997). *Justice Interruptus*. New York: Routledge.
- GAMSON, William. (2004). 'Life on the Interface.' *Social Problems* 51: 106–10.
- GANS, Herbert. (2002). 'More of Us Should Become Public Sociologists.' *Footnotes* (July/August) 30: 10.
- GOODWIN, Jeff and Jim Jasper, eds. (2004). *Rethinking Social Movements*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield.
- GOULDNER, Alvin. (1968). 'The Sociologist as Partisan: Sociology and the Welfare State.' *American Sociologist* 3: 103–16.
- GOULDNER, Alvin. (1970). *The Coming Crisis of Western Sociology*. New York: Basic Books.
- HABERMAS, Jürgen. (1984). *The Theory of Communicative Action*. (Two Volumes). Boston, MA: Beacon.
- HABERMAS, Jürgen. (1991). [1962] *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge, MA: MIT Press.
- HAN, Shin-Kap. (2003). 'Tribal Regimes in Academia: A Comparative Analysis of Market Structure Across Disciplines.' *Social Networks* 25: 251–80.
- HORKHEIMER, Max. (1974). [1947] *Eclipse of Reason*. New York: Seabury Press.
- HORKHEIMER, Max and Theodor Adorno. (1969). [1944] *Dialectic of Enlightenment*. New York: Seabury Press.
- HOROWITZ, Irving Louis. (1993). *The Decomposition of Sociology*. New York: Oxford University Press.
- JACOBY, Russell. (1987). *The Last Intellectuals: American Culture in the Age of Academe*. New York: Noonday Press.
- KANG, Kelly. (2003). *Characteristics of Doctoral Scientists and Engineers in the United States: 2001*. Arlington, VA: National Science Foundation. Division of Science Resources Statistics.
- KIRP, David. (2003). *Shakespeare, Einstein, and the Bottom Line*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- LAKATOS, Imre. (1978). *The Methodology of Scientific Research Programmes*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- LARSON, Olaf and Julie Zimmerman. (2003). *Sociology in Government: The Galpin-Taylor Years in the U.S. Department of Agriculture 1919–1953*. University Park, PA: University of Pennsylvania Press.
- LEE, Alfred McClung. (1976). 'Sociology for Whom?' *American Sociological Review* 41:925–936.
- LIPPMANN, Walter. (1922). *Public Opinion*. New York: Harcourt, Brace and Company.
- LIPSET, Seymour Martin and Neil J. Smelser. (1961) *Sociology: The Progress of a Decade*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- LYMAN, Stanford. (1992). *Militarism, Imperialism, and Racial Accommodation: An Analysis and Interpretation of the Early Writings of Robert E. Park*. Fayetteville, AK: University of Arkansas Press.

- LYND, Robert. (1939). *Knowledge for What? The Place of Social Sciences in American Culture*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- MARULLO, Sam and Bob Edwards (eds.). (2000). 'Service-Learning Pedagogy as Universities' Response to Troubled Times.' Special issue of *American Behavioral Scientist* 43: 741–912.
- McCORMICK, Sabrina, Julia Brody, Phil Brown and Ruth Polk. (2004) 'Public Involvement in Breast Cancer Research: An Analysis and Model for Future Research.' *International Journal of Health Services*. Vol. 34, N. 4.
- MERTON, Robert. (1949). *Social Theory and Social Structure*. Glencoe, IL: Free Press.
- MILLS, C. Wright. (1959). *The Sociological Imagination*. New York: Oxford University Press.
- MOORE, Kelly. (1996). 'Organizing Integrity: American Science and the Creation of Public Interest Organizations, 1955–1975.' *American Journal of Sociology* 101:1592–1627.
- MUELLER, John. (1973). *War, Presidents and Public Opinion*. New York: John Wiley.
- MYRDAL, Gunnar. (1944). *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*. New York: Harper and Row.
- OSTROW, James, Garry Hesser and Sandra Enos (eds.). (1999). *Cultivating the Sociological Imagination: Concepts and Models for Service-Learning in Sociology*. Washington, DC: American Association for Higher Education.
- PAGER, Devah. (2002). *The Mark of a Criminal Record*. Ph.D. dissertation, Department of Sociology, University of Wisconsin, Madison, WI.
- PARK, Robert. (1972). [1904] *The Crowd and the Public*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- PARSONS, Talcott. (1937). *The Structure of Social Action*. New York: McGraw Hill.
- PARSONS, Talcott. (1951). *The Social System*. New York: Free Press.
- PARSONS, Talcott. (1961). 'An Outline of the Social System.' Pp. 30–79 in *Theories of Society* edited by Talcott Parsons, Edward Shils, Kaspar Naegle, and Jesse Pitts. New York: Free Press.
- PATTERSON, Orlando. (2002). 'The Last Sociologist.' *The New York Times*, May 19th. President's Research Committee on Social Trends. 1933 *Recent Social Trends in the United States*. New York: McGraw-Hill.
- PURSER, Gretchen, Any Schalet and Ofer Sharone. (2004). *Berkeley's Betrayal: Wages and Working Conditions at Cal*. Presented at the annual meeting of the American Sociological Association, August 16, San Francisco, CA.
- PUTNAM, Robert. (2001). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster.
- RHOADES, Lawrence. (1981). *A History of the American Sociological Association, 1905–1980*. Washington, DC: American Sociological Association.
- RIESMAN, David. (1950). *The Lonely Crowd: A Study of the Changing American Character*. New Haven, CT: Yale University Press.
- RYAN, Charlotte. (2004). 'Can We Be Compañeros?' *Social Problems* 51: 110–13.
- SCHURMAN, Rachel and William Munro. (2004). 'Intellectuals, Ideology, and Social Networks: The Process of Grievance Construction in the Anti-Genetic Engineering Movement.' Department of Sociology, University of Illinois, Urbana-Champaign, IL. Unpublished manuscript.

- SELZNICK, Philip. (2002). *The Communitarian Persuasion*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- SEN, Amartya. (1999). *Development as Freedom*. New York: Random House.
- SENNETT, Richard. (1977). *The Fall of Public Man*. New York: W.W. Norton.
- SITAS, Ari. (1997). 'The Waning of Sociology in South Africa.' *Society in Transition* 28:12-9.
- SKOCPOL, Theda. (2003). *Diminished Democracy: From Membership to Management in American Civic Life*. Norman, OK: University of Oklahoma Press.
- SMITH, Dorothy. (1987). *The Everyday World As Problematic*. Boston, MA: Northeastern University Press.
- SPALTER-ROTH, Roberta and William Erskine. (2004). *Academic Relations: The Use of Supplementary Faculty*. Washington, DC: American Sociological Association.
- STACEY, Judith. (2004). 'Marital Suitors Court Social Science Spin-sters: The Unwittingly Conservative Effects of Public Sociology.' *Social Problems* 51: 131-45.
- STACEY, Judith and Timothy Biblarz. (2001). '(How) Does the Sexual Orientation of Parents Matter?' *American Sociological Review* 66: 159-83.
- STOUFFER, Samuel et al. (1949). *The American Soldier*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- STRAND, Kerry, Sam Marullo, Nick Cutforth, Randy Stoecker and Patrick Donohue. (2003). *Community-Based Research and Higher Education*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- TURNER, Stephen and Jonathan Turner. (1990). *The Impossible Science: An Institutional Analysis of American Sociology*. London and Newbury Park, CA: Sage Publications.
- UGGEN, Christopher and Jeffrey Manza. (2002). 'Democratic Contraction? Political Consequences of Felon Disenfranchisement in the United States.' *American Sociological Review* 67: 777-803.
- VAUGHAN, Diane. (2004). 'Public Sociologist by Accident.' *Social Problems* 51: 115-18.
- WAITE, Linda and Maggie Gallagher. (2000). *The Case for Marriage*. New York: Doubleday.
- WALLERSTEIN, Immanuel, Calestous Juma, Evelyn Fox Keller, Jürgen Kocka, Dominique Lecourt, V.Y. Mudimbe, Kinhide Miushakoji, Ilya Prigogine, Peter J. Taylor and Michel-Rolph Trouillot. (1996). *Open the Social Sciences: Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- WACQUANT, Loïc. (2004). 'Following Bourdieu into the Field.' *Ethnography* 5(4).
- WARNER, Michael. (2002). *Publics and Counterpublics*. New York: Zone Books.
- WEBSTER, Edward. (2004). 'Sociology in South Africa: Its Past, Present and Future.' *Society in Transition* 35: 27-41.
- WILSON, William Julius. (1996). *When Work Disappears*. New York: Knopf.
- WOLFE, Alan. (1989). *Whose Keeper?* Berkeley, CA: University of California Press.

RESUMO*Por uma Sociologia Pública*

Em resposta à crescente distância entre o *ethos* sociológico e o mundo que nós estudamos, o objetivo da sociologia pública é engajar múltiplos públicos de várias formas. Essas sociologias públicas não deveriam ser deixadas ao relento, mas trazidas para as instituições de nossa disciplina. Dessa forma nós tornamos a sociologia pública uma iniciativa visível e legítima, e, assim, revigoramos a sociologia como um todo. Igualmente, se mapearmos a divisão do trabalho sociológico, nós descobriremos interdependências antagonísticas entre quatro tipos de conhecimento: profissional, crítico, político e público. Numa situação ideal, o florescimento de cada tipo de sociologia é a condição para o florescimento de todas, mas elas podem facilmente assumir formas patológicas ou tornarem-se vítimas de exclusão e subordinação. Este campo de poder nos convida a explorar as relações entre os quatro tipos de sociologia à medida que eles variam historicamente e nacionalmente, e fornecem modelos para carreiras individuais divergentes. Finalmente, comparar disciplinas aponta para a ligação umbilical que conecta a sociologia ao mundo dos públicos, ressaltando o investimento particular da sociologia na defesa da sociedade civil, ela mesma oprimida pela dominação dos mercados e dos Estados.

Palavras-chave: sociologia pública; sociologia profissional; sociologia crítica; conhecimento instrumental; conhecimento reflexivo

ABSTRACT*For Public Sociology*

Responding to the growing gap between the sociological ethos and the world we study, the challenge of public sociology is to engage multiple publics in multiple ways. These public sociologies should not be left out in the cold, but brought into the framework of our discipline. In this way we make public sociology a visible and legitimate enterprise, and, thereby, invigorate the discipline as a whole. Accordingly, if we map out the division of sociological labor, we discover antagonistic interdependence among four types of knowledge: professional, critical, policy, and public. In the best of all worlds the flourishing of each type of sociology is a condition for the flourishing of all, but they can just as easily assume pathological forms or become victims of exclusion and subordination. This field of power beckons us to explore the relations among the four types of sociology as they vary historically and nationally, and as they provide the template for divergent individual careers. Finally, comparing disciplines points to the umbilical chord that connects sociology to the world of publics, underlining sociology's particular investment in the defense of civil society, itself beleaguered by the encroachment of markets and states.

Keywords: Public sociology, professional sociology, critical sociology, instrumental knowledge, reflexive knowledge

**THEODOR W. ADORNO E JÜRGEN HABERMAS -
DUAS MANEIRAS DE SER UM INTELLECTUAL
PÚBLICO: CONSIDERAÇÕES SOCIOLÓGICAS
ACERCA DA TRANSFORMAÇÃO DE UMA FIGURA
SOCIAL DA MODERNIDADE***

Stefan Müller-Doohm

Nada é mais inadequado ao intelectual
que pretende ser aquilo que antigamente se
chamava filósofo do que, numa discussão
ou até mesmo na argumentação, querer ter razão.
(Theodor Adorno *Mínima Moralia*)

Quanto a mim, eu sou o que poderia ser chamado de
o último dos moicanos.
(Jürgen Habermas, Entrevista)

Nosso objetivo neste texto é esclarecer o tipo social do intelectual¹ para daí poder analisar a sua função no espaço cultural da sociedade. Para isso, a partir de pesquisas mais recentes sobre os intelectuais, partimos da premissa de que o intelectual isolado não existe. Não pretendemos examinar os intelectuais na história (Winock 2003) nem seguir as linhas de uma semântica conceitual histórica (Bering 1978), mas queremos nos limitar a fazer uma comparação exemplar de auto-descrições e de descrições alheias de dois intelectuais representativos para as suas épocas: Theodor W. Adorno e Jürgen Habermas. A análise daquilo que eles têm em comum e daquilo que diferencia estes dois críticos da sociedade que, através da sua práxis intelectual, marcaram as situações

* Artigo originalmente publicado em Winfried Gebhardt/ Ronald Hitzler (eds.), “Nomaden, Flaneure, Vagabunden. Wissensformen und Denkstile der Gegenwart”, *VS Verlag für Sozialwissenschaften*, Wiesbaden 2005, pp. 23-37. Uma tradução em inglês foi publicada, sob o título, “Theodor W. Adorno and Jürgen Habermas – Two Ways of Being a Public Intellectual. Sociological Observations Concerning the Transformation of a Social Figure of Modernity” in *European Journal of Social Theory*, 8(3), 2005, pp. 269-280. Tradução do original: Ângela Susanne H. Jeunon.

¹ A expressão “tipo” deve ser compreendida como a abstração de um caso sociológico através de categorias refletidas e teoricamente determinadas.

intelectuais de suas épocas, isto é, esta justaposição de duas maneiras de expressão intelectual permite analisar alguns fatores condicionados pela história da época em relação à modificação do intelectual como representante social. Essa análise do caso possibilita mostrar o que Bourdieu tem afirmado, isto é, desde a época do “j'accuse” de Zola, o intelectual precisa sempre ser reinventado (Hillmann 1997 p. 79; Bourdieu, 1992, p. 185).

Nosso procedimento será o seguinte: na introdução lembraremos de algumas propriedades gerais do intelectual como atuante social (I). Em seguida, analisaremos a maneira como Adorno e Habermas se expuseram publicamente, dentro e diante da sociedade, cada um na sua forma particular. (II e III). Portanto, a pergunta é a seguinte: qual é exatamente a especificidade da crítica articulada publicamente que chama a atenção para desenvolvimentos errôneos ou deficiências estruturais que, segundo Adorno ou Habermas, podem ser constatados na sociedade, na cultura e na política (IV)? Parece-nos que, através dessa análise comparativa de formas diversificadas da práxis intelectual, podem ser descritas propriedades sociológicas gerais das formas intelectuais de pensamento e da função de crítica intelectual no contexto de sua situação social.

I

Sabe-se que Karl Mannheim considerou o intelectual socialmente desvinculado, fato em que ele se inclui: não situado num lugar específico, mas num entre-lugar. Neste sentido, ele caracteriza, nas suas cartas de Heidelberg de 1921, “os intelectuais como um grupo disperso que não tem um chão firme onde possa pisar. (...) A decisão em relação à questão de se alguém faz parte desse segmento particular tem que ser tomada caso a caso.” (Karadi *et al.*, 1985 p.75) É verdade que ninguém é predestinado por nascença ou origem a se tornar intelectual e que a competência de um intelectual não pode ser vista como profissão. Sendo assim, a práxis intelectual não pode ser uma atividade profissional principal ou especial. Pelo contrário, ela pode ser considerada uma virtude que tem obrigações à consciência para com a própria consciência. Ela não acontece tão frequentemente e é por isso, culturalmente, que chama muito a atenção. Desde o caso de Dreyfuss, pessoas cultas são chamadas intelectuais, se elas se arriscam a discordar criticamente em público.² O intelectual potencial se torna atual quando

² Veja Gilcher-Holtey (1997, p.61). Jakob Taubes constata: “O manifesto dos intelectuais de 1898, em plena affaire Dreyfuss, foi apoiado principalmente pela Ecole Normale Supérieure, fato que criou as condições para a República dos Professores, que representava, no anos vinte do século passado, a Terceira República. A Affaire de Dreyfuss dividiu os franceses em dois campos, de um lado as forças do Ancien Regime, representadas pela igreja e a força militar, e do outro lado os portadores da revolução, os intelectuais (...) Portanto, os intelectuais da França, até hoje, se posicionam no campo político da esquerda, de maneira mais homogênea do que no resto da Europa” (Taubes, 1996, p.327).

ele se dedica a expressar publicamente a sua crítica. Crítica, neste contexto, não se refere à práxis de falsificação metodicamente controlada do cientista profissional (este tem que respeitar o princípio da imparcialidade). Crítica se refere aqui às intervenções numa determinada situação, limitadas pelo tempo, mas repetidas, conscientemente em oposição aos problemas prático-políticos de convivência. Neste sentido, a crítica normativa que originou a intervenção intelectual não se dirige à comunidade científica, mas à esfera pública pluralista, e ataca situações erradas da organização institucional, criticando certas praxes políticas suspeitas: trata-se de uma crítica que procura abrir novas perspectivas. O intelectual, mesmo sendo expert em qualquer área, não fala aqui com a autoridade do especialista científico. Ele usa uma linguagem culta compreensível, ele se permite nas suas intervenções o uso de figuras retóricas, dramatizações, polêmicas, ironia e generalizações que podem ter um efeito polarizante nos receptores.

O intelectual tem que ser capaz de demonstrar, com credibilidade, de um lado, a sua independência como cientista, escritor ou artista, pois essa autonomia o identifica como alguém cuja voz merece ser ouvida. De outro lado, ele tem que usar essa liberdade para se posicionar de maneira clara e convincente no campo de interesses políticos opostos.³ Neste tipo de crítica prática, o intelectual tem que estar com os pés no chão – ao contrário do que pensou Mannheim – pois sua crítica veicula sempre valorizações. Essa orientação baseada em valores é o motivo verdadeiro que justifica o engajamento no papel do intelectual. Neste papel, ele não é somente o intérprete dos valores básicos reconhecidos pela sociedade, mas também faz lembrar à sociedade suas próprias premissas normativas e seu desrespeito. Entretanto, a posição de valores não é o resultado de uma ligação de ética profissional ou de política partidária fixada per se, nem pela parcialidade de interesses imediatos. Cientistas, escritores, jornalistas ou artistas que criticam publicamente são qualificados como intelectuais de maneira positiva ou negativa, pois a sua posição pode ser entendida como autônoma ou neutra.

Mannheim pensa nessa forma de “não-lugar estrutural”⁴ entre a autonomia

³ Neste sentido, “autonomia intelectual e engajamento político” formam “os dois elementos estruturalmente complementares, dos quais se constitui o papel do intelectual” (Hillmann, 1997 p.80).

⁴ Compare Oevermann (2001, p 13). No seu trabalho, Oevermann propõe uma definição do intelectual através de uma determinação sociológica precisa do seu lugar social e de sua função: um intelectual é uma pessoa que é capaz de (através do desempenho intelectual da argumentação ou da representação exemplificadora de um tema atual, público, que interessa ao público como foro de uma comunidade político-cultural em relação à sua auto-valorização central e que, por isso, influencia os seus valores constitutivas) conseguir, dentro do público *ad hoc*, ser ouvido. Entretanto, esse público não é marcado pela afirmação conteudística, pela concordância ou conformidade, como no caso do carisma de um líder

intelectual e o engajamento político na esfera do público quando ele destaca a independência do intelectual.

II

É verdade que Adorno, um dos críticos mais fortes de Mannheim, tenta nas suas reflexões sobre a posição paradoxal do intelectual, dar uma explicação estrutural mais precisa da contradição inerente a esse tipo social. Entretanto, quando ele mesmo se identifica com a figura já perecida do intelectual na terra de ninguém e constata na *Minima Moralia* de que os intelectuais eram os últimos inimigos do povo e, ao mesmo tempo, os últimos cidadãos, pelo menos essa visão se encontra em concordância com o seu opositor dos anos trinta (Adorno, 1997, p.28). Mas Adorno observou de maneira mais precisa do que Mannheim as aporias do papel do intelectual na sociedade pós-burguesa, na sociedade integral e socializada, uma vez que sua observação do intelectual é aguçada pela experiência de um decênio e meio de exílio. Ela é primordial para sua politização e para a auto-descrição como intelectual cuja visão do mundo ganhou um aspecto neutro e militante através da marginalidade vivenciada por ser um estrangeiro. Não é em vão que Adorno se autodefine como um “expatriado profissional” (Adorno/Mann, 2002 p.49). A condição para ter a possibilidade da intransigência na crítica é, segundo as palavras de Adorno, de “não (...) estar mais em casa em canto nenhum, fato que não deve gerar tantas queixas para aquele cujo trabalho consiste na desmistificação” (Ibidem p.62).

O intelectual que, em solidariedade com a humanidade inteira, quer lutar pela liberdade dela, somente pode fazer isso de fora, na solidão absoluta (...) Toda participação, toda humanidade na comunicação e participação é apenas uma máscara para a aceitação tácita do desumano.” (Adorno, 1997 p.27). De outro lado, o distanciamento que o intelectual postula para ele, é uma ilusão. “A pessoa distanciada fica tão ligada quanto a ativa (...). A própria distância da atividade é um luxo que é produto dela mesma” (Ibidem). Diante desse impasse, fica para o intelectual aquele conselho moral pouco ambicioso, o de “renunciar ao abuso ideológico da própria existência” (Ibidem, p.29).

Até que ponto o próprio Adorno, não como pessoa, mas na sua práxis intelectual, realizou esse axioma? Essa questão pode ser discutida com bastante precisão através do exemplo da sua contribuição para o discurso sobre o passado e sobre a culpa da Alemanha pós-guerra. Pouco tempo após a volta do

político, mas pela provocação e pela continuação da disputa do pró ou contra da proposição ou oposição. O fato de ser considerado intelectual ou não é definido somente através do desempenho de argumentação ou de exemplificação ilustradora que recebe tanto eco para poder provocar ou continuar um debate polêmico que deve ser referência para a discussão pública” (p.20.s).

exílio americano para Frankfurt, Adorno assume conscientemente o risco de falar da corda no país do carrasco; (Cf. Müller-Dohm 2003, p.583) ele provoca o público literário com a frase publicada em 1951 de que era bárbaro escrever ainda um poema após Auschwitz. Falando assim, ele teve a consciência de que com esse discurso ele ia se expor de tal maneira que nunca mais poderia regressar à torre de marfim da ciência pura. Ele avança mais um passo, coloca-se totalmente na luz dos holofotes do público, quando, no fim dos anos cinquenta e no início dos anos sessenta, ele profere conferências sobre assuntos como: “O que significa *Assumir a Culpa do Passado?*” ou “a Luta contra o Anti-Semitismo Hoje” ou “Educação Pós-Auschwitz”. Naquela época, marcada por reações anti-semitas na Alemanha ocidental, o filósofo e cientista investe toda a reputação da sua posição para alertar o público sobre a persistência de idéias nacional-socialistas. Ele declara: “Considero a sobrevivência do nacional-socialismo *dentro* da democracia mais perigosa do que a sobrevivência de tendências fascistas *contra* a democracia” (Adorno, 1997a p.555). Ao mesmo tempo, exprime o medo de que a democracia parlamentar ia ser percebida pelos cidadãos como uma manifestação de poder. Segundo Adorno, este fato demonstra que a democracia não se tornou tão familiar para ser entendida pelas pessoas como coisa própria delas e, também, para se considerarem os sujeitos do processo político” (Ibidem p.559).

Assim, Adorno, no papel do intelectual, usava conferências públicas e discussões áudio-transmitidas para divulgar com insistência a sua opinião de que a democracia na Alemanha só tinha uma chance apenas no caso do processo de reflexão sobre o passado fosse realizado com êxito. Quando, através do processo de Auschwitz em Frankfurt e do processo contra Eichmann em Israel, no final dos anos 60, o discurso do passado começa a se instalar aos poucos na Alemanha, Adorno se engaja como intelectual que se dirige aos cidadãos de uma sociedade que está se fortalecendo politicamente. Ele reflete sociologicamente essa função de esclarecimento como “inclinação em direção ao sujeito, fortalecimento de sua auto-estima” (Ibidem, p.571). Ele pretende usar meios retóricos e formulações provocativas para sacudir a população que deve ser confrontada com a realidade de Auschwitz e com aquilo que está implícito neste nome. Através desse imperativo que ele profere incansavelmente contra o silêncio, Adorno ocupa uma posição de agitador do público; ele se posiciona como militante da negação ou até como agitador (Kramer, 1996, p.513). Com a sua crítica das diversas formas de recusa de usar a culpa dos alemães como objeto de debate consciente, ele contribui de maneira essencial à instalação de um processo de auto-entendimento sobre o acontecido e sobre a função da democracia. Ele não só contribui para o fato de que o teor normativo da constituição democrática se torna objeto de discussão pública, mas ele é um dos protagonistas responsáveis pela segunda fundação, dessa vez intelectual, da república (Albrecht, 1999; Bonacker, 1999, p. 170). Dessa

forma, Adorno se tornou, através de suas “intervenções”, alguém que impulsionou a formação da opinião pública.

É bem verdade que a crítica, que Adorno pronunciava incansavelmente contra o não-reconhecimento de culpa dos Alemães e da falta de consciência democrática, encontra-se em contraste aparente com a sua própria postura em relação ao engajamento político. Adorno, que se orientava pela cultura exclusiva do cânon da burguesia culta, diz claramente: “Na Alemanha, muitas vezes o engajamento fica no nível de berros, não ultrapassa aquilo que todo mundo diz, ou, pelo menos, o que todo mundo, secretamente, quer escutar.” (Adorno, 1997b, p. 429). Ele insiste no fato de que não pode ser tarefa do intelectual de defender uma programa político, mesmo que este seja muito progressista. Pois essa intervenção pode influenciar diminuindo o peso que tem a realidade política: fato que também minimiza a eficiência política” (Ibidem, p. 418) Apesar de Adorno não fazer parte dos mudos no seu país e não querer estagnar em contemplanções auto-suficientes⁵, ele observa com um olhar cético a intenção politicamente motivada daqueles filósofos e artistas como, por exemplo, Sartre e Brecht que se consideram muito corajosos no papel do intelectual a serviço do progresso e da coisa revolucionária, quando eles “em desespero contra a violência, adotam práticas violentas” (Adorno, 1997b p. 421).

Adorno considera que filosofia e arte não deveriam ser usadas como apelo para a ação ou para demarcar alternativas, mas “deveriam resistir apenas através de sua forma às exigências cotidianas que continuam colocando uma pistola na cabeça das pessoas” (Ibidem, p. 413). Neste sentido, não entende seu papel de intelectual como engajamento para uma política esclarecedora, mas como o rompimento de tabus. Ele não se dirige ao público autônomo, mas à sociedade como sujeito homogêneo. Do mesmo modo que ele se percebe como não-integrado, ele não quer participar no discurso do público na perspectiva do participante, mas naquela de um lugar extra-territorial. O seu engajamento como intelectual é alimentado pela “força à dissidência” (Jaques Derrida), de se manter totalmente distante da vida política e das tendências dominantes das opiniões públicas que devem ser avaliadas à luz da verdade objetiva.

Adorno, por ser convencido que até a maior infelicidade tem que ser pensada até o fim, representa a figura do intelectual como dissidente do público. Apesar de ter sido ele que colocou o espaço público alemão dos anos pós-guerra em movimento, foi quem manteve sempre o papel do dissidente. Adorno, para quem comunicação é até mesmo traição da coisa, representa, até lingüisticamente, o tipo do intelectual anti-consensual. O impulso de dizer “não” se refere em geral à vida prática de uma sociedade. Neste sentido, ele formula o

⁵ Isto não está em contradição com o fato de que a filosofia de Adorno é, no fundo, uma filosofia da contemplação (Cf. Seel 2004).

postulado: “O objetivo de uma práxis certa seria a sua aniquilação” (Adorno, 1997c, p. 769). É óbvio que assim ele mesmo se coloca na contradição. De um lado, ele defende veementemente o confronto com o passado e a percepção das oportunidades oferecidas pela constituição democrática. De outro, ele é convencido de que a esfera política é apenas uma fachada, como também a esfera pública política, apesar de se servir extensivamente de suas mídias. Portanto, na *Minima Moralia*, ele conclui: “Não importa o que o intelectual faz, ele sempre faz o errado” (1997, p.151).

III

Não muito diferente do que Adorno, Jürgen Habermas representa uma certa práxis intelectual. Apesar de ter se interessado logo cedo e, reiteradas vezes, pela relação entre teoria e práxis, reflexões sobre o papel do intelectual no tempo moderno não constituem um tema central na sua obra. Apenas num ensaio sobre Heinrich Heine de 1986, Habermas coloca de maneira explícita o intelectual no centro da sua reflexão. Essa reserva em relação à determinação teórica do intelectual chama ainda mais a atenção pelo fato de que Habermas pode ser visto como o intelectual dominante, tanto na república de Bonn como naquela de Berlim. A sua reputação como pessoa politizada e crítica ficou, a partir da iniciativa comum em 2003 na qual ele teve um papel decisivo, conhecida globalmente. Todos os jornais importantes publicaram simultaneamente a sua defesa de uma Europa independente em relação à hegemonia da América, de uma sociedade de cidadãos do mundo, baseada em instituições de cooperação multilateral. Esse texto esclarece logo nas suas primeiras linhas a compreensão central da práxis intelectual de Habermas; ele a entende como uma contribuição discursiva dirigida ao público de uma democracia deliberativa capaz de compreender.

A função do intelectual, que se engaja “a favor de direitos feridos e verdades omitidas, para inovações necessárias e progressos atrasados usando argumentos afiados pela retórica” (Habermas, 1986, p. 29), é para Habermas historicamente ligada à constituição de um público capaz de agir politicamente, sendo este público entendido como “meio e amplificador de um processo de formação de vontade democrática. Lá, o intelectual acha o seu lugar” (Ibidem, p. 28).

Quando o intelectual pede a palavra dentro da esfera pública, ele sai do seu papel profissional. Mesmo assim, existem para o filósofo prático e para o teórico crítico da sociedade, que pega o seu ponto de partida através da veracidade de questões práticas, afinidades entre as suas avaliações políticas e as suas premissas teóricas. Portanto, é óbvio que uma consequência da teoria da comunicação consiste na comprovação da força produtiva da comunicação, uma vez que ela trabalha com a premissa de que, dentro da comunicação coloquial, existe o mecanismo que garante a compreensão mútua. De fato, pode ser demonstrado concretamente

que o poder comunicativo pode influenciar a cultura política ao lado dos meios de direcionamento como o poder administrativo e o dinheiro. Apesar dessa afinidade eletiva entre o paradigma de comunicação e da praxe intelectual, Habermas considera o intelectual apenas como um cidadão ativo que, fora de sua atividade profissional, junta-se a outros cidadãos também ativos para se engajar politicamente, sem ser chamado para isso e sem ter um mandato político. O seu engajamento é motivado pela “responsabilidade para o todo” (Ibidem, p. 52) e não pela ambição de conquistar para ele mesmo um poder político. O intelectual não pretende influenciar a luta pelo poder político, de maneira estratégica, mas pela comunicação, tentando a comunicação com o público autônomo e pluralista. O cidadão ganha o status de intelectual não por ser uma autoridade intelectual, nem porque sempre tem respostas para tudo, mas porque ele participa do discurso, e porque é aquele que sabe fazer muito bem o que os outros também poderiam fazer: fornecer argumentos convincentes. Portanto, o reconhecimento do intelectual como tal resulta na qualidade dos seus argumentos contrários que, por sua vez, têm que servir, no pró e contra, como impulsos para discussões públicas. Intelectuais não impõem interpretações, pelo contrário, “os receptores sempre devem ter a chance de aceitar ou recusar as interpretações propostas sem se sentirem manipulados. Só pode se falar de instrução, quando segue o entendimento, isto é, a aceitação de interpretações sem que elas sejam impostas” (Habermas, 1981a, p. 327).

O fato de que o intelectual é o administrador daqueles princípios universais que compõem as normas da época moderna, ou mais precisamente as normas norteadoras de sociedades com uma constituição democrática, é ligado a essa função de esclarecimento prático. Esses princípios são a consequência da aceitação e instalação do “projeto de auto-empoderamento de uma sociedade de homens livres e iguais” (Habermas, 1992, p. 26). Essa determinação teórica da função do intelectual está harmonizada com a práxis intelectual de Habermas que influenciou a história da mentalidade dos últimos decênios, através de uma série de intervenções em forma de artigos, posicionamentos jornalísticos, cartas abertas ou discussões com representantes do poder político, como por exemplo:

- Nos meados dos anos sessenta, a sua insistência de uma reforma radical da universidade e a sua luta com o acionamento do movimento estudantil;
- No conflito entre os historiadores que questionam, no meio dos anos oitenta, a singularidade dos crimes nazistas;
- Na discussão sobre a desobediência civil como violação calculada das regras e sobre o patriotismo em relação à constituição que deve substituir o nacionalismo e a sociedade instalada pelo destino;
- Na crítica contra a guerra do Golfo e a sua encenação na mídia;

- Na sua intromissão na questão da adesão ou integração da RDA, após a queda do muro de Berlim;
- No seu posicionamento em relação à crise do Kósovo e à intervenção militar para evitar um genocídio;
- No projeto de consolidação de direitos humanos universais numa perspectiva cosmopolita reivindicado por razões éticas e judiciais, em reação à história das catástrofes do século passado;
- Na discussão levada com insistência sobre questões éticas relacionadas com a medicina de reprodução e da clonagem;
- No seu último posicionamento contra o procedimento do governo dos Estados Unidos na segunda guerra do Iraque em desrespeito ao direito internacional.

O que caracteriza essas formas de práxis intelectual citadas como exemplo? Quatro propriedades (normatividade, discursividade, possibilidade de mudar e a possibilidade de errar) podem ser, a nosso ver, ser identificadas. Em primeiro lugar, o domínio da práxis intelectual se refere a todas as questões relacionadas com a vida justa (não boa), que fazem parte do horizonte de decisão de todos os humanos. Habermas, no papel do intelectual, exprime uma atitude moral e implicitamente política baseada num espírito desenvolvido de justiça. Certos usos na política, cultura e sociedade tratados à luz de julgamentos orientados e justificados pela norma se tornam o tema das discussões, tendo como destaque a referência aos princípios universais em relação à constituição da democracia, da sua evidência republicana e fidelidade à Constituição.

Em segundo lugar, o questionamento se refere à capacidade de diferenciar entre argumentos certos e errados, à exposição discursiva de boas razões endereçadas a receptores em pleno gozo das suas capacidades mentais, apelando à sensibilidade dos participantes no processo de formação da opinião pública. O sentido final da briga pública incendiada por Habermas é a criação de discursividade ou, digamos, a criação de um modelo para o uso público da razão.

Em terceiro lugar, as interpretações que sempre questionam assuntos do interesse comum de todos, têm um traço próprio que é o impulso de mudanças práticas a longo prazo, isto é a expectativa de que as estruturas de poder declaradas ilegais possam também ser cassadas.

Em quarto lugar, Habermas não quer sugerir que o seu engajamento intelectual vem do conhecimento privilegiado daquilo que gerencia a engrenagem social. Pelo contrário, ele concebe a práxis intelectual especialmente sujeita ao risco de erro, segundo as suas próprias experiências. Tendo esta concepção, o papel do intelectual como transmissor de sentido e intérprete do universo é

inconcebível. “O pensador como forma de vida, como visão, como auto-interpretação expressiva não é mais possível” (Habermas, 1985, p. 207)

Assim, a práxis intelectual fica limitada à função de tradução: a tradução de problemas complexos das esferas de valores da ciência, do direito, da arte para a linguagem comum. Nesta função mediadora, de falar várias linguagens, saber assimilar o conhecimento de várias culturas de especialistas, sem a pretensão de se mesmo tornar especialista, é justamente neste posto que se concentra a competência intelectual. Usando as palavras de Habermas, ele consiste “numa contribuição para processos de auto-entendimento do mundo vivido” (Habermas, 1988, p. 26).

IV

Tanto para Adorno quanto para Habermas, a história catastrófica do século dos extremos funciona como pano de fundo para a sua filosofia e teoria da sociedade. Entretanto, apesar dessa identidade, não pode se esquecer que os dois pertencem a gerações diferentes. Eles estão separados pela experiência constitutiva para o pensamento do mais velho, de ser perseguido por um estado totalitário, do exílio, da perda da sua própria cultura e língua num país estrangeiro. Para a orientação da história de vida de Habermas, a substituição de um sistema de sociedade criminoso por uma constituição democrática foi decisiva. Considerado do ponto de vista heurístico, pode-se talvez chegar ao seguinte contraste: enquanto Adorno foi o filósofo do holocausto, a filosofia de Habermas é uma filosofia pós-holocausto.

A situação dentro do tempo em relação à ruptura da civilização que cada um ocupa contribui para determinar a maneira distinta de crítica prática que se exprime nas diferentes formas de práxis intelectuais. Para Adorno, a crítica compõe a totalidade do seu pensamento: a negação determinada do existente através da expressão lingüística. A crítica se constrói através de um exagero proposital, o último meio que a dialética usa para poder suportar a totalidade do contexto de ofuscamento. Crítica é um comportamento, mais exatamente “resistência contra tudo exposto à luz do dia que se justifica com a existência (Adorno, 1997d, p. 336). A redenção ou a supressão das circunstâncias através da resistência contra tudo, que é o resultado esperado da crítica, se refere tanto à destructividade do processo de civilização, a queda da espécie humana quanto aos teores utópicos de uma vida justa, para qual Adorno usa o conceito do não-idêntico.

Em oposição a isso, para Habermas, crítica significa uma referência relativa à práxis social julgada à luz de princípios de moral e de normas cuja racionalidade também tem que ser questionada criticamente. Crítica começa concretamente nas instituições sociais e traz à baila a dimensão da violência estrutural inerente a

elas. Enquanto Adorno observa de uma perspectiva extra-territorial e nega a sociedade que se tornou o sistema do horror, Habermas observa da perspectiva do participante as formas ilegítimas do poder político e se opõe a qualquer tentativa de impor decisões. Adorno representa na sua crítica transcendente da sociedade, por assim dizer, o partido de um país estrangeiro, enquanto Habermas critica a sociedade com a visão de um partido do próprio país. A sua crítica se deve à “transcendência vindo do interior”, como ele mesmo formulou. Ou, para citá-lo de novo: intervenções críticas são “ilhas no mar da práxis” (Habermas, 1998, p. 336)

Na intenção de destacar um pouco mais essas duas formas de crítica que, por sua vez, levam a dois tipos distintos de práxis intelectual, queríamos, com um certo deslocamento da significação, referirmos a uma distinção que Habermas introduziu num ensaio sobre Walter Benjamin. Ele opõe um tipo de uma crítica salvadora a um tipo de uma crítica conscientizadora (Habermas, 1998a, p. 336). No termo da crítica salvadora podem ser caracterizadas não só as intenções da filosofia de Benjamin, mas também a maneira particular como Adorno se entende como intelectual. Naturalmente, a crítica de Adorno é argumentativa e ele teve, dentro do contexto de experiências históricas, boas razões para sustentar o axioma de que o total é o não-verdadeiro. Sua crítica como negação determinada resulta, de fato, da desolação real sobre o curso catastrófico que a história apresentou e do qual ele se sentiu a vítima. Por essa razão, a sua crítica como intelectual público, que não se entendia como engajamento político, foi sustentado pelo impulso da salvação, ou mais exatamente pela redenção. Esse gesto do tudo ou nada foi ilustrado por uma citação de Grabbe que Adorno usou em vários momentos: “Pois, nada pode salvar-nos senão a desolação”.

Crítica concientizadora representada por Habermas pode ser alimentada pela desolação, mas ela não reflete uma resignação permanente. Ela confia, pelo contrário, na possibilidade de modificar estruturas sociais, e no potencial emancipatório de instituições democráticas, como também na capacidade de compreensão dos agentes cujo comportamento é orientado para a compreensão. Pois, é aos agentes que a crítica é dirigida. Ela não é sustentada pelo impulso subjetivo da desolação, mas por aquele da indignação. Ela é a razão emocional para identificar erros e as condições e conseqüências desses erros, através do uso da perspectiva interpretativa dialogada, na primeira pessoa do plural (nós), em forma do discurso justificado. O objetivo da indignação sobre os problemas da solidariedade e da justiça é estabelecer o entendimento discursivo. Assim, a crítica concientizadora não significa uma consciência objetivamente melhor, ela não foi formulada de um ponto de partida exterior, mais brota da perspectiva da própria cultura. Ela se inicia nas estruturas internas de comunicação sistematicamente distorcidas. Ela faz um diagnóstico dos conflitos internos e das

contradições na frente do pano de fundo de normas que não só estão, de fato, em vigor, mas também já declaradas válidas ou em processo de validação. Para a crítica concientizadora não existem respostas definitivas, porque esse tipo de práxis intelectual é um processo de argumentação aberto, falível e sempre renovável. A crítica concientizadora não confia em definições substanciais levando a uma utopia concreta nem na evidência de conclusões repentinas que desembocam no estado de uma humanidade reconciliada. Procurando publicamente os argumentos convincentes, a crítica concientizadora aposta na força de valores universais, não limitada a certos contextos, e nas propriedades do processo.

Vimos que Adorno representa o tipo funcional anticonsensual do intelectual que se serve da arte do exagero e espera a salvação pela força productiva da negação. Em relação à práxis intelectual de Habermas que confia na força productiva da comunicação, poder-se-ia falar da reabilitação da categoria do intelectual orgânico⁶ introduzida pelo teórico marxista Antonio Gramsci: Habermas se refere às normas de uma democracia participativa e deliberativa, onde as condições das possibilidades do princípio básico de reconhecimento recíproco são racionalmente justificados.

Referencias

- ADORNO, Theodor. (1997). *Mínima Moralia, Gesammelte Schriften*, vol. 4 . Frankfurt a.M, Suhrkamp.
- ADORNO, T.W. (1997a). Was bedeutet: Aufarbeitung der Vergangenheit?, *Gesammelte Schriften*, Vol. 10.2. pp. 555-572. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- ADORNO, T.W. (1997b). “Engagement”. *Gesammelte Schriften*, Vol. 11 pp. 409-430. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- ADORNO, T.W. (1997c). Marginalien zu Theorie und Praxis?. *Gesammelte Schriften*, Vol. 10.2 pp. 759-782. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- ADORNO, T.W. (1997d). Kritik?. *Gesammelte Schriften*, Vol. 10.2 pp. 785-793. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- ADORNO, T.W., Mann, T. (2002) *Briefwechsel 1943-1955*. Ed. C. Gódde and T. Sprecher. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- ALBRECHT, C., Behrmann G.C., Bock, M., Homann, H., Tenbruck, F.H. (1999). *Die intellektuelle Gründung der Bundesrepublik*. Frankfurt/New York: Campus.

⁶ Gramsci distinguiu o intelectual crítico do intelectual orgânico. Winock avisa que em comunidades organizadas democraticamente, a função dos intelectuais é a defesa da democracia constantemente ameaçada (Cf Winock, 2003, p.795).

- BERING, Dietz. (1978). *Die Intellektuellen. Geschichte eines Schimpfworts*. Stuttgart, Kohlhammer
- BONACKER, T. (1999). "Theodor W. Adorno: Die Zukunft des Erinnerns", in C. Fröhlich, M. Kohlstruck (eds.): *Engagierte Demokraten: Vergangenheitspolitik in kritischer Absicht*. pp. 170-184. Münster: Westfälisches Dampfboot.
- BOURDIEU, Pierre. (1992). *Les règles de l'art*. Paris: Edition du Seuil.
- GILCHER-HOLTEY, I. (1997). Menschenrechte oder Vaterland?: Die Formierung der Intellektuellen in der Affäre Dreyfus", *Berliner Journal für Soziologie* Bd. 7: 61-70.
- HABERMAS, Jürgen. (1981). Interview mit Gad Freudenthal, em id. *Kleine politische Schriften I a IV*, Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- HABERMAS, J. (1981a). Die Utopie des guten Herrschers', in Habermas *Kleine Politische Schriften I-IV*, pp. 318-327. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- HABERMAS, Jürgen. (1985). *Die Neue Unübersichtlichkeit*. Frankfurt: Suhrkamp.
- HABERMAS, J. (1986). "Heinrich Heine und die Rolle des Intellektuellen in Deutschland", in Habermas (2003) *Zeitdiagnosen*. pp. 50-77. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- HABERMAS, J. (1988). *Nachmetaphysisches Denken*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- HABERMAS, J. (1992). *Faktizität und Geltung*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- HABERMAS, Jürgen. (1998). *Die Normalität einer Berliner Republik*. Kleine Politische Schriften, VIII, Frankfurt/Main; Suhrkamp.
- HABERMAS, J. (1998a). *Philosophisch-politische Profile*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- HILLMANN, Henning. (1997). "Zwischen Engagement und Autonomie: Elemente für eine Soziologie der Intellektuellen", in *Berliner Journal für Soziologie*, vol. 7.
- KARADI, E., Vezér, E., Lukács, G. (1985). *Karl Mannheim und der Sonntagskreis*. Frankfurt a.M.: Sandler.
- KRAMER, S. (1996). "Wahr sind die Sätze als Impuls...": Begriffsarbeit und sprachliche Darstellung in Adornos Reflexionen auf Auschwitz', *Deutsche Vierteljahresschrift für Literaturwissenschaft und Geistesgeschichte* 70(3): 501-523.
- MÜLLER-DOOHM, S. (2003). *Adorno. Eine Biographie*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- OEVERMANN, U. (2001). Der Intellektuelle: Soziologische Strukturbestimmung des Komplementär von Öffentlichkeit', in A. Franzmann, S. Liebermann, J. Tykwer (eds.) *Die Macht des Geistes: Soziologische Fallanalysen zum Strukturtyp des Intellektuellen*. pp. 13-75. Frankfurt a. M.: Humanities Online.
- SEEL, M. (2004). *Adornos Philosophie der Kontemplation*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- TAUBES, J. (1996). Die Intellektuellen und die Universität', in Taubes *Vom Kult zur Kultur: Bausteine zu einer Kritik der historischen Vernunft*. Munich: Fink.
- WINOCK, Michel. (2003). *Das Jahrhundert der Intellektuellen*, Konstanz: UVK verlagsgesellschaft

RESUMO

Theodor W. Adorno e Jürgen Habermas - duas maneiras de ser um intelectual público: considerações sociológicas acerca da transformação de uma figura social da modernidade

A comparação entre Theodor W. Adorno e Jürgen Habermas, do ponto de vista de uma prática intelectual da crítica pública, é uma contribuição à sociologia do intelectual. O objetivo dessa análise comparativa é esclarecer a transformação da função do intelectual no contexto da sua posição social. É possível distinguir entre uma “crítica salvadora” e uma “crítica concientizadora”.

Palavras chave: Papel do intelectual, esfera pública, engajamento, crítica

ABSTRACT

Theodor W. Adorno and Jürgen Habermas – Two Ways of Being a Public Intellectual. Sociological Considerations Concerning the Transformation of a Social Figure of Modernity

The intellectual practice of public critique of Theodor W. Adorno and Jürgen Habermas is compared as a contribution to the sociology of the intellectual. The aim of this comparative analysis is to clarify the transformation of the function of the intellectual in the context of his social position. Here it is possible to distinguish between a ‘rescuing’ critique and a ‘consciousness-raising’ critique.

Keywords: Role of the intellectual, public realm, commitment, critique

CIBERESPAÇO, EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE E REAURATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA*

Aécio Amaral Jr.

Dizei-me: de que pode falar um
homem decente, com o máximo prazer?

Resposta: de si mesmo.

Então, também vou falar de mim.

(Fiódor Dostoiévski, *Memórias do Subsolo*)

Há poucos meses, um avião de uma companhia norte-americana apresentou problemas no trem de pouso, o que forçou o piloto a sobrevoar a área em torno do aeroporto por determinado período de tempo, a fim de gastar o combustível da aeronave antes de arriscar uma manobra de aterrissagem de alto risco. Emissoras de TV de várias partes do mundo dedicaram uma atenção inédita a este evento. A manobra do piloto foi acompanhada passo a passo por milhares de telespectadores em tempo real, o que significa que a programação das emissoras foi interrompida ou teve que dividir espaço numa janela da tela com a tragédia anunciada. Até aqui nada de novo: o acompanhamento em tempo real da tragédia alheia tem sido um produto rentável na grade de programação dos meios de comunicação de massa desde pelo menos a Guerra do Golfo, os atentados do 11 de setembro de 2001, até a recente investida de Israel contra o Líbano. Mas o evento de que me ocupo tem características mais curiosas.

A pedido da tripulação, a torre de comunicação e a companhia aérea permitiram que os passageiros assistissem à manobra do piloto a partir das TVs portáteis localizadas à frente dos seus assentos. Como se não bastasse, os passageiros obtiveram permissão para ligar os telefones celulares e efetuar ligações para os seus familiares, a fim de se prepararem para uma eventual despedida macabra. Não é preciso adivinhar o conteúdo das conversas telefônicas que se seguiram

* Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no evento *Quintas Sociais*, promovido pela Coordenação do Curso de Ciências Sociais da UFPB, em João Pessoa, em setembro de 2006, e no XXX Encontro Anual da Anpocs – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em Caxambu-MG, em outubro de 2006. Sou grato às críticas e sugestões formuladas nas duas ocasiões por Daniela Alves, Jonatas Ferreira, Josias de Paula Jr., Rosa Pedro, Tamara Egler e Terry Mulhall.

entre os passageiros e seus familiares para percebermos que poucos exemplos seriam tão ilustrativos do tipo de intermediação tecnológica da experiência na contemporaneidade. A perspectiva de literalização da vida pela tecnologia – neste caso, da própria morte – leva-nos a indagar a respeito das fronteiras que hoje delimitam um processo civilizador da vulgarização e da bestialização. Chegamos ao limite em que o risco eminente de um ataque terrorista em massa é visto pelas vítimas em potencial como uma aventura¹. Ocorre-nos a frase clássica que antecede o diagnóstico benjaminiano relativo à estetização da vida sob o fascismo:

Na época de Homero, a humanidade oferecia-se em espetáculo aos deuses olímpicos; agora, ela se transforma em espetáculo para si mesma. Sua auto-alienação atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem (Benjamin, 1994a, p. 196).

A estetização da realidade resistiu ao declínio do fascismo, e, em seu lugar, serve a uma série de intensidades alegres produzidas pela sociedade de consumo (Jameson, 2002, p. 14). Neste cenário, o leque de possibilidades é mais diversificado, e a ‘narrativização’ da morte é apenas uma das opções televisivas ou de entretenimento geral. Pensemos numa prática que passa a ser corriqueira entre mulheres grávidas: o acompanhamento do crescimento do feto a partir dos exames de ultra-sonografia. O que era para servir como acompanhamento clínico da evolução fetal, passa a atuar como fetiche materno e paterno. Algumas academias de ginástica sediam encontros em que futuras mães exibem, orgulhosas, uma estampa na camiseta com a última ultra-som da criança em gestação. Além disso, os exames podem ser registrados em DVD, a fim de que a criança possa acompanhar posteriormente as etapas do início da sua vida. Nada mais coerente em relação às perspectivas concretas de potencialização da vida pelas técnicas de recombinação genética. Os álbuns de família ganharam muito em versatilidade. Aqui também, como nas técnicas de recombinação genética, o entendimento da evolução da vida depende de uma mediação tecnológica.

O que poderia haver de comum entre estes exemplos e a decisão de milhares de pessoas de expor as vísceras de sua intimidade e de seu dia-a-dia no

¹ Em agosto de 2006, indagada por um repórter da emissora britânica BBC a respeito de como se sentia diante do cancelamento de sua viagem de Londres a Nova Iorque por conta das suspeitas de um ataque terrorista nos vôos entre a Inglaterra e os Estados Unidos, uma turista norte-americana respondeu que não via problemas na cautela policial, desde que isso protegesse a ela e às suas filhas. A fórmula que ela utilizou para convencer as filhas de que estava tudo sob controle não poderia ser mais criativa: recomendou que elas lidassem com o problema como se fosse a última aventura de suas férias no Reino Unido.

universo on-line, para acesso ilimitado? Talvez tais exemplos possam fornecer pistas para o entendimento da vigência de uma mnemônica contemporânea acentada na exponibilidade da vida íntima e do ordinário, e que tem por característica o anseio de captar 'o real' em sua imediaticidade. Não só estamos acometidos de um inexorável desejo de memória, de uma febre de arquivo, como quer Derrida (2001). Mais ainda, acomete-nos um inexorável anseio de expor a nossa intimidade e o vazio e a insignificância da vida cotidiana. Como diria Mike Featherstone (2000, p. 170), ao analisar a predominância do que ele denomina de *cultura do arquivo* nas sociedades contemporâneas, o problema não é mais o que arquivar, mas o que alguém se atreve a deixar de fora do arquivo.

Entre as possibilidades de sociabilidade e interação dispostas pelas tecnologias de informação, ferramentas como webcams, blogs, fotologs, orkut etc. têm propiciado formas inovadoras de 'culto do eu', a ponto de merecerem uma atenta análise sociológica. Tais tecnologias são em grande medida voltadas à escrita íntima; trata-se de ambientes em que no mais das vezes os indivíduos falam e expõem imagens a respeito de si próprios, e que constituem um lócus de produção da subjetividade na contemporaneidade. As ferramentas digitais de exposição da intimidade ensejam uma nova economia arquivística e mnemônica a partir da qual podemos analisar processos contemporâneos de agenciamento e interpelação dos sujeitos.

Estariamos diante de um novo modo de reaturização da experiência, baseado precisamente naquilo que fincou as bases da desaturização na modernidade, a saber, a desarticulação das propriedades espaço-temporais dos objetos tradicionais e a perspectiva de miniaturização dos objetos cotidianos? Antes de avançar no motivo benjaminiano que anima o meu argumento, porém, cabe uma última indagação geral: nesse cenário de crescente exposição da intimidade, o que demarca a fronteira entre o bestial e aquilo que pode ser caracterizado como uma subjetividade tecnológica com potencial de nos habilitar para uma experiência de emancipação? Em outros termos, qual o princípio regulador embutido nas recentes técnicas de liberação das frivolidades individuais?

Algumas aproximações às respostas a estas questões serão esboçadas ao longo deste artigo. No que segue, parto do suposto de que a forma de relação do eu-para-com-o-eu e do eu-para-com-os-outros instaurada pelas recentes tecnologias informacionais baseia-se num fenômeno demasiado moderno: a ferida narcísica. No entanto, isto é apenas contar a estória pela metade, pois que o potencial de 'narrativização' do eu e da vida presente em tais ferramentas extrapola oposições constitutivas da identidade ao longo da modernidade, tais como público e privado, autenticidade e inautenticidade, que constituíram o solo para a emergência da cultura narcisista. Se a recente mirada narcisista tem origens remotas, não podemos deixar de perceber que ela enseja uma mudança no ideal

regulativo de liberdade individual, uma das principais estratégias de governabilidade do mundo moderno (cf. Rose, 2001). Não podemos também ignorar que a crítica a este estado de coisas não pode ser feita tomando-se por base um sujeito do conhecimento cuja subjetividade se constitui à margem dos aparatos tecnológicos e suas possibilidades de fruição, atitude crítica e emancipação.

Para o entendimento desse conjunto de questões, proponho inicialmente uma breve incursão sobre o modo como Benjamin, a partir dos seus escritos sobre a fotografia e o cinema, diagnosticou o processo de desaturação da experiência moderna como algo ambíguo e passível de oscilações. Na medida em que o fascismo ou a cultura burguesa reeditaram a função ritualística no processo de reprodutibilidade técnica, poderíamos desde Benjamin falar em algo como 'reauratização' da experiência. Tal operação me será útil posteriormente, para o entendimento das formas de ritualização e reauratização presentes nas tecnologias de culto do eu.

Em seguida, argumento que é necessário, a fim de dar conta do fenômeno de reauratização da experiência num contexto cultural de digitalização da intimidade, o deslocamento do ideal de sublime em teoria social, que continua a ancorar algumas análises sociológicas em torno da constituição da subjetividade e dos sujeitos. Veremos em que consiste, em linhas gerais, tal ideal de sublime, para que mais adiante possamos adiantar elementos que conduzam ao entendimento da emergência de um ideal de sublime tecnológico como alternativa para a teorização dos processos de constituição da subjetividade e de agenciamento da individualidade na cultura tecnológica contemporânea.

Estetização da realidade e reauratização da experiência

Ao lidarmos com os artefatos constitutivos da chamada sociedade da informação, é difícil apontarmos uma estratégia única de subjetivação ou interpelação dos sujeitos. Ainda assim, somos tentados a estabelecer algumas aproximações entre fenômenos aparentemente desconexos, mas que parecem perseguir um mesmo ideal regulatório de subjetividade. No que diz respeito à vivência da intimidade e da identidade-eu, o processo de disponibilização técnica do mundo e da vida parece sofrer um redimensionamento digno de nota e de sistematização sociológica. O fenômeno de espetacularização da intimidade protagonizado por uma série de tecnologias de 'culto do eu' sinaliza para uma reorientação nos regimes de controle: não se trata mais de um monitoramento panóptico da vida ordinária que ocorre à revelia da volição individual; trata-se, antes, de uma deliberação alegre dos próprios indivíduos de mostrarem-se, de exporem a sua intimidade, arquivá-la para uso posterior indefinido.

Para os propósitos deste artigo, importa saber o que tal fenômeno diz da relação entre cultura digital, subjetividade e identidade-eu na contemporaneidade.

Podemos supor que estamos diante da atuação de um ideal regulatório de subjetividade a partir do qual os indivíduos requisitam o olhar do outro sobre sua vida cotidiana, contrariando valores fundantes da intimidade moderna, como o anonimato, o segredo e a autenticidade. Este nível de interpelação e crescente exponibilidade da vida íntima parece indicar um dos principais efeitos das chamadas novas tecnologias sobre o social, a saber, a mediação tecnológica nas relações de indistinção entre as esferas do público e do privado. A mirada do outro, na medida em que se trata de um outro virtual, pode se constituir em uma instância de assimilação e incorporação dos mecanismos de vigilância, uma espécie de responsabilização do indivíduo sobre si próprio.

Como lócus de investigação, as recentes e numerosas tecnologias de exposição e dizibilidade do eu em ambientes virtuais se nos apresentam como uma rica fonte de dados, haja vista o sucesso extraordinário que têm exercido em muitos países, entre eles o Brasil. No momento mesmo em que o ciberespaço promove a aceleração das interações sociais e o deslocamento das noções de espaço e tempo, o elogio da vida ordinária e o culto do eu constituem um reduto de fruição do aqui-e-agora da vida em tempo real. Soa paradoxal que a expectativa de fruição da ‘experiência original’, de literalização da vida, só seja possível, sob diversos aspectos e a partir de uma série de exemplos, por meio de uma mediação tecnológica. Ora, é precisamente esse o futuro a que Walter Benjamin destinou as massas modernas desde o surgimento da fotografia moderna e do fenômeno da refuncionalização da arte no período da reproduzibilidade técnica: a inarredável mediação tecnológica do acesso ao ‘real’.

Um dos traços característicos da modernidade é a edificação de uma cultura de memória em que os indivíduos buscam fincar os vestígios de sua existência nos diversos suportes mnemotécnicos com o intuito de capturar a riqueza da vida cotidiana em meio ao caráter efêmero e desterritorializador das mudanças sócio-culturais. Ultimamente essa tendência tem se radicalizado, na medida em que mais e mais pessoas procuram arquivar as suas vidas tal como as vivem (Featherstone, 2000; Caygill, 1999). Longe de essa atitude se restringir aos segmentos artísticos – lembremos que muito antes da bio-arte ou da ciber-arte, o dadaísmo já tematizara a ruptura das fronteiras entre arte e vida (Benjamin, 1994a) -, tornou-se prática comum, muitas vezes condição *sine qua non* para o estabelecimento de interações sociais, o hábito de colecionar e expor a banalidade da vida nos chamados ambientes on-line. Estaríamos diante de um fenômeno cujas origens remontam aos primórdios da cultura modernista. O fenômeno de estetização da realidade já ocupara a atenção de Georg Simmel (1971) em inícios do século passado, como veremos adiante, e não passou despercebido também por Walter Benjamin, que enxergara reminiscências desta tendência mesmo em face do fenômeno da desaturação da experiência. Seus comentários a respeito da fotografia nos ajudam a captar esse aspecto:

Com a fotografia, o valor de culto começa a recuar, em todas as frentes, diante do seu valor de exposição. Mas o valor de culto não se entrega sem oferecer resistência. Sua última trincheira é o rosto humano. Não é por acaso que o retrato era o principal tema das primeiras fotografias. O refúgio derradeiro do valor de culto foi o culto da saudade, consagrada aos amores ausentes ou defuntos. A aura acena pela última vez na expressão fugaz de um rosto, nas antigas fotos. [...] Porém, quando o homem se retira da fotografia, o valor de exposição supera pela primeira vez o valor de culto (1994b, p. 174).

Vê-se que em Benjamin a desaturização da experiência não é um movimento de mão única. O fato de a reprodutibilidade técnica retirar o peso antes conferido aos objetos tradicionais, deslocar o autor como instância central de atribuição de sentido, condição apontada por Benjamin para a politização da obra de arte, não implica que a experiência moderna escape à estetização, como atestou à sua época o regime fascista. O que parece incontornável, no entanto, é que a reprodução tecnológica dos objetos pôs em cheque a idéia de origem como algo que confere validade aos objetos:

...fazer as coisas se aproximarem de nós, ou antes, das massas, é uma tendência tão apaixonada do homem contemporâneo quanto a superação do caráter único das coisas, em cada situação, através da sua reprodução. Cada dia fica mais irresistível a necessidade de possuir o objeto de tão perto quanto possível, na imagem, ou melhor, na sua reprodução (1994b, p. 101).

No entanto, talvez tenhamos motivos para ver na lógica contemporânea de miniaturização de todas as coisas um novo tipo de reaturização da realidade de uma forma que, embora não prevista por Benjamin, pode ser entendida a partir do movimento desterritorializador da experiência por ele descrito. Quando nada, basta atentarmos para os rumos que o processo de miniaturização e duplicação dos objetos culturais e da vida cotidiana tem adquirido na sociedade de consumo. Ao invés de uma cópia da Mona Lisa, muitos preferem hoje esbanjar a cópia do exame de ultra-som do filho, ou simplesmente adquirir notoriedade entre os amigos a partir do número de pessoas inscritas em sua lista em sites de relacionamento, como o Orkut. Eis aqui uma grande inversão na lógica do anonimato que embasava a subjetividade moderna.

Gostaria de sugerir que o fenômeno de espetacularização da experiência ou exposição da intimidade assinala um redimensionamento na lógica de intermediação dos objetos culturais que caracterizou a cultura modernista. O fato de que tal redimensionamento parece incrementar aquilo que Richard Sennett (1988) denominou de *tirania da intimidade* nos faz pensar nas formas de desintermediação cultural como um processo de reaturização da experiência em potencial. Para além do duvidoso gosto estético contido no recolhimento da

atenção dos indivíduos para si próprios², temos aqui o oposto do poder de liberação política que a reprodutibilidade técnica atribuíra à fotografia e ao cinema. Benjamin dirá que “...a fotografia surrealista prepara uma saudável alienação do homem com relação a seu mundo ambiente. Ela liberta para o olhar politicamente educado o espaço em que toda intimidade cede lugar à iluminação dos pormenores” (ibid., p. 102)³.

Diferentemente da saudável alienação dos indivíduos em relação à sua experiência ordinária recomendada por Benjamin, parte da cultura tecnológica contemporânea tem atuado com base no reencaixe de identidades descentradas, como se depreende da seguinte afirmação:

...há uma expansão dos meios com os quais as pessoas estão registrando e arquivando suas próprias vidas através de vídeo-câmeras e edição digital em computador. Em alguns casos, parece que os rituais e as cerimônias públicas e privadas só se tornam realizáveis por meio de sua representação e performance para tecnologias de registros, como no caso da filmagem de casamentos, nascimentos etc. Estas tecnologias podem ser usadas para constituir e reforçar narrativas tradicionais de identidades centradas (Featherstone, 2000, p. 180).

Além do culto do eu, parte das estratégias de reencaixe consiste em reforçar identidades essencialistas. As tendências de ‘biologização’ de identidades coletivas de cidadãos e grupos étnicos é uma característica que concorre para o movimento de reencaixe da experiência em meio à contingência da cultura tecnológica contemporânea. A forma de organização de associações de portadores de determinadas deficiências e patologias, ou mesmo algumas demandas de grupos étnicos tem-se pautado pela apropriação dos recentes avanços no campo da biotecnologia e recombinação genética, a fim de estruturar identidades coletivas assentadas em caracteres biológicos. Paul Rabinow e Nikolas Rose descrevem a estruturação de um complexo biopolítico que atua a partir da interpelação de sujeitos coletivos em termos de coletividades ‘biossociais’ emergentes, ensejando

² Os blogs, fotologs, weblogs e outras ferramentas voltadas ao culto do eu nos fazem experimentar, com sua predileção por imagens de pés humanos, gatos, encontros festivos e outras banalidades, o mesmo sentimento de Benjamin diante da comodificação da fotografia: “...finalmente os homens de negócios se instalaram profissionalmente como fotógrafos, e quando, mais tarde, o hábito do retoque, graças ao qual o mau pintor se vingou da fotografia, acabou por generalizar-se, o gosto experimentou uma brusca decadência. Foi nessa época que começaram a surgir os álbuns fotográficos” (Benjamin, 1994b, p. 97).

³ Sob este aspecto, é conhecida a sua admiração pela obra de Atget, que seria um exemplo de politização da arte a partir de sua capacidade de deslocamento do indivíduo ou do rosto humano em relação à objetiva, materializada nas fotografias das ruas desertas de Paris.

expressões de cidadania genética ou biológica. A atuação de um conjunto de práticas de governamentalidade sobre a existência coletiva (controle populacional, combate a epidemias, administração da morte etc.) estaria agora distribuída em pelo menos três instâncias, um ‘complexo bioético’, uma ‘bioeconomia’ e uma ‘capitalização da biocência’ (Rabinow & Rose, 2006, p. 37).

A consequência da vigência desse modelo de biopolítica seria uma alteração substantiva na economia do biopoder, um redimensionamento em suas formas de ‘deixar morrer’ e ‘fazer viver’ na contemporaneidade. Por fim, teríamos o surgimento de um padrão de disponibilização técnica em que os indivíduos são levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em nome de sua própria vida ou saúde. A esse modo de subjetivação, baseado numa maior responsabilização dos sujeitos sobre si próprios, Rabinow e Rose dão o nome de ‘biossocialidade’ e ‘individualidade somática’ (Rabinow & Rose, 2006, p. 29).

A análise de Rabinow e Rose nos é útil aqui, sobretudo porque permite divisar algo que tem sido uma das marcas da tecnocultura contemporânea: o descompasso entre os discursos filosóficos e sociológicos de desconstrução e dispersão do sujeito auto-centrado, e as estratégias de reencaixe da experiência oferecidas pela cultura de consumo e de vulgarização da tecnociência, baseadas no culto do eu ou na idéia de origem biológica. Atentemos para o duplo movimento caracterizado por Nikolas Rose:

...no mesmo momento em que essa imagem do ser humano [como sujeito auto-centrado e auto-referente] é declarada *passé* pelos teóricos sociais, certas práticas regulatórias buscam governar os indivíduos de uma maneira que está, mais do que nunca, ligada àquelas características que o definem como um ‘eu’ (Rose, 2001, p. 140).

O pressuposto segundo o qual a sociedade da informação promove a virtualização tanto da realidade social quanto biológica (Ferreira, 2004, p. 32; Ferreira, 2002, p. 220), ocasionou uma guinada na concepção do sujeito moderno na teoria sociológica, bem como nas perspectivas de entendimento da constituição da subjetividade e da identidade-eu. Seria ocioso fazer um excuro a respeito das teorizações sociológicas sobre o sujeito da ação comunicativa (Habermas), do sujeito disperso em posições de sujeito e técnicas reguladoras (Foucault), ou de outras abordagens que povoaram o discurso sociológico a partir da emergência do paradigma da virada lingüística, em meados do XX. Registremos apenas uma curiosa e notável coincidência.

Num cenário tecno-científico em que os símbolos parecem conduzidos por uma dinâmica própria, e em que se deflagra a crise do representacionismo, divisamos uma convergência entre linhas de pensamento aparentemente desconexas: se na teoria sociológica o sujeito é apresentado como desprovido

de um referente estável, nas ciências da vida a própria matéria orgânica torna-se desprovida de um referente estável (Dillon and Reid, 2002; Kay, 2000). O recurso comum às duas instâncias de produção de conhecimento é a mediação do acesso à realidade social e biológica pelos jogos de linguagem. Pensemos aqui no apelo da noção de *discurso* na teoria sociológica contemporânea, e na colonização das ciências da vida pelo paradigma informacional, fenômeno cujo indício mais visível talvez seja a idéia de decifração do código genético humano, Livro da Vida e gramatização do vivo (cf. Kay, 2000; Ferreira, 2002; Stiegler, 2005).

A convergência apontada acima entre gêneros distintos de produção do conhecimento aponta para a necessidade de repensarmos a problemática do sujeito na cultura tecnológica contemporânea. A partir de uma perspectiva foucauldiana que me interessa até certo ponto aqui, percebe-se que à dispersão conceitual do 'eu' na teoria sociológica segue-se sua intensificação 'governamental' (Rose, 2001, p. 141; Santaella, 2004, p. 49). E não só isso. Não raro é possível identificar a persistência do ideal regulatório do 'eu' atuando não apenas na indústria cultural e midiática, mas também na própria crítica cultural. A fim de entender a persistência deste tipo de representação teórico-conceitual do eu, bem como o desafio que ela representa para a teorização dos fenômenos atuais de subjetivação, convém discutirmos brevemente a lógica de estruturação da subjetividade típica do modernismo.

Subjetividade e o ideal de sublime na teoria sociológica

Ao longo da modernidade, a subjetividade dos sujeitos foi pensada a partir do dilema kantiano caracterizado por uma tensão sempre crescente e inadmissível entre o excesso de cultura objetiva e a sempre falível capacidade subjetiva dos indivíduos de absorverem esses conteúdos culturais. A noção de sublime kantiana pressupõe a incomensurabilidade física do humano em relação a uma realidade inesgotável, e a incapacidade da mente humana para representar forças tão grandiosas. Um tal dilema tinha por lastro o empreendimento moderno e capitalista de quantificação de todas as coisas e de matematização da natureza, esta última vista como o outro constitutivo do humanismo. O que ocorre, então, quando o processo de disponibilização técnica extrapola o domínio da natureza e passa a abarcar o plano do inconsciente humano?

O ideal de sublime na teoria social consiste numa tentativa de reeditar o problema do sujeito do conhecimento em face de uma cultura objetiva esmagadora. As tendências de fragmentação social e cultural características da modernidade, longe de convidarem ao enfraquecimento desse tipo de expediente analítico, parecem ter estimulado o reforço da tentativa de ver o sujeito do conhecimento como uma fusão entre o eu empírico e o eu transcendental. A

estratégia de unificar os dois tipos de 'eu' num sujeito humano constituiu um recurso corriqueiro para se pensar a experiência na modernidade.

Em meio a este amplo debate, duas tradições decorrentes desse conjunto de problematizações continuam a inspirar análises sociológicas para o entendimento dos fenômenos da sociedade da informação. De um lado, temos as figuras simmelianas do *blasé* e do *cínico*, forjadas para dar conta do entendimento da lógica de sociabilidade que caracterizara a emergência das metrópoles modernas e um modelo de subjetividade denominado por muitos de *era da ansiedade*. Como é sabido, Simmel é o autor por excelência da teoria da associação e das formas de sociabilidade modernas. A oposição vitalista entre forma e conteúdo, que embasa a sua análise da cultura capitalista, antecipa o destino trágico da vida moderna: o fato de que a cultura passa por um processo de objetivação crescente, emancipando-se dos indivíduos e voltando-se contra estes, alienando-os, constitui, para Simmel, o prenúncio de uma estetização da existência individual (cf. Simmel, 1971; Vandenberghe, 2005, p. 165). À estetização da experiência, segue-se a idéia de vida como forma⁴.

O diagnóstico simmeliano da derrota da cultura subjetiva frente a uma crescente cultura objetiva culmina num pessimismo quase a-sociológico, dado o modelo de agência em que ele insiste. No entanto, há algo da análise simmeliana que guarda pertinência sociológica. A incapacidade letárgica dos indivíduos em reagir aos estímulos da cultura objetiva, que constitui a essência da atitude *blasé* (Simmel, 1971), provém de um fenômeno que tem conseqüências imediatas para se pensar a sociedade da informação: o sentimento de indiferença individual em relação à distinção qualitativa entre a grande variedade de objetos culturais. O dinheiro como grande equivalente geral, o princípio nivelador de todas as coisas, torna a diferença qualitativa entre os objetos culturais e materiais algo sem sentido, gerando uma atitude cínica nos indivíduos. Decorre daí a retomada recente de Simmel para o entendimento do problema da seletividade e da crise de intermediação na cultura tecnológica contemporânea.

Ao especular sobre as ferramentas de arquivamento dos objetos culturais, da vida e do corpo humano, Mike Featherstone reedita o dilema simmeliano da tensão entre o estoque de cultura objetiva e a limitada capacidade de absorção dos seres humanos. Após concluir que a Internet atualiza os ímpetus de completude do homem moderno, o desejo de dispor de todos os elementos da cultura numa forma acessível, Featherstone complexifica a tarefa sociológica, ao não

⁴De acordo com Frédéric Vandenberghe (2005), a retomada de Simmel pelos sociólogos da vida cotidiana incorre em equívoco ao festejar precisamente aquilo que ele via como um perigo eminente da modernidade: a espetacularização da vida ordinária, o cotidiano como forma de intensidade alegre. Mais adiante tal raciocínio me será útil para o entendimento do que pretendo caracterizar como reauratização da experiência.

ceder ao motivo trágico que embasa a análise de Simmel. Ao invés disso, opta por semear uma dúvida produtiva:

Pode a expansão da cultura disponível na ponta dos nossos dedos sujeitar-se a um ordenamento significativo, ou o desejo de remediar a fragmentação deve ser visto como atrelado a uma forma de humanismo com sua ênfase sobre o cultivo da persona e da unidade, que agora é considerado como meramente nostálgico, quando começamos a explorar formas pós-humanas? (Featherstone, 2000, p. 166).

Será paradoxal que o mesmo fenômeno que faz ressurgir a preocupação com a sobrecarga da produção cultural ative perspectivas de empoderamento individual a partir da miniaturização. Teríamos aqui um primeiro momento em que a imagem de imobilismo ou letargia freqüentemente associada ao indivíduo *blasé* demonstra-se inadequada para o entendimento da dinâmica de sociabilidade na sociedade de informação. O sentimento trágico de Simmel, entretanto, alerta-nos contra os riscos de reduzir os hábitos dos usuários das técnicas recentes de arquivamento da intimidade a um mero exercício da *flanêrie*.

Mas o fenômeno que origina a atitude *blasé* também pode ser caracterizado de outra forma, embora se mantendo circunscrito à problemática do sujeito transcendental do conhecimento. Os autores da teoria crítica muito argutamente perceberam no fenômeno da reprodutibilidade técnica dos objetos artísticos um redimensionamento no princípio moderno de disponibilidade técnica do mundo e da vida. Uma das questões postas por autores como Adorno e Marcuse é precisamente o desafio de pensar uma subjetividade autêntica em face da colonização do pensamento pela reprodução do capital. Para Marcuse, por exemplo, a indústria cultural propiciaria uma falsa sensação de fruição ao escamotear a unidimensionalidade sensorial e perceptiva que estaria por trás da cultura de massa. A noção de *dessublimação repressiva* procura exatamente definir o fato de que a indústria cultural, ao propiciar a diversão e a liberação de nossa energia pulsional, estaria na verdade privando-nos de toda atitude crítica (cf. Marcuse, 1973)⁵.

No plano da crítica cultural, a atualização da tradição frankfurtiana enfoca a relação entre cultura esquizofrênica e capitalismo multinacional. Ao caracterizar a transição da cultura modernista para uma cultura pós-modernista, Fredric Jameson (2002) detecta uma refuncionalização estrutural da inovação estética e do experimentalismo que rouba à cultura o seu aspecto de negação do real –

⁵ Discutimos alhures como, para Marcuse, a lógica antecipatória e matematizante da indústria cultural constituía uma ameaça à possibilidade do retardo reflexivo necessário à afirmação de uma consciência autônoma, capaz da atitude de transcendência em relação à realidade (cf. Ferreira & Amaral, 2004, p. 153-154).

outro tema caro a Herbert Marcuse. Ao estabelecer uma estreita relação entre a chamada arte pós-moderna e o capitalismo multinacional, Jameson reedita o programa frankfurtiano de crítica à instrumentalização da cultura pela racionalidade capitalística. Embora não compartilhe do humor adorniano-marcusiano de sua interpretação, ela é de considerável valia para os propósitos que persigo neste artigo. Sobretudo o seu diagnóstico da crise do modelo existencialista da autenticidade do sujeito e da estética da expressão que alicerçava a já aludida era da ansiedade.

O modernismo é compreendido por Jameson como o período de vigência da era da ansiedade, momento em que as categorias de afecção e de percepção espaço-temporal ganham dramatizações artísticas marcantes na modernidade. Momento, pois, em que o registro do sublime atendia a uma estética da expressão que simbolizava a alienação, solidão, fragmentação social, isolamento e anomia a que estava exposto o sujeito moderno. Ao comentar a tela *O grito*, de Edward Munch, Jameson elenca os elementos-chave do modernismo:

...o próprio conceito de expressão pressupõe uma separação no interior do sujeito e, também, toda uma metafísica do dentro e do fora, da dor sem palavras no interior da mônada, e o momento em que, no mais das vezes de forma catártica, aquela 'emoção' é então projetada e externalizada, como um gesto ou um grito, um ato desesperado de comunicação, a dramatização exterior de um sentimento interior (Jameson, 2002, p. 39).

Em lugar de uma estética de afecção e de percepção espaço-temporal assentada nas características do sujeito mônada, Jameson vê na tecnocultura atual o surgimento de uma cultura equizofrênica que estabelece um esmaecimento do senso de historicidade pública e privada, e cria uma dialética entre profundidade e superficialidade nos objetos artísticos. Em sua comparação entre as telas *Um par de botas*, de Van Gogh, e *Diamond dust shoes*, de Andy Warhol, ele percebe o contraste principal entre a perspectiva modernista e a pós-modernista: falta à segunda o elemento da compensação utópica, que diz da contextualização espaço-temporal do objeto artístico (Jameson, 2002, p. 33-34). Ao invés disso, os objetos artísticos em Andy Warhol seriam meros utensílios a serem expostos numa vitrine de loja, como qualquer outra mercadoria destinada ao consumo. Embora ambas as obras sejam passíveis de comodificação, a perspectiva modernista propõe um tipo de conflito entre o mundo subjetivo e o mundo exterior que não se encontra na arte pós-moderna.

De acordo com Mark Poster (2001, p. 40-41), a dinâmica da mercadoria no capitalismo da chamada era digital baseia-se no crescente deslocamento na relação significante/significado forjado pelo mundo da propaganda e da

economia digital. Tal fenômeno levaria à constatação de que o capitalismo produz agora realidade como simulação, atuando sob a lógica do simulacro (Baudrillard, 1995). Grosso modo, a lógica do simulacro produz uma maior frouxidão na relação entre significante e significado, engendrando, no plano da produção cultural, aquilo que Jameson descreve como sendo a cultura esquizofrênica: “Com a ruptura da cadeia de significação, o esquizofrênico se reduz à experiência dos puros significantes materiais, ou, em outras palavras, a uma série de puros presentes, não relacionados no tempo” (Jameson, 2002, p. 53).

Por outras vias, teríamos no presenteísmo característico da tecnocultura contemporânea algo da indiferença que se situa no núcleo da atitude *blasé*. Ao comentar a função ideológica da cultura esquizofrênica contemporânea, Jameson mais uma vez reedita a temática marcusiana da dessublimação repressiva:

...o que eu queria demonstrar era a maneira pela qual o que eu chamo de disjunção esquizofrênica [...], quando se torna generalizada como um estilo cultural, deixa de ter uma relação necessária com o conteúdo mórbido que associamos a termos como esquizofrenia e se torna disponível para intensidades mais alegres, para aquela mesma euforia que vimos deslocando as afecções anteriores de ansiedade e alienação (2002, p. 56).

Quando a conversão da esquizofrenia em intensidade emocional se torna a tônica da sociedade de consumo, os sentimentos do sublime perdem sua carga de emoção negativa [em relação à realidade], prestando-se a usos mais decorativos. Sob vários aspectos as tecnologias recentes de culto do eu reforçam esse tipo de argumentação. No entanto, talvez tenhamos motivos para não ratificar o tipo de concepção tecnofóbica que quase sempre é característica de abordagens que reeditam o ideário programático da teoria crítica. O ensaio mais importante de Jameson, que temos usado aqui, não se atém suficientemente às recentes tecnologias de informação a fim de perceber o que elas trazem de positivo ou negativo para a problemática da constituição da subjetividade na contemporaneidade. Tanto que, para ele, a arte por excelência do capitalismo tardio é a arquitetura, pois que a partir dela é possível perceber a íntima associação entre cultura e capitalismo multinacional. Ou seja, escapa à sua análise uma série de elementos característicos do fenômeno artístico e da lógica de sociabilidade da sociedade da informação.

A ausência de atualização da crítica cultural oferecida por Jameson faz que ele capitule diante do cenário tecnocultural contemporâneo. De fato, a sua crítica parece dizer do esgotamento de um determinado ideal de sublime em teoria social. Como ele próprio dirá, o tipo de posicionamento teórico almejado demonstra-se limitado, na medida em que é herdeiro de uma perspectiva de sujeito do conhecimento cujo aparato cognitivo e perceptivo estaria ‘formatado’

dentro das modalidades culturais dispostas pelo modernismo (2002, p. 64-65 e 70-71). Daí que a sua crítica seja assumidamente também um *sintoma* da tecnocultura contemporânea.

A abordagem de Fredric Jameson não consegue se desvencilhar da empreitada de erigir a representação conceitual, por parte de um sujeito individual, para a compreensão da vastidão de conteúdos culturais dispostos pela sociedade da informação. Procurar por uma totalidade coerente em meio a um sistema que produz realidade como simulação, e a estratégias descentradas de governamentalidade biopolítica, não deixa de ser um exercício intelectual esquizofrênico, ainda mais quando se reconhece que não só essa totalidade é irrepresentável e inabarcável, quanto que a própria tarefa teórica é inglória⁶. De algum modo, a capitulação de Jameson induz a pensar que há mais afinidades do que se pensa, talvez mesmo uma linha de continuidade, entre a busca pelo sublime em teoria social e a cultura esquizofrênica característica da sociedade da informação. Em ambos os casos, a tecnocultura contemporânea é reduzida a um potencial indutor do caos e do descontrole, algo que escapa ao crivo do ‘eu’.

Não obstante o fato de que tanto Simmel quanto Adorno e Marcuse sejam revisitados, a partir de perspectivas distintas, para o entendimento da dinâmica cultural na chamada sociedade da informação, ambas as tradições são devedoras do modelo existencialista do par autenticidade/inautenticidade a partir do qual pensava-se a experiência do sujeito múnada na modernidade. Ocorre que a lógica da produção e reprodução da realidade com base na simulação parece deslocar significativamente tal modelo de estruturação da subjetividade, tanto no nível teórico quanto empírico. Um dos últimos redutos do ideal de sublime na teoria sociológica consiste em conceber a pluralidade de filiações identitárias e de lógicas de sociabilidade como sendo característica do ciberespaço, quando na verdade a multiplicidade identitária preexiste ao próprio ciberespaço (Poster, 1990; Santaella, 2004, p. 45). No entanto, isto não significa que o ciberespaço não anuncie uma gama de experiências inéditas.

Embora seja inegável que o Estado, os setores militares e sobretudo o mercado tolhem o potencial emancipatório das tecnologias informacionais – ao reescalonarem as hierarquias de acesso ao arquivo eletrônico e reeditarem estratégias de governamentalidade, desvirtuando o caráter utópico original de instrumentos como a *world wide web* (Featherstone, 2000; Caygill, 1999) –, as ferramentas de sociabilidade disponíveis no ciberespaço inauguram um estágio diferenciado de experimentação das estéticas de afecção e percepção espaço-temporal (Caygill, 2004). Isto significa que, a partir do plano empírico, podemos vislumbrar alguma alternativa ao ideal do sublime em teoria social. Proponho que tal tarefa é possível,

⁶ Ver, a este respeito, a crítica de Jameson à perspectiva totalizante e ‘conspiratória’ típica das narrativas distópicas de ficção científica (Jameson, 2002, p. 64).

se nos reportamos à tarefa benjaminiana – sabidamente distinta da tarefa de Adorno e Marcuse –, de teorizar sobre o campo instrumental mas ao mesmo tempo emancipatório de experiências sensoriais aberto pela reprodutibilidade técnica.

Experiência e sublime tecnológico

Ao refletirmos sobre a gama de experiências propiciadas pelo ciberespaço, não basta a afirmação de que as recentes tecnologias de informação estabelecem parâmetros qualitativamente inéditos de vivência da subjetividade e do afeto – parâmetros que deslocam as características centrais constitutivas da intimidade na modernidade, como as noções de autenticidade, segredo e anonimato. De fato, parece haver um redimensionamento na relação entre estética e tecnologia, que não só promove novos cenários de performance do eu, mas a partir do qual podemos extrair um outro tipo de conclusão a respeito da relação entre os efeitos de afecção e percepção espaço-temporal e a constituição da subjetividade.

Ao analisar as conseqüências culturais da digitalização e disponibilização no universo on-line do acervo de arte rupestre da gruta de Lascaux, na França, Howard Caygill detecta neste evento uma alteração profunda nas estruturas humanas de afecção e percepção. O fato de que uma tecnologia que produz espaço como não-lugar torne-se a instância para a recuperação dos registros que atestam as origens estéticas da humanidade não deixa de ser inquietante, instigando-nos a refletir em torno da relação entre tecnologia, estética e a emergência do humano (Caygill, 2004, p. 11). Tal relação é problematizada não apenas em termos de emergência e surgimento do humano, mas também de seu futuro ‘pós-humano’. Ao atualizar, no momento de digitalização do acervo de Lascaux, o profícuo debate travado por Georges Bataille e Andre Leroi-Gourhan acerca da relação entre tecnologia e humanismo, Caygill aponta para uma aporia na relação entre experiência e tecnologia na contemporaneidade.

De acordo com Caygill, Bataille privilegia as imagens e representações de animais nas pinturas de Lascaux, pois que estas seriam uma indicação da emergência do humano, precisamente a partir de uma demarcação em relação ao animalesco, ao bestial. Lascaux marcaria aqui uma ruptura com o *homo faber*, na medida em que o que interessa a Bataille é o efeito de afecção das pinturas rupestres, o vir a ser excessivo do humano que elas anunciam. Leroi-Gourhan, por outro lado, privilegia as características geométricas das figuras rupestres, enfatizando a capacidade de controle tecnológico do *homo sapiens* como aquilo que assinala a sua humanização. Enquanto Bataille se interessa pelo excesso, o espanto e o enleio que o acervo de Lascaux enseja, Leroi-Gourhan associa o domínio das percepções espaço-temporais ali representadas geometricamente

ao ato mágico de naturalização do estranho, do animalesco e do sobrenatural como o absolutamente outro do humano. Em ambos os casos, Lascaux é vista como o início estético da humanidade, porém há sérias divergências quanto ao papel exercido pela tecnologia na emergência estética do humano.

A solução para o dilema instaurado pela discussão de Bataille e Leroi-Gourhan só é possível numa instância incorpórea, que seria capaz de abarcar a fusão – a qual desde Kant opera apenas no plano da idéia, da imaginação (Caygill, *ibid.*, p. 15) – entre as estéticas de afecção e prazer e de percepção espaço-temporal. A partir desta fusão incorpórea é que a irresolução legada pelo debate entre os dois autores perde sentido, pois que a posição de um só se sustenta por oposição e afirmação em relação à posição do outro (*ibid.*, p. 16). As recentes tecnologias de digitalização dos objetos artísticos representam esta instância incorpórea. No entanto, longe de o questionamento lógico da oposição entre afecção e percepção por tais tecnologias nos oferecer um abrigo confortável para a teorização em torno do seu potencial humanizador, tudo o que temos de ‘sólido’ é a possibilidade – prenhe de ambigüidades - de nos relacionarmos a partir de instâncias incorpóreas. Esta irresolução a respeito do papel da tecnologia na emergência do humano teria conseqüências imediatas para o atual estágio tecnocultural, o que seria atestado pela digitalização do acervo de Lascaux:

A tradução digital e a disseminação global de figuras e imagens rupestres podem ser entendidas como uma celebração inumana do humano, da passagem do humano a um futuro de animalidade tecnológica. As figuras e imagens que assinalaram o começo estético do humano são acolhidas, preservadas e apresentadas em um momento e por uma tecnologia na e através da qual as estruturas humanas de percepção e afecção estão postas em questão de maneira radical (Caygill, 2004, p. 16).

Mas o que isso interessa ao tema de que me ocupo aqui: a digitalização da intimidade? A implosão das relações espaço-temporais em meio ao não-lugar do ciberespaço implica uma nova lógica de miniaturização e duplicação dos objetos culturais e da vida, e do próprio estoque molecular e orgânico da humanidade. O fato de que esse fenômeno se processe através de um não-lugar significa que o humano passa a se constituir a partir de uma realidade incorpórea. Estamos diante de um problema com conseqüências inéditas para se pensar um campo de experiências que se tem denominado no léxico das ciências humanas de pós-humano ou pós-orgânico, com direcionamentos os mais variados, desde a emancipação de identidades coletivas, até a potencialização das tendências bestializadoras da cultura de consumo ou o ressurgimento do debate fenomenológico sobre processos de corporificação⁷.

⁷ Em meio à variedade de abordagens sociológicas acerca destas questões, algumas inspiraram mais diretamente o tipo de discussão aqui proposto (cf. Kay, 2000; Poster, 2001, 1995 e 1990; Haraway, 1991; Hayles, 1999; Sloterdijk, 2000; Ferreira, 2004).

Nesta intervenção específica, o meu raio de especulação é bastante reduzido e enfoca a expansão das tiranias da intimidade pela tecnocultura contemporânea. Duas conclusões são antecipadas a partir do que discutimos até aqui. A primeira é que o modelo de subjetividade que podemos derivar das tecnologias atuais de culto do eu é necessariamente incorpóreo. Ou seja, uma subjetividade que não pode mais ser pensada como constituída por oposição aos objetos tecnológicos, cuja denominação provisória pode ser *subjetividade tecnológica*, ainda que isso não implique numa sobreposição do elemento tecnológico sobre o humano⁸ – há aqui um equilíbrio fusional entre as duas instâncias que deve ser pensado. Pelo exemplo que tomamos de empréstimo a Caygill, o máximo que podemos extrair da relação entre tecnologia e subjetividade é o surgimento de uma realidade incorpórea que nos assombra e encanta, que tanto pode nos incapacitar à experiência do diferente, da alteridade nas diversas relações sociais, mas também pode contribuir para projetos emancipatórios.

Tal zona de indecidibilidade é constitutiva da emergência do político na sociedade da informação. Convém nos afastarmos da idéia de que a configuração da sociedade da informação se opere exclusivamente a partir da lógica matemática e antecipadora, visto que não há uma estratégia unificada de governamentalidade presidindo a tecnocultura e tecnociência (Ferreira, 2002; Rabinow & Rose, 2006). Os objetos tecnológicos são passíveis de reconfiguração, promovendo uma abertura propiciada pela própria ambição totalizadora das formas de arquivamento digital da cultura e do nível molecular (Ferreira e Amaral, 2004, p. 164). No plano teórico, tal lógica de argumentação constitui uma alternativa ao ideal de sublime na teoria social, o que pode ser derivado da seguinte afirmação de Nikolas Rose:

...afirmar que a subjetividade é tecnológica não significa alinhar-se com as vigorosas críticas sobre os efeitos malignos da ordem tecnológica sobre a subjetividade mais estreitamente associada com os escritores da Escola de Frankfurt. A tecnologia não esmaga a subjetividade: ela produz a possibilidade de que os humanos se relacionem consigo mesmos como sujeitos de certo tipo, bem como as possibilidades de que eles resistam ou recusem certos regimes de subjetivação (2001, p. 99, roda-pé 5).

A segunda conclusão que extraímos deriva da primeira: na medida em

⁸ O recurso às tradições prometéica e fáustica, e a tensão entre o humano e o tecnológico que tais tradições encerram, parece não dar mais conta do tipo de realidade com a qual nos deparamos. A idéia de uma fusão incorpórea entre as estéticas de afecção e percepção presente nas tecnologias de informação intima-nos a pensar numa nova gama de possibilidades (des)humanizadoras entre o técnico e o humano, o artificial e o orgânico. Quando nada, tal afirmação nos acautela contra adesões apressadas tanto a determinados discursos humanistas tecnofóbicos quanto a discursos pós-humanistas mais ufanistas.

que a tecnologia dispõe cenários para os relacionamentos entre os indivíduos sem que haja uma lógica subjacente de interpelação, o campo está aberto seja para fins de liberalização politizada de tais instâncias, seja para a mera estetização da realidade. Não é nenhuma novidade que o ciberespaço atualiza e potencializa as disputas de poder político e econômico, o que contraria suas pretensões de se constituir num veículo de comunicação puro, sem ruídos, que forneça um intercâmbio global livre de injunções de toda sorte.

O tipo de reprodução da imagem especular que as tecnologias de informação propiciam aprofunda a capacidade técnica de mediar o acesso à realidade sob a aparência de um acesso imediato. A idéia de narrativização da vida em tempo real, de transmissão da *vida como ela é* faz que os indivíduos prescindam de intérpretes ou intermediadores culturais para a exposição e expressão de suas angústias. É como se, através da mediação pelos instrumentos tecnológicos, pudéssemos expor o âmago da nossa própria intimidade ‘sem intermediação’. As modalidades de escrita íntima no ciberespaço reconfiguram a vivência da intimidade, pois que constituem um suporte de registro da memória individual que não pressupõe a fixidez e a estabilidade da relação entre autor e leitor própria dos diários íntimos dos séculos XIX e XX (Santaella, 2004, p. 50).

No entanto, se nos referirmos especificamente ao modo como a cultura consumista tem se apropriado das tecnologias de informação, vemos que as diversas modalidades de narrativas do eu ou de narração auto-referente que habitam o ciberespaço tem mais e mais aguçado a ansiedade dos indivíduos a respeito do sentimento individual (Sibília, 2003; Schittine, 2004). Aliado a isto, há a sensação de que os eventos exteriores só passam a ter sentido a partir do crivo do indivíduo, daquilo que é significativo para ele, ainda que esteja em jogo assuntos de ordem pública⁹. Caracteriza-se assim o reforço das tendências de erosão da vida pública. Ao longo da modernidade, a desintermediação do acesso a códigos de significação impessoais tem resultado no fato de que as pessoas passam a tratar em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos (Sennett, 1988, p. 18).

De acordo com Richard Sennett, a expansão da intimidade se faz acompanhar da lógica narcísica, a partir da qual “...a preocupação consigo mesmo [...] impede alguém de entender aquilo que é inerente ao domínio do eu e da

⁹Tal comentário não se restringe às ferramentas voltadas para a exposição da intimidade, como webcams, blogs, fotologs etc. Pensemos na crise de intermediação instaurada em grandes veículos de mídias como os jornais a partir da expansão dos blogs. Desde os atentados terroristas ocorridos em Londres, em julho de 2005, as próprias redes de comunicação investem nos blogs como ferramenta de informação, levando às últimas conseqüências a lógica da informação comodificada, a qual será tanto mais valorizada quanto mais rápido tornar-se obsoleta.

autogratificação e aquilo que não lhe é inerente. [...] o narcisismo é uma obsessão com aquilo ‘que esta pessoa, este acontecimento significam *para mim*’” (Sennett, 1988, p. 21). As ferramentas digitais de exposição da intimidade dizem de uma tendência a explicar o eu em termos de uma ‘narrativização’ da vida íntima, mesmo que, ou sobretudo quando, o que se tem a narrar é a insignificância da vida ordinária:

A vida comum transforma-se em algo espetacular, compartilhada por milhões de olhos potenciais. E não se trata de nenhum evento emocionante. Não há histórias, aventuras, enredos complexos ou desfechos maravilhosos. Na realidade, nada acontece, a não ser a vida banal, elevada ao estado de arte pura. A vida privada, revelada pelas webcams e diários pessoais, é transformada em um espetáculo para olhos curiosos, e este espetáculo é a vida na sua banalidade radical. A máxima é: ‘minha vida é como a sua, logo tranquilize-se, estamos todos na banalidade do cotidiano’ (André Lemos *apud* Sibília, 2003, p. 150).

A proliferação de diários íntimos na Internet e outras formas de performance individual funciona como modelo e simulacro de eus desejáveis, e a linguagem utilizada em tais veículos representa uma forma de agenciamento de individualidades, ao invés de mera comunicação espontânea. A intimação a que os indivíduos falem de si próprios, registrem a própria vida tal como a vivem, expõe a ferida narcísica como uma das marcas da tecnocultura contemporânea. Sob certos aspectos, somos tentados a ver em tais instâncias de agenciamento e subjetivação uma extensão da transição da cultura modernista para a pós-modernista. Por outro lado, o deslocamento na passagem de um modelo de vivência da intimidade e da identidade-eu baseado no anonimato para um modelo assentado na exponibilidade assinala uma reorientação significativa nos mecanismos de regulação da subjetividade.

Decerto os dilemas ensejados pelo potencial estético e humanizador de ferramentas como os blogs está longe do grau de inquietação e problematização epistemológica a que a digitalização do mais antigo acervo de arte rupestre nos dá acesso. Porém, quero crer que a intermediação tecnológica do afeto e da intimidade presente em tais ambientes nos oferece pistas interessantes para o entendimento de uma série de fenômenos da sociedade de informação. Um destes aspectos consiste no fato de que a crescente exposição da intimidade parece de fato carregar a marca do potencial de dessublimação repressiva outrora associado à indústria cultural. Um dos aspectos que frustram num primeiro momento a análise do potencial emancipatório das ferramentas de performance e exposição do eu é o direcionamento adotado pelos usuários de blogs em forma de diário pessoal. A idéia de uma escrita íntima, falar de si como registro de uma tensão entre o público e o privado, o interno e o externo, parece agora

dissociada dos conteúdos de compensação utópica outrora presentes nos diários íntimos, e mesmo ou sobretudo no gênero romanesco, em que a primeira pessoa ocupa o enredo.

Tal direcionamento frustra em primeiro lugar por se distanciar do tipo de afecção de prazer e terror que poderia ser propiciada quando se tem todo o mundo acessível na ponta dos dedos – a vida como forma ou espetáculo está longe do vir a ser excessivo battailiano; em segundo lugar, desperdiça-se a oportunidade de exploração das possibilidades de percepção que o ambiente on-line oferece. E aqui teríamos mais uma vez algo que nos aproxima do movimento de reauratização da experiência, pois, como já foi dito, no momento mesmo em que o ciberespaço promove a aceleração das interações sociais e o deslocamento das noções de espaço e tempo, o elogio do ordinário e o culto do eu constituem um reduto de fruição do aqui-e-agora da vida em tempo real. Não será contraditório, quiçá simplesmente um desperdício, que quando temos literalmente o mundo diante de nós, prefiramos o retorno ao rosto humano como figura central?

Do ponto de vista da crítica a esta modalidade de expressão narcísica, no entanto, está posto o desafio de se evitar recair nas armadilhas que o ideal de sublime na teoria sociológica nos oferece. Inclusive porque, como já tive oportunidade de mencionar, pode haver uma linha de continuidade entre a cultura consumista baseada no culto do eu e a tentativa de reeditar um eu transcendental na análise do capitalismo contemporâneo como totalidade coerente.

A alternativa vislumbrada a este expediente analítico é mais uma vez a tarefa benjaminiana de perceber nos objetos tecnológicos o potencial para a estetização da realidade, e ao mesmo tempo para a politização da experiência. O mergulho nesta ambigüidade constitutiva divisa uma espécie de relação agonística com a tecnologia, agonismo do qual as ferramentas de narrativização da vida podem ser apenas um sintoma. Ao comentar o posicionamento benjaminiano a respeito da aporia da cultura moderna, Caygill não poderia nos aproximar mais adequadamente do tipo de tarefa que nos impõe a sociedade de informação:

A mudança no senso de percepção e no caráter da experiência é inelutável, como também o é a decisão sobre como responder a esta mudança. Uma resposta é o apelo niilista passivo à aura no estabelecimento de uma nova distância estética na qual a mudança na experiência pode ser perigosamente conservada e recusada dentro das estruturas existentes. A outra é a resposta niilista ativa de revolucionar todas as estruturas e redirecionar as energias liberadas pela guerra para canais construtivos... (Caygill, 1998, p. 117)

Não estamos mais na situação dicotômica entre o fascismo e a promessa do socialismo, com as facilidades reducionistas que este tipo de situação dispõe.

Em face da persistência da estetização da realidade, no entanto, talvez possamos contribuir para a inauguração de instâncias em que o indivíduo seja capaz de transcender a si próprio. Não se trata de concebermos um salto para fora do humano, mas de especular sobre a expansão das instâncias de humanização, mesmo que, ou sobretudo se isso implicar em nos dissociarmos da centralidade da idéia de uma individualidade auto-referente.

A contribuição que pretendi neste espaço foi mínima, em meio a uma agenda tão ampla e pretensiosa. A crítica aqui oferecida ao potencial reuratizador das tecnologias do eu, o fato de que as ferramentas de exposição da intimidade podem ser vistas como um reencaixe defensivo e niilista à contingência a que uma dada realidade incorporada nos submete, não pode obviamente anular as possibilidades emancipatórias da sociedade de informação. A análise de temas como a reconstituição da esfera pública, governança urbana, a lógica de articulação de movimentos sociais e contestatórios etc. deve ser feita levando-se em conta o tipo de subjetividade tecnológica que as diversas instâncias do ciberespaço oferecem. Instâncias a partir das quais é possível transcender o estado de coisas atual. É *teclar* para ver.

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. (1995). *Para uma crítica da economia política do signo*. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Lisboa: Edições 70.
- BENJAMIN, Walter. (1994a). “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense. (Obras escolhidas; vol. 1).
- BENJAMIN, Walter. (1994b). “Pequena história da fotografia”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense. (Obras escolhidas; vol. 1).
- CAYGILL, Howard. (2004). “Lascaux digital”. *Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 21, out./2004.
- CAYGILL, Howard. (1999). “Meno and the Internet: Between Memory and the Archive”. *History of the Human Sciences*, 12 (2): 1-11.
- CAYGILL, Howard. (1998). *Walter Benjamin: The Colour of Experience*. London and New York: Routledge.
- DERRIDA, Jacques. (2001). *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

- DILLON, Michael & REID, Julian. (2001). "Global Liberal Governance: Biopolitics, Security and War", *Millennium Journal of International Studies*, 30 (1): 41-66.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. (2000). *Memórias do subsolo*. Tradução de Boris Schnaiderman. São Paulo: Ed. 34.
- FEATHERSTONE, Mike. (2000). "Archiving cultures". In: *British Journal of Sociology*, 51(1): 161-184. (January/March).
- FERREIRA, Jonatas. (2004). "A condição pós-humana: ou 'como pular sobre nossa própria sombra'". *Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 21, out./2004.
- FERREIRA, Jonatas. (2002). "O alfabeto da vida". *Lua Nova*, São Paulo, v. 55-56.
- FERREIRA, Jonatas & AMARAL, Aécio. (2004). "Memória eletrônica e desterritorialização". *Política & Sociedade*, Florianópolis, n. 4, abr./2004.
- JAMESON, Fredric. (2002). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Ática.
- HARAWAY, Donna. (1991). *Ciência, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza*. Madrid: Ediciones Cátedra, Universitat de València, Instituto de la Mujer.
- HAYLES, Catherine. (1999). *How We Became Posthuman: Virtual Bodies in Cybernetics, Literature and Informatics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- KAY, Lily E. (2000). *Who Wrote the Book of Life? A History of the Genetic Code*. Stanford: Stanford University Press.
- MARCUSE, Herbert. (1973). "A conquista da consciência infeliz: dessublimação repressiva". In: *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- POSTER, Mark. (2001). *What's the Matter with the Internet?* Minneapolis, London: University of Minnesota Press.
- POSTER, Mark. (1995). *The Second Media Age*. Cambridge: Polity Press.
- POSTER, Mark. (1990). *The Mode of Information: Poststructuralism and Social Context*. Cambridge: Polity Press.
- RABINOW, Paul & ROSE, Nikolas. (2006). "O conceito de biopoder hoje". In: *Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 24, abr./2006.
- ROSE, Nikolas. (2001). "Inventando nossos eus". In: SILVA, Tomás Tadeu da. (Org.). *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica.
- SANTAELLA, Lucia. (2004). "Sujeito, subjetividade e identidade no ciberespaço". In: LEÃO, Lucia (Org.). *Derivas: cartografias do ciberespaço*. São Paulo: Annablume; SENAC.
- SCHITTINE, Denise. (2004). *Blog: comunicação e escrita íntima na internet*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SENNETT, Richard. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SIBILIA, Paula. (2003). "Os diários íntimos na internet e a crise da interioridade psicológica". In: LEMOS, André & CUNHA, Paulo (Orgs.). *Olhares sobre a cibercultura*. Porto Alegre: Sulina.
- SIMMEL, Georg. (1971). *On Individuality and Social Forms*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- STIEGLER, Bernard. (2005). A gramatização do vivo. *Nada*, Lisboa, vol. 4, fev./2005.
- VANDENBERGHE, Frédéric. (2005). *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru, SP: Edusc; Belém: EDUFPA.

RESUMO

Cyberespaço, exposição da intimidade e reauratização da experiência

O artigo propõe uma interpretação da crescente exposição da vida íntima no ciberespaço como um redimensionamento do princípio de disponibilização técnica na modernidade. No momento mesmo em que o ciberespaço promove a aceleração das interações sociais e facilita o acesso a uma gama inédita de conteúdos culturais, o elogio do ordinário e o culto do eu, a partir de ferramentas como webcams, weblogs, fotologs etc., passam a constituir um reduto de fruição do aqui-e-agora da vida em tempo real. Importa então compreender a atuação de um ideal regulatório de subjetividade a partir do qual os indivíduos solicitam o olhar do outro sobre sua vida cotidiana, contrariando valores fundantes da intimidade moderna, como o anonimato, o segredo e a autenticidade. Em que medida essa tendência não estaria conduzindo a um processo de reauratização da experiência na contemporaneidade?

Palavras-chave: ciberespaço; intimidade; experiência; regulação; identidade-eu

ABSTRACT

Cyberspace, exposition of intimacy and reauratization of experience

This paper offers an interpretation of the increasing exposition of private life in cyberspace in terms of a change in the modern principle of technical availability. At the very moment in which cyberspace promotes acceleration of social interactions and provides easy access to an unprecedented range of cultural contents, tools like webcams, weblogs, photologs etc., constitute means for the valorization, in real time, of the here-and-now, the ordinary and cult of self. It is therefore important to understand the working of a regulatory ideal of subjectivity where individuals require the gaze of other's on their own everyday life, contradicting the founding values modern intimacy, such as anonymity, secrecy, and authenticity. To what extent is this process leading to a kind of reauratization of experience in contemporary world?

Keywords: cyberspace; privacy; experience; self-identity

Recebido para apreciação: setembro de 2006

Aprovado para publicação: outubro de 2006



REFLEXIVIDADE E ACELERAÇÃO: AS ESTRATÉGIAS RACIONAIS DE SOBREVIVÊNCIA¹

Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior

1. Introdução

O aumento da participação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na oferta de produtos e serviços a vários segmentos da sociedade fez surgir nos últimos anos uma categoria profissional muito especial. São os chamados profissionais do software – analistas de sistemas, programadores, especialistas em segurança de dados, webdesigners, engenheiros de software, cientistas da computação, administradores de empresas especializados no setor, entre outros. Tais profissionais trabalham sob o peso da obsolescência de informação e mesmo de formação – as competências que lhes garantem empregabilidade. Essa característica marca a dinâmica tecnológica e as relações de trabalho na sociedade contemporânea de uma forma geral e adquire mais radicalidade entre os profissionais do software.

Fizemos uma verificação empírica da aplicabilidade da teoria da modernização reflexiva elaborada por Anthony Giddens, Scott Lash e Ulrich Beck às categorias profissionais cujo denominador comum é o desenvolvimento de programas de computador. Nosso objetivo foi identificar processos de auto-reflexividade e sua relação com as atribuições desenvolvidas nas fábricas de software na cidade do Recife. Por meio dessas entrevistas, quisemos saber como essas pessoas pautam suas ações, projetos e expectativas pessoais e profissionais no sentido de estabelecer padrões de vida mais harmoniosos entre demandas de ordem privada e obrigações vinculadas à ordem do trabalho. Nosso objetivo mais específico, ao identificar tais estratégias de reflexão, foi analisar a maneira como demandas de ordem subjetiva se relacionam com prioridades de ordem técnica, estabelecendo tipos de ação e associações com diferentes tipos de racionalidade.

Foram entrevistados um total de 40 profissionais divididos em três estratos. Engenheiros, analistas de sistemas, designers e programadores envolvidos diretamente com o trabalho de codificação de programas computacionais são chamados nesse trabalho de *desenvolvedores*, cujas funções se referem à criação

¹Trabalho apresentado no 30º Encontro Anual da Anpocs 24 a 28 de outubro de 2006. GT24 - Tecnologias de informação e comunicação: controle e descontrole.

dos programas e ao planejamento de como os sistemas computacionais vão funcionar.

O segundo estrato, os *gerentes*, é formado por analistas de negócios, administradores de empresas e economistas que coordenam os profissionais envolvidos em projetos. Eles fazem o controle de qualidade dos serviços ou produtos em desenvolvimento, elaboram relatórios de desempenho e cumprimento de tarefas, fazem a previsão e cobrança de prazos e são responsáveis também pela interação entre diversos profissionais do estrato de desenvolvimento, além de prospectarem os mercados consumidores sobre novos serviços.

O terceiro estrato é formado por economistas, administradores de empresas, engenheiros elétricos, cientistas da computação e publicitários que, em geral, já possuem experiências em outras empresas de tecnologia da informação e comunicação. Este estrato foi denominado de *executivos*.

No fim da análise, verificamos que fatores de ordem subjetiva se associam a fatores de ordem prática e funcional na composição de processos de auto-reflexão, de onde evoluem críticas ao sistema de aprendizado, de execução do ofício de desenvolvimento de softwares, além de valores pessoais e profissionais. O resultado é que as prioridades pessoais e profissionais são re-alinhadas em função de vivências subjetivas e valores, determinando soluções para ansiedade, para perda de capacidade de autodeterminação e ao risco cronicamente vivenciado. As soluções são baseadas na busca por experiências pessoais e outras formas de trabalho nas fábricas de software que se oponham à condição de insegurança vivida pontualmente no trabalho de desenvolvimento, nas atribuições dos gerentes e nas responsabilidades dos executivos e empresários das empresas focadas. A sistematização desse resultado foi colocada em tabelas que podem ser encontradas ao final.

Na primeira parte do artigo fazemos uma associação entre a teoria da modernização reflexiva com o trabalho nas fábricas de software, já com base nas entrevistas realizadas. Na segunda parte do trabalho, acrescentamos alguns elementos de fenomenologia necessários na análise final dos resultados coletados. A última parte do artigo foi reservada à análise das informações recolhidas e das soluções encontradas pelos entrevistados para as condições de ansiedade, descontrole e aceleração descritos na primeira parte deste artigo.

É preciso fazer notar que a escolha das empresas e dos profissionais a serem entrevistados obedeceu a critérios cujo objetivo é representar o pólo de desenvolvimento de softwares da cidade do Recife. Assim, a escolha das empresas seguiu a preocupação de entrevistar empregados de instituições de atuação nacional, com clientes em outros estados, e que possuem mais de 50% do corpo técnico formado em universidades.

Por meio do primeiro desses critérios, passamos a lidar com entrevistados

cujas empresas enfrentam concorrência acirrada e, por isso, têm a necessidade de seguir modelos de produção nos quais se incluem a requalificação técnica constante do corpo de profissionais, a utilização de processos de desenvolvimento de software baseados em normas internacionais de qualidade, o uso de instrumentos (computadores e softwares) de última geração e a contratação de profissionais com formação universitária.

Com o segundo critério, buscou-se estabelecer o contato com profissionais do software que receberam, através da formação universitária, a orientação para renovação do conhecimento no setor de Tecnologia da Informação e Conhecimento. O objetivo dessa delimitação foi o de evitar as empresas em que a formação precária dos trabalhadores força não a re-incorporação reflexiva de informação e conhecimento, mas a apreensão irregular de informação para a solução precária de problemas pontuais, o que prejudicaria a compreensão do sentido atribuído à qualificação crônica entre os profissionais do software.

2. Os profissionais do software no contexto da modernização reflexiva

O que vem a ser modernidade reflexiva e como essa se articula com o trabalho dos profissionais do software? A modernização reflexiva significa uma autodestruição criativa para toda a era da sociedade industrial. A causa dessa destruição não é uma revolução, nem mesmo uma crise. A modernização reflexiva é resultado do próprio processo de modernização ocidental – seu espelho radical. Uma de suas características é a sociedade de risco (Beck, Giddens e Lash, 1997).

Para Beck, o conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial. Não se pode, segundo Beck, escolher ou rejeitar a sociedade de risco e sua condição de insegurança. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, sem que fiquem claros os perigos e ameaças que podem revelar.

Para compreender melhor isso, é necessário considerar o tipo mais característico da sociedade de risco: é o *risco fabricado*, conceito formulado por Giddens. O autor explica que risco fabricado é aquele criado pelo próprio progresso do desenvolvimento humano, especialmente pelo progresso da ciência e da tecnologia. São novas configurações e dilemas para os quais a história tem a oferecer-nos pouquíssima experiência prévia (Giddens, 1991).

O risco fabricado é a surpresa fundamental para os primeiros ideólogos da sociedade industrial, porque com o tempo se verificou que a ciência e a tecnologia criam incertezas da mesma maneira que as eliminam (Giddens, 2000). O mais interessante é verificar que as incertezas que aparecem não são, necessariamente, resolvidas com mais progresso científico. Esse novo fator penetra

cada sombra da vida pessoal e social e se aloja no próprio coração da modernidade.

Paul Virilio, por seu lado, acredita na explosão do mundo visível – o domínio da opinião pública – provocada pelas técnicas de representação teleinformática. Esse processo também provocaria a midiática política em que grupos cada vez menores detêm mais privilégios. Para Virilio, tais grupos são “detentores de um último amálgama da velocidade da luz”; a midiática política seria caracterizada pela “abusiva eloquência dos números, das mensagens, das imagens (a informação)” (Virilio, 1996, p. 36).

Para esse autor, um número grande de pessoas tem a impressão do efeito do real, mas essas pessoas estão imersas no caos geopolítico que é resultante desse processo. O autor acredita numa usurpação informacional da diferença entre o aqui e o ali, do próximo e do distante, do presente e do futuro, do real e do irreal. Ou seja, os sujeitos seriam jogados num tempo único e homogêneo. E isso aconteceria, segundo Virilio, através das tecnologias da informação.

Submetidos à tirania do tempo real, os meios de comunicação não combatem mais somente tudo o que dura, a paz como o resto, são eles (os meios de comunicação) agora que não têm mais tempo, mais prazos. Extremidades territoriais e proximidade midiática formam uma mistura explosiva (Virilio, 1996, p. 54).

Paul Virilio acredita numa ausência da defesa diante da técnica e não vê possibilidades de que os indivíduos definam estratégias de análise de suas experiências ou de autodeterminação:

“O mundo que vemos está em plena passagem” e digamos: nós não vemos o mundo que está em plena passagem... nós não percebemos mais naturalmente suas lentidões do que suas acelerações, não percebemos o que seria a realidade do próprio tempo em que o movimento se dá. *O movimento é cegamento* (Virilio, 1996, p. 64).

Voltando à modernização reflexiva elaborada por Anthony Giddens, outra sua característica fundamental é a idéia de desencaixe das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação por meio de extensões indefinidas de tempo-espço. A modernidade estabeleceu a medição unívoca do tempo, o que levou à uniformização da organização social do tempo pela adoção do relógio. Esse processo conduziu a uma organização do tempo desligado do espaço, o efeito mais imediato é o esvaziamento do espaço.

Para Giddens, existem dois mecanismos de desencaixe: as fichas simbólicas e os sistemas peritos. As fichas simbólicas são bem explicadas por Pierre Bourdieu ao citar o mito, a língua, a arte e a ciência como instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos. Nesse sentido, os sistemas simbólicos são estruturas estruturantes (Bourdieu, 1992).

Já os sistemas peritos são sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. Na prática, tais sistemas peritos são formados por amplos campos de conhecimento, como a arquitetura, a engenharia industrial e civil. É por meio dos sistemas peritos, segundo Giddens, que os indivíduos exercem suas possibilidades de re-encaixe, de reflexão crítica de suas vivências contingentes. As possibilidades de re-encaixe estão diretamente relacionadas à reflexividade – às estratégias de revisão das práticas sociais à luz de informação gerada a partir dessas mesmas práticas (Beck, Giddens e Lash, 1997).

Giddens afirma que a reflexividade que está germinando pode ser emancipatória. Mas como ela germina, ou, dito de outra forma, como acontece a reflexividade? Giddens responde que a reflexividade acontece justamente por intermédio dos sistemas peritos. Essa afirmação se aplica do ponto de vista institucional – ou seja, da reflexividade das instituições sociais – e do ponto de vista pessoal, ou seja, da auto-reflexividade dos sujeitos na modernidade tardia. Vamos no deter na reflexividade individual.

Nela, uma proporção crescente da população tem acesso a conceitos científicos como um meio de reflexão das regras e dos recursos da estrutura social e também de suas próprias ações. O contato, ainda que de forma mais ou menos diluída, com grandes áreas do conhecimento, como a própria sociologia, a psicanálise, a engenharia, redimensiona as relações de confiança. Esta deixa de ser uma questão de envolvimento face a face e passa a ser uma questão de confiança nesses sistemas especialistas. A reflexividade tem como objetivo a minimização de uma “insegurança ontológica” a que os sujeitos modernos estão submetidos.

Lash esclarece (Beck, Giddens e Lash., 1997) que a reflexividade se refere ao mesmo tempo às práticas dos chamados profissionais e de outros especialistas, tem um forte aspecto institucional e pode também se referir à especialização objetivada em máquinas, como aeroplanos e computadores, ou em outros sistemas objetivos, como os mecanismos monetários. Essa forma de interpretar a relação do sujeito com os sistemas especialistas, sua razão de ser e suas conseqüências têm um forte apoio na realidade empírica da modernidade tardia de uma forma geral e no trabalho dos profissionais do software em particular. Não é outra a razão de observarmos a necessária aplicabilidade da teoria da modernização reflexiva à investigação proposta neste trabalho.

Os sistemas especialistas (também chamados sistemas peritos) são o resultado do desenvolvimento científico, do aumento do conhecimento técnico e do conseqüente aumento da especialização em várias áreas. A esses sistemas especialistas estão associados grupos de experts.

Como compreender o trabalho de desenvolvimento de software em face

da modernização reflexiva? Tentamos verificar em que medida o trabalho de desenvolvimento de softwares é eminentemente reflexivo porque se ancora na necessidade constante de atualização do conhecimento necessário para sua performance, requer a transformação das condições anteriormente dadas e a antecipação de resultados. Essa reflexividade é, até aqui, de ordem operativa e técnica. As entrevistas mostraram que a atualização técnica é uma condição para se competir num mercado globalizado em condições de igualdade com profissionais e serviços criados em outros lugares do mundo. Isso é válido na dimensão individual e também para as empresas.

Por meio das entrevistas verificamos que os profissionais do software vivem essa realidade em suas tarefas operativas, com a necessidade constante de verificar novas informações que possam colaborar com a excelência do produto final. Essa realidade é particularmente crítica para o desenvolvimento de ferramentas de segurança, por exemplo, porque são elas que procuram garantir que transações bancárias sejam realizadas sem oferecer riscos a clientes comuns e às instituições bancárias e comerciais, por exemplo.

A aceleração da renovação de conhecimento, de atualização técnica do profissional de desenvolvimento, é uma obrigação formal da qual depende a continuidade dele no mercado de trabalho. Essa atualização de conhecimento acontece por meio da própria estrutura do trabalho, durante o ofício, determinada, na maioria das vezes, pelas contingências e demandas pontuais enfrentada no dia-a-dia, seja nos cargos de desenvolvimento, de gerência ou executivo. Os profissionais dos três estratos se utilizam do acesso à internet e dos computadores das empresas para atualizar-se. As entrevistas mostraram que é comum, entre os entrevistados, o acompanhamento de mais de dez fóruns de discussão e newsletters. Alguns entrevistados relatam que é comum o armazenamento de 3 mil, 5 mil tópicos interessantes enviados por esses serviços e que ainda não foram lidos, mas estão guardados nas caixas de mensagem. Há uma ansiedade generalizada nesse aspecto, em virtude da própria pressão exercida pelo receio de não saber de alguma novidade técnica descoberta de um dia para o outro, e da possibilidade de que essa informação interfira no trabalho a ser feito naquele dia ou no projeto em que se está envolvido.

A informação contida nesse material é recuperada segundo a contingência, segundo a demanda específica dos problemas encontrados no trabalho. Nesses casos, o profissional lembra-se de que já recebeu um boletim sobre determinado assunto e que assim poderá esclarecer a dúvida técnica que ele tem diante de si. Essa é uma atualização que se lança para o presente.

Há outro tipo de atualização que é ainda mais efêmero e revela a própria essência da aceleração, contingência do trabalho de desenvolvimento e da ansiedade a ele associada, bem como a obsolescência do conhecimento. É a

atualização de informação técnica determinada por problemas pontuais com informações obtidas por meio de buscas na internet. Os programadores, analistas de sistema, web designers ou engenheiros de software consultados afirmam que, quando não sabem como resolver determinado problema técnico, é comum procurarem pela solução usando-se ferramentas de busca como Google, Alta Vista ou Yahoo!. Essas ferramentas procuram soluções em listas de discussão ou em tutoriais disponíveis na rede de informações. Esse tipo de solução contingente é não somente muito utilizada, mas também fortemente recomendada para que aquele problema não tome tempo em demasia do profissional de desenvolvimento. Tem-se a crença, entre os entrevistados, que a maior parte dos possíveis desafios técnicos, problemas de ordem lógica ou defeitos e nuances de programação, já foi tratada em alguma lista de discussão sobre o tema. Daí ser tão corrente a orientação para que não se tente “inventar a roda”, ou seja, não se perca tempo na tentativa de criar uma solução que já está descrita em algum “canto na rede”.

Mas os dados técnicos obtidos em listas de discussão ou em mecanismos de busca nem sempre são considerados plenamente confiáveis pelos entrevistados, o que estabelece mais um risco na utilização dos dados garimpados. A qualidade é um fator externo, do qual não se tem completo controle. Não é por acaso a prática de se assinar várias listas de discussão – esse é um recurso que funciona com o intuito de reduzir o risco. A escolha das soluções é feita por intermédio de um histórico de acertos de cada fonte – o que constrói com o tempo a confiança no serviço oferecido por determinado site especializado ou lista de discussão – além da referência fornecida por outros usuários.

Esse recurso é tão utilizado, que a procura de respostas a tais problemas acontece várias vezes ao dia – aliás, muitos dos profissionais que trabalham com desenvolvimento não podem prescindir da internet justamente por esse motivo. Isso significa que os profissionais sabem que atuam em pé de igualdade – pelo menos do ponto de vista do acesso a informação e conhecimento – com profissionais de qualquer parte do mundo.

Mas aqui há uma outra fonte de ansiedade e risco, presente e associada ao funcionamento da infra-estrutura lógica e de conexão entre computadores do ambiente de trabalho e a internet: o bom funcionamento dessa infra-estrutura não depende do profissional que a utiliza, é um fator externo. A estabilidade do complexo material que permite o trabalho – estabilidade de rede, segurança dos dados da empresa, velocidade de processamento, acesso em banda larga à internet, estabilidade da grande rede – é um elemento que só pode ser conhecido e controlado (monitorado) parcialmente. Novamente é o relacionamento com o que está para além do controle imediato e material do indivíduo – um aspecto comum aos três estratos dos profissionais de software. O trabalho na fábrica de

software depende, nos três níveis estudados, dessa infra-estrutura básica. A busca da solução do problema representado por esse risco, nesse aspecto, está no reforço dessa estrutura. Novamente, os próprios mecanismos que geram esse risco de indisponibilidade do serviço geram seu reforço.

As pressões e o estresse por prazos e qualidades se associam à obsolescência de informação e conhecimentos técnicos, bem como à necessidade de atualização crônica operativa. Esses dois tipos de atualização mencionados são menos sistematizados do que aquelas atualizações realizadas com cursos de certificação em tecnologias bem específicas em linguagens de programação, bancos de dados, ambientes de desenvolvimento, além dos cursos superiores. Nesses casos, a busca por atualização é menos contingente e permite a capacitação que possa colaborar com o “valor de mercado” do profissional em relação aos próximos anos de sua carreira. Mas a esse tipo de atualização também há ansiedade e risco associados. O problema mencionado pelos entrevistados é representado pelo risco das escolhas feitas por especialização em determinadas tecnologias – escolhas realizadas ainda durante os anos de graduação. Nesse último sentido, as escolhas empregadas na criação de softwares são sempre passíveis de se tornarem obsoletas em pouco tempo – o que acarretaria a perda não somente de tempo, mas de energia e investimento financeiro, além de ser uma ameaça, claro, à manutenção no mercado de trabalho. Esse aspecto do risco com o qual se relacionam profissionais do software acontece não somente com o desenvolvedor, mas também com as instituições, que apostam em certas linhas de desenvolvimento tecnológico. Individualmente, entretanto, esse risco concretamente se estabelece na escolha por especialização em determinadas linguagens de programação ou em áreas específicas do setor de desenvolvimento de software – segurança, educação, jogos, telefonia móvel, administração, entre outros. Como saber se determinada linguagem continuará a ser usada e evoluirá? Como determinar que área poderá ter mais chances de gerar empregos e bons salários? Como escolher o melhor curso e a certificação adequada para obter os melhores resultados pontuais e de projeção profissional? São questões apontadas pelos entrevistados relacionadas ao risco e que se projetam para o futuro.

Assim sendo, a necessária aceleração do tipo de informação requisitada para as operações contingentes do setor de desenvolvimento provoca a busca incessante, crônica, da atualização técnica. O problema que se estabelece é de insegurança em relação ao conhecimento que se detém e mesmo em relação às perspectivas de futuro, na medida em que a adoção de uma determinada linha de especialização vive à sombra da obsolescência e, evidentemente, do descontrole. Esses fatores, articulados, se realimentam – a insegurança leva à procura por atualização constante, que sugere novas possíveis linhas de especialização, que gera insegurança quanto ao futuro ainda no presente, cuja

aceleração de prazos e descontrole é uma mina rica de insegurança, e o ciclo recomeça.

As entrevistas revelaram que, por causa dessa aceleração, os profissionais de desenvolvimento acabam se vinculando à máquina por uma hiper-atenção às novidades técnicas, por terem que acompanhar os lançamentos de novos produtos e complementos aos principais recursos de que eles lançam mão para realizar seu trabalho: o conhecimento.

3. Fenomenologia e racionalidades

As estratégias ou fatores que evocam processos de reflexividade, que investigamos aqui, são processos que implicam em atribuição de sentido que os profissionais do software fornecem às suas ações, no que se refere à relação entre o trabalho e as demandas privadas (de ordem física, moral, ética, existenciais). O pressuposto metodológico que possibilita a investigação a que nos propusemos é a fenomenologia desenvolvida por Alfred Schutz.

Para a compreensão e justificativa dessa escolha, é necessária a exposição de alguns conceitos importantes do sistema de Schutz, para em seguida ser feita uma síntese de sua utilização como elementos do método desenvolvido. Assim como também é fundamental a compreensão da tipologia da racionalidade e da ação desenvolvida por Max Weber. Essas são as razões pelas quais tais conceitos são revisitados e discutidos abaixo, antes de apresentar sua utilidade integrada, como ferramenta metodológica utilizada na análise final apresentada em seguida.

3.1 Experiência vivida e consciência

A análise fenomenológica estabelecida por Schutz busca a descrição dos atos intencionais da consciência. A consciência é sempre consciência de alguma coisa, está ligada ao conteúdo das experiências. É por isso que se diz que a consciência é intencional. Ela é dirigida a objetos, reais ou imaginários, materiais ou ideais – seja o trabalho, a família, a vivência cultural. Por isso, é constituída por atos de significar, perceber, imaginar, pensar, desejar, querer, agir sobre algo.

Para a fenomenologia, uma atitude é uma ação somente à medida que o autor da ação lhe atribui um sentido e lhe aponta uma direção, que pode ser compreendida como significante. A ação a qual nos referimos neste trabalho é a ação dirigida às demandas operativas nas fábricas de software, à família dos sujeitos, ao próprio corpo físico de desenvolvedores, gerentes e executivos, às vivências culturais de cada um deles, a pulsões de transcendência e o reflexo desses contextos em suas vidas subjetivas. Como ficará claro adiante, o processo de atribuir sentido à ação necessariamente precisa passar por um processo de reflexividade associada a tipos de ação que se relacionam.

No caso dos profissionais do software, o aparecimento da reflexividade é um fenômeno da consciência intencional por excelência. Essa consciência permite a separação entre o sistema da racionalidade técnica do trabalho e o mundo da vida, entre o trabalho e a *durée*, através de um mecanismo de reflexividade.

3.2 Motivação

Schutz afirma que existem duas classes de motivos (Schutz, 1970). Uma se projeta para o passado, e a outra se refere ao futuro. A classe de motivos “a fim de” constitui o resultado da ação concluída sua finalidade. Essa classe de motivos, do ponto de vista do ator, se refere ao futuro. A outra classe de motivos, que se opõe a essa primeira, são os “motivos por que”. Eles explicam a ação, são a causa da ação e se projetam para o passado, para experiências já vividas. É a determinação pessoal, a situação pessoal e contingente que gera (que motiva) a ação.

O “motivo a fim de” só é revelado quando perguntamos ao autor da ação qual o significado que ele dá à sua ação. O “motivo por que” é uma categoria objetiva, que é acessível ao observador por meio da reconstrução da ação a partir do ato realizado. O ator capta os “motivos por que” a partir de um ato de reflexão. Schutz considera a ação consciente como aquela em que se tem em mente a figura do que será realizado, do seu resultado, do ato concreto finalizado. Conforme prosseguimos para a ação, continuamente retemos a figura de seu resultado pretendido diante de nosso olho interior (retenção) ou de vez em quando a relembramos (reprodução).

A fenomenologia de Schutz nos diz que o esboço do ato é cheio de lacunas ou variáveis. À medida que a ação progride e se concretiza, as lacunas são preenchidas e as variáveis recebem valores e acontece uma comparação, a cada passo do caminho, com o esboço feito no início do projeto. Só quando a ação é completada é que temos consciência integral da ação (Schutz, 1967).

O que atribui significado à ação é o resultado pretendido dessa ação, pois sabemos que ela é comportamento orientado em relação a um plano ou projeto anteriormente elaborado. É importante atentar para o fato de que nossas experiências presentes se relacionam também com o futuro, da mesma forma que se relacionam com as experiências do passado através de retenções e lembranças (Schutz, 1967). Esses dois elementos também são usados no relacionamento do sujeito consciente com o seu futuro.

As duas classes de suposição encerram certo nível de indeterminação que está ligada, em parte, à mudança constante no estoque de conhecimento disponível à mão e ao fato de que as antecipações e expectativas que fazemos do ato se referem a ocorrências situadas numa constelação de tipos possíveis. As ocorrências

futuras, as planejadas, são vinculadas a múltiplas possibilidades e formas de se concretizarem. A questão do estoque de conhecimento, por outro lado, traz outros complicadores.

Na verdade, existe um duplo relacionamento entre o estoque de conhecimento à mão (e sua dinâmica) e os projetos a que se entrega o indivíduo. Por um lado, existe a referência às experiências de atos anteriormente praticados, que podem ser repetidos; por outro, a referência do projeto ao sistema de interesses (relevâncias) que são hierarquicamente organizados. O estoque de conhecimento determina as antecipações da ação concluída em termos de tipos. Novas experiências, que se adicionam ao estoque de conhecimento alteram os interesses principais do sujeito e com isso o seu sistema de relevâncias. Acontece que o sistema de relevâncias determina o sistema de tipos. Assim sendo, as alterações no sistema de relevâncias, em razão de novos conhecimentos e experiências, alteram os tipos que existiam no momento da antecipação. Outros serão os tipos quando o evento antecipado realmente ocorrer – quando se fizer ato e assim se tornar elemento do presente vivido desse sujeito consciente. O acúmulo crônico de informação e de conhecimento, característica do trabalho de desenvolvimento de softwares, altera o mapa que guia o indivíduo em suas expectativas profissionais, correspondentes a sua carreira, e às suas expectativas pessoais, no que diz respeito ao seu relacionamento com o próprio corpo, com familiares, com relacionamentos sociais variados. As condições de desorientação e de descentramento do sujeito parecem encontrar respostas nas estratégias de auto-reflexão, que tentamos identificar.

O estoque de conhecimento ainda interfere no processo de projeto da ação. Isso significa que a possibilidade prática de desenvolver uma ação depende do estoque de conhecimento do indivíduo. É como se a possibilidade de praticar a ação projetada significasse que, de acordo com o meu conhecimento atual, a ação projetada, pelo menos com relação ao seu tipo, teria sido viável se tivesse ocorrido no passado.

O projeto do ato é realizado com base em experiências passadas, em andamento e no estoque de conhecimento disponível. Na verdade, tanto as experiências passadas quanto as que são vividas no processo em andamento se incorporam ao bojo de conhecimento. É a referência a esse estoque de conhecimento o que diferencia o projeto em sua acepção do mero fantasiar. Ou, por outras palavras, o projeto de desempenho ou de ações em aberto é um fantasiar motivado, restrito à intenção posterior. A viabilidade ou não do projeto condiciona o ato de projetar, que sofre a imposição da realidade dada. O projeto é um pensamento em potencial. Essa potencialidade – sua esperança e possibilidade de se realizar – obriga o indivíduo a levar em consideração somente os meios e fins que permanecem compatíveis e consistentes em relação aos

elementos típicos da situação que garantiram a viabilidade prática do projeto em ações semelhantes no passado: os meios e fins considerados são aqueles que provaram ser tipicamente relacionados à viabilidade do projeto.

3.3 O trabalho de desenvolvimento de softwares e a atribuição de sentido à ação

Estamos agora em condições de deixar clara a razão da escolha da fenomenologia desenvolvida por Alfred Schutz para investigar o problema a que nos propusemos analisar. Os conceitos previamente apresentados se encaixam na realidade concretamente identificada entre os profissionais do software. Isso porque parece evidente que a possibilidade de reflexividade deve estar associada à capacidade de atribuir sentido às experiências vividas. Essa disposição humana de procurar uma unidade significativa à experiência, de associar a possibilidade de experiência a essa atitude, é o ponto em que associamos fenomenologia e neokantismo.

A conduta do profissional pode facilmente ser enquadrada no esquema de Schutz. As atitudes basicamente operativas de codificação, características do trabalho de desenvolvedores e gerentes, são condutas previstas, baseadas em projetos práticos preconcebidos. Da mesma forma, as atitudes que se projetam para o futuro, que buscam mudança do estado de coisas atual, são associadas a uma intenção que se transforma em objetivo ou propósito.

O que move a ação desses profissionais? Todas as ações dos profissionais do software – sejam elas de cunho puramente racional, vinculadas a aspectos operativos; sejam elas pautadas por valores e associadas à busca por transcendência; sejam elas controladas por pressupostos legais ou guiadas por pressupostos teóricos – preparam o contexto, contingente ou estrutural, que articula as ações concretas dos sujeitos.

No trabalho de desenvolvimento de softwares há a necessidade de atualização/renovação do conhecimento necessário para sua realização, o que lhe atribui a condição de reflexivo. Desse modo, os recursos conceituais da fenomenologia nos permitem classificar as ações operativas e sua posição na vida privada dos indivíduos. A reflexividade assim associada à ação é circunscrita às atividades do trabalho. Entretanto também precisamos considerar aspectos subjetivos da intenção e da ação dos estratos profissionais analisados, pois ocorrem reflexividades associadas a outras vivências dos sujeitos.

Seguindo esse caminho, vemos que as classes de motivos que se associam às ações estão para além do círculo formado somente pelas demandas profissionais e elas se instalam em interesses privados, pessoais, subjetivos. As reflexividades associadas à ação tipicamente prática e à racionalidade prática não

são suficientes para nos ajudar a compreender a interação do indivíduo com as demandas representadas pelo próprio corpo, pela família, por interesses subjetivos, por interesses e afinidades culturais – nem mesmo suficientes para entender a interação com o trabalho.

É preciso, assim, atentar para o cruzamento das várias racionalidades no exercício reflexivo exigido pela profissão. É preciso também considerar que a interação das racionalidades e as reflexividades associadas operam em círculos mais amplos, para além do trabalho ou dos projetos profissionais dos indivíduos. Ao mesmo tempo, essas vivências e prioridades externas às atividades nas fábricas de software interferem no ofício e são por elas mesmas modificadas. Esses cruzamentos de prioridades racionalmente delimitadas formam um leque complexo de interações.

Leque esse cerzido por mecanismos de auto-reflexão que se tocam, como a malha de um tecido. Mecanismos e estratégias reflexivas associadas a racionalidades substantivas e práticas convivem, e mais que isso: se interferem, se realimentam. Precisamos, para compreender um pouco melhor a malha desse tecido, recorrer à análise das interações e relações entre os tipos de racionalidade feita por Stephen Kalberg. Esse autor salienta, baseado na obra de Weber, que somente valores e, particularmente, uma configuração unificada de valores são analiticamente capazes de introduzir meios de vida racionais metódicos.

E de forma mais explícita, Kalberg conclui que é somente a racionalidade substantiva que possui o potencial analítico para introduzir meios de vida racionais metódicos. As racionalidades teórica e formal, ainda segundo Kalberg, são capazes de controlar aspectos da vivência prática e contingente dos sujeitos, mas nenhuma das duas consegue estabelecer atitudes consistentes ao longo da vida. Embora seja dotada da capacidade de estabelecer atitudes consistentes ao longo da vida, a racionalidade prática permanece simplesmente como reações a realidades heterogêneas e pontuais. Essa racionalidade apenas ordena a reação a situações mutáveis, em vez de agir de forma determinante sobre tais situações.

Kalberg explica que os vários processos característicos da racionalidade teórica confrontam a realidade e procuram manipulá-la abstratamente. Assim, o poder para introduzir um meio de vida ou para suprimir a racionalidade prática é restrito. Já a racionalidade formal determina a ação de forma limitada a círculos burocráticos. É assim que empregados públicos, advogados, cientistas executam as tarefas típicas de suas profissões sob orientação de regras e leis. Segundo Weber, esse padrão de racionalização não é suficiente para caracterizar a ação dessas pessoas em seus relacionamentos pessoais, em sua capacidade como pais, nas horas de folgas do trabalho ou na escolha de *hobbies*.

É por essa razão que Kalberg salienta que somente a ação orientada pela racionalidade substantiva tem o potencial para introduzir meios de vida metódicos

que superem a racionalidade prática, baseada em interesses, e a orientação racional formal, baseada em regras. Kalberg explica que isso acontece mais efetivamente depois que os valores são racionalizados, através de um processo de racionalização teórica. E enquadrados em um conjunto unificado de valores que compreensivamente se dirigem a todos os aspectos da vida e os categorizam.

O conteúdo de valor dessas racionalidades substantivas varia ao longo de um extenso espectro secular e religioso. A atribuição de valor é fundamental no processo reflexivo de longo prazo, na crítica ao sistema, na mudança de postura diante do trabalho. Os sujeitos atribuem novos valores a experiências e bens intangíveis, subjetivos, o que interfere na ordem de relevâncias e prioridades ao longo do tempo.

A racionalidade operativa, de hegemônica, cede espaço à manifestação de racionalidade substantiva e teórica. Isso é resultado de processos de auto-reflexão, mas também interfere nos processos de reflexão, em um ciclo de interferência virtuoso. É nesse quadro que as instâncias aparentemente opostas das várias racionalidades convivem e se cruzam na ação humana dos indivíduos. A racionalidade substantiva atribui, segundo Kalberg, prêmios psicológicos à ação ética no mundo. Elevam-se os padrões éticos ao status de uma racionalidade substantiva ética. Essa racionalidade ética não envolve somente memorização de regras de conduta. Ela implica um imperativo para a conformidade a uma boa moral interna e também uma disjunção entre um cânone que reivindica status ético e o fluxo empiricamente dado de realidades fragmentadas. Weber considera que a ação diária pode ser influenciada por racionalidade ética, apesar de forças sociais opostas.

Somente racionalidades éticas – fundamentadas em valores - são capazes de permanentemente suprimir as regularidades racionais práticas de ação ou intensificá-las, transformando-as em ação ética prática. Esse movimento se assemelha ao de uma reflexividade que age sobre as atividades práticas.

Vimos que o conhecimento interfere na ordem de relevâncias da razão, mas é necessário acrescentar que outras experiências, além do conhecimento técnico, guiam a ordem de interesses, vindo daí a ação. Vimos também que a compreensão tanto do ato concluído quanto da ação em curso é acompanhada por atos de atenção. No primeiro caso, somente com a ação concluída tem-se a noção exata de seu significado. No segundo, a atenção, o ato reflexivo, funciona através da consulta ao mapa, à intenção primeira que movia a ação.

Tanto do ponto de vista do ato - ou seja, do resultado da ação, da finalidade da ação, do motivo “a fim de” - quanto da história anterior que explica a ação em termos de passado, o motivo “por que”, os motivos só são conhecidos, ou reconhecidos em termos de ações reflexivas. Assim, quando passamos a considerar outros tipos de ação e de motivação na vida dos profissionais do

software, precisamos também, necessariamente, identificar tais processos reflexivos, e a forma como eles interferem no curso dessas ações.

4. Análise final

Partindo das entrevistas realizadas, verificamos que as estratégias de reduzir os elementos de risco e insegurança acontecem nos três estratos de profissionais entrevistados. Esses mecanismos ocorrem pela busca de experiências que se oponham à incerteza vivenciada nas fábricas de software. Incerteza essa que, como vimos, se projeta para o imediato contingente: a segurança da infra-estrutura técnica que suporta as atividades do trabalho, a validade de informações necessárias para a solução de problemas técnico-operativos, a urgência da aplicação dessas soluções, experimentadas principalmente pelos desenvolvedores. A incerteza se projeta ainda na necessidade de guiar as opções tecnológicas adotadas pelas empresas, que é experimentada por gerentes e executivos. Esse mesmo tipo de incerteza se instaura ainda na carreira do desenvolvedor, ao escolher áreas de especialização.

Esse quadro aparentemente inadiável e incontrolável é pautado por aceleração, além de gerar ansiedades, tensão e frustração nos profissionais do software. Verificamos o exercício de vários tipos de reflexividade em confronto com esse estado, na busca por equilíbrio e na tentativa de enfrentar as ameaças psíquicas, técnicas e profissionais. Essa tipologia é apresentada nas tabelas 1, 2 e 3 que podem ser verificadas no apêndice desse trabalho. A essas reflexividades associamos tipos de ação e de racionalidade sistematizados por Max Weber, que respondem às demandas ao que é mais relevante em determinado momento da carreira dos profissionais do software. De fato, mais de um tipo de racionalidade é associado a cada uma das reflexividades identificadas e aqui sistematizadas. E mais ainda: a ordem de relevâncias, que inclui fatores de caráter subjetivo e também de caráter técnico, define a importância que cada tipo de auto-reflexão tem ao longo da vida profissional e pessoal dos entrevistados.

Assim, a ordem de relevâncias que pauta a ação dos desenvolvedores é marcada principalmente pela atividade operativa: o pleno e eficiente exercício de atribuições na fábrica de software, a reciclagem diária e pontual de conhecimento e a consolidação da expertise por meio de cursos de curta duração servem ao objetivo de continuar na linha de frente do desenvolvimento de softwares, no trabalho de codificação. A reflexão operativa, nesse momento, é a mais determinante da ação racional. A busca por soluções, a auto-reflexão, acontece por meio do sistema especialista com o qual os desenvolvedores mais se relacionam: a infra-estrutura técnico-racional formada pela internet, pelos sistemas de e-mail, por newsletters, sistemas de busca e grupos virtuais de discussão.

Mas a associação entre a reflexividade operativa e a ação não é excludente de outras. A ação recebe a influência de outros mecanismos de auto-reflexão, como também é mostrado na tabela 1 – verificar apêndice. A reflexão estratégica e política serve às preocupações por ajustamento pessoal e ascensão profissional, seja nos quadros da empresa onde se trabalha atualmente, seja em termos de capacitação técnica individual. É nessa categoria que se incluem, por exemplo, os planos para se fazer pós-graduação em computação e administração de empresas revelados nas entrevistas. Especulações mais subjetivas sobre o sentido do trabalho, sobre o espaço que as atribuições profissionais ocupam na vida pessoal, não foram verificadas entre a maior parte dos desenvolvedores, o que não significa que não existam.

A dinâmica entre estratégias reflexivas, racionalidades e ação se torna mais complexa à medida que os profissionais do software estabelecem novas relações sociais e vivências. Os desenvolvedores com mais experiência confirmam isso. A ampliação do exercício da auto-reflexão entre os entrevistados pôde ser verificada nos projetos de migração dos cargos de desenvolvimento para os cargos de gerência. Na busca por redução de risco, tensão e insegurança no exercício ordinário de tarefas, a reflexividade estratégica e política ocupa um espaço fundamental, ao se estruturar um projeto para isso. O que acontece, então, é que a reflexividade operativa deixa de operar apenas com as demandas pontuais e contingentes. Pautada por um projeto que se projeta para o futuro, a ação incorpora, além dos afazeres diários, outras atividades. Assim, os desenvolvedores interessados em se converter em gerentes continuam a exercer suas atividades normais de codificação, mas seguem projetos previamente estabelecidos, fazendo cursos para poder ocupar cargos de gerência. A reflexividade estratégica está associada, nesse exemplo, a uma racionalidade prática e também a uma racionalidade formal: o exercício de cargos de gerência requer a comprovada capacitação técnica para isso, o que é obtido com a certificação atribuída por instituições legalmente reconhecidas. Essa norma faz parte da racionalidade formal do setor de tecnologia da informação e comunicação.

E a reflexividade existencial nos desenvolvedores amadurecidos parece completar o quadro ao motivar o questionamento da necessidade de se viver em contínuo estado de alerta e insegurança. Ainda nesse exemplo, a reflexividade existencial está fortemente associada à racionalidade substantiva, embora tenha vínculos com a racionalidade prática. Nenhuma reflexividade está associada de forma única e excludente a uma única forma de racionalidade. A classificação nas tabelas 1, 2 e 3 é um modelo sugerido para melhor exprimir a ação tomada pelos indivíduos, porque parece-nos que os processos de auto-reflexão abarcam diferentes aspectos da vida dos sujeitos, mas não se separam: elas operam integradas, atribuindo novos sentidos à experiência individual.

Entre os gerentes, a reflexividade operativa não ocupa posição central, diferentemente dos desenvolvedores, mas não deixa de existir. A ordem de relevâncias é realinhada em função de experiências que alimentam o conjunto de conhecimentos do indivíduo. Assim, a experiência da maternidade e da paternidade entre os gerentes tira, em geral, a prioridade do trabalho. O contato com os filhos no universo familiar se coloca como experiência oposta à incerteza, ao risco, à obsolescência e à aceleração vivenciados no trabalho. Da mesma maneira, doenças físicas decorrentes do esforço realinham a ordem de prioridades e, portanto, de dedicação integral ao trabalho.

Estar em casa a maior parte do tempo possível com a família, acompanhar o crescimento dos filhos, cuidar da saúde e dar atenção a demandas subjetivas – estéticas e até mesmo religiosas – ocupam mais espaço no mundo da vida dos profissionais do software a partir de determinado momento da carreira. Novas experiências se juntam aos conhecimentos acumulados, alteram a ordem de relevância e fortalecem o exercício de outras reflexividades para além da meramente operativa. Esse ciclo, virtuoso, se realimenta de forma reflexiva.

Fica clara, então, a limitação da caracterização dada por Anthony Giddens e Scott Lash ao conceito de reflexividade. Ela não pode ser considerada um movimento da consciência apenas cognitiva ou apenas estética. Em vez disso, deve-se considerar os mecanismos de auto-reflexão em diferentes contextos da vida objetiva e subjetiva dos sujeitos, conectando interesses e ações em função de ordens de relevância pessoal que são alteradas por novas informações e conhecimentos apreendidos. A construção de narrativas de vida que atribuem sentido às ações e às experiências vivenciadas é permeada pelo cruzamento de diferentes reflexividades associadas a variadas racionalidades.

Referências

- ADLER, Paul S. (1992). *Technology and the future of work*. New York: Oxford Univ. Press.
- BAUDRILLARD, Jean. (1997). *Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Editora Sulina.
- BAUDRILLARD, J. (1993). Televisão/revolução: o caso Romênia. In: PARENTE, A. (org). *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- BAUMAN, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- BECK, U.; A. Giddens e S. Lash, (1997). *Modernização reflexiva política, tradição e estática na ordem social moderna*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- BELL, Daniel. (1980). The social framework of the information society. *Forester*, 500-49.
- BELL, Daniel. (1977). *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix.
- BORDIEU, P. (1992). *O poder simbólico*. Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural.
- CASTELLS, Manuel. (1999). *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra.
- COHEN, S.; ZYSMAN, J. (1987). *Manufacturing matters: the myth of post-industrial economy*. New York: Basic Books.
- ELLUL, Jacques. (1964). *The technological society*. Nova York: Vintage Books.
- FREIDSON, E. (1998). *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- GERTZ, René E. (org.). (1994). *Max Weber e Karl Marx*. Tradução de René E. Gertz. São Paulo: Hucitec.
- GIDDENS, A.; PIERSON, C. (2000). *Conversas com Anthony Giddens*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- GIDDENS, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. (1985). *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- HARVEY, P., (2004). *The Condition of Postmodernity: An Inquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford: Basil Blackwell.
- JIMENEZ, Marc. (1977). *Para ler Adorno*. Tradução de Roberto Ventura. Rio de Janeiro: Francisco Alves S.A.
- KALBERG, Stephen. (1980). Max Weber's types of rationality: cornerstones for the analysis of rationalization processes in history. *American Journal of Sociology*, 85, 5, march, p. 1145-1179.
- KERCKHOVE, D. (1993). O senso comum, antigo e novo. In: PARENTE, A. (org). *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- KUMAR, K. (1997). *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- LEVY, P. (1996). *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34.
- LARANJEIRA, Sônia M. G. (1997). Reestruturação produtiva nos anos 90: aspectos do contexto internacional no setor de serviços. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, nº. 12, p. 35-47.
- LYOTARD, J. F. (2000). *A condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- LYOTARD, J. F. (1993). Algo assim como: comunicação... sem comunicação. In: PARENTE, A. (org). *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- MINAYO, M. (1996). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4 ed. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.

- NAISBITT, J., (1984). *Megatrends: Tem New Directions Transforming Our Lives*. New York: Warner Books.
- PIORE, Michael. SABEL, Charles. (1984). *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books.
- PORAT, M., (1977). *The Information Economy: Definition and Measurement*. Washington, DC: US Department of Commerce.
- POSTMAN, Neil. (1999). *O Desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia.
- QUÉAU, P. (1993). O tempo do virtual. In: PARENTE, A. (org). *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- SCHUTZ, Alfred. (1979). *Fenomenologia e relações sociais*. Tradução de Ângela Melin. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____. (1967). *The phenomenology of the social world*. Evanston, Ol.: Northwestern University Press.
- SENRA, S. (1993). Max Headroom: o último jornalista. In: PARENTE, A. (org). *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- TARTUCE, (2002). Gisela Lobo Baptista Pereira. *O que há de novo no debate da “qualificação do trabalho”? Reflexões sobre o conceito com bases nas obras de Georges Fredmann e Pierre Naville*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- TOURAINE, A. (2002). *Crítica da modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. 7 ed. Petrópolis: Vozes.
- VIRILIO, P. (1996). *A arte do motor*. Tradução de Paulo Roberto Pires. São Paulo: Estação Liberdade.
- VIRILIO, P. (1996). *Velocidade e política*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade.
- VIRILIO, P. (1994). *A máquina de visão*. Tradução de Paulo Pires. Rio de Janeiro: José Olympio.
- VIRILIO, P. (1993). A imagem virtual mental e instrumental. In: PARENTE, A. (org). *Imagem máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34.

APÊNDICE

TIPOLOGIAS

TIPOLOGIA DO TRABALHO DE DESENVOLVIMENTO		
Tipo de reflexão	Problema	Resposta
<p>Operativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortemente vinculada às operações de codificação, resolução de problemas pontuais e otimização de resultados técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Obsolescência técnica • Insegurança técnica • Tempo insuficiente para realizar tarefas operativas • Excesso de informação • Cobranças para atender prazos 	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização por listas de discussão e newsletters, consultas pontuais a mecanismos de busca online, levar trabalho para casa, estender tempo de trabalho no escritório • Fazer parte de redes de relacionamento técnico ou cultural
<p>Estratégica e política</p> <ul style="list-style-type: none"> • Basicamente busca por ajustamento e aceitação no ambiente de trabalho e por formas de ascensão profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Como se manter necessário para o trabalho na empresa; • Como ser aceito no meio dos profissionais do software em PE; • Como conseguir promoções na empresa; • Como escapar da obsolescência técnica constante 	<ul style="list-style-type: none"> • Procura por migração da "área técnica" de codificação para a de gerenciamento de negócios • Adesão ao padrão de formação técnica estipulada para o setor, que estabelece a necessidade de conhecimento de determinadas áreas técnicas • Obtenção desse conhecimento através de curso universitário, certificações, MBAs, cursos de extensão e participação de congressos do setor • Acúmulo de conhecimento através de observação empírica e medição sistemática
<p>Existencial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixo interesse por especulação a respeito do sentido do trabalho, só sendo mais notado entre aqueles profissionais com vários anos de atividade no mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Como diferenciar vida privada e trabalho • Cobranças familiares por mais atenção e companhia • Significado e espaço que o trabalho ocupa na vida do sujeito • Angústia 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades físicas • Prioridade para a companhia da família nos períodos de tempo livre • Participação em atividades culturais • Tentativa de não levar trabalho para casa

TIPOLOGIA DO TRABALHO DE GERENCIAMENTO

Tipo de reflexão	Problema	Resposta
<p>Operativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortemente vinculada ao controle de custos e de prazos e à qualidade dos profissionais envolvidos, bem como do produto gerado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Excesso de horas no trabalho • Excesso de atribuições • Pressão por cumprimento de prazos • Pressão pelo cumprimento de custos 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento de todas as etapas do desenvolvimento dos produtos; • Procurar ser um bom administrador de pessoas, o que significa administrar demandas particulares, conhecer os comandados, orientar procedimentos técnicos dos indivíduos • Cobrança dos prazos e de qualidade no serviço aos desenvolvedores
<p>Estratégica e política</p> <ul style="list-style-type: none"> • Basicamente busca por obtenção de resultados empresariais e de equipe. Além da obtenção de capacidade de técnica para gerenciar projetos diferentes matizes. Colabora na sedimentação do nome do profissional no mercado e interfere em estratégias para se manter em condições de colaborar com o trabalho na empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ser capaz de compreensão de áreas técnicas para os quais não foi treinado. • Ser capaz de antecipar tendências de mercado • Ampliar o leque de áreas em que já esteve envolvido no desenvolvimento de projetos • Ser capaz de compreender de forma rápida e precisa, necessidades das empresas clientes • Ser capaz de transferir capacitação assim formada para a performance da equipe que gerencia e para os resultados da empresa • Concorrência com equipes e profissionais de outras empresas e/ou centros de desenvolvimento de classe mundial localizados noutros estados e países 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de seminários de negócios; • Utilização de listas de discussão; • Uso intensivo de redes de trabalho (network) para manter-se atualizado • Procurar cursar MBAs e outras especializações na área de gerenciamento e administração; • Fazer cursos de mestrado e doutorado; • Envolvimento com áreas gerenciais das empresas clientes; • Fazer parte de redes de relacionamento técnicas ou culturais
<p>Existencial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alto interesse por especulação a respeito do sentido do trabalho e da vida em geral, sobretudo entre aqueles profissionais com vários anos de atividade no mercado e que já possuem família com filhos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de se desligar do trabalho; • Como diferenciar vida privada e trabalho; • Cobranças familiares; • Como enquadrar o trabalho numa dimensão que não domine a vida, sem, no entanto, lhe atribuir uma importância menor; • Reduzir a quantidade de fatores de insegurança em sua vida 	<ul style="list-style-type: none"> • Atribuição de sentido cognitivo a fenômenos e acontecimentos da vida • Realização de operações de indução e dedução lógicas; • Busca de atividades que satisfaçam pulsões por transcendência espiritual; • Busca por melhor qualidade de vida; • Realização de atividades físicas; • Valorização da companhia da família • Práticas religiosas • Participação em atividades culturais

TIPOLOGIA DO TRABALHO DE EXECUTIVO

Tipo de reflexão	Problema	Resposta
<p>Operativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortemente vinculada à imagem, relacionamento e performance da empresa em que trabalha. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo insuficiente para visitar clientes e acompanhar andamento de projetos na empresa • Dificuldades em processos de conclusão da venda • Comunicação com clientela pouco instruída • Falta de planejamento de médio e longo prazo dos clientes 	<ul style="list-style-type: none"> • Delega poderes e estabelece prioridades • Promover treinamentos das forças comerciais para forçar padrão de negociação e pagamento com clientes • Uso intensivo de rede de relacionamentos criado em anos anteriores
<p>Estratégica e política</p> <ul style="list-style-type: none"> • No relacionamento que esse tipo de profissional estabelece com clientes, fornecedores, poder público e outras empresas privadas, as informações obtidas e geradas servem para condicionar a ação estratégica que visa a venda de serviços e produtos da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Obediência a prazos de entrega de projetos e encomendas • Divulgar a imagem positiva da empresa • Estabelecer relacionamento com parceiros do poder público e com possíveis clientes privados para prospecção de oportunidades de negócio • Mão-de-obra capacitada é insuficiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Pressão sobre gerentes para entrega de serviços e de produtos finais sempre no prazo • Manter intenso contato com clientes atuais e prospectar novos (fiertar com clientela da concorrência) • Frequentar (ou fazer a empresa ser representada) em congressos, feiras, seminários para atualizar informações sobre novas tecnologias e processos, estreitar rede de contatos pessoais e vender a imagem da empresa • Visitar possíveis clientes, comparecer a eventos sociais e a eventos técnicos oferecidos por possíveis empresas e parceiros
<p>Existencial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relacionada aos reflexos da dedicação ao trabalho na família, sobretudo nos filhos. Também se refere ao medo de desatualização de outra ordem; por sentir-se inapto para o trabalho por diferença cultural em relação a profissionais mais jovens na empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de cultura de planejamento em TI entre as empresas que podem se tornar clientes • Pouca riqueza na economia local para venda dos serviços da empresa 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento da saúde financeira e de processos comerciais, técnicos e processuais usados por outras empresas. • Financiamento de capacitação de mão-de-obra especializada da empresa para qualificação da produção e da imagem da empresa • Acompanhamento de desenvolvimento de tecnologias e tendências de mercado por intermédio de encontros, leitura de revistas especializadas e Internet

RESUMO

Reflexividade e aceleração: as estratégias racionais de sobrevivência

Este trabalho busca identificar estratégias de reflexividade em oposição a processos de desorientação, ansiedade e descentramento provocados por intensa carga de trabalho, por aceleração e por problemas contingentes de ordem técnica entre profissionais envolvidos com a criação de programas de computador na cidade do Recife. Quisemos saber como essas pessoas pautam suas ações, projetos e expectativas pessoais e profissionais no sentido de estabelecer padrões de vida mais harmoniosos entre demandas de ordem privada e obrigações vinculadas ao trabalho. O objetivo mais específico foi analisar a maneira como demandas de ordem subjetiva se relacionam com prioridades de ordem técnica, estabelecendo tipos de ação e associações com diferentes tipos de racionalidade. Verificamos que fatores de ordem subjetiva se associam a fatores de ordem prática e funcional na composição de processos de auto-reflexão, de onde evoluem críticas ao sistema de aprendizado, de execução do ofício de desenvolvimento de softwares, além de valores pessoais e profissionais.

Palavras-chave: Reflexividade, descentramento, software, aceleração, ansiedade

ABSTRACT

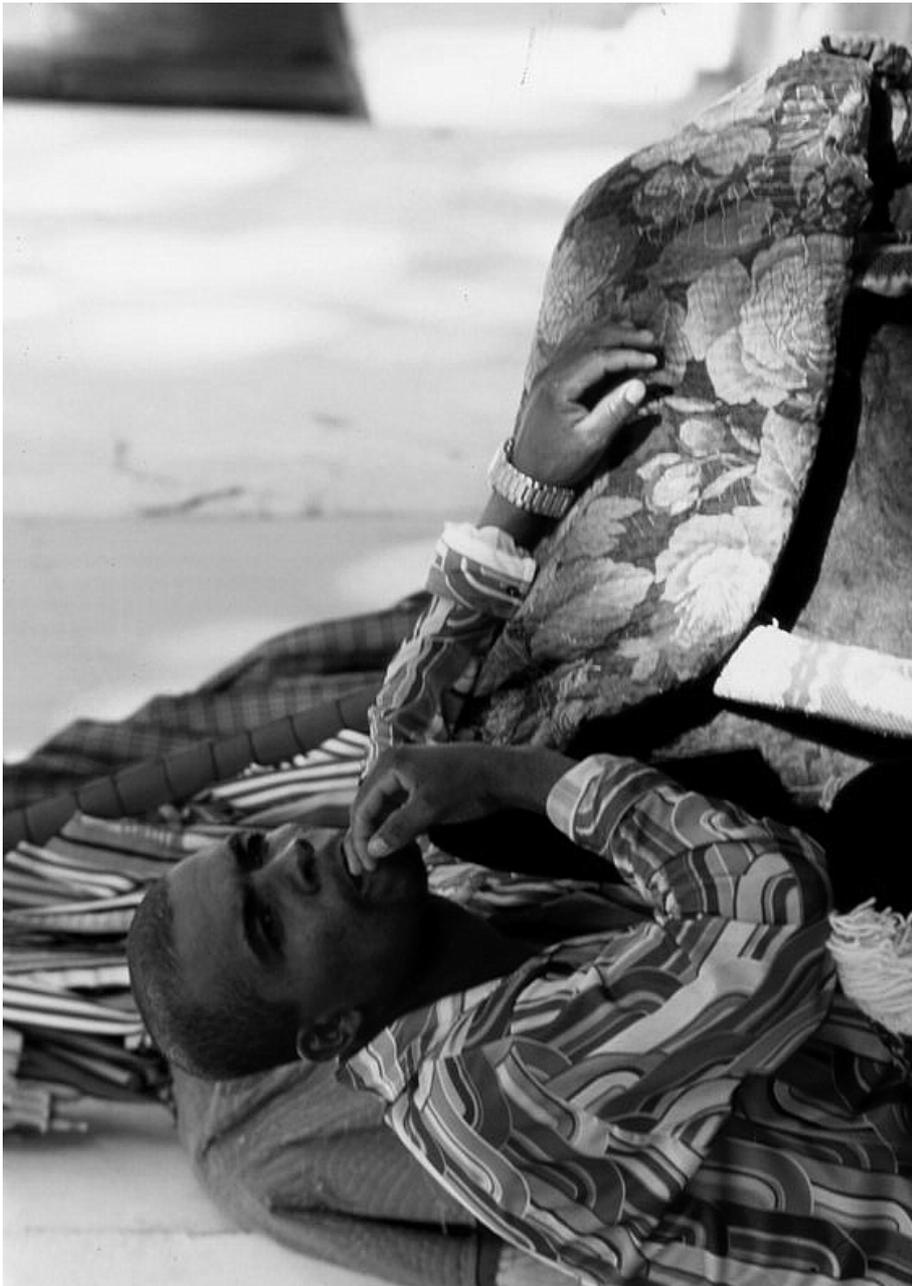
Reflexivity and acceleration: rational strategies of survival

This study aims at identifying reflexivity strategies countering disorientation, anxiety and descentring processes provoked by intense workdays, acceleration and contingency problems of technical order among professional working with computer programs in the city of Recife. These are a set of challenges to which men and women who develop software are submitted. We seek to understand how these people plan their actions, projects and private and professional expectations in order to establish more harmonious life patterns between private demands and work obligations. Our specific objective was to analyze the manner in which subjective demands are related to technical priorities relating types of action and association with different kinds of rationality. We find that subjective factors interrelate with practical and functional ones in the composition of processes of auto-reflexivity, from which develop criticism of the learning system, of the execution of the work of software development, apart from private and professional values.

Keywords: Reflexivity, disorientation, software, anxiety, acceleration

Recebido para apreciação: setembro de 2006

Aprovado para publicação: outubro de 2006



Dossiê

Dilemas sócioambientais

DILEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA GESTÃO METROPOLITANA: DO RISCO À BUSCA DA SUSTENTABILIDADE URBANA

Pedro Jacobi

Regiões Metropolitanas - o contexto de aceleração dos riscos ambientais e os impactos na qualidade de vida

No contexto urbano metropolitano brasileiro os problemas ambientais têm se avolumado, e sua lenta resolução tem contribuído para caracterizar um quadro de aumento desmesurado de enchentes, dificuldades na gestão dos resíduos sólidos e interferência crescente do despejo inadequado de resíduos sólidos, impactos cada vez maiores da poluição do ar na saúde da população e degradação dos recursos hídricos. Este conjunto de temas caracteriza um campo de conflitos que se manifestam através de formas muito diferentes, configurando práticas de apropriação do território e de seus recursos permeadas por um conjunto de determinantes que complexificam o avanço rumo a uma gestão mais sustentável das cidades.

A “insustentabilidade” que caracteriza o padrão de urbanização metropolitano se caracteriza pela prevalência de um processo de expansão e ocupação dos espaços intra-urbanos que, na maior parte dos casos configura uma dramática realidade: baixa qualidade de vida a parcelas significativas da população. A dualidade das cidades é marcada pela concentração de pobreza e tem como expressão um espaço dual; de um lado a cidade formal, e de outro, a cidade informal relegada dos benefícios equivalentes, e que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana que a constitui, exacerbando as diferenças socioambientais. A marca da precariedade e a ilegalidade são seus componentes e contribuem para a formação de espaços urbanos sem atributos de urbanidade (Grostein, 2001). A cidade informal associa o fenômeno da expansão urbana ilegal ao da exclusão social, e compreende o conjunto das formas assumidas pelos assentamentos ilegais, marcados pela exclusão social e pelo acesso diferenciado aos investimentos públicos.

Introduz-se, aqui, a preocupação com a sustentabilidade urbana, uma dimensão do desenvolvimento sustentável, que representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades. É cada vez mais notória a

complexidade desse processo de transformação de um cenário urbano crescentemente não só ameaçado, mas diretamente afetado por riscos e agravos socioambientais. Onde a insustentabilidade urbana reflete a incapacidade da produtividade e dos investimentos urbanos de acompanhar o crescimento das demandas sociais, e gera um conjunto de problemas que se refletem na degradação da qualidade de vida urbana.

Os riscos contemporâneos (Beck,1992) explicitam os limites e as conseqüências das práticas sociais, trazendo consigo um novo elemento, a “reflexividade”. A sociedade, produtora de riscos, se torna crescentemente reflexiva, o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para si própria. A sociedade se torna cada vez mais autocrítica, e ao mesmo tempo em que a humanidade põe a si em perigo, reconhece os riscos que produz e reage diante disso. A sociedade global “reflexiva” se vê obrigada a autoconfrontar-se com aquilo que de positivo e de negativo que criou.

Nas cidades, configura-se uma lógica perversa de distribuição de riscos, que afeta desigualmente a população. No Brasil metropolitano se incluem atualmente quatrocentos e treze municípios, onde vivem quase setenta milhões de habitantes. Os desafios metropolitanos que se colocam nos dias atuais é que as cidades criem as condições para assegurar uma qualidade de vida que possa ser considerada aceitável, não interferindo negativamente no meio ambiente do seu entorno e agindo preventivamente para evitar a continuidade do nível de degradação, notadamente nas regiões habitadas pelos setores mais carentes. Trata-se de uma realidade complexa e heterogênea, na qual as cidades convivem simultaneamente com os problemas que caracterizam uma realidade de pobreza – ocupações irregulares de áreas ambientalmente frágeis que se multiplicam pelas cidades, tais como encostas e áreas alagáveis e problemas de saneamento ambiental decorrentes do baixo índice de coleta e tratamento de esgotos; e os problemas relacionados com padrões elevados de consumo – poluição do ar e aumento do volume de resíduos sólidos (Costa & Braga, 2004).

A necessária reflexão sobre as possibilidades de tornar nossas cidades mais sustentáveis (Jacobi, 1999) mostra o desafio teórico que está colocado em relação à formulação de propostas que contribuam para alcançar objetivos de sustentabilidade nas cidades. A noção de sustentabilidade implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento. Isto representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades. É cada vez mais notória a complexidade desse processo de transformação de um cenário urbano crescentemente não só ameaçado, mas diretamente afetado por riscos e agravos socioambientais.

Ao enfatizar o tema da sustentabilidade se coloca em pauta a necessidade da multiplicação de práticas sociais pautadas pela ampliação do direito à

informação e de educação ambiental numa perspectiva integradora. Trata-se de potencializar iniciativas a partir do suposto de que maior acesso à informação e transparência na gestão dos problemas ambientais urbanos pode implicar uma reorganização de poder e autoridade.

A problemática ambiental urbana representa, por um lado, um tema muito propício para aprofundar a reflexão em torno do restrito impacto das práticas de resistência e de expressão de demandas da população das áreas mais afetadas pelos constantes e crescentes agravos ambientais. Mas também representa a possibilidade de abertura de estimulantes espaços para implementar alternativas diversificadas de democracia participativa, notadamente a garantia do acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural.

Para as metrópoles, a denominação “riscos ambientais urbanos” pode englobar uma grande variedade de acidentes, em diversificada dimensão e socialmente produzidos. Cotidianamente a população, em geral a de mais baixa renda, está sujeita aos riscos das enchentes, escorregamentos de encostas, contaminação do solo e das águas pela disposição clandestina de resíduos tóxicos industriais, acidentes com cargas perigosas, vazamentos em postos de gasolina, convivência perigosa com minerações, através do ultralancamento de fragmentos rochosos e vibrações provenientes da detonação etc.

Não há como negar a estreita relação entre riscos urbanos e a questão do uso e ocupação do solo, que entre as questões determinantes das condições ambientais da cidade, é aquela onde se delineiam os problemas ambientais de maior dificuldade de enfrentamento e, contraditoriamente, onde mais se identificam competências de âmbito municipal. A tensão permanente que se opera no espaço urbano entre o interesse público e os interesses privados, tem se configurado com um dos aspectos de maior complexidade para a formulação de políticas ambientais centradas no espaço urbano, onde se destaca a problemática da ocupação do solo.

Historicamente, os processos de ocupação de muitas metrópoles brasileiras evitaram até meados do século XX, os terrenos mais problemáticos à ocupação (altas declividades, solos frágeis e suscetíveis à erosão), que se encontravam mais distantes das áreas centrais, onde a pressão pela ocupação era menos intensa.

Entretanto, a partir dos anos 1950, com a exacerbação dos processos de “periferização” e mais intensamente nos últimos trinta anos ocorrem dois movimentos simultâneos: a intensificação das intervenções na rede de drenagem, com obras de retificação e canalização dos rios, o aterramento das várzeas e sua incorporação à malha urbana, e a explosão na abertura de loteamentos de periferia.

A função normativa de uso e ocupação na instalação dos processos de urbanização subordinou-se aos interesses das classes de renda alta e média alta. Os loteamentos periféricos são territórios irregulares que não atendem aos parâmetros urbanísticos estabelecidos e ficam oficialmente excluídos do acesso

aos serviços e investimentos públicos, e as melhorias são conseguidas através de obras pontuais e corretivas.

No geral, observa-se um crescente agravamento dos problemas ambientais nas metrópoles, já que o modelo de apropriação do espaço reflete as desigualdades socioeconômicas imperantes, sendo o período marcado pela ineficácia ou mesmo ausência total de políticas públicas para o enfrentamento destes problemas, predominando a inércia da administração pública na detecção, coerção, correção e proposição de medidas visando ordenar o território do Município e garantir a melhoria da qualidade de vida.

Os impactos negativos do conjunto de problemas ambientais resultam principalmente da precariedade dos serviços e da omissão do poder público na prevenção das condições de vida da população, mas também é reflexo do descuido e da omissão dos próprios moradores, inclusive nos bairros mais carentes de infra-estrutura, colocando em xeque aspectos de interesse coletivo. Isto também traz à tona a contraposição do significado dos problemas ambientais urbanos e as práticas de resistência dos que “têm” e dos que “não têm”, representados sempre pela defesa de interesses particularizados que interferem significativamente na qualidade de vida da cidade como um todo. As periferias das cidades tem sido caracterizadas como espaços de precarização das condições de vida, observando-se uma superposição dos problemas de ordem social - baixa renda, pouca escolaridade, congestionamento da ocupação domiciliar -, o que reflete um excesso de privações num contexto marcado pela ocupação desordenada do solo e de exclusão do acesso a melhores condições de urbanização. Agregue-se a isto a problemática da violência, sendo que no geral, as principais causas relacionadas à alta taxa de homicídios são o tráfico de drogas, o policiamento insuficiente e a alta concentração de população de baixa renda, sendo que o maior risco é associado à população dos jovens que se concentram nas áreas periféricas. O padrão periférico de urbanização, marcado pela ocupação ilegal de áreas ambientalmente frágeis tem provocado uma significativa degradação dos recursos hídricos, do solo, das condições de saúde e ampliado o alcance dos problemas socioambientais e concomitantemente os conflitos.

A crise ambiental severa, como resultado de práticas gerenciais inadequadas das autoridades locais, assim como também da falta de atenção, da omissão, da demora em colocar em prática ações que reduziriam os problemas crescentes e prejudiciais, está vinculada às seguintes questões:

- 1) a redução de áreas verdes, o que implica na excessiva impermeabilização do solo e na multiplicação de áreas críticas de ocorrência de enchentes, com impactos ambientais, sociais e econômicos sobre toda a estrutura da cidade, perdurando praticamente por todo o ano;

- 2) a falta de medidas práticas mais definidas, de curto prazo e de políticas para controlar a poluição do ar nas principais metrópoles;
- 3) uma procrastinação séria na rede de transporte público, e em diversos casos de metrô e de outras alternativas mais adequadas para o transporte público, de forma a possibilitar uma redução no uso dos automóveis;
- 4) uma procrastinação séria na expansão das redes de esgotos;
- 5) a contaminação da maioria dos mananciais de água e dos rios dentro das cidades, e o risco que isto significa para a população, principalmente nas áreas de enchentes;
- 6) a exaustão das alternativas convencionais para o despejo de lixo e os problemas resultantes da contaminação das águas subterrâneas e de superfície pelo chumbo;
- 7) a precariedade das condições de moradia de uma vasta parcela da população, o que implica na localização em áreas de risco.

A dinâmica da urbanização pela expansão de áreas suburbanas produziu um ambiente urbano segregado e altamente degradado, com efeitos muito graves sobre a qualidade de vida de sua população. Espaços imprestáveis e inadequados para moradias saudáveis foram usados: 1) morros, 2) pântanos e 3) áreas de proteção aos mananciais de água doce. Além disso, esta ocupação freqüentemente consistiu em habitações pobres em áreas com escassos serviços urbanos.

A cidades, assim como suas áreas metropolitanas, se caracterizam por enormes desigualdades na distribuição de renda. Na Região Metropolitana de São Paulo, os dez por cento mais ricos de sua população detêm trinta por cento da renda total, enquanto os cinquenta por cento mais pobres ganham apenas a quarta parte. O crescimento de São Paulo criou padrões urbanos similares aos de outras cidades latino-americanas, caracterizadas por grandes disparidades de saúde e status socioeconômico. A periferia da cidade não é provida de serviços urbanos básicos e tem sido ocupada pelos grupos de renda menos privilegiados.

Não só em São Paulo, mas no Brasil, em razão da insuficiência da rede de esgotos, há um montante significativo de lançamento de esgotos a céu aberto, conexões clandestinas no sistema de águas pluviais e lançamento direto nos rios. As cidades estão constantemente afetadas por um número crescente de enchentes em pontos críticos das áreas de risco, entre áreas de enchentes e escorregamentos.

A questão do despejo dos resíduos sólidos também tem se tornado altamente problemática na maioria das cidades, que não dispõem de espaços adequados para o despejo. Condições precárias de habitações em favelas e loteamentos periféricos aumentam o déficit de infra-estrutura urbana; sua localização em áreas críticas de risco e barrancos multiplicam as condições predatórias à urbanização existente e seu impacto de degradação ambiental.

Cotidianamente a população, em geral a de mais baixa renda, está sujeita aos riscos das enchentes, escorregamentos de encostas, contaminação do solo e das águas pela disposição clandestina de resíduos tóxicos industriais, acidentes com cargas perigosas, vazamentos em postos de gasolina, convivência perigosa

com minerações, através do ultralanchamento de fragmentos rochosos e vibrações provenientes da detonação etc. [frase já usada na página 3]. Não há como negar a estreita relação entre riscos urbanos e a questão do uso e ocupação do solo, que entre as questões determinantes das condições ambientais da cidade, é aquela onde se delineiam os problemas ambientais de maior dificuldade de enfrentamento e, contraditoriamente, onde mais se identificam competências de âmbito municipal [frase já usada na página 4].

Dilemas socioambientais na Região Metropolitana de São Paulo – uma realidade emblemática

Toma-se como referência para explicitar a problemática, o caso da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, que possui uma área de 8.051km² com uma população superior a dezessete milhões de habitantes, distribuída em uma área urbanizada e de maneira desordenada em 1.747km² dessa área. A RMSP ocupa cerca de 0,1% do território brasileiro e é o terceiro maior conglomerado urbano do mundo, responsável por 1/6 do PIB nacional. Nas décadas de 1970 e 1980 o crescimento populacional na RMSP foi originado pela migração de outras regiões do país e do estado. Mais recentemente, na década de 1990, ocorreu uma migração num ritmo intenso dentro da própria RMSP para a região de mananciais, no sentido do centro da metrópole à periferia. A Região Metropolitana de São Paulo é formada por trinta e nove municípios e abriga uma população de cerca de 17,2 milhões de habitantes.

A dinâmica de expansão da metrópole tem provocado um processo de concentração de população de baixa renda em suas áreas periféricas, enquanto as áreas centrais vão sendo renovadas e adensadas, a um preço crescente da terra urbana. Esse padrão de ocupação promove a expansão da mancha urbana junto às áreas de proteção ambiental, em especial às áreas de proteção aos mananciais, definidas pela Lei 9866/97. A dificuldade para a implementação de mecanismos efetivos para a proteção destas áreas faz com que estas sofram enorme pressão de ocupação. Este processo de produção do espaço metropolitano concentra e articula em suas periferias a vulnerabilidade em suas dimensões ambiental e social.

As periferias caracterizam-se por concentrar bolsões de pobreza, abrigando a maior parte da população de baixa renda, situação essa agravada pelos intensos conflitos com relação ao uso e ocupação do solo. Isto se reflete numa clara tendência de aumento dos processos de ocupação por atividades irregulares como invasões, favelas e loteamentos clandestinos. Essa situação contribui para o agravamento das condições de vulnerabilidade social e é nas regiões periféricas que se encontram, por exemplo, alguns dos piores indicadores de segurança pública.

A violência continua a ser um dos maiores problemas sociais enfrentados

na região. As principais causas relacionadas a essa alta taxa de homicídios na região são o tráfico de drogas, o policiamento insuficiente e a alta concentração de população de baixa renda. Um aspecto importante da violência na região é o risco associado aos jovens. A periferia é a região da metrópole onde há a maior concentração da população jovem. Mais de dez por cento da população das áreas periféricas encontra-se entre os quinze e dezenove anos de idade. É nessas regiões onde o risco desses jovens serem vítimas de homicídio é maior. A probabilidade de um jovem vir a ser assassinado é quatro vezes maior nos bairros da periferia do que nos bairros centrais da cidade. É também na periferia onde o risco de um jovem se envolver com o crime é maior. Esse risco é medido pelo IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil, medido pela Fundação SEADE, e formulado a partir de variáveis como taxa de crescimento populacional, concentração de jovens entre os quinze e dezenove anos, taxa de mortalidade por homicídios, mães com idade entre catorze e dezessete anos, valor do rendimento do chefe de família e adolescentes que não frequentam a escola. Um terço dos jovens da cidade de São Paulo vive em regiões de elevado risco de contágio pela violência urbana. Este risco se associa a outros e se consubstancia num quadro de problemas que afetam as regiões do município mais vulneráveis, e que mais requerem a aplicação de recursos públicos para prevenir a violência e agregar capital social. Nesse contexto de desigualdade e exclusão, onde alguns bairros tornam-se referenciais de recordes de violência, que disseminados de forma dramática pelos meios de comunicação revelam as mazelas geradas pelo desemprego, o uso de drogas, o alcoolismo, a falta de equipamentos de lazer e cultura. A realidade destes bairros é de uma crescente exposição à violência, de uma multiplicação de episódios de desagregação das famílias.

A constatação de que os homicídios se distribuem de forma desigual pelas cidades já é bastante conhecida. Quanto aos homicídios, constatou-se que esses continuam a ocorrer nas áreas mais extremas da cidade, coincidentemente as que apresentam os menores índices de policiamento. Os fatores apontados como determinantes para a atenuação da violência são a presença de capital social e o acesso a direitos, onde se destacam o direito a educação, saúde, cultura e lazer.

O avanço da pobreza e da violência tem suas origens e sua reprodução em uma superposição de carências. A diminuição da pobreza, entretanto, passa muito mais pela capacidade do poder público em responder adequadamente a essas carências através de políticas públicas coordenadas, do que pela disposição e capacidade dos moradores em agir coletivamente.

Num contexto marcado pela vulnerabilidade e os riscos sociais, a população dos bairros localizados nas áreas mais extremas da cidade, assim como as regiões mais carentes dos municípios da RMSP, é afetada por uma superposição de vulnerabilidades, tanto no plano dos indicadores sociais quanto de capital social.

O quadro se revela num aumento desmesurado de enchentes, dificuldades na gestão dos resíduos sólidos e interferência crescente do despejo inadequado de resíduos sólidos, impactos cada vez maiores da utilização do automóvel e principalmente a degradação dos recursos hídricos.

A dinâmica da urbanização pela expansão de áreas periféricas produziu um ambiente urbano segregado e altamente degradado, com efeitos muito graves sobre a qualidade de vida de sua população. Não há como negar a estreita relação entre riscos urbanos e a questão do uso e ocupação do solo, que entre as questões determinantes das condições ambientais da cidade, é aquela onde se delinham os problemas ambientais de maior dificuldade de enfrentamento, notadamente no tangente aos recursos hídricos.

A ausência de saneamento em muitos loteamentos e favelas, além de poluir diretamente as águas dos rios e córregos, constitui um problema de saúde e de baixa qualidade de vida para a população residente, assim como a perda do valor das águas. Uma análise dos principais indicadores da qualidade ambiental no município (PNUMA/SVMA/IPT, 2004) relacionado com ar, água, solo, biodiversidade e ambiente construído indica o quadro atual e os impactos sobre a população da cidade.

Inicialmente em relação à qualidade do ar, observa-se que a cidade de São Paulo com sua frota de mais de 4,5 milhões de automóveis, o que corresponde a 0,405 veículos habitante, representando mais de setenta por cento da frota da Região Metropolitana de São Paulo, apresenta elevados níveis de poluentes atmosféricos. A população é exposta a altos índices de poluição do ar, principalmente durante os meses de outono/inverno em virtude dos efeitos da inversão térmica, quando o monóxido de carbono e as partículas inaláveis costumam atingir altas concentrações. O principal efeito deste volume excessivo de poluentes lançados no ar pelos automóveis, principalmente automóveis particulares, é o aumento de pessoas afetadas que demandam internação hospitalar referentes a enfermidades associadas à poluição atmosférica. O aumento de internações do tipo DPOC (asma, bronquite, enfisema) aumentaram segundo dados oficiais (PNUMA/SVMA/IPT, 2004, p. 172) entre 2000 e 2002 em cerca de 40,3% para os pacientes menores de cinco anos. As respostas públicas têm sido muito limitadas e demoradas, na medida em que a distribuição modal de transporte na cidade indica que o transporte individual por automóvel não tem parado de aumentar, atingindo 34,3% em 2002 (PNUMA/SVMA/IPT, 2004, p. 172), provocando impacto negativo, principalmente do ponto de vista ambiental. O uso do automóvel é o que acarreta maiores impactos ao meio ambiente, provocando conseqüências de diversas ordens, quanto ao meio ambiente.

Em relação ao abastecimento de água, praticamente cem por cento da população que vive na área urbana da cidade é abastecida, com um volume por

habitante ano de 65m³. Entretanto, o aumento do número de consumidores, assim como a escassez de novas fontes e a queda na qualidade das águas dos mananciais, revelam uma crescente pressão sobre o abastecimento de água potável no município. A falta de coleta de esgoto para mais de vinte por cento da população, somada ao fato de falta de rede coletora e áreas de mananciais se constitui num fator de pressão sobre a qualidade das águas para abastecimento público. Além da falta de esgoto tratado, e problemas decorrentes de conexões cruzadas entre o sistema de esgoto e os sistemas de drenagem natural e de águas pluviais se refletem na grande quantidade de córregos e rios poluídos. Os principais problemas se verificam junto às populações que ocupam favelas e loteamentos irregulares, na medida em que muito freqüentemente os cursos d'água são o local de lançamento de esgoto. É bom lembrar que a cidade de São Paulo é parte componente do sistema de recursos hídricos da Região Metropolitana de São Paulo, que conta com oito sistemas de abastecimento, dos quais quatro abastecem a cidade de São Paulo/Cantareira, Guarapiranga/Billings, Alto Tietê e Rio Claro, sendo que apenas o sistema Guarapiranga se situa nos limites do município. O sistema integrado de abastecimento operado pela companhia estadual (Sabesp) produziu em 2002 uma média diária de 63,6 m³ dos quais 43 m³ são destinados ao município de São Paulo.

Em relação à poluição hídrica na bacia hidrográfica, está relacionada com o despejo de substâncias poluentes e resíduos sólidos diretamente nos corpos d'água e nas galerias de drenagem de águas pluviais ou sobre as áreas impermeabilizadas e desmatadas decorrentes das atividades urbanas.

Em São Paulo, no caso específico de áreas de proteção aos mananciais (trinta e seis por cento do território municipal) a legislação de proteção ambiental, datada de 1977, impôs intensas restrições ao uso e ocupação do solo e gerou uma ocupação desordenada, provocando uma desvalorização no preço da terra. Essas áreas tornam-se um fator de atração para a localização de loteamentos clandestinos, ocupados por faixas da população excluídas do mercado formal, que somam hoje mais de um milhão de habitantes. Somente em 1997 é aprovada uma nova legislação estadual que busca compatibilizar as ações de proteção e preservação dos mananciais com a proteção ambiental, o uso e a ocupação do solo e o desenvolvimento socioeconômico das áreas protegidas, através do estabelecimento de diretrizes gerais para as áreas de proteção e recuperação que devem ser regulamentados em todas as áreas de mananciais. Cerca de quarenta e oito por cento da população que habita as áreas de proteção aos mananciais nos dois maiores reservatórios reside em favelas e loteamentos. Isto dá uma dimensão da escala do problema e do comprometimento e deterioração destas fontes hídricas.

A problemática das enchentes tem causado um quadro cada vez mais complexo de problemas que causam prejuízos de ordem econômica, assim como

danos sociais e de saúde pública. As situações de risco e de pontos sujeitos a inundação e alagamentos têm incrementado e o número de episódios é alarmante, ampliando a situação de vulnerabilidades urbanas. As enchentes e inundações são principalmente causadoras de danos materiais e prejuízos econômicos, mas também de doenças provocadas por veiculação hídrica. Atualmente em 2006 estima-se em mais de trezentos pontos de inundação e alagamento que afetam a qualidade de vida urbana. Outros componentes da vulnerabilidade urbana das populações de ocupações irregulares, na medida em que os riscos associados a processos hidrológicos envolve principalmente os moradores de assentamentos precários sujeitos ao impacto direto das águas ou a processos de erosão, o que reforça o perigo de pessoas serem levadas por enxurradas durante eventos de chuvas intensas, além de perdas materiais e danos às moradias. [rever frase]

Outra vulnerabilidade urbana que tem sido muito exposta pelos meios de comunicação são as áreas contaminadas. O número assume dimensões alarmantes, e segundo a CETESB (2003) mais de quatrocentos se localizam no Município de São Paulo. Estas áreas têm sido degradadas ao longo dos anos predominantemente por processos químicos, correspondendo na maior parte dos casos a áreas próximas a residências ou áreas ocupadas por moradias.

Um aspecto que também não pode ser desconsiderado na metrópole é a perda de biodiversidade e cobertura vegetal. Em 2006, estima-se em vinte por cento os remanescentes florestais no município, sendo que sua distribuição é fragmentada e muito desigual. A perda de cobertura vegetal tem provocado alterações microclimáticas que estão associadas aos impactos pluviais, responsáveis diretas das inundações na área urbana.

A problemática dos resíduos sólidos entra em virtude da escala de geração e da sua disposição em virtude de saturação e de limitadas possibilidades de expansão, em virtude da forte pressão urbana no seu entorno. O principal efeito é a multiplicação de impactos ambientais negativos associados aos locais de disposição inadequada de resíduos. Além disso, nem todo o lixo coletado está sob o controle das autoridades públicas, pois há mais de trezentos pontos de despejo clandestino na cidade. Isto dificulta de forma significativa o avanço rumo a uma gestão sustentável da cidade.

Outros temas urbanos que por excelência estão relacionados com o da sustentabilidade são as opções de transporte, o planejamento e uso do solo e o acesso aos serviços de saneamento e infra-estrutura básica, todos eles vinculados com a potencialização de riscos ambientais. Isto impõe mudanças profundas na questão da ocupação indevida de áreas de risco, na priorização do transporte público e na lógica que prevalece nos sistemas de limpeza urbana - redução do lixo, reciclagem e coleta seletiva, políticas de destinação de resíduos. A palavra-chave “qualidade de vida” deve ser crescentemente internalizada pelas políticas públicas tendo como elemento determinante a intersetorialidade das ações para

criar condições para a implementação de políticas orientadas para a sustentabilidade urbana, assim diminuindo os riscos ambientais e a pressão sobre os recursos naturais (Jacobi, 2001).

Dilemas socioambientais e a resposta pública

Apesar de existir um quadro que preocupa pela sua complexidade e pelas dificuldades de gerar respostas mais efetivas, observam-se alguns movimentos e empenho do poder público na formulação e implementação de políticas, planos, programas e projetos que enfatizam o controle ambiental. Nesse sentido observam-se intervenções físicas diretas em ambientes degradados e aprimoramento nas operações regulares e uma gradual ampliação de atividades de natureza sociocultural, educativa, e participativa, tanto em nível municipal como estadual. Um dos maiores problemas que se observa, além da ocupação irregular em áreas de mananciais, é a remediação de áreas contaminadas, a ampliação ainda que muito restrita de cobertura vegetal. O controle de emissões atmosféricas não registra nenhum avanço nos últimos dez anos, e o Programa de Inspeção Veicular no Município, embora componha a pauta do Poder Público desde 1994, obstáculos de ordem jurídica e impasses e conflitos de interesse entre Estado e Município têm postergado sua implementação até presente momento (Jacobi, 2003). À época da pesquisa, na década de 1990, a qualidade do ar na cidade como um todo, era vista como o problema mais sério, e a ação governamental era considerada como determinante para enfrentar os problemas da poluição do ar. Os tipos de soluções mais enfatizados pelos moradores são o controle de emissões, a melhoria no transporte coletivo e a criação de áreas verdes. Um indicador que é bastante uniforme refere-se ao pouco interesse em diminuir o volume de carros em circulação, política que foi implementada de forma consistente para atenuar os efeitos da poluição do ar sobre a saúde da população pelo governo estadual em 1996 e desvirtuado pela política municipal de São Paulo, a partir de 1997, transformando-se apenas numa precária solução de redução de congestionamento que não tem nenhuma influência na qualidade do ar que respira o cidadão paulistano.

Em pesquisa realizada na década de 1990 (Jacobi, 1999), um dos aspectos mais enfatizados pela população pesquisada estava associado à relevância da ação governamental enquanto controladora, gestora-indutora e agente direcionador, principal responsável pela prevenção da degradação ambiental. Os entrevistados enfatizavam a necessidade de que o poder público supervisione a execução das políticas públicas, informe e oriente através de campanhas educativas, e estimule uma dinâmica de responsabilidade comum da comunidade na prevenção da desordem ambiental. Entretanto, o que se observa, quase dez anos após, é que muito pouco se avançou nessa direção. E o alcance das iniciativas

das organizações, pautado por ações pontuais e localizadas, não se reflete na escala global da cidade.

Em relação à temática da água, a política brasileira de gestão dos recursos hídricos, a lei reserva à sociedade civil uma responsabilidade central na condução da política e da gestão dos recursos hídricos. Os usuários da água, fundamentalmente, se organizam e participam ativamente dos comitês, defendem seus interesses quanto aos preços a serem cobrados pelo uso da água, assim como sobre a aplicação dos recursos arrecadados e sobre a concessão justa das outorgas dos direitos de uso. Isto demanda complexos processos de negociações e resolução de conflitos diversos. Em 1997, é sancionada a lei que dota o Brasil dos instrumentos legais e institucionais necessários para garantir o ordenamento dos aspectos relativos à disponibilidade e uso da água. Cria-se um sistema hierarquizado de gerenciamento, estruturado em colegiados, sendo que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Estes farão parte dos Comitês de Bacia, que fazem parte de uma política participativa e um processo decisório aberto aos diferentes atores sociais vinculados ao uso da água, dentro de um contexto mais abrangente de revisão das atribuições do Estado, do papel dos usuários e do próprio uso da água. Adota-se a gestão descentralizada, participativa e integrada, e os colegiados deliberam sobre as atividades e políticas públicas que possam afetar a quantidade e a qualidade das águas em suas circunscrições.

Os Comitês de Bacias Hidrográficas: contam com a participação dos usuários, das prefeituras, da sociedade civil organizada, dos demais níveis de governo, agem como fóruns de decisão no espaço da bacia. Isto promove uma efetiva politização da gestão dos recursos hídricos, envolvendo a sociedade civil em processos de consulta e decisórios na gestão da água.

Em São Paulo, a partir de 1991 se inicia o período de implantação do sistema, pautado pela organização dos comitês de bacia. O comitê de bacia da Região Metropolitana é um dos pioneiros e congrega órgãos estaduais e municipais e entidades da sociedade civil em colegiados paritários tripartites. Isto dá início a um processo de mobilização da sociedade para buscar soluções para os problemas da poluição e da qualidade e demanda da água, assim como das obras de saneamento necessárias no começo dos anos 1990. A instalação do Comitê da Bacia do Alto Tietê no final de 1994 representa uma inflexão no processo, na medida em que se inicia uma dinâmica de gestão compartilhada com a participação da sociedade organizada e dos movimentos ambientalistas para a busca de ações e programas relacionados à gestão ambiental da bacia. Este Comitê é um órgão de caráter consultivo e deliberativo que tem seus objetivos associados ao atendimento de água potável em quantidade, qualidade e regularidade, priorizando o uso da água para abastecimento.

Os problemas da bacia são muito complexos e muitos problemas se

agravaram ao longo dos anos em virtude da falta de ações mitigadoras e muitas deficiências do sistema tornaram-se críticas – aumentando os problemas e as dificuldades para o estabelecimento de prioridades de ação. Os desafios deste novo sistema baseado numa gestão democrática e descentralizada são muito complexos e de difícil solução no curto prazo, e os problemas associados à gestão dos recursos hídricos na bacia do Alto Tietê ultrapassam, de longe, a capacidade das instituições hídricas em resolvê-los, resultado do processo de crescimento descontrolado desta megacidade.

Um dos maiores problemas com o qual se têm defrontado não apenas o Comitê do Alto Tietê, mas muitos comitês, é o fato dos diversos atores envolvidos na dinâmica territorial terem visões do processo e dos objetivos que pelo fato de serem divergentes, dificultam a busca de soluções que parecem mais equitativas. O espírito presente numa negociação em bases sócio-técnicas é marcado pela negociação entre diferentes e parte da premissa das assimetrias na situação dos atores, tanto em termos econômicos, sociais quanto políticos. A grande questão que se coloca é quanto à capacidade de negociação e de estabelecer pactos. Dada a complexidade do processo, e das dificuldades de se consolidar um parâmetro de cidadania ambiental, os limites estão dados pela prevalência de lógicas de gestão que ainda centram, na maioria dos casos, uma forte prevalência do componente técnico como referencial de controle do processo.

O princípio da gestão descentralizada, integrada, colegiada e participativa, ainda está no seu início, e os entraves são significativos e diferenciados. A possibilidade efetiva de mudança do paradigma e os desafios que se apresentam para a implementação de práticas participativas estão intimamente relacionados com o papel dos gestores e a lógica dos *sistemas peritos* (Giddens, 1992). Existe uma certa ambigüidade na legislação, que por um lado abre os espaços para a participação da sociedade civil, mas supõe um certo acesso às informações técnicas. Observa-se que, apesar dos avanços, a Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei 9433/97, coloca em primeiro plano a importância do corpo técnico-científico e do conhecimento produzido por eles nas relações de força no interior dos espaços decisórios da bacia, o que limita o envolvimento da comunidade nas atividades dos Comitês. Assim, mantém o poder decisório entre os que detêm o conhecimento técnico-científico. As mudanças em curso representam uma possibilidade efetiva de transformação da lógica de gestão da administração pública nos estados e municípios, abrindo um espaço de interlocução muito mais complexo e ampliando o grau de responsabilidade de segmentos que sempre tiveram participação assimétrica na gestão da *coisa pública*.

Caminhos para a Sustentabilidade Urbana – o enfrentamento sociopolítico dos dilemas socioambientais

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto urbano marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, não pode omitir a análise do determinante do processo, nem os atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, em uma perspectiva de sustentabilidade.

A preocupação com o tema do desenvolvimento sustentável introduz não apenas a questão controversa sobre a capacidade de suporte, mas também o alcance e limites das ações para reduzir o impacto dos danos na vida urbana cotidiana e as respostas baseadas na interrupção do *modus operandi* e da omissão e participação nas práticas autodestruidoras.

No atual quadro urbano brasileiro, é inquestionável a necessidade de implementar políticas públicas orientadas para tornar as cidades social e ambientalmente sustentáveis como uma forma de se contrapor ao quadro de deterioração crescente das condições de vida. Uma agenda para a sustentabilidade urbana deve ter como um dos seus objetivos gerar empregos com práticas sustentáveis e ampliar o nível de consciência ambiental estimulando a população a participar mais intensamente nos processos decisórios como um meio de fortalecer a sua co-responsabilização no monitoramento dos agentes responsáveis pela degradação socioambiental.

A necessária reflexão sobre as possibilidades de tornar nossas cidades mais sustentáveis (Jacobi, 1999) mostra o desafio teórico que está colocado em relação à formulação de propostas que contribuam para alcançar objetivos de sustentabilidade nas cidades.

O principal desafio que se coloca nos dias atuais é que a cidade crie as condições para assegurar uma qualidade de vida que possa ser considerada aceitável, não interferindo negativamente no meio ambiente do seu entorno e agindo preventivamente para evitar a continuidade do nível de degradação, notadamente nas regiões habitadas pelos setores mais carentes. A sua inclusão dentro da esfera da sustentabilidade ambiental implica uma transformação paradigmática, constituindo-se num elemento complementar para atingir um desenvolvimento econômico compatível com a busca de equidade. Também é importante que se reforce a importância de uma gestão compartilhada com ênfase na co-responsabilização na gestão do espaço público e na qualidade de vida urbana, e que se estimule crescentemente ações preventivas, não descuidando a necessidade de lidar com as ações corretivas.

A participação assume um papel cada vez mais relevante na denúncia das contradições entre os interesses privados e os interesses públicos, entre os bens públicos e os bens privados, entre uma cultura da desesperança que busca benefício

atual e desvaloriza o futuro frente à construção de uma cidadania ambiental que supere a crise de valores e identidade e proponha uma outra, com base em valores de sustentabilidade. Isto potencializa a ampliação da consciência ambiental, e sua tradução em ações efetivas de uma população organizada e informada de maneira correta, que está preparada para conhecer, entender, reclamar seus direitos e também de exercer sua responsabilidade. Pessoas cidadãos críticas e conscientes compreendem, se interessam, reclamam e exigem seus direitos ambientais junto ao setor social correspondente, e por sua parte estão dispostas a exercer sua responsabilidade ambiental. Uma sociedade civil se organiza e participa na direção de sua própria vida, e isto permite que as pessoas adquiram um poder político e a capacidade de produzir mudanças. Isto reforça a necessidade de identificar os papéis e as responsabilidades dos diversos atores face aos temas ambientais, e a necessidade de construir consensos em torno deles, em particular no tema da contaminação do ar. Na medida em que o Estado terá, cada vez mais, que dar respostas em relação ao desenvolvimento sustentável, os cidadãos devem ser parte integrante de uma visão comum de longo prazo.

Os mecanismos de participação aumentaram nos últimos dez anos, mas ainda não fazem diferença. Apesar de terem se democratizado, a população aproveita a disponibilidade dos mecanismos de forma contraditória, a partir de uma visão imediatista, mas o aproveitamento é muito limitado, até porque a grande maioria da população não tem conhecimento sobre os mecanismos existentes, e como poderiam ser aproveitados para pressionar o governo (Jacobi, 2000).

Existem mais possibilidades de participação, mas com a falta de credibilidade e a falta de continuidade administrativa que ainda prevalece, a população perdeu a noção da consistência das políticas e do seu alcance. Embora os mecanismos de participação tenham avançado e se institucionalizado, é preciso que se garanta algum poder de decisão, pois sem isto, não há participação de verdade. A população se engaja, mas apenas se tiver uma função (Jacobi, 2000).

O tema da sustentabilidade implica na necessidade da multiplicação de práticas sociais pautadas pela ampliação do direito à informação e de educação ambiental numa perspectiva integradora. Trata-se de potencializar iniciativas a partir do suposto de que maior acesso à informação e transparência na gestão dos problemas ambientais urbanos pode implicar uma reorganização de poder e autoridade. Portanto, coloca-se a questão do papel indutivo que o poder público deve ter na oferta de conteúdos informacionais e educativos.

A modernização dos instrumentos requer uma engenharia socioinstitucional complexa apoiada em processos educacionais e pedagógicos para garantir condições de acesso dos diversos atores sociais envolvidos, e notadamente dos grupos sociais mais vulneráveis. Isto coloca a questão de pensar a questão da sustentabilidade para reforçar políticas socioambientais que se articulem com as

outras esferas governamentais e possibilitem a transversalidade, reforçando a necessidade de formular políticas ambientais pautadas pela dimensão dos problemas em nível metropolitano, reforçando a contribuição que a área ambiental tem na articulação com políticas de emprego, renda e desenvolvimento econômico, e principalmente reforçando a importância de uma gestão compartilhada com ênfase na co-responsabilização na gestão do espaço público e na qualidade de vida urbana, o que se busca através da constituição de consórcios intermunicipais (Jacobi, 2005).

Na Região Metropolitana de São Paulo, é inquestionável a necessidade de implementar políticas públicas orientadas para tornar a cidade social e ambientalmente sustentável como uma forma de se contrapor ao quadro de deterioração crescente das condições de vida. Uma agenda para a sustentabilidade urbana deve ter como um dos seus objetivos gerar empregos com práticas sustentáveis e ampliar o nível de consciência ambiental estimulando a população a participar mais intensamente nos processos decisórios como um meio de fortalecer a sua co-responsabilização no monitoramento dos agentes responsáveis pela degradação socioambiental.

De fato, os impactos das práticas participativas na gestão ambiental, apesar de controversas, apontam para uma nova qualidade de cidadania, que institui o cidadão como criador de direitos para abrir novos espaços de participação sociopolítica. Apesar das barreiras que precisam ser superadas para multiplicar iniciativas de gestão que articulem eficazmente a democracia com a crescente complexidade dos temas objeto de políticas públicas, justificam-se todos os esforços de fortalecimento do espaço público e de abertura da gestão pública à participação da sociedade civil.

Há uma demanda atual para que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um papel mais propositivo, bem como de ser capaz de questionar, de forma concreta, a falta de iniciativa do governo em implementar políticas ditadas pelo binômio da sustentabilidade e do desenvolvimento num contexto de crescente dificuldade na promoção da inclusão social.

A problemática ambiental urbana representa, por um lado, um tema muito propício para aprofundar a reflexão em torno do restrito impacto das práticas de resistência e de expressão de demandas da população das áreas mais afetadas pelos constantes e crescentes agravos ambientais. Mas também representa a possibilidade de abertura de estimulantes espaços para implementar alternativas diversificadas de democracia participativa, notadamente a garantia do acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural.

O fato da ênfase da população (Jacobi, 1999) ainda recair principalmente nas soluções providas do poder público não implica apenas numa postura de dependência e de desresponsabilização da população, mas freqüentemente de desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas

comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos que propõem uma nova cultura de direitos baseados na motivação e o direito de ser co-partícipes na gestão da cidade. O desafio que se coloca é de analisar o significado da postura dos moradores, que reforça as soluções pautadas pelo papel indutivo e diretivo da ação governamental: 1) na fiscalização e monitoramento da execução de políticas públicas; 2) no estímulo à co-responsabilização da população na prevenção da desordem e da degradação ambiental; e 3) no desenvolvimento de campanhas de educação ambiental e de informação.

Embora em geral a população mostre pouca predisposição para as práticas comunitárias, é preciso enfatizar que os estímulos às mudanças de comportamento, co-responsabilização e colaboração através de um agente nucleador – a ação governamental – mostram a existência de um potencial para ampliar sua dinâmica interativa com o poder público.

A administração de riscos ambientais coloca a necessidade de ampliar o envolvimento público através de iniciativas que possibilitem uma elevação do nível de consciência ambiental dos moradores garantindo acesso à informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação numa perspectiva pluralista.

A possibilidade de maior acesso à informação, notadamente dos grupos sociais mais excluídos, pode potencializar mudanças comportamentais necessárias orientadas para a defesa de questões vinculadas ao interesse geral. Cidadãos bem informados, ao se assumirem enquanto atores relevantes, têm mais condições de pressionar autoridades e poluidores, assim como de se motivar para ações de co-responsabilização e participação comunitária (Jacobi, 1999).

A implementação de ações implica não somente numa articulação sociopolítica, mas também num acordo quanto aos procedimentos de disseminação pública – seja tanto através de campanhas públicas de informação, quanto de mecanismos orientados para a constituição de um esforço comunitário para estimular e consolidar um eficiente e consistente processo de participação. Para tanto, torna-se essencial o estímulo aos diversos atores sociais abertamente motivados, visando multiplicar informações, decodificá-las e superar os níveis de desinformação e desinteresse das pessoas, através de um crescente processo de implementação de políticas públicas pautadas por uma lógica de co-responsabilização.

Dependemos de uma mudança de paradigma para assegurar uma cidadania efetiva, uma maior participação e a promoção do desenvolvimento sustentável. As políticas municipais têm o desafio de incorporar a sustentabilidade enquanto diretriz norteadora, pautando-se pelas premissas que definem a Agenda 21, onde o tema sustentabilidade implica numa necessária inter-relação entre equidade social, qualidade de vida, desenvolvimento com capacidade de suporte e participação.

A ênfase deve ser cada vez mais na intersetorialidade das políticas no

âmbito municipal e regional, onde a dimensão socioambiental estimula uma perspectiva de sustentabilidade, assim reforçando a sua articulação com políticas de emprego, renda e desenvolvimento econômico.

Os temas urbanos que por excelência estão relacionados com o da sustentabilidade são as opções de transporte, o planejamento e uso do solo e o acesso aos serviços de saneamento e infra-estrutura básica, todos eles vinculados com a potencialização de riscos ambientais. Isto impõe mudanças profundas na questão da ocupação indevida de áreas de risco, na priorização do transporte público e na lógica que prevalece nos sistemas de limpeza urbana – redução do lixo, reciclagem e coleta seletiva, políticas de destinação de resíduos. A palavra-chave “qualidade de vida”, que tem sido mais internalizada pelas políticas públicas, tem como elemento determinante a intersectorialidade das ações para criar condições para a implementação de políticas orientadas para a sustentabilidade urbana, assim diminuindo os riscos ambientais e a pressão sobre os recursos naturais. [parágrafo repetido, já usado na página 13].

O principal desafio que se coloca nos dias atuais é que as cidades criem as condições para assegurar uma qualidade de vida que possa ser considerada aceitável, não interferindo negativamente no meio ambiente do seu entorno e agindo preventivamente para evitar a continuidade do nível de degradação, notadamente nas regiões habitadas pelos setores mais carentes. [frase repetida, já usada na página 2] Destaque-se também a importância de uma gestão compartilhada com ênfase na co-responsabilização na gestão do espaço público e na qualidade de vida urbana, e o estímulo crescente às ações preventivas, não descuidando a necessidade de lidar com as ações corretivas.

Referências

- BECK, Ulrich. (1992). *Risk Society*. London: Sage Publications.
- CETESB (2003). *Relatório de Qualidade do Ar em São Paulo*, São Paulo.
- COSTA, Heloisa. e BRAGA, Tânia. (2004). “Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental”. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. P. 195-216.
- FUNDAÇÃO SEADE Seade. (2001). *Índice de Vulnerabilidade Juvenil*. In: site SEADE-www.seade.gov.br
- FUSP (Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo) (2001). *Plano da Bacia do Alto Tietê*. Relatório Final.
- GIDDENS, A. (1992). *Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP Editora.

- GROSTEIN, Marta Dora. (2001). Metrópole e Expansão Urbana: a persistência de processos 'insustentáveis'. *Revista da Fundação SEADE - Metrópoles: Transformações Urbanas, São Paulo, 15: 13-19, janeiro/fevereiro.*
- GUIVANT, Julia. e JACOBI, Pedro. (2003). "Da hidrotécnica à hidro-política: novos rumos para a regulação e gestão dos riscos ambientais no Brasil". In: *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas n° 43*. Florianópolis: UFSC.
- JACOBI, Pedro (1999). *Cidade e Meio Ambiente*. São Paulo. Annablume Editora.
- JACOBI, Pedro. (2000). *Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- JACOBI, Pedro (2001) "The Metropolitan Region of São Paulo-Problems, Potentials and Conflicts". *DISP 147*, Zurich, ORL Institut-, vol.4, pp. 20-24.
- JACOBI, Pedro. (2003). "Conciencia ciudadana y contaminacion atmosferica: el caso de la region Metropolitana de São Paulo". In: SIMIONI, Daniela. (org.). *Contaminacion atmosferica y conciencia ciudadana*. CEPAL, Santiago do Chile, p. 165-194.
- JACOBI, Pedro. (2004). "A gestão participativa de bacias hidrográficas no Brasil e os desafios do fortalecimento de espaços colegiados". In: Nobre, M. Schattan, V. (orgs.). *Participação e Deliberação- Teoria democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo*. Editora 34, São Paulo, 2004. pp.270-289
- JACOBI, Pedro. (2005). Consórcio Quiriri- Programa intermunicipal participativo de resíduos sólidos- uma avaliação de novos arranjos institucionais. In JACOBI, Pedro e PINHO, José A. (orgs.). *Inovação no campo da gestão pública local – novos desafios, novos patamares*. FGV Editora, Rio de Janeiro, pp. 159-183.
- PNUMA/SVMA,IPT (2004). *GEO cidade de São Paulo: panorama do meio ambiente*. São Paulo:PNUMA.

RESUMO

Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana

A dimensão dos problemas ambientais tem se avolumado de forma crescente no contexto urbano metropolitano brasileiro. Sua lenta resolução tem provocado um descontrole em alguns setores estratégicos para a garantia da qualidade de vida - aumento desmesurado de enchentes, dificuldades na gestão dos resíduos sólidos e interferência crescente do despejo inadequado de resíduos sólidos, impactos cada vez maiores da poluição do ar na saúde da população e contínua degradação dos recursos hídricos. É cada vez mais notória a complexidade dos processos e a transformação deste cenário urbano crescentemente não só ameaçado, mas diretamente afetado por riscos e agravos socioambientais. A necessária reflexão sobre as possibilidades de tornar nossas cidades mais sustentáveis mostra o desafio teórico que está colocado em relação à formulação de propostas que contribuam para alcançar objetivos de sustentabilidade nas cidades.

Palavras-chave: metrópoles; sustentabilidade; participação social; riscos ambientais

ABSTRACT

Socioenvironmental dilemmas in urban administration: from risk to the search for urban sustainability

The extent of environmental problems has been increasing in the Brazilian urban metropolitan context. Their slow resolution has provoked uncontrollable effects in strategic sectors which guarantee quality of life – immeasurable increase in floods, difficulties in the administration of refuse disposal, increasing inadequate dumping of solid refuse, increasing impact of air pollution on public health and the continual degradation of water resources. The complexity of these processes and the transformation of the urban scenario not only threatened but directly affected by socio-environmental risks has become increasingly obvious. The necessary reflection on the possibility of making our cities more sustainable demonstrates the theoretical challenge faced in formulating proposals which could contribute towards reaching the objective of sustainability in the cities.

Keywords: metropolis; sustainability; social participation; environmental risks

Recebido para apreciação: abril de 2006

Aprovado para publicação: junho de 2006

DESENVOLVIMENTO, ÉTICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PROBLEMATIZANDO A CRISE ÉTICA E AS OPORTUNIDADES DE RENOVAÇÃO

Gustavo Ferreira da Costa Lima

O desenvolvimento é uma viagem com
mais naufragos do que navegantes
(Eduardo Galeano)

1. Introdução

O debate sobre o desenvolvimento econômico e social que ocupou boa parte da agenda dos países periféricos nas décadas seguintes a II Grande guerra foi, a partir de meados dos anos 70 do século passado, sendo ofuscado e gradualmente substituído pelo discurso do Desenvolvimento sustentável, tornado hegemônico a partir da Conferência do Rio em 1992 (Guimarães 1995, Lima 2003, Sachs, 1986, 2002).

As razões desse deslocamento discursivo e conceitual são variadas e se associam ao desgaste político e teórico dos modelos e das experiências realizadas em nome de uma ideologia desenvolvimentista que moveu e ainda move moinhos ao redor do mundo, ocupando lugar de destaque no imaginário social do ocidente como o novo nome do progresso.

Promessas descumpridas e expectativas frustradas ficaram expostas numa coleção de dados quantitativos e qualitativos que revelavam, apesar do crescimento bruto da riqueza, o aumento visível da concentração de renda e das desigualdades sociais, o aprofundamento da degradação ambiental, a ampliação dos níveis de dependência dos países periféricos aos centrais, o retrocesso da democracia e da participação social associado à emergência de regimes autoritários, tidos à época como necessários para gerir realidades tão desiguais (Veiga, 2005). Tais resultados levaram diversos analistas à conclusão de que a idéia de desenvolvimento econômico não passava de mito que, no dizer de um deles:

tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito (Furtado, 1996: 89).

Desta maneira, as crises decorrentes ou potencializadas pelo desenvolvimento expuseram as fragilidades dessa ideologia desenvolvimentista e exigiram a construção de um novo discurso que, ao menos em tese, superasse as contradições evidenciadas. Essa é a meu ver a trajetória da proposta do desenvolvimento sustentável, publicizada em 1987 pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD das Nações Unidas, através do relatório “Nosso Futuro Comum” (Brundtland, 1991).

As virtudes e falácias do novo discurso abriram espaço para um outro debate que reedita algumas das velhas questões discutidas em relação ao desenvolvimento econômico e incorpora algumas inovações que abordaremos adiante. Esse debate desperta interesse na medida que penetra uma multiplicidade de campos de atividade e de conhecimento, entre os quais o campo da educação.

Ilustra o fato a iniciativa da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - de instituir em 2005, próximo passado, “A década da educação para o desenvolvimento sustentável” como coroamento do processo de assimilação desse discurso, pelo menos desde a Conferência do Rio em 1992.

Entre os educadores ambientais brasileiros – e em alguns países latinos - a proposta da UNESCO gerou resistências porque a educação ambiental construída ao longo das últimas décadas no país tem revelado uma tendência a incorporar as questões sociais e a manifestar interpretações críticas da relação entre a sociedade, a educação e meio ambiente, diferentemente do que acontece nos países europeus mais afeitos a versões conservacionistas e/ou preservacionistas de educação ambiental (Carvalho, 2002; Lima, 2003; Sato, 2005).

Nesse sentido, substituir o termo educação ambiental - EA por educação para o desenvolvimento sustentável – EDS representaria um retrocesso político, pedagógico e epistemológico na medida que estaríamos trocando uma história identitária afinada e comprometida com um socioambientalismo crítico-emancipatório por uma nova denominação que evoca tanto os traços economicistas dos velhos discursos desenvolvimentistas quanto as influências conservadoras do pensamento único da recente hegemonia neoliberal.

Delimitado nesse contexto, o presente artigo pretende problematizar a relação entre os discursos do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável com o campo educacional explorando suas principais implicações éticas e políticas. A partir dessa discussão que relaciona desenvolvimento, meio ambiente e educação examina as potencialidades da educação ambiental enquanto campo privilegiado de promoção da reflexão ética sobre a crise civilizatória que vivenciamos contemporaneamente.

O foco na dimensão ético-política não quer desprezar o caráter complexo e multidimensional das crises atuais, mas lembrar que a problematização dos

fundamentos valorativos de nossa cultura é, cada vez mais, um exercício indispensável a todos que se dedicam à reflexão e à busca de respostas aos desafios de nosso tempo. Se justifica também pela necessidade de contrapor a tendência hoje hegemônica no debate socioambiental de privilegiar as explicações econômicas e técnicas na abordagem dos problemas que relacionam sociedade, desenvolvimento e meio ambiente.

Um tempo marcado por paradoxos onde convivem situações contrastantes de riqueza, fome e exclusão; de alta tecnologia e ameaças e riscos tecnológicos; de avanço científico, grandes incertezas e degradação ambiental; de alta longevidade e descarte dos idosos; de profusão de equipamentos comunicacionais e empobrecimento do diálogo e da comunicação real; de globalização e maior interdependência material e econômica associadas ao crescimento do individualismo e da solidão; de expansão da esfera pública e perda de credibilidade na política; de secularização crescente da vida social e multiplicação de novas espiritualidades; de complexificação dos problemas e reducionismos na compreensão; de muita atenção sobre os meios técnicos para satisfazer os objetivos de conquista de riqueza, do poder e do sucesso e escassa discussão sobre seus significados para os indivíduos e coletividades e sobre as alternativas possíveis de projetos civilizatórios e sociais. (Giddens, 2005; Beck, 1998; Boff, 2003; Morin & Kern, 1995; Pelizzoli, 2003)

Como se vê, a crítica à modernidade aproxima reflexões e autores díspares em perspectivas e conclusões, mas afinados em apontar as contradições mais evidentes desse processo e a carência de reflexão e de práticas eticamente orientadas no cenário pragmático da vida contemporânea.

Giddens (1991), por exemplo, ao analisar as conseqüências da modernidade lembra que à sociologia clássica escapou a previsão de fenômenos como a degradação ambiental em larga escala, os abusos na política perpetrados pelos fascismos e pelo stalinismo e a “industrialização da guerra” que destruiu mais de 100 milhões de vidas, todos verificados em pleno século XX.

Buarque (1990) refletindo sobre as relações entre a ética e a ciência econômica – iluminista e capitalista – demonstra como os economistas, usando o argumento da neutralidade científica retiraram a ética da explicação do processo econômico para legitimar a ação dos agentes econômicos e desobstruir seus objetivos de acumulação de capital. A economia assim se constituiu como um meio hábil para atingir um fim pré-determinado e indiscutível. Não cabia nesse empreendimento considerar valores ou discutir os fins da ação econômica. Segundo o autor: “A ética da liberdade de cada agente econômico construiu-se através da abolição de toda ética na economia. O “ponto de vista da economia” passa a ser exercido dentro de um arcabouço onde a ética é incorporada sob a forma de ausência de ética” (Buarque, 1990: 24).

Ulrich Beck (1997) em sua reflexão argumenta que o sucesso do projeto da modernidade, e não seu fracasso, converteu a sociedade industrial numa sociedade de riscos, onde o próprio desenvolvimento do conhecimento científico e de sua aplicação tecnológica resultaram em *novos riscos* que têm alcance global, são imperceptíveis em sua manifestação, têm causas indetermináveis e conseqüências imprevisíveis, incalculáveis e incompensáveis. Refere-se aos riscos socialmente produzidos – ligados à radiação nuclear, mutação genética, reprodução assistida, contaminação química ou bacteriológica, novas patologias (“doença da vaca louca”) ao uso de fármacos, aos acidentes na aviação, na engenharia - cuja causa exata é indeterminada e cujas conseqüências são difíceis de calcular. Todos eles produtos do moderno desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Os novos riscos têm, portanto, grandes implicações sociais afetando o conjunto de instituições relacionadas à segurança, à saúde, ao direito, ao bem-estar social, à produção de conhecimento e sua aplicação técnica. São, assim, mudanças que envolvem o conjunto das instituições sociais e que não podem passar despercebidas.

Demo em reflexão sobre o contexto de crise ética na sociedade atual argumenta que:

Pode-se afirmar que a necessidade social da ética está posta por conta dos desafios da qualidade da convivência humana. Vivemos num mundo excessivamente desigual: 80% dos habitantes do planeta são pobres e a natureza está sendo depredada sem qualquer senso de responsabilidade (Demo, 2005:24).

Morin & Kern (1995) num diagnóstico abrangente sobre o século XX, nos falam de uma “Agonia planetária” que articula a economia, a tecnologia, o desenvolvimento e a ecologia tecendo uma rede de múltiplas crises que agridem a sociedade, a política, a cultura, a natureza, a saúde psíquica dos indivíduos e seus referenciais éticos. E, além de revelar as crises externas da sociedade contemporânea mencionam, como poucos, a agonia interior que aflige os homens e mulheres de hoje:

Algo ameaça nossa civilização desde dentro. A degradação das relações pessoais, a solidão, a perda das certezas ligada à incapacidade de assumir a incerteza, tudo isso alimenta um mal subjetivo cada vez mais difundido. Como esse mal das almas se oculta em nossas cavernas interiores, como ele se fixa de forma psicossomática em insônias, dificuldades respiratórias, úlceras de estômago, desassossegos, não se percebe sua dimensão civilizacional e vai-se consultar o médico, o psicoterapeuta, o guru (Morin & Kern, 1995: 89).

Boff (2003) esquadrinhando as crises que compõe o diagnóstico de nosso tempo detecta a fragilidade ética nas relações sociais quando conclui:

Há uma constatação indiscutível, de aterradora crise ética e moral em todas as partes, atingindo o coração da humanidade. Quem tem autoridade bastante para nos dizer o que ainda é bom e mau? O que ainda vale? Sentimo-nos perplexos, confusos e perdidos” (Boff, 2003:10). Mais adiante completa: “Quando mergulhamos em crises que afetam as razões de estarmos juntos e o sentido derradeiro da vida, então é tempo de pararmos um pouco e refletirmos sobre os fundamentos (Idem, 2003:10).

Os comentários acima ilustram o descentramento da dimensão ética na modernidade que ocorre simultaneamente à priorização das dimensões econômica e tecnológica, tanto enquanto atividades e formas de conhecimento quanto como meios de legitimação da vida social.

O presente artigo pretende, portanto, discutir a crise ética na modernidade avançada e as possibilidades de promover essa reflexão através da educação em geral e, em particular da educação ambiental, de modo a contribuir para a renovação da relação entre a sociedade, o meio ambiente e o desenvolvimento.

2. Desenvolvimento Ética e Educação

Desde as teorias da modernização que inspiraram a ideologia desenvolvimentista a partir da segunda grande guerra que a educação vem sendo solicitada a colaborar como instrumento de mudança técnico-cultural no contexto das reformas orientadas ao desenvolvimento econômico.

Caberia à educação nesse processo instrumentalizar as mudanças culturais necessárias ao desenvolvimento econômico através da promoção de novos comportamentos, valores e conhecimentos adequados ao empreendimento modernizador. Tratava-se, portanto, de simultaneamente às reformas econômicas implicadas na industrialização agenciar a transformação cultural e a produção de identidades consoantes com a nova racionalidade modernizante, articulando as dimensões materiais e simbólicas da realidade.

Para os teóricos da modernização, as sociedades se caracterizavam e diferenciavam em tipos ideais tradicionais e modernos, historicamente interligados por processos evolutivos. As sociedades tradicionais se definiam como aquelas rurais, centradas na produção de bens primários, com relações de trabalho pré-capitalistas, de baixo nível tecnológico e educacional e as modernas como aquelas sociedades urbanas, centradas na produção industrial, em relações de trabalho capitalistas, com alta incorporação tecnológica e elevados padrões de escolaridade. Esse dois tipos ideais foram denominados respectivamente como subdesenvolvidos e desenvolvidos e estavam vinculados pela suposição de que todas as

sociedades seguíam necessariamente um mesmo percurso histórico-cultural que as conduziria de um tipo polar a outro.

Nesse contexto, o desenvolvimento seria o processo de mudança econômica, social, política e cultural responsável por essa transição que tinha como meta final o modelo das sociedades ocidentais capitalistas, tidas como desenvolvidas. Tratava-se, assim, de identificar nos países classificados como subdesenvolvidos os obstáculos que os impediam de seguir o modelo dos desenvolvidos e proceder às reformas que os aproximassem do modelo de sociedade idealizado.

São conhecidas as críticas dirigidas a essas teorias por seu caráter evolucionista, pelo tom marcadamente ideológico e prescritivo, pela pretensão universalista de seu alcance e pela expressão reducionista que mutila a multidimensionalidade necessária a qualquer reflexão complexa sobre o desenvolvimento das sociedades humanas (Santos, 2000; Lago, 1995; Goldenstein, 1994; Mantega, 1985; Cardoso, 1993).

Considera-se, nesse sentido, por exemplo, que o subdesenvolvimento não representa uma etapa histórica experimentada pelos países hoje tidos como desenvolvidos, a qual todos os demais deveriam seguir para atingir o desejado desenvolvimento. Os países desenvolvidos, ao contrário, viveram um período de sua história sob o feudalismo, mas nunca foram subdesenvolvidos. Por outro lado, o subdesenvolvimento pressupõe uma situação relacional associada ao desenvolvimento e na história de formação dos atuais países desenvolvidos eles nunca tiveram outras potências políticas e econômicas que os forçassem a uma posição de subordinação no contexto das relações internacionais (Outhwaite & Bottomore, 1996).

O teor ideológico e prescritivo das teorias da modernização é outro aspecto que as caracteriza e que contrasta com a pretensa neutralidade do discurso usado para legitimá-las. Assim, ao escolher a experiência das sociedades capitalistas ocidentais – em especial a norte-americana – como modelo a ser seguido pelos países tidos por subdesenvolvidos e ao se opor, em algumas de suas variantes, como é o caso de Rostow (1978), ao modelo das sociedades comunistas, manifesta com transparência uma visão de mundo enviesada e interessada que é negada em teoria.

A intenção universalista também aparece no debate da modernização quando supõe que o desenvolvimento é uma fórmula acabada válida para os diversos contextos dos diferentes países que pode ser aplicada indiscriminadamente. Aqui são descartadas todas as particularidades históricas, ambientais, políticas, sociais, culturais e as próprias potencialidades econômicas dos diversos países e sociedades (Sachs, 1986).

Mais recentemente, no interior do debate do desenvolvimento sustentável essa questão ressurgiu quando alguns analistas contrapõem a noção de sociedades

sustentáveis à de desenvolvimento sustentável, justamente para chamar atenção sobre o reducionismo implicado na proposta de um desenvolvimento simplificador que serviria igualmente para todos os países desprezando suas diferenças contextuais (Diegues, 1992).

A ênfase economicista e/ou tecnicista é outra crítica recorrente que tem alimentado os debates sobre o desenvolvimento justamente porque revelam a desconsideração do caráter multidimensional da mudança social e o risco de se ignorar as variáveis ambientais, políticas, ético-culturais e sociais nesse processo. E isto devido a uma compreensão reducionista da realidade que tendia a priorizar a esfera econômica e a concluir que a deflagração do processo de crescimento econômico traria por extensão benefícios em todas as outras áreas da vida social (Kliksberg, 1998; Hermet, 2002; Lima, 2003).

Dentro desse contexto desenvolvimentista, a educação cumpriria a função de produzir o ambiente sócio-cultural favorável a esse projeto, através da formação de cidadãos e trabalhadores imbuídos desse espírito pragmático do progresso que comporta um conjunto de habilidades, atitudes, valores, comportamentos e conhecimentos necessários à sua realização.

As pedagogias tecnicistas e reformas educacionais para sua implantação tiveram uma contribuição significativa nesse processo ao acentuar as diretrizes pragmáticas e técnicas de formação de mão de obra para o mercado de trabalho criado com a industrialização, enquanto dissolvia o teor crítico e político que crescera no ambiente educacional brasileiro no período anterior a 1964. Nesse sentido Meksenas afirma que:

A pedagogia tecnicista começa a ser muito difundida e até se torna um dos pilares da proposta metodológica para o ensino oficial brasileiro no período subsequente a 1970. Com a instauração do regime militar em 1964, a tônica que tecnocratas e generais procuram dar ao ensino vai na linha profissionalizante da mão-de-obra: capacitar trabalhadores de modo rápido. Na verdade, a maior preocupação dos introdutores da tendência tecnicista no Brasil era evitar ao máximo que a escola fosse local de debate e questionamento da vida nacional e, nesse contexto político, a proposta tecnicista parecia a ideal (Meksenas, 1988:51).

Aranha (1996) analisa a tendência tecnicista aplicada à educação mapeando suas origens, características e influências na vida social brasileira. Mostra como ela surge na década de 60 nos Estados Unidos, e como gradualmente passa a influenciar os países latino-americanos envolvidos em processos de desenvolvimento.

Segundo a autora, essa tendência obedecia aos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade e visava adequar a escola e a educação ao modelo empresarial que caracteriza a sociedade industrial capitalista. Como conseqüências

principais desse processo aponta o fortalecimento de uma cultura educacional tecnocrática que tende a ser autoritária, reducionista e de baixa criticidade. Em suas palavras:

Ao enfatizar a especialização, a tendência tecnicista descuida da visão do todo, ao mesmo tempo que desenvolve uma concepção autoritária, pois, sob a ótica da especialização, o poder pertence a quem possui o saber... Faz sentido que nas reformas educacionais promovidas sob a orientação tecnicista a ênfase tenha recaído sobre as disciplinas pragmáticas, enquanto foi bastante descuidada a formação crítica. Basta ver a exclusão da filosofia, a minimização da literatura, da história, da geografia humana e das artes (Aranha, 1996:177).

Vemos, portanto, que o contexto desenvolvimentista favoreceu o surgimento e aplicação de pedagogias tecnocráticas que tendiam ao conservadorismo e ao autoritarismo, deixando de lado a dimensão democrática do diálogo e da reflexão ética e política sobre a vida social. Ou seja, num contexto tecnocrático e autoritário não subsiste a possibilidade de a comunidade discutir e construir participativa e livremente um projeto de sociedade que atenda aos interesses da maioria da população. Ao se eleger o desenvolvimento econômico como o fim/objetivo coletivo a ser seguido e atingido reduzimos a discussão e a participação pública aos meios de como realizar esse fim eleito previa e impositivamente.

Essa inversão entre as dimensões ética (fins) e técnica (meios) da realidade evoca a crítica dos frankfurtianos à razão iluminista que prometia esclarecimento do pensamento, aperfeiçoamento moral e emancipação política e converteu-se, em sua interpretação, pelo predomínio da razão técnico-instrumental numa razão dominante e exploradora da sociedade e da natureza (Matos, 1993).

Evoca também a reflexão habermasiana sobre a colonização da razão instrumental e sobre a razão comunicativa no contexto da vida contemporânea. Segundo o diagnóstico do autor, através do processo de racionalização, fundador da modernidade, a razão técnico-instrumental predominante nas esferas sistêmicas correspondentes ao Estado e ao mercado - e regidas pelos princípios do poder e do dinheiro - se autonomizaram e ultrapassaram seus limites invadindo a esfera comunitária do "Mundo da Vida", onde se constituem as relações de socialização, de solidariedade e de reprodução cultural através da comunicação livre entre as pessoas (Habermas, 1981, Aragão, 2002).

A educação é um componente essencial desse universo comunicativo por sua natureza eminentemente dialógica, intersubjetiva e ético-valorativa. Mas, ao ser instrumentalizada para servir ao desenvolvimento e suas prioridades econômicas e tecnocráticas acabou sacrificada em seus conteúdos crítico-emancipatórias, justo aqueles capazes de promover a reflexão ético-política e o

livre debate sobre as finalidades humanas e sociais. Algumas dessas críticas dirigidas às teorias e políticas de desenvolvimento podem ser estendidas às políticas educacionais que atenderam as mesmas finalidades. Além disso, ao eleger um determinado modelo de compreensão da realidade como ideal a ser seguido as teorias do desenvolvimento e as pedagogias a seu serviço incorreram numa prescritividade que tendia a impor os objetivos, os valores e comportamentos sociais “desejados”.

Definidos o desenvolvimento e o progresso como os fins sociais hegemônicos, válidos para toda a sociedade, aos indivíduos e educandos restava apenas a tarefa de executar, que se reduz à esfera dos meios. Ou seja, embora tolhidos do direito de participar da escolha, discussão e formulação dos fins sociais, que implicam o exercício da ética e da liberdade, onde se decide que projeto de sociedade desejamos, os indivíduos são compensados com a discussão técnica que trata de escolher meios e de implementar o que fora previamente decidido por outrem. Essa relação configura o que coloquialmente denominamos como um processo de “cima para baixo”, onde os dominantes impõem sua vontade e interesses e os demais apenas obedecem,

Gentili (1996) em reflexão sobre os impactos do discurso e das políticas neoliberais sobre o campo educacional discute o processo pelo qual a educação deixa de ser entendida como um direito social e um instrumento democrático para se converter num produto de mercado que se orienta pelos princípios da competição, da eficiência, produtividade e da qualidade total.

Para o autor, através desse deslocamento, as políticas neoliberais para a educação constroem um novo senso comum que legitima cultural e ideologicamente as transformações econômicas, gerenciais e políticas postas em prática.

Para os analistas neoliberais, os sistemas educacionais não vivem uma crise de democratização, mas uma crise gerencial caracterizada pela baixa eficiência que tem na intervenção estatal e em suas características o seu maior responsável. Referem-se à planificação centralizada, ao assistencialismo, aos excessos de burocratismo e às práticas clientelistas estatais e apontam como solução a criação de um mercado educacional regido pela livre concorrência e pela produtividade das escolas, enquanto instituições que ofertam serviços educacionais. Segundo Gentili:

...a grande estratégia do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado questionando assim seu caráter de direito (social) e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É neste quadro que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta para conquistar (comprar) propriedades-mercadorias de diversas índoles, sendo a educação uma delas (Gentili, 1996:7).

Nesse processo, a promoção da qualidade total e da eficiência tem um significado particular que se associa e reproduz a racionalidade empresarial. Assim, as escolas passam a ser pensadas e avaliadas como se fossem empresas que produzem um tipo específico de mercadoria que é o conhecimento, o currículo, o aluno escolarizado como insumo para o mercado de trabalho.

Diante dessa constatação, Gentili utiliza uma analogia caricata que compara o processo e as políticas educacionais sob o neoliberalismo ao modelo das empresas de “fast food”, quando refere-se a uma pedagogia da qualidade total que chama de uma “pedagogia fast food”. Define-a como “sistemas de treinamento rápido com grande poder disciplinador e altamente centralizados em seu planejamento e aplicação” (Gentili, 1996:15).

Utiliza essa metáfora para sintetizar o conjunto de mudanças no campo educacional que apontam para: a transferência da educação da esfera dos direitos sociais à esfera do mercado; a subordinação e adaptação das escolas às demandas do mercado de trabalho; o uso de estratégias neo-tecnicistas de reforma curricular e a adoção pela escola de critérios de eficiência, mérito individual, competitividade, de controle de qualidade e de produtividade (Gentili, 1996). É fácil supor que nessa concepção de educação e de escola não haja espaço para a reflexão ética e política, para o pensamento crítico, para o diálogo e a participação sobre os rumos e a construção dos futuros indivíduos e sociedades.

2.1.1 Desenvolvimento Sustentável e Educação

Aludimos na introdução, à emergência do discurso do desenvolvimento sustentável, em fins da década de 80 do século passado e ao processo que o conduziu a uma posição hegemônica nos debates envolvendo os temas do desenvolvimento e do meio ambiente.

Esse discurso teve rápida penetração em diversos outros campos de atividade e pensamento como a agricultura, a produção científica e tecnológica, a produção industrial, o consumo, o turismo, o setor empresarial, o planejamento urbano, a engenharia, a arquitetura, a produção de energia, o setor de transportes e a educação entre tantos outros.

A partir dessa hegemonia política e discursiva, consolidada globalmente em 1992, diversas esferas institucionais – capitaneadas pela UNESCO - vinculadas às temáticas do desenvolvimento, da educação e do meio ambiente vêm desenvolvendo esforços para renomear o termo Educação Ambiental (EA) substituindo-o por Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Esses esforços culminaram com o estabelecimento pela UNESCO da “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável a partir de 2005 e que deverá se estender até o ano de 2014.

Essa proposta de mudança, aparentemente ingênua, têm produzido um

acirrado debate que põe em discussão a nova orientação político-pedagógica sugerida às práticas educacionais, assim como as implicações daí decorrentes.

Os que formulam a proposta de EDS reúnem um conjunto de críticas à educação ambiental, sobretudo na forma como ela tem sido aplicada nos países europeus – que apontam basicamente para:

- a) uma ênfase sobre os aspectos ecológicos da crise ambiental em detrimento de seus aspectos sociais e políticos e culturais;
- b) o uso de metodologias disciplinares, não-participativas e de baixa criatividade;
- c) o predomínio de pedagogias comportamentalistas, centradas no indivíduo em detrimento de abordagens coletivistas;
- d) uma proposição de respostas científico-tecnológicas aos problemas socioambientais julgados de maior complexidade.

Nessa linha de análise concluem que, embora a educação ambiental tenha prestado uma contribuição decisiva na difusão dos temas ambientais nas últimas décadas, não se mostrou capaz de atender à crescente complexidade dos problemas socioambientais da vida contemporânea. A partir desse diagnóstico, sugerem a proposta de educação para o desenvolvimento sustentável que deveria, nesse sentido superar os limites verificados na EA posta em prática (Tilbury, 1996; Sauvé, 1997; Sterling, 2001, Lima, 2003).

Em outro artigo (Lima, 2003), apresento com maior detalhamento os argumentos favoráveis e contrários à proposta da UNESCO no interior desse debate, assim como suas principais implicações políticas, pedagógicas e éticas. Entre as considerações formuladas reconheço a procedência da maior parte das críticas dirigidas à educação ambiental que, a despeito de terem tomado referência no contexto europeu, também se estendem a uma parcela de práticas educativas realizadas no Brasil e, quiçá em outras partes do mundo. Contudo, há contra-argumentos e diferenciações que precisam ser colocados em nome de uma compreensão mais abrangente do problema.

Em primeiro lugar, aparece o fato de que as críticas e características observadas acima se verificam diferentemente nos contextos europeus e latino-americanos – em especial no caso brasileiro -. Isto é, as largas diferenças culturais, sociais, educacionais, políticas, ambientais e históricas entre esses dois conjuntos de países e os também diversos contextos históricos de formação dos respectivos campos da educação ambiental em cada caso, produziu práticas educativas com características bastante diferenciadas em diversos aspectos.

No caso brasileiro, por exemplo, a educação ambiental surgiu historicamente em um contexto que conjugava ao mesmo tempo: um regime politicamente autoritário que gradualmente se flexibilizava no sentido da

redemocratização e do fortalecimento de movimentos da sociedade civil; um quadro social de extremas desigualdades sócio-econômicas; e uma educação ambiental muito mais orientada pelo campo ambiental e pelo Movimento Ecológico que pelo campo educacional. Esse conjunto de elementos resultou numa educação ambiental que, embora não fosse homogênea, nem isenta dos reducionismos acima verificados, trazia nítidas preocupações sócio-políticas, um olhar crítico da crise ambiental, da sociedade e da educação vigentes e tinha, por decorrência, intenções transformadoras.

O caso europeu, apesar de sua natural diferenciação interna, tem contrariamente uma formação mais inspirada em padrões sociais menos desiguais, em uma vinculação mais estreita com as políticas de educação formal e com a tradição do ambientalismo preservacionista resultando num perfil mais naturalista, comportamentalista e dissociado de injunções políticas e sociais ao menos enquanto tendência (Carvalho, 2002; Reigota, 1998).

Como indicado na introdução, acredito que essa é uma das razões pelas quais europeus e brasileiros tenham posições tão diversas quanto a aceitação da proposta de EDS da UNESCO. Quero dizer, quem critica a tendência naturalista, apolítica e cientificista da educação ambiental tem mais facilidade em acreditar que a EDS poderá incorporar essas dimensões ausentes de suas práticas.

No caso brasileiro, desde meados da década de 80 do século passado que assistimos a formação do socioambientalismo através da aproximação dos movimentos sociais e ambientalistas. Ademais, a evidência gritante de nossos problemas sociais não permitiu a formação de debates e de práticas educativas “de costas para o social”, como comprovam as inúmeras experiências, programas e projetos de educação ambiental ao redor do país.

Em segundo lugar, é preciso considerar que embora as críticas dirigidas à EA sejam em sua maior parte procedentes, a nova proposta e discurso de uma “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” levanta problemas e contradições que merecem ser explicitados.

Figura primeiramente, a conhecida polissemia e ambiguidade que caracterizam a noção de desenvolvimento sustentável que pode significar desde um projeto alternativo de transformação socioambiental até um outro modelo de modernização conservadora do capitalismo hegemônico.

Ou seja, dada a diversidade de sentidos atribuíveis a essa noção e à própria incompatibilidade entre algumas de suas premissas, educar para o desenvolvimento sustentável converte-se numa expressão vazia e duvidosa. Nada nos garante que chegaremos a bom termo ao “comprarmos esse pacote”. Nesse sentido, é possível comparar a aceitação dessa proposta à situação de um passageiro que decide tomar um trem sem conhecer seu destino.

Diferenciamos acima, os projetos técnicos que tratam da ordem dos meios, dos projetos éticos que compreendem a ordem dos fins. Interessa aos seres

humanos livres e à construção de uma sociedade democrática que possamos enquanto cidadãos participar das decisões tanto dos fins que desejamos para a sociedade e para nossas vidas quanto dos meios para atingir esses objetivos. Assim, sempre quando alguém – instituição ou indivíduo – escolhe por nós e nos impõe ou persuade sobre algo, de uma maneira que elimina nossa possibilidade de uma participação livre e crítica, somos atingidos em nossa autonomia, na medida em que só nos resta a tarefa operacional, de implementação dos fins previamente definidos por outrem. Da mesma maneira, se o objetivo definido for inflexível e absolutista de modo a justificar quaisquer meios, dentro da lógica “os fins justificam os meios”, também viveremos a ameaça de assistir a processos degenerativos que tendem a apelar, em última instância, a formas diversas de violência. A história política brasileira e mundial é povoada de casos dessa natureza que não desejamos repetir, como ilustram todas as experiências de populismos, positivismos, fanatismos e fascismos de direita, de esquerda e de centro. A educação para o desenvolvimento sustentável, me parece, é o caso dos fins duvidosos, não participativos e com pretensões universalistas, três boas razões para vê-la com suspeição.

Jickling (1992), por outro lado, questiona o discurso da educação para o desenvolvimento sustentável - EDS a partir de sua instrumentalidade. Argumenta que a educação dirigida a um fim específico, seja ele qual for, contraria o espírito da educação enquanto prática de liberdade. Entende que a educação pressupõe autonomia e pensamento crítico. Para ele, os alunos deveriam ser estimulados a pensar, julgar e se comportar por si próprios e não orientados para uma finalidade pré-determinada. Para Jickling, uma educação orientada para uma finalidade determinada sugere mais um treinamento para aquisição de certas habilidades – e daí um adestramento – do que um aprendizado envolvido com a compreensão. Refletindo sobre os fundamentos da proposta argumenta:

É importante notar que essa posição se apóia em algumas suposições. Primeiro, supõe que o desenvolvimento sustentável é um conceito incontestável e, segundo que a educação é uma ferramenta para ser usada para seu avanço. O primeiro ponto é claramente falso e deve ser rejeitado; existe considerável ceticismo sobre a coerência e eficácia do termo. A segunda suposição também pode ser rejeitada. A prescrição de uma perspectiva particular é incongruente com o desenvolvimento do pensamento autônomo (Jickling, 1992:8).

Carvalho (2002) analisando o mesmo debate, com relação ao caso brasileiro, levanta a questão de que aqui o qualificador ambiental não é um mero adjetivo. Para ela o ambiental constitui antes um traço identitário significativo da educação ambiental que a remete a seu contexto histórico de formação marcado pela redemocratização, pela emergência de novos movimentos sociais e seu ethos de resistência política, de crítica social e contracultural.

Nesse sentido, percebe nessa intenção de renomear a EA uma disputa simbólica, ética e política entre uma tradição de crítica radical da sociedade capitalista industrial e de consumo e um outro ideário modernizador e desenvolvimentista de corte neoliberal, a partir do qual é formulada a noção de desenvolvimento sustentável. Esse movimento estaria, assim, operando uma colonização e esvaziamento dos ideais emancipatórios anteriores para substituí-los por outros valores e sentidos associados a um neoambientalismo de face mercadológica. Conclui, portanto, que essa mudança capitaneada pela UNESCO representa não um avanço, mas um retrocesso na medida que:

...adotar uma educação para o desenvolvimento sustentável pode por em risco uma identidade, uma tradição e um capital simbólico que sustenta a utopia ambiental de uma luta contra-hegemônica e emancipatória para capitular diante desse instável conceito, que nasce do coração do status quo – tantas vezes denunciado pela crítica ecológica como a raiz dos problemas socioambientais (Carvalho, 2002: 6).

Meira (2005) observando o discurso fundador da educação para o desenvolvimento sustentável não vê razões pedagógicas, teórico-metodológicas ou epistemológicas que justifiquem a troca de uma EA por uma EDS. Ao contrário, diz que foram os jogos de poder e de interesse nos círculos das Nações Unidas – mais relacionados a agenda desenvolvimentista do que ao campo educativo-ambiental – os argumentos decisivos nessa genealogia.

Concorda que “o que está em jogo é uma luta simbólica pela apropriação do conceito de sustentabilidade”. Nesse confronto se opõe uma visão que se utiliza do conceito de sustentabilidade como referência para formular e promover mudanças econômicas, políticas, ambientais e culturais à crise ambiental e social e uma outra visão que dele faz uso para justificar o crescimento econômico necessário à reprodução sistêmica.

Para Meira (2005) trata-se da reedição no campo educativo da polêmica entre duas concepções matriciais de crise ambiental que aqui denomina de ambientalista e ecologista. A concepção ambientalista, nesse contexto, seria a que entende que a crise ambiental pode ser resolvida no marco da sociedade de mercado neoliberal e a ecologista, contrariamente, defende a necessidade de mudanças no modelo de sociedade, como premissa fundamental para enfrentar a crise ambiental e de desenvolvimento. E, nesse sentido, considera que o projeto da UNESCO e seus aliados assumem com sutileza a “vocaçã ambientalista”.

Conclui parafraseando Foucault para quem os discursos em si mesmo não são verdadeiros ou falsos, mas têm o poder de criar “efeitos de verdade” que influem na forma como os atores sociais compreendem a realidade e nela atuam (Meira, 2005).

Sauvé (1999), tratando o mesmo debate no contexto de crise da

modernidade e de insurgências pós-modernas, observa na proposta da UNESCO um conjunto de problemas conceituais, éticos e culturais que reduzem a educação ambiental a uma ferramenta do DS. Para a autora a EDS transparece uma ênfase desenvolvimentista, instrumental e conservacionista – valora o ambiente como recurso econômico para fins produtivos – que caracterizam justamente o projeto da modernidade em crise, tantas vezes responsabilizado pela crise socioambiental. Segundo Sauvé (1999), não   aceitável eleger o desenvolvimento sustentável, com toda sua polissemia e carga economicista, como valor supremo de qualquer sistema  tico, sobretudo, se pensamos em orientar a partir dele as políticas e reformas educacionais que formarão os cidadãos.

Culturalmente, considera importante lembrar que os princípios da EDS foram definidos por indivíduos em sua maioria europeus, brancos, do sexo masculino, de classe média ou alta, profissionais de alta escolaridade e que estão, por conseguinte, impregnados de visões de mundo e de valores que não podem ser universalizados. Pondera que a própria concep o de tempo implícita na no o de desenvolvimento – entendido enquanto projeto orientado para o futuro – não   comum a outras tradi es que têm maior referência nas dimensões do passado e/ou do presente. Para essas tradi es a idéia de viver projetado para o futuro não faz tanto sentido como faz para o imaginário e a cultura ocidentais.

Com rela o ao enfoque pedagógico proposto pelo discurso oficial da EDS – leia-se UNESCO, organismos e agentes associados – transparece o predomínio de um paradigma tecnológico-racional que “associa a EDS com a transferência de conhecimento científico e tecnológico e considera a educa o como meio de empregar o potencial humano a serviço de crescimento econômico” (Sauvé, 1999: 15-6).

Tendo analisado o debate em torno de uma reorienta o político-pedagógica da educa o ambiental, em nível mundial, passaremos a discutir alguns dos dilemas e potenciais transformadores da educa o em geral, no contexto contemporâneo, e em particular da educa o ambiental como novo campo de atividade e conhecimento constituído a partir das últimas décadas do século XX. (Lima, 2005).

3. Os dilemas e o potencial ético da educa o ambiental

Analisamos acima algumas evidências da crise  tica que permeia a sociedade contemporânea e se relaciona, entre outros aspectos, ao movimento de valoriza o das dimensões econômicas e tecnocráticas da vida social; a uma cultura subordinada aos interesses do mercado como esfera hegemônica de regula o social e a um paradigma de conhecimento reducionista e desintegrador.

Nesse sentido, concordamos com o diagnóstico habermasiano de que a racionaliza o crescente da vida moderna favoreceu a expansão das esferas

econômica e político-burocrática e a colonização da esfera sócio-comunitária, onde se realiza a reprodução cultural e simbólica da sociedade. Segundo o autor, esse processo resulta em patologias sociais diversas na medida em que contamina o diálogo intersubjetivo que promove a formação de sentidos, dos consensos, das identidades individuais e coletivas, dos valores, e da solidariedade social.

Assim, os princípios do dinheiro e poder que orientam as esferas econômicas e políticas tendem a invadir o que Habermas denominou de “Mundo da vida”, prioritariamente regido pela lógica do entendimento e da busca de consensos, como é o caso dos campos educativo e da construção de valores (Habermas, 1981; Aragão, 2002).

A observação da cultura contemporânea e dos códigos de conduta hegemônicos revela uma tendência que enfatiza o individualismo, a competitividade, o utilitarismo, a eficiência, o hedonismo narcisista, o presenteísmo e o consumismo como referenciais dominantes.

Essas expressões transbordam na vida cotidiana e impregnam as instituições sócio-culturais e políticas imprimindo a racionalidade do mercado e do econômico também nas esferas extra-econômicas. Desta maneira, o consumo e mercantilização generalizada e o utilitarismo definem e produzem conseqüências sobre campos tão diversos e distantes quanto os da cidadania, da política, da educação, da ciência e tecnologia, da informação, da religião, da saúde e, sobretudo, afeta a própria noção de felicidade cada vez mais subordinada aos referenciais econômicos e à capacidade de adquirir bens, processos, vantagens e pessoas.

Se forem esses os valores socialmente dominantes que condicionam e orientam constantemente nossas identidades, ações e relações no mundo, não é possível pensar qualquer projeto social ou civilizatório sem incorporar a reflexão ética.

A vida cotidiana, as manchetes midiáticas, os indicadores sócio-econômicos e culturais, com seu rol de violências explícitas e sutis, nos dizem a todo instante que há muito ultrapassamos a fronteira do aceitável e do razoável, que há muito perdemos o sentido e a medida da dignidade. Nesse contexto, a reflexão ética emerge espontaneamente e nos colocamos a indagar se um outro mundo é possível, se temos o direito de desejá-lo e se temos meios hábeis e motivação para caminhar nessa direção.

Concordo com Santos (2001) que o paradigma da modernidade asfixiou as possibilidades de emancipação e colocou a necessidade de reinventar novos mapas de liberdade e novas subjetividades motivadas a percorrê-los.

Nesse sentido, propõe uma compreensão de utopia que a concebe, não como a invenção de um lugar desconhecido, mas como um deslocamento radical no nosso próprio lugar, e do nosso próprio olhar, para a partir de uma crítica do presente enxergar as potencialidades alternativas que não se cumpriram, pelas

quais vale a pena lutar e as possibilidades de trazê-las da sombra a luz (Santos, 2001).

A partir dessa perspectiva, desejo, observar as possibilidades e limites da educação e da educação ambiental como instrumentos potenciais de promoção e de resgate da reflexão ético-política no debate e na agenda social contemporânea, em especial no caso brasileiro.

Naturalmente que as transformações da vida moderna, sobretudo, ao longo do século XX, com suas guerras e totalitarismos de esquerda e de direita, com o crescimento das desigualdades e dos conflitos sociais, com o crescimento da degradação ambiental e dos novos riscos sociais produzidos pela inventividade da razão científico-tecnológica abalaram a crença no projeto iluminista que prometia a promoção da ordem e do controle, do progresso moral e econômico, da justiça e da felicidade humana a partir da expansão da racionalidade humana. (Giddens, 2000, Beck, 1998, Lyotard, 1985).

Para Goergen: “A história já os ensinou (aos filósofos) através de Auschwitz, das bombas atômicas, das guerras convencionais ou eletrônicas e da destruição do meio ambiente, que a razão celebrada como ciência e tecnologia, é um instrumento tanto útil quanto perigoso” (Goergen, 2005: 69).

Mais recentemente, os processos impulsionados pela crise do Estado de bem-estar social, pelas novas formas de estruturação do capitalismo em sua fase neoliberal, pela globalização pluridimensional, pelo desenvolvimento científico-tecnológico acelerado e pela crescente urbanização da vida social, entre outros fatores, têm aprofundado o diagnóstico de crise supramencionado ao produzir mudanças significativas nas instituições e nas categorias objetivas e subjetivas que orientam nossas vidas e reflexão como: o trabalho, a família, o conhecimento científico, as identidades individuais e coletivas, a política, a nação e a natureza, entre outras.

O conjunto dessas transformações se manifesta tanto no plano objetivo da economia, da produção, da tecnologia e do trabalho como também no plano da subjetividade deslocando e questionando as identidades sociais e individuais, os conceitos de tempo e espaço, o antropocentrismo, as idéias de progresso e história. (Giddens, 1991; Hall, 1998; Diniz, 2005, Goergen, 2005).

Desse contexto, emerge o movimento de crítica radical da modernidade e do projeto iluminista e se instaura o debate que pretende definir se ainda são válidos os fundamentos da modernidade, ou se ao contrário, a noção de modernidade já estaria superada e teria sido substituída por uma nova configuração histórica com outras características que marcariam uma era pós-moderna.

O debate e a crítica deflagrada pelos pensadores pós-modernos tem efeitos ambivalentes sobre a cultura e a política contemporâneas, na medida em produzem simultaneamente luzes e sombras sobre a reflexão e a ação dos indivíduos e grupos sociais.

O “aspecto luminoso” pode ser atribuído à revelação das inconsistências e contradições do projeto moderno que questiona o evolucionismo e a teleologia inscritos na noção “moderna” de história e na idéia de progresso; revela a instrumentalidade da razão e da ciência e seus efeitos perversos sobre as possibilidades de emancipação humana e destitui as pretensões epistemológicas de verdade, certeza, sujeito iluminista, universalidade, unidade e totalidade com que nos acostumamos a pensar a realidade.

O “aspecto sombrio” refere-se às dificuldades criadas para a reflexão dos processos sociais e para a formulação de respostas e projetos ético-políticos às múltiplas crises que invadem a cena contemporânea (Goergen, 2005A).

A crítica pós-moderna, nesse sentido, ao operar a desconstrução do projeto moderno, traz à tona uma atmosfera povoada de incertezas, ceticismos e relativismos promovendo novas perplexidades. Assim, o ataque aos referenciais e valores modernos e a complexidade do novo cenário de incertezas trouxe dificuldades adicionais para orientar diversas questões problemáticas que caracterizam a sociedade neoliberal globalizada.

Precisamos, ora individual ora coletivamente, encontrar respostas para a degradação ambiental e social; para a governabilidade das nações e as relações internacionais, para a intensificação dos contatos interculturais que colocam as diferenças e os diferentes cada vez mais frente a frente; para a morte das utopias e das perspectivas de futuro que desaguam no individualismo, no presenteísmo e no hedonismo consumista; para o declínio da solidariedade social; para a mercantilização de todas as esferas da vida social e os novos avanços tecnocientíficos que crescentemente invadem e manipulam os códigos da vida e da natureza; para os conflitos religiosos e os fundamentalismos e para a formação identitária dos indivíduos e coletividades entre outros processos. Todos eles, seja pelos conflitos que exacerbam, seja pela imprevisibilidade de seus resultados, colocam desafios éticos de grandes dimensões que são agravados nesse cenário de incertezas.

Esse relativismo axiológico promovido pela complexidade pós-moderna tem profundas conseqüências sobre as possibilidades éticas e educativas ao evidenciar a questão de como e em que direção educar as novas gerações diante desse cenário de dúvidas e incertezas?

Goergen (2005) concorda com a crítica pós-moderna, mas não com sua conclusão de que as mudanças verificadas trouxeram uma guinada radical da história e a negação de todos os fundamentos anteriores. Reconhece que a crise da modernidade, num primeiro momento, privatizou o Estado, a família e a religião e impôs o mercado, a tecnociência e o individualismo como instituições sociais hegemônicas. Pensa, contudo, que no momento seguinte essa mesma crise apresentou contradições e resistências que tendiam a manifestar o esgotamento dessa tendência privatista e individualista e o resgate dos valores e sentidos esquecidos, agora sob novas roupagens. Para o autor:

Há uma série de acontecimentos indicativos de que se inicia uma resistência contra o mercado tentacular e o frenesi consumista, contra o relativismo axiológico e o individualismo hedonista, contra a violência e a banalização da vida, contra a atomização social e a despolitização, contra a fabricação de falsas necessidades e promessas de felicidade pelo consumo (Goergen, 2005:84).

Ele vai ilustrar seu diagnóstico e otimismo através dos movimentos em defesa da paz, da preservação ambiental, de associações voltadas para o controle da geração de ciência e tecnologia, dos direitos à educação, de simplicidade voluntária, das minorias desamparadas e de todas as iniciativas da sociedade civil que buscam alternativas ao imediatismo consumista. Ou seja, reconhece que as aspirações hedonistas ainda são hegemônicas, mas percebe em sua expressão os sinais da angústia e do temor que revelam um esgotamento e uma tendência embrionária de mudança social (Idem, 2005).

Pessoalmente acho que o momento atual ainda não autoriza desenhar os destinos que a dinâmica social vai nos levar nem os horizontes temporais desse processo, mas concordo com Goergen que já testemunhamos – embora ainda em dimensão embrionária – os germens de um movimento de esgotamento, insatisfação e de rejeição à violência, à corrupção, às guerras, aos fundamentalismos religiosos e políticos, à degradação ambiental, social e das instituições políticas, aos excessos da intervenção científica, à intolerância cultural e aos preconceitos, à banalização da vida e aos abusos do consumismo e da mercantilização.

Concordo também que, embora não seja uma panacéia para todos os males nem tenha autonomia irrestrita, posto que se subordina aos condicionantes macrosociais, a educação em geral e a educação ambiental em particular, tem um papel inquestionável nesse processo de reconstrução ética e de mudança social.

A educação em geral, por ser o espaço por excelência de socialização, de formação de identidade e de reprodução cultural comporta uma dimensão ética inerente que pode, entretanto, assumir conotações conservadoras ou transformadoras, alienantes ou libertadoras segundo a composição de forças em jogo. Constitui um universo onde a comunicação, o diálogo e a formação de valores são práticas necessárias e isso representa um potencial de renovação ético-política.

Segundo Habermas a educação é um dos campos sociais formadores do que denominou “Mundo da Vida” ontologicamente regido por princípios do diálogo e da comunicação intersubjetiva. Assim, quando os princípios do dinheiro e do poder, que orientam respectivamente o mercado e o sistema político invadem esses campos é o sinal de que o Mundo da vida está sob ameaça e corre perigo (Habermas, 1981).

No que se refere à educação ambiental inicio lembrando a influência

marcante da Contracultura e do Ambientalismo na formação desse campo de atividade e saber. Então, embora se constitua como um campo plural, formado por múltiplas influências, essa herança contracultural define com clareza a marca crítica e emancipatória que orientou a trajetória da educação ambiental desde seus primórdios (Lima, 2005). Concorde, nesse sentido com Carvalho (2002) quando afirma:

No entanto, a despeito da heterogeneidade das orientações que constituem o campo ambiental este tem sua origem histórica e seu ideário fundador no movimento ecológico que se afirma pela crítica radical à sociedade capitalista industrial de consumo e ao modelo de desenvolvimento econômico das sociedades afluentes, no contexto contracultural dos anos 60... Os movimentos ecológicos partícipes deste “espírito do tempo” contribuíram para levar a crítica ao capitalismo industrial à esfera pública, e promover um ideário emancipatório que poderia ser considerado como fundador da história política do campo ambiental. Este ideário, em que pese suas diferentes ênfases e interpretações, tem se constituído como uma espécie de meta-narrativa ético-política com grande recursividade para as práticas ambientais educativas (Carvalho, 2002:3).

Tanto quanto os movimentos ecológicos, a educação ambiental – ao menos aquilo que poderíamos definir como seu núcleo fundador – formulava uma crítica explícita à sociedade de consumo, ao paradigma cartesiano de compreensão e intervenção na relação sociedade-natureza, ao modelo de desenvolvimento exponencial do capitalismo, ao antropocentrismo que inspirava essas concepções, à abordagem utilitária que reduzia a natureza a recursos naturais para fins econômicos e à própria educação, pelo que tinha de reprodutora desse tipo predatório de relações sociais e pela não incorporação da questão ambiental em seus conteúdos, práticas e currículos (Serres 1991, Carvalho 2004, Pepper, 1996, Unger, 1991). Essas bases histórico-filosóficas e políticas da educação ambiental conferem-lhe tanto autoridade quanto familiaridade com a reflexão ético-valorativa e indicam um potencial favorável como um campo de incorporação e promoção desse debate na vida social.

Então, em que pese a ampla diversidade do campo da educação ambiental, a grande maioria das tendências que o compõe apresentam, embora com ênfases e intensidades diferenciadas, argumentos críticos à ética predominante na sociedade capitalista de mercado e propostas para sua renovação. Layrargues problematizando a diversidade do campo da educação ambiental comenta:

No quadro da ampla variedade de vertentes, tanto do pensamento ambientalista, como das próprias correntes pedagógicas da educação, existem propostas educativas voltadas à questão ambiental que se inserem num gradiente que enseja a mudança ambiental conquistada por intermédio de três possibilidades: a mudança cultural

associada à estabilidade social; a mudança social associada à estabilidade cultural; e finalmente a mudança cultural concomitante à mudança social (Loureiro, 2004:11).

Isto quer dizer, em primeiro lugar, que em alguma medida há uma aspiração generalizada por algum tipo de mudança, sendo que dentro do campo uns defendem mudanças ético-valorativas e nos estilos de vida sem que isso necessariamente venha associado à mudanças sócio-políticas, outros aspiram à mudanças sócio-políticas desvinculadas de mudanças ético-culturais e o terceiro grupo propõe as duas ordens de mudanças culturais e políticas.

É possível dizer que, com exceção dos setores mais conservadores que poderíamos caracterizar como “Ecocapitalistas”, isto é, aqueles integrados à ordem capitalista e defensores de uma sustentabilidade orientada pelos agentes do mercado, todos os demais participantes do campo defendem algum tipo de mudança posto que, como lembra Carvalho (2004), partem de uma premissa crítica inspirada na Contracultura e nos movimentos sociais (Leis, 1996; Herculano, 1992).

Gadotti (2000) ao apresentar a Ecopedagogia, que pode ser entendida como uma das tendências no campo da educação ambiental, manifesta a mesma posição quando comenta, à luz do pensamento de Paulo Freire, a relação entre a educação, a ética e o meio ambiente:

A ética não é mais uma coisa, um conteúdo, uma disciplina, um conhecimento que se deve acrescentar ao quefazer educativo. É a própria essência do ato educativo. Por isso a eticidade conota expressivamente a natureza da prática educativa enquanto prática formadora. Na visão da ecopedagogia ela é parte essencial da competência (práxis) de um educador (Gadotti, 2000:81).

E completa mais adiante:

Hoje a ética volta ao centro das ciências da educação, na medida em que a escola tornou-se um local problemático e na medida em que a sobrevivência do ser humano está diretamente relacionada à sobrevivência do planeta. A ética e a solidariedade não são hoje apenas uma virtude, mas um dever. São condições, exigências da sobrevivência do planeta e dos seres que nele vivem (Idem, 2000: 82).

Outro fator que torna a educação ambiental um campo aberto ao debate multitemático e a questões complexas como as que analisamos aqui é sua própria natureza interdisciplinar que articula universos tão abrangentes quanto a sociedade, a educação e o meio ambiente. Esse cruzamento multidimensional confere-lhe a possibilidade de tratar com naturalidade as grandes questões contemporâneas que suscitam dilemas éticos nas vidas individuais e sociais.

Layrargues, em depoimento onde era entrevistado, faz um

comentário ilustrativo a esse respeito ao observar que a diferença entre a EA e outros sistemas de intervenção ambiental está justamente em sua relação com a questão ética:

Eu fiquei muito curioso para saber se nas reuniões que se discute tecnologia ambiental, direito ambiental ou economia ambiental, eles tem essa preocupação. Eu tenho a impressão que a educação ambiental é mais sedutora do que esses outros campos. Eu tenho a impressão que, bem ou mal, quem vai parar na educação é quem quer, de fato, algo a mais do que só consertar, corrigir. Eu acho que esses outros sistemas eles são mais pragmáticos. O que tem de original na educação é que ela pode mexer com coisas mais profundas, que é a própria educação. Então ela talvez seja um sistema que tem todas as condições, eminentemente revolucionárias, porque ela está liberta desse pragmatismo que os sistemas como a tecnologia ambiental, o direito ambiental e a economia ambiental estão presas... na resolução de problemas, a educação não. Ela pode estar vinculada, mas ela tem essa autonomia. Então ela pode ir lá para as raízes da causa ambiental, ela pode mergulhar na questão dos valores (Lima, 2005:167-8).

Voltando ao relativismo axiológico motivado pela crítica e debate sobre a pós-modernidade, entendo que a tarefa que se coloca não é de definir uma ética e valores universais, mas de promover a reflexão ética e política sobre os dilemas vivenciados contemporaneamente; sobre a hegemonia valorativa predominante na sociedade atual que orienta a ação dos indivíduos, dos grupos e instituições sociais; sobre sua eventual capacidade de responder aos impasses verificados assim como sobre as possibilidades de renovação do atual cenário.

Isso significa trabalhar e educar num contexto de pluralidade e liberdade axiológica e permitir que o próprio diálogo, reflexão e crítica do presente criem um ambiente de conscientização e de construção, senão de projetos ético-políticos singulares e universais, ao menos de marcos fundamentais sem os quais a própria convivência humana – entre os quais se coloca a preservação da biosfera – não se faz possível. Problematizando o assunto Demo argumenta que:

Primeiro, tomamos ética no plural, porque no quadro da multiculturalidade, não se poderia fundamentar ética única. Este reconhecimento não dispensa aspectos comuns que toda convivência humana supõe, mas dispensamos universalismos estritos. Estes apenas encobrem manhosamente que são feitos a partir de um ponto no espaço e no tempo, já que todos somos datados, natureza e sociedade (Demo, 2005:17).

Para Demo a ética também emerge da inevitabilidade da alteridade na constituição da vida individual e social. É impossível esquecer ou afastar o outro de nossas vidas, somos inerente e constantemente afetados e conectados a todos

os demais seres humanos – e também não-humanos¹ – para além de nossas consciência e desejo. Menciona também que, enquanto seres humanos, somos a um só tempo iguais e diferentes entre si e nessa condição se coloca uma questão ética incontornável porque nossa convivência não é uma convivência de iguais, mas de diferentes.

A relação entre a igualdade e a diferença suscita uma questão cara ao movimento de mulheres e das minorias que exigem o direito de ser igual apesar de sua diferença, ou seja, de que mesmo não constituindo uma sociedade de iguais – porque temos diferenças biológicas, sexuais, raciais, culturais e religiosas – possamos ser regidos por princípios igualitários que distribui oportunidades semelhantes a todos.

Lembra ainda que a ética se apresenta na relatividade que relaciona na vida social a liberdade e a responsabilidade, ou seja, que ninguém pode ter autonomia absoluta sem ferir a autonomia de outrem. Então, se meu comportamento impacta o comportamento do outro, potencializando a formação de conflitos, eu me torno responsável por ele e sou obrigado, em nome da convivência possível, a negociar regras que façam a vida comunitária possível (Idem, 2005).

Assim, desenhado o contexto de crise ética na vida atual e ressaltados os principais desafios que essa crise suscita tornamos a interrogar que contribuições a educação ambiental pode oferecer nesse processo?

As contribuições da educação ambiental nesse processo são múltiplas e apontam, no meu entender, para reflexões e práticas socioambientais que incorporem o pensamento crítico e as dimensões ético-valorativa e política das questões dilemáticas consideradas.

De uma visão crítica dos desafios éticos colocados, importa formar cidadãos capazes de pensar e tomar decisões com autonomia; de compreender a dinâmica e as implicações da relação entre a sociedade e o meio ambiente em suas múltiplas dimensões e de diferenciar os significados dos vários discursos e práticas socioambientais voltados a sua solução, quanto à suas concepções político-ideológicas, objetivos, interesses e valores.

Isso porque, a resposta e a ação adequada aos problemas com os quais nos deparamos na vida social exige a compreensão dos seus significados, de suas causas, de seus processos de formação e de suas eventuais conseqüências. É igualmente necessário perceber as diferenças que definem as diversas concepções e estratégias de enfrentamento dos problemas para, comparativamente, decidir com autonomia qual delas atende melhor a nossas posições éticas e políticas. O exercício da crítica nos ajuda a adquirir essas capacidades que, em última instância, favorecem a liberdade de ação diante dos problemas vivenciados.

Do ponto de vista ético, cabe à educação ambiental favorecer a

¹ A referência à natureza não-humana é minha, não do autor discutido.

compreensão dos valores que orientam as relações do indivíduo consigo mesmo, com os outros em sociedade e com o ambiente no qual está inserido.

Nesse sentido, importa se dar conta de que os valores éticos são construções sócio-culturais e que, portanto, são passíveis de mudança. Assim, os códigos valorativos hoje hegemônicos, centrados no individualismo, na competitividade, no utilitarismo e na felicidade associada ao consumo não são únicos nem imutáveis, são possibilidades entre outras, dotadas de certa força inercial, mas nunca formações permanentes.

Através dessa reflexão pode-se compreender que, tanto a crise ambiental quanto a social, decorrem de uma compreensão e de uma prática social que dissocia liberdade e responsabilidade. Assim, a liberdade individual que algumas pessoas e grupos econômicos têm de acumular bens e de manter um estilo de vida consumista e predatório, tem como contrapartida a privação e a carência de outras pessoas.

Pode-se, igualmente, observar que a economia capitalista – “liberal” – teve a liberdade de crescer exponencialmente sem considerar as conseqüências desse crescimento sobre o meio ambiente. Enfim, se vivemos num mesmo sistema global toda acumulação em um ponto desse sistema implica em uma desacumulação proporcional em outros pontos da mesma estrutura. Inevitável, nesse caso, constatar a relação entre a concentração de riqueza, característica da “liberdade capitalista”, com a desigualdade e exclusão social e com a violência daí resultantes.

Outra reflexão ética necessária diz respeito à responsabilidade universal, indissociável da relação de interdependência que atravessa a existência de todos os seres e fenômenos que conhecemos. Essa consciência, presente em várias tradições espirituais e filosóficas da humanidade e que também se expressa na “Carta da Terra” (2002), quando bem entendida, pode promover mudanças significativas em nossa vida e ação no mundo. Trata-se de compreender o complexo de relações que associa e nos faz dependentes de todos os seres, processos e bens naturais, sociais e culturais com os quais estabelecemos interações.

Podemos, por exemplo, atentar para o simples exemplo de que, em geral, não produzimos diretamente ou isoladamente o que comemos, vestimos, os lugares que habitamos, a linguagem que usamos, as práticas culturais que repetimos ou recriamos, as instituições e comunidades nas quais vivemos, as individualidades com as quais nos identificamos, a regulação climática, a fotossíntese, a fertilidade dos solos, as chuvas, nossos corpos e nossas experiências de felicidade entre infinitos outros fenômenos ou processos. Nessa reflexão, constatamos a inseparabilidade entre indivíduos, sociedades, natureza e cosmos e a inexorabilidade de nossa condição relacional e complexa.

Nessa interdependência se incluem também as relações entre os planos locais e globais e a consideração simultânea da herança dos nossos antepassados e do cuidado com as gerações futuras.

De uma perspectiva política a educação ambiental pode contribuir para problematizar temas e questões que emergem da relação entre a sociedade e o meio ambiente como, por exemplo: a cidadania ambiental que remete ao direito a um ambiente saudável; a participação socioambiental que implica em tomar parte em movimentos, processos e políticas que definem nossa qualidade de vida; a justiça ambiental que discute a distribuição dos riscos e responsabilidades socioambientais e a cidadania científica que resgata para a sociedade o direito de discutir e de participar na definição dos limites da ciência e de sua aplicação tecnológica na vida social. Esse novo direito se fundamenta na idéia de que a ciência é um tema sério e importante demais para ser deixado aos cuidados exclusivos da comunidade científica, entre outros temas possíveis (Beck, 1997).

Cabe, portanto, questionar que processos sociais, materiais ou simbólicos, têm prejudicado a qualidade ambiental e da vida na nossa cidade, país e no planeta? O que motiva as ações predatórias dos indivíduos e grupos sociais? O que podemos fazer para mudar esse estado de coisas?

É possível, por exemplo, trabalhar a questão de que todos os indivíduos e grupos sociais são responsáveis pelas questões sociais e ambientais, embora o sejam em proporções diferenciadas, segundo a dimensão do dano causado por cada um deles ou pelo poder de solucioná-los. Está claro que eu, enquanto pessoa física, tenho uma certa responsabilidade socioambiental, mas ela não é a mesma que tem o governo de uma cidade ou país nem a de uma empresa mineradora, de uma indústria de papel ou de agrotóxicos.

Então, quando refletimos sobre a nossa região e diagnosticamos seus problemas e conflitos socioambientais podemos identificar e hierarquizar quem são os agentes sociais envolvidos nesse processo e como se distribui a responsabilidade do problema entre empresas, Estado, grupos sociais diversos e indivíduos.

Também podemos, em sentido semelhante, explorar a relação de nosso comportamento social e ambiental enquanto indivíduos e enquanto sujeitos sociais e políticos. Creio que durante algum tempo os educadores ambientais desperdiçaram alguma energia ao tentar demonstrar de maneira competitiva e excludente que um desses comportamentos era superior ao outro. Assim, aqueles (a) mais “comportamentalistas” tendiam a enfatizar as pedagogias centradas nas mudanças dos comportamentos individuais como mais relevantes, enquanto as correntes mais políticas tendiam a enfatizar as pedagogias focadas nas mudanças dos comportamentos coletivos e na ação política. Acho que hoje já está claro que precisamos integrar os dois esforços já que, em última instância, eles são complementares e indissociáveis.

Vê-se, portanto, que embora não seja uma panacéia para todos os males e mesmo estando sempre sujeita a trilhar caminhos reprodutivistas, a educação em geral, e a educação ambiental em particular, é portadora de um potencial

reflexivo inequívoco capaz de estimular processos de mudanças ético-valorativas e políticas em múltiplas dimensões da vida individual e social.

Na verdade, se reconhecemos que a realidade é impermanente e dinâmica em sua própria natureza a discussão deixa de ser se mudamos ou não mudamos, mas em que direção mudamos e através de que meios.

O realismo político na história recente do país tem repetido alguns hábitos viciados de graves conseqüências éticas e políticas para a vida comunitária: o primeiro seria o de caminhar sem saber para onde se dirige, ou seja, desprezando a discussão sobre os fins sociais desejáveis, o segundo hábito discutível seria o de escolher os fins, mas de desprezar os meios de atingi-los, posição expressa na máxima “os fins justificam os meios”. Nossa história política tem mostrado o desastre de ambas as posições e a necessidade de revisitarmos essa lição elementar de ética e dignidade que diferencia a civilização da barbárie.

Referências

- ARAGÃO, Lucia. (2002). *Habermas: filósofo e sociólogo do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. (1996). *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna.
- BECK, Ulrich. (1997). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: A. Giddens e S. Lash *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, p. 11-71.
- _____. (1998). *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998.
- BOFF, Leonardo. (2003). *Ética e moral: A busca dos fundamentos*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- BRUNDTLAND, Grö Harlem. (1991). *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV.
- BUARQUE, Cristovam. (1990). *A desordem do progresso: O fim da era dos economistas e a construção do futuro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1993). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. (2002). O “ambiental” como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: L. Sauv e, I. Orelana e M. Sato (orgs.) *Textos escolhidos em Educa o Ambiental de uma América   outra*. Montreal: Publications ERE UQAM, Tomo I, pp 85-90 (versão em português).
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (2004). *Educa o ambiental: A forma o do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez.
- DEMO, Pedro (2005). * ticas multiculturais: Sobre convivência humana possível*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- DIEGUES, Antonio Carlos. (1992). Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*. 6 (1-2): 22-29, jan/jun, São Paulo.
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva (2005). *A implosão do sentido: O discurso sociológico da pós-modernidade*. João Pessoa, PB: Manufatura.
- FURTADO, Celso (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GADOTTI, Moacir. (2000). *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis.
- GENTILI, Pablo (1996). Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: T.T. Silva. *Escola S.A: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*, Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.
- GIDDENS, Anthony (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. (2000). *Mundo em descontrol: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2005). *Sociologia*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- GOLDENSTEIN, Lídia (1994). Dependência e desenvolvimento. In: *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOERGEN, Pedro (2005). Ética e educação: o que pode a escola? In: P. Goergen & J.C. Lombardi *Ética e educação: reflexões filosóficas e históricas*. Campinas, SP: Autores Associados.
- _____. (2005a) *Pós-modernidade, ética e educação*. Campinas, SP: Autores Associados.
- GUIMARÃES, Roberto P. (1995). O desafio político do desenvolvimento sustentado. *Lua Nova*, n° 35: 113-136, São Paulo, CEDEC.
- HABERMAS, Jürgen (1981). *The theory of communicative action*. Boston: Beacon Press, v. 1.
- HALL, Stuart (1998). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- HERCULANO, Selene Carvalho. (1992). Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In M. Goldenberg (org.). *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro, Revan.
- HERMET, Guy (2002). *Cultura e Desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- JICKLING, Bob (1992). Why I don't want my children to be educated for sustainable development. *The Journal of Environmental Education*, vol. 23, n° 4, Heldref Pub., Washington DC, USA.
- KLIKSBERG, Bernardo (1998). *Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos*. São Paulo: Cortez.
- LAGO, Benjamin Marcos (1996). Teorias do desenvolvimento. In: *Curso de sociologia política*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- LEIS, Héctor Ricardo (1996). *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia; Blumenau, SC: Fundação Universidade de Blumenau.
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa (2003). "O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação". *Ambiente e Sociedade*, NEPAM/UNICAMP, Campinas, vol. 6, n° 2, jul-dez.
- _____. (2005). *Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios*. Campinas, SP: [Tese de Doutorado].
- LOUREIRO, Carlos Frederico B (2004). *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez.
- LYOTARD, J. F (1985). *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.
- MANTEGA, Guido (1985). *A economia política brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Polis/Vozes.

- MATOS, Olgária C. F. (1993). *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo*. São Paulo: Moderna.
- MEIRA, Pablo (2005). "Elogio da educação ambiental". In *XII Jornadas Pedagógicas da Educação Ambiental*. ASPEA: Associação Portuguesa da Educação Ambiental.
- MEKSENAS, Paulo. (1988). *Sociologia da educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social*. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- MORIN, Edgar & Brigitte Kern (1995). *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina.
- ONU. (2002) *Carta da Terra*. Genebra.
- OUTHWAITE, William; Tom Bottomore (1996). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- PELIZZOLI, Marcelo L. (2003). *Correntes da ética ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- PEPPER, David (1997). *Modern environmentalism: an introduction*. London: Routledge.
- REIGOTA, Marcos. (1998). Educação ambiental: fragmentos de sua história no Brasil. In: F. O. Noal, M. Reigota e V.H.L Barcelos (orgs.). *Tendências da educação ambiental brasileira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. p. 11-25.
- ROSTOW, W. W. (1987). *As etapas do crescimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SACHS, Ignacy (1986). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- _____. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____. (2004). *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SANTOS, Boaventura de Souza (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2001). *Pela mão de alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez/ Editores Associados.
- SANTOS, Theotônio dos (2000). *A teoria da dependência: Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SATO, Michele (2005). Identidades da educação ambiental como rebeldia contra a hegemonia do desenvolvimento sustentável. In: *Jornadas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental: Educação Ambiental nas Políticas do Desenvolvimento Sustentável*. Lisboa, Anais, ASPEA (conferência).
- SAUVÉ, Lucie (1997). Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. *Revista de Educação Pública*, vol 6, n° 010, jul-dez, Mato Grosso: UFMT.
- _____. (1999) La educación ambiental entre la modernidad y la posmodernidad: em busca de um marco de referencia educativo integrador. *Tópicos* 1(2). Aout, p 7-27.
- SERRES, Michel (1991). *O contrato natural*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- STERLING, Stephen (2001). *Sustainable education: re-visioning learning and change*. Bristol, UK: Green Books.
- TILBURY, Daniella (1996). Environmental education for sustainability in Europe: philosophy into practice. *Environmental Education and Information*, vol. 16, n° 2, Salford, UK.
- UNGER, Nancy Mangabeira (1991). *O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade*. São Paulo: Edições Loyola.
- VEIGA, José Eli da (2005). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.

RESUMO

Desenvolvimento, ética e educação ambiental: problematizando a crise ética e as oportunidades de renovação.

O presente ensaio analisa o cenário de crise ética e política na vida social brasileira contemporânea no contexto de crise do projeto moderno e de emergência de uma crítica pós-moderna. Explora os discursos e práticas desenvolvimentistas – econômico e da sustentabilidade – e suas conseqüências sobre a sociedade, a cultura, a educação e a educação ambiental (EA) em particular. Observa a proposta recente da UNESCO de substituição da educação ambiental (EA) por uma educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e procura investigar se e como a educação ambiental pode contribuir para promover a reflexão ético-valorativa e política, o diálogo criativo e a formulação de respostas teórico-práticas responsáveis e sustentáveis.

Palavras-chave: educação ambiental, ética, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável

ABSTRACT

Development, ethics and environmental education: exploring the ethics crisis and the opportunities for renewal

The present essay analyzes the political and ethical crisis in contemporary Brazilian social life in the context of the modern project and the emergence of a post-modern critique. It explores developing discourses and practices – economy and sustainability – and their consequences regarding society, culture, education and environmental education (EE) in particular. It explores UNESCO's recent proposal to replace environmental education (EE) for a sustainable environmental education (SEE), and attempts to investigate if and how environmental education can contribute to the promotion of an ethical-valued reflection and politics, a creative dialogue, and the construction of theoretical-practical responses which are responsible and sustainable.

Keywords: environmental education, ethics, sustainable development, economic development.

Recebido para apreciação: junho de 2006

Aprovado para publicação: outubro de 2006



OS FANTASMAS DO VALE: CONFLITOS EM TORNO DO DESASTRE AMBIENTAL DE CUBATÃO, SP*

Lúcia da Costa Ferreira

Introdução

A agenda de discussão política da década de 1980 foi marcada por uma intensa mobilização da opinião pública brasileira em torno do desastre ambiental provocado pelo complexo industrial sidero-petroquímico de Cubatão, no litoral do estado de São Paulo¹; município limitado entre serra e mar, sua localização entre o Porto de Santos e o mercado consumidor da metrópole paulistana é estratégica do ponto de vista econômico.

Cubatão foi um marco na politização da questão ambiental no Brasil, por dois motivos. Em primeiro lugar, por apontar a dimensão e a gravidade dos riscos ambientais de processos produtivos em países desenvolvimentistas daquele período histórico. Em segundo, por desnudar um acordo social perverso que agregava ricos e pobres, direita e esquerda, governantes e governados, em torno do descaso por políticas de controle ambiental durante a implantação da industrialização no país. O cruzamento desses dois motivos fez de Cubatão o símbolo de um *turning point* nas condutas coletivas e no comportamento político frente à questão ambiental no país.

O debate intenso com repercussão internacional e a polêmica incentivada pela imprensa e pela comunidade científica em geral acabaram por sensibilizar alguns setores da população residente no município que, apesar da reação

*Este item é uma revisão da pesquisa financiada pela FAPESP durante o final da década de 1980 e que foi publicada: Ferreira, L.C. 1993. *Os fantasmas do Vale: questão ambiental e cidadania*. Campinas: Editora da UNICAMP.

¹ São Paulo localiza-se a sudoeste da Região Sudeste do país; ocupa uma área de 248.808,8 Km² (2,91% do território nacional); sua população é de 37.563.398 habitantes, e da cidade de São Paulo, capital do estado, é de 10.508.218 habitantes (Seade 2001). O IDH do Estado atualmente é 0,868 (PNUD; IPEA 1996). É o estado mais rico da Federação: possui um orçamento de R\$ 54,6 bilhões para o ano de 2003. Para mais detalhes, ver: governo do estado de São Paulo (2003).

diferenciada, passaram a exigir das autoridades e lideranças locais e governamentais algum tipo de resposta à controvérsia em que se viram envolvidos. Representantes de partidos, da municipalidade, dirigentes industriais e sindicais, igrejas e órgãos governamentais foram obrigados a organizar-se para atender a esta demanda inesperada.

Os sinais de que Cubatão representaria um símbolo com fôlego para arrombar o silêncio da década anterior em torno do assunto podem ser encontrados na velocidade com que o desastre social e ambiental local foi internacionalizado através do estigma de Vale da Morte, com o qual passou a ser reconhecido em todos os cantos do mundo: os moradores vizinhos ao parque industrial assistiram perplexos à busca, às vezes minuciosa, mas na maior parte do tempo apenas tumultuada, de crianças com malformações congênitas, trabalhadores adoecidos pelo produto de sua própria força de trabalho, com a esperança de vida diminuída às raias do absurdo; levas de asmáticos, leucopênicos, neuróticos. E mortos: vítimas da explosão da favela de Vila Socó, construída sobre dutos sem manutenção da Petrobrás; do trabalho sem proteção dentro das fábricas, manipulando produtos de alta periculosidade como o isocianato de metila na Union Carbide ou o pentacloro fenol na Rhodia.

As organizações ambientalistas emergentes no país, já bastante delineadas nos grandes centros urbanos no início da década de 1980, em aliança com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com importante cacife político por esta ocasião adquirido por sua atuação de resistência no período de ditadura militar², visualizaram em Cubatão a possibilidade de ligá-lo ao fruto da política desenvolvimentista defendida pelo governo brasileiro na Conferência Mundial das Nações Unidas realizada em Estocolmo em 1972³, porta voz dos interesses de países do Terceiro Mundo defensores do desenvolvimento a qualquer custo e contra o fortalecimento gradativo do ambientalismo internacional.

Esta aliança teve um impacto imediato sobre o governo brasileiro e do estado de São Paulo, o poder político municipal, sobre dirigentes industriais públicos e privados e sobre as matrizes das multinacionais mais poderosas do mundo. Todos tiveram que responder ao conflito em que se viram mergulhados. Alguns responderam prontamente, outros apenas quando a pressão política nacional e internacional tornou-se insustentável e os órgãos de segurança não tinham mais recursos de poder para proteger os interesses que ali se concentraram.

² Uma coalizão civil-militar tomou o poder no Brasil em 1964, através de um golpe de Estado, mergulhando o país em um regime de ditadura sob forte aparato repressivo até 1984, quando viveu-se a distensão política e início da democratização do sistema institucional. Sobre o período ver: Alves (1984); Dreifuss (1986).

³ A SBPC foi responsável pelo Ciclo de Simpósios *Estocolmo 72 X Cubatão 82*, durante a 34ª Reunião Anual da entidade. Para uma síntese do Ciclo de Simpósios ver: Queiroz neto *et al.* 1983. Sobre a Conferência da ONU ver: United Nations Environment (1981).

A ação organizada, contudo, iniciou-se junto às elites da capital do estado. Localmente, a mobilização se deu ao reboque da liderança dos ambientalistas e da SBPC. Setores circunscritos à mão de obra sem qualificação ou ao mercado informal organizaram-se em torno da Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão, que materializava uma aliança entre essas categorias com representação de militantes das Comunidades Eclesiais de Base das igrejas Católica e Metodista ligadas à Teologia da Libertação⁴ e do Partido dos Trabalhadores (PT)⁵, que se organizou no município a partir de então.

Vale dizer que não foram ações ou condutas espontâneas que brotaram no seio das camadas de baixa renda, atingidas imediatamente pela pobreza e degradação ambiental. Houve uma interferência política explícita, cujo papel foi organizar carências diluídas e não reconhecidas socialmente em torno de uma identidade coletiva de vítimas do desenvolvimento urbano-industrial. A imagem genérica utilizada como código de identificação era a dos *filhos da poluição*.

Os conflitos locais foram liderados por *forasteiros* (houve sempre referências ao *resto do país e do mundo*), cuja aliança concreta e simbólica funcionou como catalisador ao descontentamento, na medida em que fora dos limites de Cubatão as condutas mais ecológicas não causavam tamanho estranhamento. O Estado e seus agentes só se constituíram como atores com o desenrolar dos acontecimentos, graças a: 1) inexistência de um sistema institucional onde tais demandas fossem reconhecidas; 2) impermeabilidade a essa ordem de carências; e 3) inexperiência dos agentes com os jogos democráticos.

Este artigo tem por objetivo rever depois de vinte anos os conflitos em torno da degradação ambiental e social de Cubatão no estado de São Paulo, que desencadearam mudanças sociais importantes no setor ambiental brasileiro. Esta escolha caminha em um duplo sentido. Em primeiro lugar, porque Cubatão significou o prelúdio aos rumos da ação social e coletiva em torno da preocupação ambiental no Brasil. Em segundo, porque pesquisar a formação daquelas condutas no âmbito do sistema institucional formal e da sociedade como um todo, a pressão por sua institucionalização, as posições dos atores e sua organização para agregar carências anteriormente desconhecidas, forçando o sistema político a

⁴ Denominação das bases teóricas e teológicas da mobilização de setores progressistas das igrejas na América Latina contra as ditaduras no continente. No Brasil, A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) agiu de forma decisiva desde o período de mais drástica repressão, entre 1969 e 1973, apoiando as vítimas da perseguição dos órgãos de segurança. Criaram ainda uma ampla rede de organização social de base que atuou decisivamente em todas as regiões do país, junto a trabalhadores rurais, operários, marginalizados, favelados, dentre outros. Ver Alves (1984).

⁵ O PT organizava-se no país a partir do novo movimento sindical que emergiu em São Bernardo do Campo, cidade altamente industrializada na região metropolitana de São Paulo. Foi fundado oficialmente em 1980. Ver também Alves (1984).

fornecer-lhes a oferta desejada, representa compreender as possibilidades de reconhecimento público a demandas emergentes desde seus primórdios, estabelecendo também alguns padrões de ação que podem sinalizar as orientações institucionais que delinearão o setor ambiental no Brasil.

A hipótese inicial previa uma importante diferenciação de condutas frente ao desastre ambiental produzido pelo pólo industrial de Cubatão: 1) dentre os grupos sociais ligados ao emprego temporário ou ao mercado informal a qualidade ambiental não seria prioritária e suas reivindicações estariam circunscritas à oferta de emprego, programas de assistência à pobreza, acesso a bens e serviços públicos, todas carências materiais ligadas à idéia de reprodução *stricto sensu* da força de trabalho; 2) as elites, incluídos o poder político municipal, dirigentes industriais e agentes governamentais, endossariam e seriam os principais atores da posição de negação ao problema ambiental, movidos por conflitos de interesses; 3) as classes médias urbanas, solo obviamente fecundo para preocupações outras que não aquelas diretamente ligadas ao trabalho e à produção, apesar de trabalharem ali, residiam fora do complexo industrial e, portanto, se descomprometiam com preocupações desse tipo.

Esta estranha aliança em torno de uma representação coletiva de interesses, entre os responsáveis pelo desastre ambiental e os atingidos por suas conseqüências, seria responsável pela inexistência de qualquer organização social pela politização da questão ambiental local.

A pesquisa de campo confirmou a diferenciação pré-suposta, mas apontou uma clivagem inesperada que se definia pela oposição entre dois modos de ação mais relevantes: de um lado situavam-se atores que se agregavam em um tipo de ação eminentemente política, que reivindicava melhoria nas condições de vida dos moradores e trabalhadores do complexo industrial e no controle das fontes de poluição e recuperação dos sistemas naturais locais; de outro, situavam-se atores que optaram por condutas de negação ao problema ambiental, que podem ser caracterizadas um tipo de ação sub-política. Esta clivagem parecia explicar a história recente de Cubatão e seus desdobramentos políticos nos anos seguintes.

Assim, houve uma reformulação hipotética importante, pois a negação ao problema deixou de ser analisada em si mesma, mas ressurgiu como um dos pólos de um conflito peculiar, como resultado de um processo de organização social de politização de carências materiais e não materiais, produto e expressão da ação dos atores, não apenas por grupos excluídos ou pelas elites dirigentes representadas regionalmente. Incorporada ao conflito, a ação de negação ao problema ambiental deixou de ser considerada apenas como retórica da elite dirigente interessada no ocultamento do problema, pois foi possível observar que atingia amplos setores da vida social local, o que sinalizava a possibilidade de representar a manifestação de um tipo de carência específica que poderia definir os rumos das lutas pela recuperação ambiental de Cubatão. Restava averiguar

porque tais condutas sub-políticas pareciam tão fortalecidas quanto aquelas eminentemente políticas. A quais motivações atendiam? Em qual dinâmica social emergiram e porque se fortaleceram? Quais os principais atores dos modos de ação preferenciais? Quais suas reivindicações, estratégias, metas e em que tipo de arena atuaram? Qual papel desempenharam no delineamento do conflito em torno da institucionalização da questão ambiental para além do Vale do Rio Mogi?

Este artigo tratará destas questões sob uma abordagem construtivista (Hannigan, 1997; Callon, 1986; Ferreira, 1993; 1996; Fuks, 1997; Guivant, 1998), a partir de duas situações de ação (Ostrom, 1990; 1994) emblemáticas dos padrões de ação em confronto no caso de Cubatão: a divulgação da contaminação ambiental e da pobreza urbana em Vila Parisi e a explosão de Vila Socó. Em cada uma delas foi se delineando um modo de ação importante para as mudanças sociais produzidas ali; em cada uma delas produziu-se um tipo de arena de confrontos (Hannigan, 1997). Compreendê-las significa desvendar um momento extremamente importante da história recente do Brasil.

Primeiro momento: Vila Parisi e a ação política rompendo o silêncio

No início da década de 1980, por ocasião da eclosão dos conflitos em torno de Cubatão, o complexo industrial produziu quinze bilhões de toneladas de produtos de base; por habitante, o município era o sexto em arrecadação federal, o primeiro em municipal e também o primeiro em arrecadação do valor adicionado de ICMS, dentre todos os municípios brasileiros (Boletim CIESP, 1982 e 1983).

Não é conveniente esquecer também que, desde o final dos anos de 1960 o marechal Arthur da Costa e Silva⁶ decretou o fim da autonomia municipal e o pólo industrial passou a ser considerado Zona de Interesse Nacional. No final da década de 1970, por ocasião da mobilização de trabalhadores no município de Contagem (MG), o general Ernesto Geisel⁷ decretou (Decreto 81.107/77) de “interesse para o desenvolvimento e segurança nacional” cada uma das indústrias do setor siderúrgico, petroquímico, de fertilizantes e evocou a esfera federal, através da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), ligada diretamente à presidência da República, o poder de decisão sobre a paralisação das atividades industriais decorrentes da poluição industrial. Todas essas atividades estavam assentadas nas indústrias de Cubatão (Monteleone, 1984; Ferreira, 1993).

⁶ Presidiu o país durante o regime militar no período entre 1967 e 1969. Ver Stepan (1975).

⁷ Sobre as greves de Contagem (MG) ver: Weffort (1972); Alves (1984). Geisel presidiu o país de 1974 a 1978. Ver Stepan (1975).

Isso posto, parece que o silêncio em torno do desastre ambiental de Cubatão esteve intimamente relacionado com a prioridade nacional dada ao processo de industrialização, cujo valor intrínseco suplantava os custos de contingência (Ferreira, 1993; Goldenstein, 1972). Esta interpretação atingia tanto as elites dirigentes, suplantando as diferenças intraclassistas que dividiam a oligarquia e a burguesia industrial em torno dos rumos das políticas de desenvolvimento (Draibe, 1985; Leff, 1975), quanto os setores da oposição instituída agrupada em associações de classe do trabalhador urbano-industrial. Havia de fato um tipo de acordo social pela construção de uma identidade nacional calcada no desenvolvimentismo⁸, baseado na crença generalizada nos benefícios materiais do crescimento industrial.

No caso específico de Cubatão, as promessas de expansão do setor produtivo, através das obras de implantação e manutenção do parque, da infraestrutura que o viabilizou agiram sobre as necessidades crescentes na oferta de empregos dentro ou em torno da indústria, arrecadação de impostos e circulação de riquezas, desviando a atenção de todos do desastre que estava sendo produzido.

As primeiras manifestações do conflito local se deram através da criação de uma Comissão Especial de Vereadores em 1978, para apurar possíveis danos causados aos trabalhadores pela unidade de pentacloro fenol, o pó da China produzido pela Rhodia. O fungicida provoca “bolhas enormes na pele, respiração difícil, dores violentas na cabeça”⁹, podendo provocar a morte. O sindicato da categoria não se manifestou na ocasião, mesmo depois da morte de um operário, alegando falta de provas que correlacionassem a *causa mortis* e a periculosidade do produto. Depois disso, foi criada em meados de 1980 uma Comissão Especial de Inquérito na Assembléia Legislativa do estado, que chamou a depor a direção da agência de controle do estado, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), representantes de associações de bairro, sindicatos, organizações não-governamentais ambientalistas da Baixada Santista e pesquisadores das principais universidades e institutos de pesquisa do país.

⁸ O nacional desenvolvimentismo foi inaugurado como modelo econômico no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961). Eleito pela coligação PSD/PTB, prometeu um desenvolvimento econômico sem precedentes na história brasileira: “50 anos em 5” para introduzir a modernização no país, que, acreditava-se, só seria alcançada com um intenso processo de industrialização, em substituição ao modelo anterior agroexportador. O nacional-desenvolvimentismo representava uma variação do modelo de substituição de importações que havia se estabelecido durante a década de 30, no governo de Getúlio Vargas. Este modelo, atualizado e reformulado segundo a evolução do debate, foi hegemônico no Brasil até pelo menos os anos de 1980, mas ainda encontra eco em importantes setores da elite brasileira. Ver especialmente: Draibe (1985); Leff (1975).

⁹ Doente, cuja esposa também foi contaminada por lavar seu uniforme de trabalho (em entrevista à autora em setembro de 1986). Ver também Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (1983).

Embora o resultado das discussões tenha sido concluído sem ter ido à votação, em agosto de 1981, serviu para delinear os contornos de uma arena de oposições que organizaria, sob as mesmas bases, eventos similares, graves e exemplares que demonstravam os riscos dos processos produtivos locais e as responsabilidades sociais do setor industrial sobre a degradação ambiental. Outro resultado fundamental ao direcionamento das disputas foi trazer a público o desastre social e ambiental de um bairro vizinho às fontes poluidoras e assentado em uma região altamente saturada do município, a Vila Parisi, no Vale do rio Mogi.

Estava criada uma situação de ação suficientemente explosiva para movimentar todos os atores importantes em direção a um posicionamento no conflito. Os agentes empresariais, até então alheios aos debates; os agentes governamentais responsáveis pelo controle da poluição industrial, seja em nível local, estadual ou federal, contando com a proteção dos órgãos de segurança e do descaso da opinião pública de um modo geral, a partir de então passaram a encarar o bairro como um trunfo político frente à mobilização inesperada de amplos setores da sociedade.

Vila Parisi desempenhou, assim, um papel duplamente eficaz no conflito local e para além dele: 1) do ponto de vista político, funcionou como expressão da herança desenvolvimentista do projeto das elites do país; e 2) do ponto de vista simbólico, funcionou como representação de uma identidade deteriorada, impiedosamente oposta às expectativas do trabalhador de baixa renda frente à distribuição de recursos e benefícios regulada pelo Estado de Bem Estar Social (Habermas, 1981; 1987). A divulgação dos males de seus moradores passou a ser tratada como ponto de honra nos embates entre as elites e a oposição genericamente estabelecida. Foi produzida rapidamente uma avalanche de relatórios, estudos preliminares, publicações de divulgação científica, por pesquisadores, técnicos governamentais, entidades civis e de classe evidenciando a localização absurda do bairro junto às fontes poluidoras, potencializadas pela topografia que dificulta a dispersão de poluentes. Todos, fontes e bairro estão localizados em um vale de rio circundado por montes e serra do Mar por todos os lados.

A própria natureza da organização das disputas evidenciou duas posições visivelmente distintas em torno da gestão do problema ambiental local. A primeira delas propunha *muda-se o bairro ou fecham-se as indústrias*, limitando o risco àquele espaço geográfico e pressupondo a incompatibilidade entre a produção e seus produtores. Esta posição era liderada pelos dirigentes industriais, mas agregava setores fundamentais da localidade, como prefeitura, parcela substancial da Câmara de Vereadores, lideranças sindicais, dentre outros e demonstrava: 1) a resistência das indústrias em investir no controle das fontes e em programas de recuperação do entorno de suas plantas; 2) a urgência em tomar medidas para desmobilizar o

debate em torno de Vila Parisi, já que estavam sendo responsabilizados pelo dramático quadro de degradação do bairro.

A segunda posição pretendia expandir esta proposta cômoda e simplista, deixando o bairro de lado e propondo estudos aprofundados para investigar a amplitude dos impactos das fontes poluidoras para além dos limites da Vila em direção ao município como um todo, incluindo inclusive a serra do Mar e a Mata Atlântica, já bastante degradadas pela ação da poluição industrial e da ocupação humana irregular de baixa renda.

Nessa posição agregavam-se lideranças políticas e ambientalistas da baixada Santista, de São Paulo, pesquisadores, jornalistas. Nessa última categoria vale menção Randáu Marques, do Jornal da Tarde, aliado importante das oposições locais. Segundo ele, o secretário de Obras e Meio Ambiente apoiava a remoção dos moradores do bairro, pressionado pelo *lobby* das indústrias, preocupadas com a economia de “bilhões de cruzeiros que deixariam de ser usados na colocação de filtros para minimizar a poluição”, mas questionava a validade dessa economia frente ao valor da vida humana, dos oitenta mil moradores de Cubatão na época, da população da Baixada Santista e da cidade de São Paulo, “de dezenas de crianças que nascem com defeitos teratogênicos e de tantas outras que não chegam a nascer? Quanto vale a vida no Vale da Morte?”¹⁰.

Na verdade o que se pretendia era transformar Cubatão em caso exemplar para expandir a noção de *atingidos* para o país como um todo e utilizar o potencial mobilizador da cidade para demonstrar a crise ecológica que caracterizava o país naquele período histórico.

Evidentemente no curto prazo a equação bipolar *Fábricas ou Bairro* teve maior apelo e definiu as clivagens locais por um bom período. A Sociedade de Melhoramentos de Vila Parisi, fortalecida pela notoriedade que foi conferida ao bairro, era contrária a realocação dos moradores, pois apesar das condições inadequadas de salubridade provocada pelos resíduos industriais e sanitários, sua centralidade em relação ao local de trabalho era um valor inestimável para o residente do bairro¹¹. Para as indústrias aquele espaço também tinha grande valor, para ser usado em futuras expansões das plantas.

Mas na verdade o que estava em jogo eram as primeiras denúncias de casos de anomalias congênitas, em especial a anencefalia e sua correlação com os altos índices de contaminação industrial. Foi criada nessa época uma outra Comissão Especial de Vereadores na Câmara Municipal para apurar os fatos, desta vez sob a forma de Comissão Especial e Secreta, para evitar efeitos psicológicos negativos

¹⁰ Em entrevista à autora em julho de 1987. Ver também: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (1980).

¹¹ Segundo Jaime Abreu, então presidente da Associação, em entrevista à autora em junho de 1987.

nas gestantes de Vila Parisi, segundo seu presidente, o vereador Armando Campinas Reis. Como não foi possível manter sigilo sobre as investigações, a estratégia foi limitar os eventos da doença aos limites do bairro e extingui-lo sumariamente.

Em paralelo foi criado o Grupo de Trabalho Vale da Vida, com a participação dos empresários de Cubatão, a Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (SICCT) para traçar um plano de “ordenação e racionalização do desenvolvimento industrial regional”. Através deste instrumento, as lideranças empresariais abandonavam a postura anterior de defesa e tomavam a liderança do confronto, demarcando as fronteiras das disputas com as oposições, limitando o universo de reivindicações expressas àquelas consideradas legitimamente reconhecidas e que poderiam encontrar alguma oferta oficial sobre gestão do problema ambiental local. Definia-se a partir daquele momento a arena onde se travariam os embates sobre Cubatão.

A agência ambiental CETESB do regime militar, presidida pelo coronel Victor Leig, receberia do Grupo de Trabalho um golpe definitivo: o relatório produzido demonstrava todas as suas limitações para gerir e fiscalizar as fontes poluidoras. Werner Zulauf, engenheiro da CETESB que, depois de desentendimentos passou a assessorar a COSIPA, era membro do grupo. Através dele, o relatório exigia a fixação de padrões de emissão de particulados, um levantamento completo dos poluentes presentes e a transferência de estações móveis de monitoramento para Vila Parisi, já que até então eram inexistentes no pólo industrial. A mesma definição de diretrizes e prioridades era exigida para a SEMA, para a agência estadual de águas e saneamento (SABESP), e outros órgãos governamentais envolvidos com a poluição industrial. Selava-se ali um acordo que levaria Zulauf à presidência da agência ambiental.

Acenando com uma linguagem considerada inovadora para a época, este arco de alianças conseguiu esvaziar o impacto do discurso eminentemente político dos adversários e promoveu uma reorientação importante do ponto de vista institucional e dos poderes alinhados sobre o tema. A CETESB orientou-se para o centro da cena, sofrendo uma forte reformulação institucional. Definiu-se a partir de então as responsabilidades e relações institucionais intrincadas que resultaram na ausência total de controle sobre a poluição industrial.

Paralelamente foi articulada uma campanha intensa para minimizar o impacto político e simbólico da imagem de Vale da Morte veiculada para o Brasil e para o mundo. A função política desta imagem foi substituída pela sua função como estigma (Goffman, 1982). Extinguir Vila Parisi com toda a ênfase no planejamento da atividade industrial significava extinguir o Vale da Morte e substituir o descaso anterior relacionado ao regime militar, pela competência técnica e modernização das relações sociais locais mais compatível com a democratização em curso.

As reações ao Vale da Vida foram imediatas e facilmente transpuseram os

limites da serra do Mar, ocorrendo ainda em dezembro de 1981 logo em seguida à divulgação do plano para os presidentes das principais indústrias do município. Mas a despeito da agilidade apresentada pelas lideranças da oposição, ainda assim tiveram que contar com a desvantagem de agirem a reboque das iniciativas empresariais, restando-lhes a posição de negação a elas. A arena fora montada pela aliança do Vale da Vida, esta detinha o controle das tensões nos limites institucionais onde transitava com maior familiaridade.

De qualquer forma, os diversos atores que emergiram durante as primeiras denúncias sobre o drama de Cubatão organizaram-se em torno de uma aliança entre camadas médias intelectualizadas de grandes centros urbanos abrindo diálogo com lideranças representativas junto a trabalhadores de baixa renda, ligados principalmente ao mercado informal ou sub-empregados em empregos transitórios, que gravitavam em torno das grandes indústrias, migrantes em sua maioria. Buscava-se compatibilizar posições ambientalistas com reivindicações por soluções urgentes para os índices alarmantes de pobreza urbana enfrentados cotidianamente em Cubatão.

Esta aliança produziu as condições políticas para a criação da Associação das Vítimas da Poluição e das Más Condições de Vida de Cubatão. Em sua primeira reunião estavam presentes além, de Dogival Vieira dos Santos¹², principal liderança política local, pais e mães de vítimas de anencefalia, jornalistas regionais e da imprensa paulistana, representantes da SBPC, Sociedade Brasileira de Ecologia (SBE), Sociedade Brasileira de Preservação da Natureza (SBPN), Igrejas Católica, Metodista e Anglicana e do Comitê de Defesa de Vila Parisi. Esta reunião serviu ainda para redefinir o adversário no conflito: além dos dirigentes das indústrias poluidoras, o Estado e seus agentes passaram a ser delineados em suas responsabilidades sobre a situação.

A estratégia de ação foi definida em diversos níveis de atuação: cabia aos aliados de fora criar uma rede de divulgação regional, nacional e internacional e às lideranças locais cabia mobilizar aqueles setores da população que se considerassem diretamente atingidos pela poluição. O desafio dessas lideranças era expandir nas camadas de baixa renda a agenda de reivindicações, estabelecendo o nexo entre vida e morte que está na base da sobrevivência imediata.

De qualquer forma esta aliança de oposição à poluição, integrando lideranças locais a atores com outros níveis de atuação foi bastante eficaz e suas iniciativas de organização coletiva atingiram um grau de politização inesperado para questões ambientais no país. O que antes parecia controlável pela aliança em torno do Vale da Vida tomou ares de conflito aberto, politicamente orientado. De um lado, pressões veladas, desqualificação de lideranças e informações; de outro se sucediam passeatas e manifestações públicas de protesto: ambos os

¹² Filho de migrantes nordestinos, jornalista do Cidade de Santos, vereador do PT.

lados disputavam palmo a palmo o espaço aberto na imprensa e nos meios de comunicação de massa naquele período.

Até 1983 a ação política definiu a interação entre os atores em ambos os pólos do confronto. Mas já nesse período havia uma nova dinâmica social sendo configurada e sua importância acabou sendo maior do que o esperado.

Não há como fugir, porém, a uma indagação que diz respeito à permeabilidade seletiva dos órgãos governamentais no atendimento de demandas sociais (Offe, 1985): quais as categorias sociais com probabilidade de residirem em ambientes como aqueles de Cubatão? Ou invertendo a indagação surge uma outra face da moeda expondo o teor e a natureza das reivindicações de uma coletividade: quais as aspirações ou expectativas aprioristicamente estabelecidas a respeito dos atributos (estruturais, como por exemplo, ocupação; sociais, como prestígio e *status*, ou ainda acesso a bens culturais ou de poder) daqueles que assentam sua existência em um ambiente generalizadamente degradado?

A resposta remete à preocupação de Randáu Marques sobre o valor da vida de trabalhadores de baixa renda para os *policy makers* no Brasil daquele período. Nesse sentido, o modo de ação eminentemente político e as estratégias escolhidas pelas oposições podem ter jogado na direção contrária a suas metas: ao invés de encontrar uma oferta às demandas populares, tendo por base uma ética que remete ao direito dos despossuídos, na medida em que a Vila era vendida para a opinião pública e para os interessados como indicativa de uma situação de anormalidade, uma situação extraordinária acabou reforçando sua fragilidade na competição por recursos públicos escassos. Cientes da condição de portadores dos atributos de degradação, pobreza, doença, os moradores de Vila Parisi aceitaram um acordo que os cristalizava em uma categoria inferior na hierarquia valorativa institucional. Do ponto de vista da constituição dos direitos o pólo oposto à posição por eles ocupada era representada pelo prestígio daqueles que podem concorrer a altos salários pagos pelo parque industrial, optando por alternativas mais adequadas de moradia. O trecho da fala de um volante, ex-morador da Vila, casado, pai de quatro filhos, dois nascidos, como ele, no interior da Bahia fala por si:

...eu tô cansado de saber que na vila tinha poluição, doença. Mas não sou tonto: quem vai pagar prá melhorar o Vale da Morte? Se nem asfalto eles põem? Veja o meu caso, vendo sanduíche na porta da fábrica. Quanto você acha que os caras pagam por mim? (...) Melhoria só em casa de bacana lá em Santos, Guarujá, em bairro de rico. A gente eles tiram de circulação. (...) Não vou sair por aí perdendo meu tempo em pedir (...) (Entrevista à autora, em junho de 1987).

Segundo momento: Vila Socó e a ação comunitária em ascensão

Enquanto foi possível controlar o estigma de Vale da Morte dentro dos limites de um bairro quase miserável colado às fontes de contaminação, a ação predominante em Cubatão tinha uma orientação política, independentemente das posições ocupadas na arena de confrontos.

Anencefalia, malformações congênitas, Vila Parisi e a tradução para os moradores do parque: pobreza, degradação, doença. O caso é que todos os atributos negativos produzidos pela atividade industrial acabaram sendo coletivamente distribuídos, afetando indistintamente os responsáveis e as vítimas. Ambos os lados do conflito tiveram que enfrentar uma ordem de demandas para as quais estavam despreparados.

Houve então um acontecimento fundamental para os rumos da ação: a explosão de Vila São José, ou Socó como era conhecida, na madrugada de 25 de fevereiro de 1984, provocada pelo vazamento de gasolina dos dutos da Petrobrás que passavam por baixo das residências. Foram setecentos litros de gasolina que vazaram e se espalharam pelo mangue, onde foram construídas as palafitas que compunham a parte atingida da vila. A parte aterrada ficou ilesa. Segundo depoimentos, muitos dos que se salvaram, mas tiveram as casas destruídas foram embora, sem qualquer esperança de acordo com a Petrobrás, responsável pela explosão.

Conta-se que a Polícia Rodoviária, localizada ao lado da Vila, recebeu a primeira notificação do vazamento ainda no dia anterior à tragédia, mas ninguém tomou providências. Alguns moradores aproveitaram a oportunidade para estocar combustível para vendê-lo durante algum congestionamento de final de semana na Via Anchieta, que margeia o bairro. O depoimento do superintendente do Hospital de Cubatão por ocasião do acidente é revelador:

...estávamos voltando de Santos e cerca de meia noite passamos ao lado de Vila Socó (...). Eu comentei o cheiro, talvez um caminhão de gasolina tivesse virado (...). Mal entramos e recebemos o telefonema que Vila Socó tinha explodido. Eu fui o primeiro médico a chegar ao hospital. As pessoas iam chegando completamente queimadas, mal dava para segurar o doente. (...) Essas coisas não acontecem só em Vila Socó. Os dutos atravessam a cidade de um lado a outro, atravessam São Paulo, Santos, indo a outros pontos do estado, a outras refinarias (...). Talvez por desconhecimento, negligência, pela situação econômica, (...) o vazamento foi notado, foi comunicado e não se tomou nenhuma medida imediata (...) (Entrevista à autora, em junho de 1987).

Na realidade, antes da tragédia o sobressalto já fazia parte do cotidiano de Cubatão, causado pela frequência de inundações, vazamentos e pela regularidade de episódios críticos de poluição. Mas a explosão fora dos limites do pólo

industrial¹³ impunha com crueldade a realidade de que uma vasta área poderia voar pelos ares. Segundo Maria Vanete Santos da Silva¹⁴, vice-presidente da Associação das Vítimas e uma das mais importantes lideranças da cidade, em Cubatão todas as noções de carência foram ultrapassadas, graças ao significado de sobrevivência para cidadãos que tiveram todos os seus direitos negados:

Com relação à sobrevivência esta cidade é complicada. (...) Em primeiro vem a moradia, 60% da população mora em favelas ou áreas de risco. Agora é o fantasma do subemprego, o salário mal dá para a condução. (...) Mas tem também esse lado (...). Esse pessoal de Vila Socó (...) eles não estão contentes e têm medo ainda (...). Além de passar por aquele horror, tiveram que conviver com os tocos queimando por quase um ano. Você passava ali de madrugada e via o pessoal acordado a noite toda. Sobrevivência é também achar que tudo pode ir pelos ares de uma hora para outra. Eu também mudei um pouquinho mais longe (...) por uma questão de sobrevivência (...). Quanta gente não voltou para o norte depois do incêndio? Preferiu passar fome lá (...). Dizia que pelo menos morria um pouco mais devagar (...). Na vila foi uma coisa horrível, ninguém tinha tomado qualquer providência (...). Ai aquele povo morrendo trancado (...) e o lado de fora assistindo a cena (...). Marido que tinha saído para trabalhar viu a mulher grávida morrer. Mãe que deixou os filhos trancados no barraco para trabalhar não pode socorrer (...). Um pessoal desse não fica traumatizado pro resto da vida? (...) Não vá dizer que esta é uma cidade onde não aconteceu nada porque aconteceu (Entrevista à autora, em junho de 1986).

Este acidente tem grande importância, não apenas pela dimensão trágica que encerra, mas também pela dimensão política, uma vez que retira de Vila Parisi o monopólio da negatividade, demonstrando que o risco de fato atingia a todos no complexo industrial. A morte de pelo menos noventa pessoas segundo estatísticas oficiais colocou sob novas bases as interpretações sobre a destruição da vida coletiva e inaugurou uma nova faceta da crise ambiental. Foi abandonada a supremacia anterior da preocupação com as fontes industriais de poluição e a natureza de sua dispersão em um ambiente peculiar, onde geralmente se instalam

¹³ Instituído pelo decreto municipal no. 4.098 de maio de 1983, durante a gestão de Nei Eduardo Serra, prefeito nomeado e dirigente industrial. Neto de migrantes portugueses, filho de importante empresário de Santos, administrador de empresas pela Getúlio Vargas, chegou a assessor direto do presidente da Cosipa e diretor regional do Ciesp de Cubatão.

¹⁴ Casada com um serralheiro da COSIPA, militante da Pastoral Operária e do PT tinha uma filha com oito anos na época e que sofria de leucopenia, adquirida quando a família morava em um bairro vizinho a Carbocloro e da Rhodia, todas indústrias químicas altamente poluentes. Havia na época um Movimento de Leucopênicos em Cubatão iniciado por antigos funcionários da COSIPA, mas muitos dos doentes jamais tiveram contato direto com as fontes de contaminação por benzeno, seu principal causador.

residências de baixa renda, como se a exposição à contaminação ambiental fosse um privilégio de classe às avessas. A referência passou a ser a disseminação de dutos que transportam produtos perigosos – tóxicos e inflamáveis – pela cidade como um todo, acompanham uma rodovia de tráfego intenso durante os finais de semana e feriados principalmente, quando as camadas médias paulistanas saem a passeio, colocando amplos setores sociais de sobreaviso.

A insegurança, ao contrário das péssimas condições de saúde e insalubridade não era interpretada como apanágio de miseráveis. Os limites impostos à zona crítica de poluição em torno de Vila Parisi, os casos de anencefalia, não perderam importância intrínseca, foram esvaziados do sentido de anomalia. Aprimorava-se na realidade a imagem pública de Cubatão: de município doente, miserável, passava a ser reconhecido como símbolo das regiões mais inseguras do planeta.

A divulgação do vazamento de isocianato de metila que matou mil e duzentas pessoas em Bhopal na Índia no início de dezembro do mesmo ano, sob responsabilidade da Union Carbide, funcionou como um fator importante para a ação política na Baixada Santista. Afinal a planta da empresa em Cubatão também produzia o mesmo produto¹⁵, e depois de Vila Socó todos acreditavam que certamente em condições tão perigosas quanto na filial da Índia. A imprensa, os sindicatos, as associações de bairro, a Associação das Vítimas, os ambientalistas mais uma vez se organizaram para pressionar por informações sobre a situação real da baixada Santista.

A explosão de Vila Socó significou em contrapartida a oportunidade para dar visibilidade a uma nova situação de ação que já vinha sendo fortalecida localmente desde há algum tempo, apesar de que o contexto estadual também influenciou a orientação dos acontecimentos em direção ao enfraquecimento da ação política tão importante no período anterior. Em 1983 tomou posse o novo governador eleito para o estado: André Franco Montoro (PMDB) representava uma vitória das forças democráticas. Em Cubatão, a principal liderança da Associação das Vítimas foi eleita vereador pelo Partido dos Trabalhadores. Agora os antigos aliados eram colocados em campos opostos pela política partidária. Com a posse de Montoro, Oswaldo Passarelli, prefeito indicado de Cubatão, foi destituído, sendo substituído por Nei Serra. Político conservador, tinha o apoio de Paulo Maluf no nível estadual, de Ibrahim Abi Ackel no nível federal e, localmente, Passarelli contava com toda a infra-estrutura política e logística da Renovação Carismática da Igreja Católica, de grande influência em todos os setores sociais do município. Quando soube de sua destituição, baixou um decreto municipal desapropriando Vila Parisi, com o pretexto de construir ali um parque ecológico, mas impedindo de fato a expansão industrial pretendida pelas indústrias.

¹⁵ Em Cubatão a Union Carbide utilizava o isocianato de metila para fabricar o Temik, defensivo agrícola proibido desde aquela época nos EUA e Canadá.

Assim, a estratégia de despolitização do problema ambiental pode ser desmembrada em três condutas complementares: 1) a imposição da ordem através de sistemas coercitivos; 2) fortalecimento da tecnocracia. Em ambos os casos a articulação se deu no nível estadual, com ação determinante do governo do estado na orientação policial e da CETESB, reinventada a partir da vitória de Werner Zulauf. Por fim, no nível local, 3) fortalecimento da ação comunitária, articulada com forte influência da ala carismática da Igreja Católica.

Do ponto de vista institucional, foram utilizados três recursos para atingir o objetivo de reimplantação da ordem em Cubatão: 1) ação policial contra a mobilização popular no caso de Vila Socó; 2) imposição do discurso técnico para desclassificar e desconsiderar a organização social baseada no discurso político; e 3) fortalecimento da ação comunitária, já em andamento graças à mobilização contra o estigma de Vale da Morte.

Em relação ao primeiro, os recém-empossados dirigentes do município interpretavam qualquer mobilização popular como uma ameaça, naquele período em que o estigma de Vale da Morte tinha que ser mantido sob forte controle. Vanete, da Associação das Vítimas relata:

...a gente começou a ir lá [Vila Socó] para discutir com o pessoal, porque já tinha passado três meses do acidente (...) e aquele pessoal continuava morando em cima daquele bocado de mortes (...). O pessoal decidiu invadir a Via Anchieta (...) para cobrar do Passarelli, do governo de estado e da Petrobrás. (...) Eles mandaram a repressão. (...) A polícia jogou gás lacrimogêneo, bateu em muita gente, enquanto a comissão de moradores negociava com as autoridades (...). Depois da repressão, sangue pra todo lado, no dia seguinte resolveram negociar (Entrevista à autora, em janeiro de 1987).

Quanto ao segundo recurso, houve um esvaziamento sutil e arbitrário do processo de politização de carências relativas à saturação ambiental, já que esse tipo de conduta foi sendo cada vez menos eficaz como canal de acesso ao sistema institucional. Isso só foi possível graças à reestruturação da CETESB, a partir da posse de Werner Zulauf na presidência da companhia. Mais do que uma simples mudança de nomes, seu papel significou uma ampliação importante de recursos de poder, pois a instituição passava a ter livre trânsito em diversas secretarias de estado e nos meios empresariais de Cubatão. Fortalecida política e institucionalmente, a agência conseguiu rapidamente monopolizar a arena de disputas, derrubando as velhas estrelas e constituindo-se como referência solitária para a negociação¹⁶.

¹⁶ Em 1984 a agência passou do IV para o II grupo, na classificação de importância estatal. Sobre isso ver: CETESB (1983, 1984, 1985); Faria (1984).

Nessa mesma ocasião o governo do estado de São Paulo, já na gestão de André Franco Montoro, concedeu alta prioridade ao controle da poluição industrial de Cubatão, o que representou ampla alocação de recursos financeiros e técnicos para o Sistema de Controle Integrado, que resultou no Programa de Controle Ambiental de Cubatão, implantado a partir de 1983. Apesar de todos os adiamentos no controle das fontes e nos investimentos em equipamentos justificados pela recessão vivida pelo setor na ocasião, esta decisão mudava definitivamente a história do município e da questão ambiental no país.

O Programa de Controle da Poluição em Cubatão foi montado a partir de três frentes de ação: 1) controle das fontes de poluição; 2) apoio técnico às ações de controle; e, 3) educação ambiental e participação comunitária. Assim a CETESB foi sendo reorganizada para ocupar a arena da ação, substituindo em importância a supremacia da aliança entre a SBPC e a Associação das Vítimas. Com esta nova função da agência governamental, criou-se um canal de diálogo eficaz com os atingidos pela poluição e os antigos articuladores preferenciais foram sendo postos de lado, quase em desuso. Um indicador desta afirmação pode ser o descaso com que foi tratada a reivindicação da SPBC e Associação das Vítimas de participarem das equipes de fiscalização dos cronogramas de implantação do sistema de controle de poluição, sem qualquer apoio das bases sociais do movimento. Os espaços de participação passaram a sofrer forte controle aos limites de atuação da Gerência de Ação Comunitária do órgão.

Em paralelo, aproveitando da pulverização dos poderes e atribuições dos diversos órgãos governamentais em Cubatão, a direção da agência estatal conseguiu com alguma tranquilidade liderar a ação governamental por ocasião do desastre de Vila Socó, conquistando a coordenação do Grupo Executivo instituído pelo governo do estado nessa ocasião.

De resto, o terceiro recurso para esvaziar a arena política construída em torno da deterioração ambiental de Cubatão foi o fortalecimento da ação comunitária, ou da reconstrução de identidade comunitária organizada em torno da ameaça de desorganização social provocada pelo receio da invasão. Um exemplo é suficiente para compreender o significado desta ação. O tema da pobreza, tão central para a ação política, sofreu uma resignificação importante pelas lideranças emergentes da ação comunitária, principalmente daquelas ligadas à Renovação Carismática da Igreja Católica, muito fortalecida por sua atuação no desastre da Vila Socó e pela presença de Passarelli na prefeitura. O papel dos pobres como trabalhadores perdeu centralidade nas discussões: “não é o que fazem, mas o que sofrem; não é o que possuem, mas aquilo de que são privados; não é, pois a sua identificação com uma classe ou uma nação que dá força ao seu proposto, mas a sua miséria, a exclusão e a repressão que sofrem” (Touraine, 1989, p. 276).

Tais motivações estão demasiado afastadas da ação política, enquadrando-

se melhor na categoria das ações simbólicas - expressivas, pois não se transformam em demandas para o sistema político. Tais ações visam afirmar uma identidade centrada na conversão de indivíduos, apesar de fortemente carregadas de protesto social. Não há qualquer tentativa de definição precisa de adversários, metas, nem tampouco de uma arena onde se desenrole o conflito (Touraine, 1985; 1987). Segundo Primitivo Baltazar Flores Zevállos¹⁷, pároco de um bairro médio de Cubatão, que expandiu enormemente a atuação da Renovação Carismática no início da década de 1980:

...a comunidade se renovou mesmo (...), visitam pobres e se reúnem em grupos de oração. (...) Se tem necessidade de dinheiro, dá dinheiro, se tem necessidade de emprego, tenta conseguir um. (...) A nossa missão é renovar o homem por dentro, para que mais tarde ele se projete em obras (Entrevista à autora, em janeiro de 1987).

Os pobres e excluídos de Cubatão não conseguiram a oferta que buscavam como trabalhadores ou cidadãos, nos inúmeros confrontos durante o processo de politização das carências ligadas à degradação ambiental e a ação religiosa propunha-se como alternativa palpável de afirmação do direito à vida e de resolução concreta de alguns dos problemas mais graves: o poder espiritual podia ser reconhecido em oposição a uma “ordem social que os marginaliza e os exclui sob todos os aspectos de sua vida” (Touraine, 1989, p. 285).

As estratégias que constituem o formato da ação comunitária visam à integração social em torno da comunidade religiosa, em um apelo genérico à reconstituição ética da sociedade ou do grupo, forçando a expansão das fronteiras sociais que os marginalizam ou impedem o sentimento de pertencer. O medo da catástrofe e do abandono à própria sorte por parte do sistema institucional era mais forte na década de 1980 em Cubatão do que temas ligados à propriedade, à produção: o olhar do cubatense dirigiu-se mais a protestos feitos em nome dos direitos à vida e à segurança do que à distribuição de benefícios por parte do Estado Social.

Se a partir de Vila Socó a ação política foi suplantada definitivamente pela ação comunitária, em contrapartida Cubatão apontou para as fronteiras do significado da pobreza no Brasil, redimensionadas tragicamente pela exposição desses segmentos sociais ao risco do sistema produtivo, e redimensionou a noção de que este risco se resume às camadas de baixa renda: a explosão de Vila Socó demonstrou que os desastres não respeitam limites políticos, administrativos ou de classe, podendo atingir toda o sistema social.

¹⁷ Um peruano de sessenta anos na época, vindo do Paraná para Cubatão.

Breves considerações finais

A natureza das condutas organizadas para responder à crise ambiental em Cubatão e o rumo que tomaram no conflito parecem apontar para uma série de elementos fundamentais para a institucionalização do setor ambiental no Brasil, principalmente quando se analisa este processo que já ocupa vinte anos. Em primeiro lugar, hoje soa absurdo imaginar que seria possível naquela época qualquer tentativa de negar a existência ou a importância do desastre produzido pelo complexo industrial e que atingia seus trabalhadores e moradores da região.

Segundo Queirós Neto *et al.* (1983) eram lançadas na atmosfera em Cubatão no início do década de 1980 cerca de mil toneladas diárias de poluentes como benzeno e derivados, compostos oleíficos, monóxido de carbono, amoníaco e compostos nitrogenados, vapores e névoas ácidas, fluoretos, dentre outros, substâncias mutagênicas, carcinogênicas, teratogênicas, tóxicas e irritantes. Eram lançados também duas e mil e seiscentos toneladas diárias de efluentes líquidos, compostos de mercúrio, zinco, cobre, cromo, chumbo. Não havia também qualquer programa de disposição de resíduos sólidos industriais e urbanos. Do ponto de vista social, oitenta por cento dos trabalhadores do pólo recebiam na época menos de três salários mínimos e quarenta e seis por cento daqueles que residiam no município estavam ocupados em trabalhos transitórios (Queirós Neto *et al.*, 1983).

Mostapha Tolba, diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), por ocasião do Encontro em Nairobi, no Quênia, em maio de 1982 em comemoração aos dez anos da Conferência em Estocolmo, lembrou que a negação aos problemas ambientais em Cubatão demonstrava um conflito de interesses, tal qual descrito por Alain Touraine (1985) quando um grupo social usa de todos os recursos possíveis para garantir antigos privilégios. Segundo Tolba:

...as dificuldades enfrentadas pelos conservacionistas brasileiros devem-se à intransigência que imobiliza as elites no Brasil (...), o que é bastante paradoxal em virtude dos avanços nas ações voltadas à preocupação ambiental em todas as partes do mundo (...). Eles ainda são obrigados a provar que a poluição pode matar (...) uma vez que seus adversários (...) agem como se nada de anormal estivesse acontecendo em áreas críticas como Cubatão, uma cidade famosa graças a fotos de satélite que registram (...) uma incrível concentração de metais pesados e poluentes atmosféricos (...)¹⁸ (JT, 17/05/82).

¹⁸ Tolba faz referência a imagens de satélite Landsat que a NASA encaminhou ao governo brasileiro e que precipitaram a convocação da Comissão Interministerial criada. Segundo as imagens o pólo industrial provocava uma área de contaminação cuja mancha se estendia por uma faixa de aproximadamente 45 milhas da costa, através da Baixada Santista.

De qualquer forma, as ações iniciais em torno do desastre ambiental de Cubatão não tinham antecedentes importantes que funcionassem como modelo nem orientação de condutas no Brasil, seja no âmbito das elites, seja na constituição de atores bem delimitados que pudessem se antepor rapidamente e de maneira eficaz àquela situação de ação. Atores, arenas, metas e orientações culturais foram sendo forjados à medida do desenrolar dos acontecimentos.

Em um primeiro momento, entre 1978 e 1981, houve uma rápida articulação de lideranças políticas baseadas em dois tipos de conduta já conhecidos anteriormente. A aliança entre elas forjou a ação política que dominou a cena em Cubatão e em torno dele nesse período.

O primeiro tipo de conduta sofria forte influência socialista. Sua interpretação do conflito em Cubatão era bipolar e as posições antagônicas na estrutura social reproduziam-se nos resultados de degradação ambiental e pobreza locais; no nível fenomênico, a oposição entre categorias exploradas e a indústria, esta última compreendida como a materialidade do poder econômico, explicava o drama de Cubatão. Os principais protagonistas eram militantes do PT recém criado, da Pastoral Operária da Igreja Católica e representantes das Igrejas Episcopal e Metodista, que compõem a aliança em torno da Associação das Vítimas, dando-lhe importante suporte institucional.

O segundo tipo de conduta, a ambientalista, penetrou o município graças a dois protagonistas: a SBPC e organizações não-governamentais (ONGs) de São Paulo e Santos, no primeiro caso a Óikos, do depois deputado Fábio Feldmann e, no segundo, o Movimento de Defesa da Vida e o Centro de Estudos Ecológicos de Santos, que contavam com militantes comuns ao PT da Baixada. Apesar de não funcionarem como um bloco homogêneo, conseguiram imprimir alguns elementos ecológicos às interpretações da crise ambiental de Cubatão, com forte influência sobre a Associação das Vítimas, que incorporou parte substancial do discurso ambientalista. Graças à sua influência, o eixo dos debates centrou-se na oposição *Vida e Morte* e o conflito passou a ser encarado como multipolarizado, já que sustentado em uma perspectiva supraclassista e diacrônica. Com múltiplos responsáveis e uma ampla gama de atingidos, o drama de Cubatão passava a ser traduzido como um problema de direito à vida e ao futuro, em uma ampliação importante da idéia de sobrevivência, agora um valor em si mesmo e não mais dentro do horizonte dos grupos de orientação socialista¹⁹.

Já a SBPC, apesar das divergências internas entre socialistas e ambientalistas,

¹⁹ É evidente que essa tipologia tem um caráter analítico de tipo ideal. No nível empírico é necessário lembrar a convivência com grandes divergências cotidianas. Um exemplo é que nessa mesma ocasião o Movimento Cubatense de Desempregados, liderado pela Associação das Vítimas, reivindicava a expansão industrial e a reabertura da aciaria da Cosipa, que apesar de altamente poluente absorvia mão de obra sem qualificação.

tinha como orientação para a ação o questionamento às políticas de desenvolvimento nacional, apesar de concordar com os ambientalistas quanto à centralidade da justiça social e da qualidade ambiental, vinculando-se sobretudo ao discurso da modernização e de instrumentos técnicos do planejamento para o controle ambiental. Acreditava-se naquela ocasião na possibilidade de harmonização social de interesses.

Apesar das diferenças de abordagem a aliança entre a SBPC e as ONGs, principalmente santistas, conseguiu conquistar amplas frentes de atuação, sendo a responsável imediata pela regionalização e posterior internacionalização do debate.

Em um segundo momento, expressado melhor a partir de 1983, houve o fortalecimento da ação sub-política (Beck, 1992)²⁰, fortemente calcada em duas condutas que vinham sendo produzidas desde aproximadamente 1981, a conduta tecnocrática e a comunitária que, aliadas, caracterizariam forte oposição às condutas anteriores. Esse jogo foi jogado em múltiplas arenas (Tsebelis, 1998), desde as tradicionalmente político-institucionais, até aquelas sub-institucionais, definidas por relações de sociabilidade intersubjetiva.

A conduta tecnocrática, o terceiro tipo de conduta, foi amplamente difundida em Cubatão, encontrando eco em diversos segmentos sociais como a elite empresarial progressista, a tecnoburocracia, representantes da academia, chegando a ensaiar a substituição da ação política pela “face moderna do técnico” (Ribeiro, 1985, p. 10). O depoimento de Werner Zulauf traduz essa afirmação: “Quem manda hoje em Cubatão é a razão, a técnica e a qualidade de vida. E a CETESB é instrumento disso tudo” (Entrevista à autora, em setembro de 1987).

Finalmente, o quarto tipo de conduta, a comunitária, caracterizava-se por manipular o sentimento coletivo de pertencer a uma determinada unidade geográfica para agregar indivíduos que passam a reconhecer-se como uma comunidade de iguais: no caso de Cubatão eram os que ficaram em oposição a um forte sentimento de invasão, por aqueles que disputam os mais atraentes postos de trabalho, ou por aqueles que chegaram para tornar público um sentimento privado de desqualificação por habitar o Vale da Morte. Sua principal estratégia resume-se a fortalecer uma identidade regional baseada em valores de vizinhança, solidariedade e defesa de bens materiais e culturais, públicos e privados daqueles que pertencem à comunidade de iguais. Seus principais protagonistas são dirigentes industriais, o poder local e a Renovação Carismática da igreja Católica.

Ao que tudo indica, até o final de 1985 a conduta comunitária foi predominante no nível local, chegando a definir o resultado das eleições municipais

²⁰ Esse tipo de comportamento é denominado por Tsebelis (1998) de sub-ótimo, no qual atores individuais e institucionais escolhem meios nem sempre ótimos para atingir seus objetivos.

a favor de Oswaldo Passarelli, anteriormente prefeito nomeado pelo regime militar. Já as lideranças da ação política, traduzindo a ação comunitária como manipulação ideológica, agiram no sentido de combatê-la, sem reconhecer seu espaço de atuação como legítimo.

Através desta escolha, deixaram a arena sub-política aberta para os avanços da elite local, da CETESB e dos dirigentes industriais que contavam com o instrumento da propaganda contra o estigma da imagem da cidade, unificando as reivindicações pelo controle ambiental e da negatividade dos atributos de Cubatão.

Evidentemente que a inflexão da ação política pode ser resultante da própria natureza da mobilização política em situações de ação caracterizadas pela impermeabilidade do Estado frente a toda ordem de demandas sociais, mas não há como negar que nessas situações em que prevalece a imobilidade e o abandono, a ação comunitária não pode ser desconsiderada, pois tem grandes chances de ser vitoriosa. Talvez seja exagerado representar tais condutas como potencialidades que “reinventam a sociedade e a vida política”, mas inversamente não se pode afirmar que toda forma de ação coletiva constitui-se como demandas à procura de uma oferta política que sempre acabará sendo encontrada. Mesmo se a posição no conflito é fracamente ocupada por tais condutas, seria conveniente reconhecer sua importância na formação de atores sociais.

Vinte anos depois da implantação do Programa de Controle de Poluição Ambiental de Cubatão é inegável seu sucesso técnico, mas acima de tudo político. No final de outubro de 2003 a agência promoveu um encontro na Câmara Municipal para apresentar os resultados de seu monitoramento no pólo industrial nesse período.

Segundo o balanço elaborado pela CETESB, das trezentos e vinte fontes identificadas em 1983, 98,4% são consideradas sob controle. Segundo Jorge Moya Diez, então gerente regional da Baixada Santista, vinte fontes foram desativadas e duzentas e noventa e cinco estão controladas, mas três unidades industriais, a refinaria Presidente Bernardes da Petrobrás e duas da Ultrafértil ainda apresentam fontes de contaminação atmosférica e duas unidades, a Copebrás e a Ultrafértil geram resíduos com potencial de contaminação do solo. Segundo Marcos Sipriano, gerente da CETESB de Cubatão, nesses casos os métodos de controle adotados foram considerados insatisfatórios e estão sendo corrigidos por Termos de Ajuste de Condutas (TACs). Além disso, o padrão de qualidade do ar na região de Vila Parisi ainda supera o aceitável pela lei estadual (cinquenta microgramas por metro cúbico, para partículas inaláveis)²¹.

Para Lílíane García Ferreira, promotora de meio ambiente de Cubatão, há

²¹ Ver matérias em: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Cidade de Santos, de 25/10/03. Para maiores detalhes: CETESB (2003).

uma recuperação ambiental significativa, mas alerta para o risco de considerar o trabalho vitorioso e concluído: “Qualquer passo equivocado pode levar ao retorno daquela situação de vinte anos atrás” (Folha de São Paulo, 25/10/03).

Se em Cubatão ainda há problemas importantes de poluição, do ponto de vista político é importante admitir a vitória da ação sub-política para atacar o estigma de Vale da Morte. O que poderia parecer um jogo sub-ótimo (Tsebelis, 1998) na arena política criada em torno de Cubatão, graças às situações de ação vividas ali, ao contexto político e institucional do Brasil da década de 1980, demonstrou que os meios empregados pelas elites do pólo industrial foram os mais adequados para atingir seu objetivo. Por outro lado, inauguraram um novo período da institucionalização do setor ambiental no país.

Referências

- ALVES, M.H.M. (1984). *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. (1980). Comissão Especial de Inquérito sobre a Poluição em Cubatão. *Relatório Final*. São Paulo.
- BECK, U. (1992). *Risk Society. Towards a New Modernity*. Sage Publications. London: Thousand Oaks.
- CALLON, M. (1986). “The Sociology of an actor-network: The case of the electric vehicle”. In: CALLON, M., LAW, J.A. (eds.). *Mapping the Dynamics of science and Technology. Sociology of science in the real world*. London: Routledge.
- CETESB. *Relatório anual de atividades*. Anos 1983, 1984 e 1985.
- _____. (2003). *Programa de Controle da Poluição Ambiental em Cubatão: balanço de 20 anos de ação*. São Paulo.
- CIESP EXPEDIENTE (s.d.). *Boletim Oficial da Delegacia Regional de Cubatão* (Cubatão).
- DREIFUSS, R.A. (1986). *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes.
- DRAIBE, S. (1985). *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FARIA, M.M. (1984). “Necessidades sentidas pelo cubatense. Controle de poluição e a CETESB”. *Relatório de Atividades – USP/CETESB*. USP, Depto. de Medicina Preventiva. São Paulo (mimeo).
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1983. *Programa o direito de saber*. Banco de Dados sobre produtos Químicos, Vol. 1.
- FERREIRA, L.C. 1993. *Os fantasmas do vale*. Campinas: Editora da Unicamp.
- FIESP/CIESP em Notícias (São Paulo).
- FUKS, M. (1997). *Arenas de ação e debater públicos: os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985 – 1992)*. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro.

- GOFFMAN, E. (1982). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GOLDENSTEIN, L. (1972). *A industrialização na Baixada Santista*. São Paulo: Igeusp.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2003). <http://www.saopaulo.sp.gov.br/invista/numeros/index.htm>. (consulta em 15/11/03).
- GUIVANT, J. (1998). “Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina”. *Revista Ambiente e Sociedade*. 1(2).
- HABERMAS, J. (1981). “New social movements”. *Telos*. 49:33-37.
- HABERMAS, J. (1987). “A nova intransparência”. *Novos Estudos*. CEBRAP. No. 18.
- HANNINGAN, J. (1997). *Environmental Sociology: a social constructionist perspective*. 2 ed. London and New York: Routledge.
- LEFF, N. (1975). *Política econômica e desenvolvimento no Brasil: 1947-64*. Perspectiva. São Paulo.
- MONTELEONE, R. (1984). “Os problemas de Cubatão”. *Medicina e Cultura*. 1(1).
- OFFE, C. 1985. “New social movements: challenging the boundaries of institutional politics”. *Social Research*. 52(4):817-68.
- OSTROM, E. (1990). *Governing the commons. The evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. GARDNER, R.; WALKER, J. (1994). *Rules, games and common-pool resources*. Michigan Press. Michigan.
- QUEIRÓS NETO, et al. (1983). “A situação em Cubatão: documento síntese do GT sobre Cubatão da SBPC”. *Ciência e Cultura*. 8(35).
- STEPAN, A. (1975). *Os militares na política*. Editora Artenova. Rio de Janeiro.
- TOURAINÉ, A. (1985). “An introduction to the study of social movements”. *Social Research Review*. 52(4):749-87.
- _____. (1989). *Palavra e sangue*. Campinas: Ed. Unicamp.
- _____. (1997). *Crítica da modernidade*. Ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- TSEBELIS, G. (1998). *Jogos ocultos*. São Paulo: EDUSP.
- United Nations Environment. (1981). *Defense of the earth: the basic texts on environment - Stockholm, Cocomo, Founex*. Nairobi: PNUMA.
- WEFFORT, F. (1972). “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco”. *Cadernos do CEBRAP*. No. 5.

RESUMO

Os Fantasmas do Vale: conflitos em torno do desastre ambiental de Cubatão, SP

O complexo industrial sidero-petroquímico de Cubatão, no litoral do estado de São Paulo, foi um *turning point* nas condutas coletivas e comportamento político frente à questão ambiental no Brasil, por dois motivos: 1) apontar a dimensão e a gravidade dos riscos ambientais de processos produtivos em países desenvolvimentistas até os anos de 1980; 2) desnudar um acordo social perverso, entre ricos e pobres, governantes e governados pela inexistência de políticas de controle ambiental. Este artigo é uma revisão atualizada de pesquisa financiada pela FAPESP durante o final da década de 1980 e tem por

objetivo rever depois de vinte anos os conflitos em torno da degradação ambiental e social de Cubatão, que desencadearam mudanças sociais importantes no setor ambiental brasileiro. Utilizando-se de uma abordagem híbrida que cruza situação e história foram pesquisadas duas situações de ação selecionadas como padrão dos confrontos: a divulgação da contaminação ambiental e da pobreza urbana em Vila Parisi e a explosão de Vila Socó. Em cada uma delas foi se delineando um modo de ação importante para as mudanças sociais produzidas ali; em cada uma delas produziu-se um tipo de arena de confrontos. Compreendê-las significa desvendar um momento extremamente importante da história recente do Brasil.

Palavras chave: sociologia do meio ambiente; conflitos sociais; desastre ambiental; situações de risco

ABSTRACT

The Ghosts of Vale: conflicts regarding the environmental disaster at Cubatão, São Paulo

The petrochemical industrial complex at Cubatão, on the cost of the state of São Paulo, Brazil, was a turning point in collective approach and the political behavior regarding the environmental question in Brazil for two reasons: 1) to point out the dimension and gravity of the environmental risks of the productive processes in developing countries in that period of history; 2) to expose a perverse social agreement that aggregated rich and poor, right and left, the government and those governed, relating to the negligence of politics of environmental control during the implementation of the industrialization of the country. This article is a up-to-date revision of research financed by FAPESP in the late eighties and have a objective to review, after twenty years, the conflicts in relation to environmental and social degradation in Cubatão, that produced a series of important social changes have been unfettered in the environmental sector in Brazil. Across to analysis of two action situations of the confronting standards of action in the case of Cubatão: the disclosure of the environmental contamination and urban poverty in Vila Parisi and the explosion at Vila Socó. In each of these an important mode of action was delineated for the social changes produced there; each of these produced a type of arena of confrontation (Hanningan, 1997). Understanding them represents the unmasking of a moment of extreme importance in the recent history of Brazil.

Keywords: environmental sociology; social conflicts; environmental disaster; risks situations

Recebido para apreciação: maio de 2006

Aprovado para publicação: julho de 2006

A BACIA DO GUARAPIRANGA: OCUPAÇÃO EM ÁREAS DE MANANCIAIS E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Elizabeth Borelli

Introdução

Este artigo se inscreve no contexto geral das questões pertinentes ao uso e ocupação do solo, enfocando a região da Bacia do Guarapiranga, que se reveste de extrema relevância dentro do espaço urbano da Região Metropolitana da Grande São Paulo (RMSP), dada a importância de seus mananciais. O Reservatório Guarapiranga é responsável pelo fornecimento de água potável a cerca de 3,7 milhões de pessoas residentes na zona sudoeste da capital paulista, ou seja, a 20% da população da RMSP. Sua bacia hidrográfica é alimentada por rios, riachos e córregos, apresentando uma extensão territorial de 639 km², com uma população estimada em 766.810 habitantes, no ano 2000, vivendo ao redor da represa¹ – o que representa um incremento de quase 40% em relação ao contingente populacional registrado há dez anos. Contudo, apenas metade dos habitantes da região conta com algum sistema de coleta de esgotos, sendo a maior parte despejada na represa, uma vez que inexistem redes de exportação e transporte para fora da Bacia. (Instituto Socioambiental, 2005, p.5-8).

O quadro configurado se agrava, se considerarmos que, nessa população, há predominância de um nível de poder aquisitivo extremamente baixo, registrando-se uma renda média inferior a três salários mínimos mensais. Sabe-se, ainda, que mais de 50% das áreas urbanas pertencentes à Bacia encontram-se ocupadas por loteamentos clandestinos e favelas, estando a maioria delas situadas próximas à represa ou a seus cursos d'água principais.²

A região é protegida pela Legislação de Proteção aos Mananciais, que regulamenta o uso do solo na Bacia; ainda assim, configura-se um quadro incontrolável de proliferação de loteamentos clandestinos, ocupações irregulares e formação de favelas. Vale colocar que, no período de 1989 a 2003, ocorreu um aumento da ordem de 19% nas áreas urbanas, sendo que mais da metade

¹ De acordo com dados divulgados pelo Censo do IBGE 2000.

² Além desses locais, a água acumulada na represa pode conter detritos e poluentes despejados, inclusive, em pontos bastante distantes dela, comprometendo a sua qualidade.

deste crescimento aconteceu em áreas com severas restrições à ocupação, incluindo-se Áreas de Preservação Permanente (APPs), protegidas pela legislação federal e estadual. Trata-se de áreas ambientalmente mais frágeis, como o entorno de rios e nascentes, que acabaram sendo ocupadas por usos humanos, acarretando graves conseqüências para a produção de água.

É, pois, dentro deste contexto, que situamos a importância da expansão da ocupação urbana numa região com condicionantes restritivos, portadora de recursos hídricos fundamentais, uma vez que, o crescimento desordenado da metrópole de São Paulo redundou na formação de uma periferia com uma população de baixa renda, vivendo em sub-habitações, em bairros que foram se constituindo a partir de empreendimentos irregulares. A questão se enquadra num cenário de extrema gravidade, por tratar-se de um importante manancial da Região Metropolitana da Grande São Paulo, que se encontra em situação crítica de poluição e degradação, sofrendo os efeitos de uma ocupação desordenada.

A falta de uma infra-estrutura básica adequada e o adensamento da população em áreas de risco vêm provocando e transformando a paisagem da região – antes coberta por densa vegetação – em função do problema social gerado. No ano de 2003, mais de 50% da área da região encontrava-se alterada por força de atividades humanas, sendo que cerca de 16% dessa alteração referem-se aos usos urbanos, e o restante, a usos diversos, tais como, agricultura, mineração e solo exposto. (Instituto Socioambiental, 2005, p.5).

Histórico da ocupação da bacia

Para uma melhor compreensão dos principais problemas provocados pelo adensamento e crescimento populacional da região, bem como a expansão da malha urbana em direção a essas áreas, julgamos oportuno apresentar uma breve retrospectiva histórica acerca do processo de ocupação da região. No final do século XVI, Santo Amaro passou a se constituir em região de importância frente ao processo histórico de estruturação da Grande São Paulo, fase em que cresceu, progressivamente, como centro regional através do comércio de produtos oriundos de suas fazendas e chácaras, tornando-se o “celeiro de São Paulo” (SEMPLA, 1986, p. 36). A atividade econômica da pequena produção existente centrava-se na extração de madeiras e na produção de carvão vegetal, que vieram a se constituir em pólo de atratividade à construção de uma ferrovia na região, ligando Santo Amaro a São Paulo. Contudo, a fase de expansão urbana de Santo Amaro, propriamente, coincidiu com o intenso crescimento da Capital, a partir do início do século XX, com os melhoramentos em infra-estrutura e vias públicas que o acompanharam. Nesse período, os arredores paulistas passaram a ser organizados para o abastecimento de água na Capital – por conta das obras de

represamento dos mananciais da Serra da Cantareira – e energia elétrica – a cargo da Light, empresa canadense concessionária deste serviço.

Assim sendo, à procura de uma força hidráulica nas proximidades de São Paulo, a Companhia Light, após sucessivas instalações de turbinas na Vila de Parnaíba, a 33 km da Capital, optou por uma solução considerada adequada para regularizar a vazão do Rio Tietê, sem afetar a cidade de São Paulo: o reservatório seria construído à montante da cidade ou num afluente do Rio Pinheiros. Foi adotada esta última alternativa e escolhido o Rio Guarapiranga (ou M'Boi Guaçu)³ (Guimarães, 1993, p. 141). Assim, entre 1906 e 1908, é construída a represa de Guarapiranga, assumindo a função de abastecimento de água da cidade de São Paulo, com a produção de 1m³/s. Paralelamente, a execução de melhores ligações viárias com o centro da cidade – eletrificação dos antigos bondes a vapor, em 1913, e, posteriormente, em 1928, a construção da auto-estrada Washington Luís – impulsionaram o crescimento ao redor do núcleo original, viabilizando a industrialização de Santo Amaro.

Com a construção da represa, a região assume um novo uso do solo urbano, qual seja, o uso recreacional, constituindo-se em área de acesso bastante viável à população paulistana, associada ao seu potencial paisagístico. Passa a surgir em seu entorno uma infra-estrutura de recreação, com chácaras de lazer, clubes náuticos, hotéis, sendo, posteriormente, construído o autódromo de Interlagos, confirmando a então “vocação” de lazer da região. Conseqüentemente, ocorre uma valorização imobiliária, com o surgimento de loteamentos de alto padrão (até hoje existentes) e casas de campo a preços elevados. Na década de 40, a atividade agrícola é substituída pela exploração de lenha e carvão vegetal, enquanto que os pequenos povoados, formados ao longo das vias de acesso, são substituídos por áreas de ocupação de subúrbios operários, notadamente nas margens da represa, na porção mais próxima a Santo Amaro.

Entre os anos 40 e 50, com a conclusão das obras de canalização do Rio Pinheiros, ocorre a expansão da malha urbana metropolitana nas direções sul/sudoeste, e a construção da Avenida Santo Amaro. Com o surto industrial do pós-guerra e a conseqüente implantação de indústrias ao longo do canal de Jurubatuba, Santo Amaro passa a se consolidar como um dos grandes pólos de emprego industrial na metrópole, com a abertura de loteamentos industriais na região e loteamentos populares em torno do ramal ferroviário, já penetrando a área das bacias Guarapiranga e Billings. Esse fato pode ser considerado decisivo em relação ao desenvolvimento da região de Interlagos; assim, passou-se de uma forma de ocupação mais adequada à preservação do manancial superficial

³ O processo hidráulico consiste num jato d'água sob grande pressão que desintegra a terra e a conduz por tubos e calhas até o depósito definitivo.

para uma expansão acelerada, sem, contudo, se fazer acompanhar da intervenção de instrumentos governamentais de planejamento urbano.

Na década de 60, a construção do sistema das vias marginais ao canal Pinheiros, das Avenidas 23 de Maio e Ruben Berta, bem como a consolidação do parque industrial de Santo Amaro, propiciaram o adensamento de loteamentos populares, embora, ainda, com predomínio do uso rural, na região da Bacia como um todo: áreas urbanizadas conviviam com áreas não-urbanizadas. Os investimentos viários consolidaram a interligação com a região da Bacia, estando a maior parte dos empregos industriais concentrados no distrito de Santo Amaro. Nessa perspectiva, a Bacia do Guarapiranga passou a se constituir na melhor opção ao atendimento da demanda habitacional da população de baixa renda, consolidando uma forma de ocupação geradora de degradação ambiental em grande parte da região.

Dentre os usos mais conflitantes com o abastecimento público, destacam-se aqueles decorrentes das significativas transformações ocorridas, a partir dos anos 60, no uso e ocupação do solo da Bacia, com sérias repercussões sobre a qualidade das águas, tendo como efeito o início de um processo de eutrofização da represa.⁴ No início dos anos 70, com o avanço progressivo da urbanização, passa-se a vislumbrar grandes problemas para os mananciais da Grande São Paulo, sendo elaborado, em 1972, o I Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (Coordenadoria de Planejamento Ambiental, 1993, p. 3), visando promover um ordenamento na expansão da mancha urbana, de forma a se preservar os mananciais Cantareira, Guarapiranga e Billings. Como consequência das diretrizes fixadas pelo Plano, foi implementada a Lei de Proteção aos Mananciais, com o intuito de impedir uma ocupação urbana inadequada, de forma a se preservar os recursos hídricos. (COBRAPE, 1991, p. 12).

Contudo, se, por um lado, a legislação conteve a atividade industrial na Bacia, por outro, ao propiciar uma queda no valor de mercado dos terrenos, favoreceu o surgimento de um processo de urbanização de forma descontrolada. A proximidade da área de concentração de empregos, aliada a uma fiscalização deficiente ao cumprimento da lei, conduziu à proliferação de loteamentos populares clandestinos, além de invasões e formação de áreas de favelas, num processo de substituição das atividades rurais pelas urbanas. A região transformou-se numa “bacia dormitório”, onde uma boa parcela de seus habitantes se desloca, diariamente, para o núcleo central, para o distrito industrial de Santo Amaro ou para Socorro, ou, ainda, para o corredor de serviços da marginal do Rio Pinheiros.

No momento seguinte, a facilidade de acesso, decorrente de melhorias no sistema viário, através da Rodovia Régis Bittencourt e da Estrada de Parelheiros,

⁴ Eutrofização é o aumento da concentração de nutrientes, especialmente fósforo e nitrogênio, nos ecossistemas aquáticos, acabando por levá-los a um estado de desequilíbrio ecológico.

provocou a intensificação dessa ocupação desordenada. Num processo simultâneo, a valorização imobiliária verificada até os limites das áreas dos mananciais, “empurrou” para dentro da Bacia novos loteamentos populares, que passaram a ocupar áreas rurais em processo de desativação. Com esse adensamento desordenado, resultante de um processo de intensificação da ocupação não acompanhado por uma infra-estrutura adequada à conservação dos mananciais, cargas orgânicas elevadas passam a comprometer a qualidade da água que se acumula na represa, significativamente deteriorada, ameaçando a própria utilização futura do manancial. (UGP, 1998, p.5).

Política pública e legislação de proteção aos mananciais

Para uma análise da política pública especificamente dirigida à Bacia do Guarapiranga, julgamos pertinente sua inserção dentro de um contexto mais amplo, no âmbito das transformações na ordem internacional.

No cenário de emergência do movimento ambientalista global, a preocupação pública pelos problemas de deterioração ambiental vem assumindo gradativa importância desde meados da década de 1960, nos Estados Unidos, atingindo a América Latina duas décadas depois, marcando o surgimento de interesse voltado à proteção ambiental por parte de organizações não-governamentais, comunidade científica, agências estatais e empresariado, num movimento multissetorial. (Young, 1990). No início dos anos 70, duas posições polarizavam-se: a minoria catastrofista – expressa pelo relatório “Os Limites de Crescimento”, elaborado pelo Clube de Roma, pregando a necessidade de se deter, de imediato, o crescimento econômico e populacional, e a maioria gradualista – nos termos da manifestação da Conferência de Estocolmo, em 1972, favorável ao estabelecimento de mecanismos de proteção ambiental, capazes de corrigir os problemas provocados pelo desenvolvimento econômico. No debate ambiental, prevaleceu esta última corrente, apresentando o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que passou a balizar a análise ambientalista, cujas bases consensuais se referem ao ideal de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental. (VIOLA e LEIS, 1995, p.75).

No enfoque de Repetto (1989) e Howe (1979), a qualidade ambiental trata-se de um bem público, que somente pode ser preservado através de uma intervenção normativa, reguladora e promotora do Estado. No processo de formação do ambientalismo brasileiro, nos anos 70, surgem propostas provenientes tanto do Estado quanto da sociedade civil, no âmbito das associações ambientalistas e das agências estatais do meio ambiente, com preocupações voltadas aos impactos devastadores da civilização urbano-industrial sobre a natureza.

No contexto nacional, observa-se uma defasagem entre os níveis de

discurso, dos comportamentos institucionais e das políticas públicas, traduzindo-se a importância da questão ambiental no aparato jurídico. Dessa forma, as políticas públicas votadas à proteção ambiental se legitimam através do instrumento jurídico, materializado pela legislação ambiental. No caso da Grande São Paulo, os problemas decorrentes do acelerado processo de urbanização, entre os quais, a deterioração da qualidade das águas das bacias hidrográficas e o seu crescente esgotamento, levou o Estado a refletir acerca de uma gestão mais eficaz dos recursos hídricos, sem comprometimento do processo de desenvolvimento econômico. Portanto, preservar os recursos naturais passa a implicar num ordenamento do crescimento da cidade, de forma a se equacionar problemas e conflitos de interesses nos usos do solo.

É nesse cenário que surge a primeira iniciativa de se elaborar um planejamento dentro de uma abordagem metropolitana para os problemas de São Paulo. Em 1971 é criado o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado- PMDI – considerando aspectos territoriais, econômicos e sociais, com o objetivo de formular uma política de orientação ao desenvolvimento da metrópole. Entre as ações propostas, figurava a elaboração de legislação destinada à proteção dos mananciais da Grande São Paulo, com a finalidade de garantir o abastecimento de água, necessário ao consumo por parte da população e à continuidade do desenvolvimento das atividades econômicas, dentro do objetivo maior de exercer uma função de estruturação da metrópole.

Através do modelo de uso e ocupação do solo, a lei estabelece, quantitativamente, a população de saturação da Bacia, e uma maior eficiência no tratamento de efluentes líquidos das diversas atividades que nela vierem a se implantar, agindo de forma preventiva, visando obter a qualidade desejada de água para o abastecimento.

Com o crescimento populacional, intensificaram-se as atividades industriais, e, conseqüentemente, o consumo de água e os níveis de poluição, comprometendo os recursos hídricos disponíveis, e o próprio desenvolvimento sócio-econômico metropolitano. Nesse contexto, foi estabelecida a Legislação de Proteção aos Mananciais, composta pelas seguintes leis estaduais: Lei nº 898, de 1975, que disciplina o uso do solo para a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana de São Paulo; Lei nº 1.172, de 1976, que delimita as áreas de proteção relativa aos mananciais a que se refere a Lei nº 898, estabelecendo normas de restrição de uso do solo em tais áreas, e dando providências correlatas; previa também uma reserva de, no mínimo, 0,5% de extensão em cada área de proteção, para implantação de parques metropolitanos situados junto aos corpos de água principais, destinados ao esporte, lazer e recreação da população; Decreto nº 9.714, de 1977, que institui as competências dos órgãos envolvidos, além dos

procedimentos para aprovação dos empreendimentos , aplicação de sanções e penalidades.

A partir dessa regulamentação, cerca de 54% do território da Região Metropolitana de São Paulo passam a ser considerados como área de proteção aos mananciais, sendo prevista a proteção de 19 bacias hidrográficas, situadas, basicamente, ao norte e em toda a franja sul da Região Metropolitana de São Paulo, área de cabeceiras dos mananciais da Bacia do Alto Tietê e a vertente Oceânica. Dentre os municípios componentes da região da Bacia do Guarapiranga, 100% das áreas dos municípios de: Itapeverica da Serra, Embu-Guaçu, São Lourenço da Serra e Juquitiba , além de 58,8% de Embu passam a ser considerados áreas de proteção de mananciais.

Destaque-se o caráter pioneiro da Lei de Proteção aos Mananciais em termos de abordagem de compatibilização entre o uso do solo e a qualidade exigida para potabilização, marcando um avanço importante em relação aos procedimentos anteriores, que defendiam a desapropriação total das bacias. Sua implementação representou um passo decisivo no contexto do planejamento metropolitano e da proteção de recursos hídricos, exatamente por se constituir na primeira legislação de proteção aos mananciais abastecedores de águas públicas utilizando o controle do uso e ocupação do solo.

O déficit de ligações de esgoto configura uma situação de extrema gravidade nas áreas de proteção aos mananciais, onde a legislação não permite o incremento de equipamentos urbanos como forma de não incentivar o aumento da ocupação.⁵ Estabelecida a máxima ocupação, cabe ordenar a distribuição da população. A Lei de Proteção aos Mananciais define um zoneamento cuja função é indicar as áreas ou faixas da Bacia que não deverão ser ocupadas e aquelas potencialmente ocupáveis, classificadas em duas categorias: áreas de primeira e de segunda categoria.

As áreas de primeira categoria são regidas por restrições rígidas em relação ao uso e ocupação, devido à proximidade dos corpos d'água, à declividade e aos problemas de preservação do patrimônio natural, sendo proibida a ocupação permanente. As áreas de segunda categoria contam com menor restrição, estando aptas a serem ocupadas sob determinadas condições. Todavia, ao longo de praticamente vinte anos de experiência em termos de aplicação da legislação, fez-se sentir a necessidade de seu aperfeiçoamento e conseqüente reformulação, tendo em vista que os cenários de ocupação do solo apresentavam-se distintos daqueles previstos pela lei, registrando-se a ocorrência de formas irregulares de ocupação.

Numa perspectiva analítica mais específica, podemos destacar alguns fatores determinantes do relativo insucesso da Lei de Proteção aos Mananciais, no sentido

⁵ Artigo 22, da Lei 1.172/76.

de garantir o uso e a ocupação estabelecidos. Nesse sentido, podemos apontar causas como, por exemplo, a grande extensão das áreas a serem protegidas frente à insuficiência de recursos públicos, já que as áreas sujeitas aos parâmetros e restrições dessa legislação somaram 4.234 km², abrangendo áreas nos limites das bacias protegidas em 26 dos 39 municípios da Grande São Paulo. Por outro lado, com o objetivo de redução de custo dos imóveis, empresas do setor da construção civil adquirem áreas desvalorizadas e constroem conjuntos habitacionais com quociente entre a área construída e a área do lote muito superior aos valores permitidos, com densidade habitacional excessiva em relação às recomendáveis para as áreas de bacia – situação esta freqüente na região de Interlagos.

Considere-se ainda que, com a promulgação da Legislação Estadual de Zoneamento Industrial, em 1978, surgem pressões por parte de proprietários e prefeituras, uma vez que a classificação das áreas de proteção aos mananciais como zonas de reserva ambiental veio dificultar a implantação de novas indústrias; além disso, as usinas de tratamento de lixo foram classificadas dentro da primeira categoria, o que impede as prefeituras cujas áreas se encontrem totalmente dentro das áreas de proteção aos mananciais de efetuar este tratamento, tornando-se dependentes de outras prefeituras ou de proprietários fora do município.

Outro fator em pauta foi o parcelamento do solo. Trata-se da operação de divisão de glebas com a criação de lotes destinados à edificação, regida pela Lei Federal n.º 6.766/79, conhecida como Lei Lehman, constituída por um conjunto de normas civis, urbanísticas e penais, destinado a regulamentar a execução e comercialização dos loteamentos. Sua concepção objetivava solucionar os problemas ocasionados por loteamentos ilegais – clandestinos ou irregulares. Não obstante as melhorias no processo de implantação de novos loteamentos, a principal objeção levantada refere-se ao repasse dos custos de implantação que, no caso das Áreas de Proteção aos Mananciais, passou a estimular parcelamentos em desacordo não apenas com a Lei Lehman, mas com a própria Lei de Proteção aos Mananciais. O parcelamento do solo em desacordo com os parâmetros legais é um dos principais problemas detectados pela fiscalização na Área de Proteção aos Mananciais. Observa-se que, logo em seguida à implantação do loteamento aprovado, os lotes originais são divididos ou desmembrados, através da venda de cotas ou frações do lote a vários compradores; com isso, o parcelamento se dá em meio ao aumento dos valores da densidade prevista para o local, acarretando prejuízos em termos de níveis de poluição na região. A outra forma de irregularidade se configura em loteamentos clandestinos, implantados, geralmente, em zonas periféricas, visando atender à demanda da população de baixa renda.

Assim, no período de, praticamente, vinte anos, os cenários reais de ocupação apresentam-se distintos dos previstos por lei, fazendo-se sentir a necessidade de revisão e aperfeiçoamento na política de proteção aos mananciais.

Se o processo de ocupação na bacia da Represa de Guarapiranga já acontecia de forma intensiva antes da Lei de Proteção aos Mananciais, a sua promulgação, não trouxe a esperada mudança no quadro de ocupação destas áreas, nem o desejado isolamento dos corpos d'água, previsto na lei, uma vez que estes continuaram a ser os locais preferidos para os assentamentos. Posteriormente, em 1997, foi editada a Lei Estadual nº 9.866, estabelecendo diretrizes, normas, proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais, através de um novo modelo de gerenciamento, uma vez que não se limita a criar instrumentos de comando e controle; suas determinações também prevêem ações indutoras de atividades e usos compatíveis com a proteção e recuperação de fontes de água potável. A primeira mudança notável refere-se à abrangência territorial da legislação, já que considera as bacias hidrográficas de todo o Estado de São Paulo.

Apesar do aparato legal de normas federais e estaduais relativas à proteção ambiental em geral, à proteção dos recursos hídricos e florestais, ao licenciamento de atividades prejudiciais ao meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e aos crimes ambientais que incidem sobre a região da bacia do Guarapiranga, descortina-se um quadro dramático de degradação ambiental.

Quadro 1: Uso do solo na Bacia do Guarapiranga, nos anos de 1989 e 2003.

Classes de uso do solo	1989 (em hectares)	% em relação à área total da Bacia	2003 (em hectares)	% em relação à área total da Bacia
Água	225	0,4	235	0,4
Reservatório	2.776	4,3	2.222	3,5
Áreas ocupadas por usos urbanos	9.210	14,4	10.805	16,9
Áreas ocupadas por usos antrópicos	27.739	43,4	27.094	42,4
Vegetação remanescente de Mata Atlântica	23.961	37,5	23.557	36,8

FONTE: Instituto Sociambiental, 2005.

As principais tendências relativas ao período de 1989 a 2003 revelam que a parcela ocupada por atividades humanas aumentou de 57,8% para 59,3%, em detrimento das áreas cobertas por vegetação nativa e pelo reservatório.

Quadro 02: Expansão urbana da Bacia do Guarapiranga, no período de 1989 a 2003.

Classes de uso	Incremento (em hectares)	% em relação à área total da Bacia
Ocupação urbana de alta densidade	419	9,3
Ocupação urbana de média densidade	889	30,8
Ocupação dispersa e condomínios	456	24,9
Total	1.764,0	19,2

FONTE: Instituto Sociambiental, 2005.

Observa-se que no período entre 1989 e 2003, a Bacia do Guarapiranga apresentou um crescimento significativo de áreas com ocupação urbana (19,2%), processo este devido ao surgimento de novas ocupações, consolidação da ocupação existente e transformação de áreas rurais em urbanas. O acréscimo relativo às áreas urbanas de alta densidade (9,3%) decorreu, majoritariamente, de áreas ocupadas por campo antrópico e solo exposto, enquanto que 30,8% são relativos a áreas de ocupação de média densidade, que consistem no adensamento da ocupação já existente. A ocupação na bacia vem ocorrendo de forma concentrada em áreas ambientalmente frágeis, como o entorno da represa e áreas com restrições físicas para receber ocupação urbana, intensificando seus impactos. No período de 1989 a 2003, apenas 12,4% da expansão urbana ocorreu em áreas favoráveis ao assentamento urbano. A grande maioria das áreas urbanas encontravam-se em regiões com restrições ambientais (68,6%), sendo 28,7% em áreas com sérias restrições ao assentamento urbano, em condições topográficas desfavoráveis (Instituto Socioambiental, 2005, p. 35-36).

No início de 2006, foi aprovada a Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação da Guarapiranga – a APRM Guarapiranga (Lei Estadual nº 12.233), estabelecendo a área de proteção e recuperação ambiental Guarapiranga, elaborada com base nas particularidades desta bacia hidrográfica. Esta nova legislação difere da lei vigente desde a década de 70 pela definição de áreas, instrumentos e ações para a recuperação ambiental – situação esta não contemplada pela lei anterior por não se prever o processo de degradação ambiental que iria se desencadear. Além disso, a nova lei inclui ações integradas de descentralização dos procedimentos para licenciamento, fiscalização e monitoramento, a serem realizadas pelas prefeituras ou por estas em parceria como o Estado, no âmbito do Sub-Comitê da Bacia Cotia-Guarapiranga. A lei

explicita como objetivo o estabelecimento de condições e instrumentos voltados ao uso da represa para abastecimento público, envolvendo metas de qualidade ambiental, tanto no que tange às cargas poluidoras quanto ao disciplinamento do uso e ocupação do solo da Bacia. Para tanto, a lei prevê três categorias de áreas de intervenção, quais sejam, áreas de restrição à ocupação, áreas de ocupação dirigida e áreas de recuperação ambiental. São também definidas condições para a adequação dos sistemas de tratamento e disposição de resíduos sólidos, bem como um conjunto de diretrizes voltadas aos sistemas de esgotamento sanitário. De acordo com a nova lei, a implantação de novos empreendimentos na Bacia do Guarapiranga fica condicionada à instalação de sistema de coleta, tratamento ou exportação de esgotos.

Não obstante as intenções expostas na Lei Específica da Guarapiranga, em que pesem as vantagens de uma gestão descentralizada e integrada, com decisões compartilhadas entre Estado e sociedade civil, o êxito de suas propostas, além da política de proteção e recuperação de mananciais, dependerá, ainda, da adoção de um conjunto de ações pertinentes a políticas sociais de habitação, emprego e educação. Caso contrário, a ausência de opções por parte das populações socialmente segregadas poderá perenizar o processo de urbanização predatória na região.

Conclusão

A acelerada expansão da mancha urbana da metrópole paulista, intensificada pela especulação imobiliária verificada, principalmente, nas décadas de 60 e 70, segregou a população de baixa renda para periferias destituídas de equipamentos de infra-estrutura urbana, numa dinâmica típica da zona sul do município de São Paulo, estendendo-se para além de seus limites, a sudoeste da Região Metropolitana. Nesse processo, áreas verdes e de uso agrícola – como as da Bacia do Guarapiranga – são ocupadas, por serem áreas desvalorizadas, provocando a expansão da urbanização da periferia de forma predatória, através de loteamentos irregulares e clandestinos, carentes de uma infra-estrutura urbana. Nessa perspectiva, ocorre a proliferação de loteamentos irregulares e favelas, com a agravante de se tratar de região que contém importantes recursos hídricos que abastecem a Grande São Paulo.

A Legislação de Proteção aos Mananciais, implantada com o objetivo de controlar os assentamentos irregulares, não conseguiu disciplinar a ocupação dessas áreas, dada a forte pressão demográfica. A política pública de intervenção adotada, através da implementação do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga teve por diretriz principal garantir a qualidade do abastecimento de água para a Grande São Paulo. Todavia, sucessivos atrasos acumulados ao longo de sua execução comprometeram os resultados pretendidos,

enquanto o crescimento da ocupação irregular descontrolada assumia níveis alarmantes. Verifica-se um progressivo aumento da taxa de ocupação da região, com excessiva concentração populacional, configurando-se um processo anárquico de uso do solo, com comprometimento da qualidade dos mananciais.

Analisando a conduta da política pública dirigida às áreas em tela, observamos que a dinâmica que permeia a questão do uso do solo na Bacia do Guarapiranga se desenvolve no âmbito de uma contradição: por um lado, a existência de uma legislação voltada à preservação de mananciais importantes no contexto da Grande São Paulo, e por outro, a ocupação da área por uma parcela da população com absoluta falta de alternativas de moradia, socialmente excluída e espacialmente segregada. A legislação optou pela adoção de uma conduta que prioriza a questão dos recursos hídricos, partindo do princípio de disciplinamento do uso do solo, não se atendo à estrutura espacial. Não obstante sua importância, no sentido da proteção dos mananciais, sua implantação ocorreu tardiamente, uma vez que, grande parte dessas áreas já havia sido ocupada de forma indevida, com adensamento nas margens da represa. O caráter restritivo da legislação propiciou, residualmente, uma queda no valor real dos terrenos, favorecendo um processo de urbanização descontrolado. O Estado centrou suas preocupações na questão da água, do abastecimento, do saneamento básico, deixando a “solução” do problema habitacional dessas populações carentes por conta do setor privado da economia, haja vista a proliferação de loteamentos irregulares ocorrida na região, e a ausência de instrumentos efetivos de fiscalização, dando margem à especulação imobiliária, que vem, a cada dia, comprometendo a qualidade dos mananciais.

Considere-se ainda que, se, por um lado, a legislação conteve a atividade industrial nas áreas de mananciais, por outro, esta limitação veio comprometer a arrecadação de impostos nos municípios envolvidos; essa ausência de recursos se reflete em sua estrutura urbana, bastante precária. Assim, restringiu-se ao máximo a ocupação e o uso do solo, sem, contudo, se implantar programas habitacionais ou propostas visando incentivar atividades econômicas compatíveis com a preservação do meio ambiente, como, por exemplo, o processo de produção e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros na região. Ou, ainda, o incentivo ao ecoturismo – aproveitando-se, nesse caso, a própria “vocaçãõ” regional, dado o seu potencial natural, que poderia ser melhor explorado, se voltado à prática de esportes e campeonatos – ou seja, medidas que impedissem uma expansão urbana decorrente de formas predatórias de ocupação.

Não houve, portanto, por parte do Estado, a materialização de mecanismos de caráter preventivo. Muito embora o Brasil tenha deixado de ser um país agrário, registrando-se índices galopantes de urbanização, não se constata a existência de uma ação efetiva por parte de organismos especificamente voltados à formulação de uma política urbana e habitacional, em termos estruturais; nem

tampouco se observa um vínculo entre o processo de urbanização e o comprometimento dos recursos naturais, a nível geral. São Paulo, na condição de uma das maiores cidades do mundo, concentra em sua área metropolitana as conseqüências de um crescimento acelerado: a ausência de políticas públicas compatíveis com um processo de urbanização que pode ser considerado anárquico, assume aí proporções incontrolláveis, comprometendo os recursos naturais e a qualidade de vida da população, uma vez que a questão ambiental não se dissocia da urbana, nem tampouco da pressão social que aflora.

Todavia, a reestruturação do espaço urbano em bases realistas se insere num quadro mais amplo, qual seja, a atuação do Estado frente à sociedade como um todo, no contexto de diretrizes gerais da política econômica nacional, abrangendo os diversos segmentos da sociedade brasileira.

Referencias

- BORELLI, Elizabeth. (1999). A dinâmica do uso e ocupação do solo na bacia do Guarapiranga. Dissertação de Mestrado. PUC-SP. São Paulo.
- CASTELLS, Manuel. (1983). *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra.
- CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. (2005). (CD-ROM). Centro de Estudos da Metrópole. Setores censitários da RMS. São Paulo.
- COBRAPE. (1991). *Programa de saneamento ambiental em áreas metropolitanas*. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo.
- COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL - CPLA. (1993). *Programa de saneamento ambiental em áreas metropolitanas - Bacia do Guarapiranga*. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo.
- GUIMARÃES, G. (1993). SOS Mananciais : sistema de fiscalização integrada. In: *A questão ambiental urbana : cidade de São Paulo*. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. São Paulo.
- HOWE, C. (1979). *Natural resource economics issues, analysis and policy*. New York, John and Sons.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. (2005). *Diagnóstico socioambiental participativo da Bacia do Guarapiranga*. São Paulo : ISA.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. (1996). *Diagnóstico socioambiental participativo da Bacia hidrográfica do Guarapiranga*. São Paulo : ISA.
- LOJKINE, Jean. (1981). *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- REPETTO, R. (1989). Economic incentives for sustainable production. In: SCHROM, G., WARFORD, J. (Org) (1989). *Environmental management and economic development*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

SEMPA - Secretaria Municipal de Planejamento. (1986). *Planos para cinco regiões administrativas do município de São Paulo*. São Paulo.

SMOLKA, Martin O. (1992). Estrutura intra-urbana e segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica. In: *Revista brasileira de estudos de população*. São Paulo, v.9 .

UGP – Unidade de Gerenciamento do Programa de Saneamento do Guarapiranga. (1998). *Intervenções para melhoria da qualidade da água*. Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras. São Paulo.

VIOLA, J.E., LEIS, H.R. (1995). A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1974-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In : HOGAN, D.J. , VIEIRA , P.F. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*.

YOUNG, J. (1990). *Sustaining the Earth. The story of the environmental movements, its pasts efforts and future challenges*. Harvard University Press.

RESUMO

A Bacia do Guarapiranga: ocupação em áreas de mananciais e a legislação ambiental

Este texto discute a questão da ocupação e do uso do solo na região da Bacia do Guarapiranga, que se constitui num dos principais mananciais da Região Metropolitana da Grande São Paulo, bem como o papel da legislação de proteção ambiental pertinente, implantada com o objetivo de disciplinar o processo de ocupação irregular, caracterizado por excessiva concentração populacional.

Palavras-chave: Bacia do Guarapiranga; mananciais; legislação ambiental

ABSTRACT

The Guarapiranga Basin: occupation in hidrografic basins and environmental legislation

This text discuss about the question of the occupation and the use of the ground in the region of the Basin of Guarapiranga, that constitutes one of the main sources of the Metropolitan Region of the Great São Paulo, as well as the paper of the legislation of pertinent ambient protection, implanted with the objective to discipline the process of irregular occupation, constituting extreme population concentration.

Keywords: Guarapiranga Basin; Hidrografic basins; environmental legislation

Recebido para apreciação: junho de 2006

Aprovado para publicação: outubro de 2006

DA CONFIANÇA À FATALIDADE: COLAPSO DE BARRAGENS COMO LIMITE AO PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO?¹

*Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio
Juliano Costa Gonçalves*

Introdução

Na atualidade, o debate sobre os riscos e incertezas decorrentes da intervenção técnica adquiriu destaque e desdobrou-se em várias abordagens, das construtivistas às culturalistas, reconhecendo-se, no geral, o contexto de incertezas bem como as certezas contraditórias, isto é, de pontos de vistas irreconciliáveis sobre os problemas sociambientais hodiernos (Guivant, 1998). Vive-se numa época em que os especialistas se contradizem, a noção de verdade está em xeque assim como o mito da precisão e a idéia de planejamento (Beck, 1992). Apesar disso, na perspectiva de importantes autores da teoria sociológica contemporânea, a modernidade prossegue e, como um projeto ainda em curso, enfrenta seus limites reinventando-se na autoconfrontação contínua. Serrano e Leis muito apropriadamente afirmam (2005: p.245):

Foi dito que esta é a “sociedade ‘moderna tardia’ (Giddens), ‘moderna reflexiva’ (Beck), ‘surmoderne’ (Balandier), ou pós moderna” (Bauman, 1998 p. 195), que ela é “sociedade de informação”, “sociedade de consumo”, ou, “sociedade pós-industrial” (cf Giddens, 1991, p. 11). Se não concordam no nome, em geral os estudiosos concordam que ela é uma sociedade marcada por um misto – contraditório, ambíguo, ambivalente – de esperança e de descrédito.

De fato, na atual fase da modernidade, o espaço vai se separando do tempo, estruturado e controlado por relações estabelecidas além dele; o risco desenvolve-se em latência nos produtos e processos identificados com o progresso (Beck, 1992); homens e coisas defrontam-se sem estabelecer correspondente relação de sentido (Brüseke, 2003); o peso da trama dos padrões liquefeitos e a responsabilidade pelo fracasso caem principalmente sobre os ombros dos indivíduos (Bauman, 2001); as relações entre peritos e leigos seguem assimétricas

¹ Apoio: MCT/CNPq.

assim como as formas de fazer e definir políticas (Guivant, 1998). Porque se multiplicam as situações de desencaixe dos sujeitos nos contextos concretos e, assim, pululam as angústias associadas aos riscos e insegurança acerca da possibilidade de manutenção de rotinas numa continuidade temporal nas narrativas do self (Soar Filho e Leis, 2005), a razão instrumental prevalece e, com ela, seus efeitos deletérios sobre a sociedade e o meio ambiente.

Ao dizer que vivemos numa “sociedade de risco”, onde o estado de emergência ameaça torna-se o estado normal, Beck (1992) não nos coloca numa época de ruptura com a modernidade, mas numa época na qual as contradições da continuidade faz derivar a autoconfrontação a que denominou reflexividade. Embora Brüseke (1997) admita que a modernização tornou-se auto-referencial no conceito de *sociedade de risco*, considera que Beck tenha perdido, aí, a compreensão de que os temores são constitutivos da disposição da existência individual e que o perigo não corresponde, em geral, à forma como é percebido pelos indivíduos e populações ameaçadas.

Para Brüseke, um perigo realizado é um desastre, terminando o percurso perigoso; o risco está em aberto, nas suas palavras, bifurcando o percurso da história de forma imprevisível. É sobre o desastre que esta reflexão se debruça e, mais especificamente, sobre desastres relacionados ao colapso de barragens.

O lugar, para Giddens, refere-se ao cenário físico, situado geograficamente, não apenas da atividade social como produzido pela mesma. Barragens são produzidas como projetos de desmobilização dos lugares em que são inseridas impondo uma nova cultura dominante na qual a intervenção material radical no geral corresponde à ausência física dos novos mandatários. Barragens são planejadas e implantadas no interior daquilo que Giddens (1991) denomina sistemas peritos, isto é, “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (Giddens, 1991: 35). Mas, se estes sistemas, “criam grandes áreas de segurança relativa para a continuidade da vida cotidiana” (Giddens, 2002: 126), os mesmos atuam como mecanismos de desencaixe porque removem as relações sociais das imediações do contexto e, ainda, buscam legitimar o *especialista* a partir de um exercício monopolista da verdade, cuja posse garante-lhe, de maneira automática, incontestável confiança daqueles com quem interage (Giddens, 1997). Sua posição enquanto perito advém do desequilíbrio entre as suas habilidades e informações em relação às do leigo do que decorre não apenas a suposição da competência técnica, mas também na possibilidade de envolvimento nos processos decisórios os quais, nas condições de modernidade, são desvinculados do lugar.

Se analisado a prática perita e sua aliança com governantes e políticos, desde elaboração e implementação de barragens até a ocorrência de um desastre relacionado às obras civis, um trajeto cristalizado de saberes e fazeres se evidencia e, com ele, a tardança da competência técnica em avançar, enrijecida nas mesmas

(e inadequadas) formas de mitigação dos mesmos tipos de danos, ainda que um período de décadas separe uma obra da outra e a ocorrência de um desastre do outro.

No Brasil, o processo modernizador, induzido pelo Estado, invocou o apelo à renovação dos lugares como parte constitutiva de uma mudança social necessária. A industrialização e urbanização foram o mote da produção de novos lugares compatíveis com a nova dinâmica da acumulação. No entanto, a intervenção técnica, promotora da alteração socioambientais, pouco contribuiu para que as transformações materiais resultassem em integração de classe e reforçamento de práticas democráticas e revelou-se aliada de uma prática política conservadora. Fernandes (1962) há muito alertava tratar-se de uma modernidade postiça, onde prevaleceria a superposição do arcaico ao moderno e na qual a resistência sociopática à mudança conviveria com a incorporação da inovação no cotidiano das elites. O conservantismo político que se assentou no discurso do progresso não favoreceu, de fato, à mobilidade social nem tampouco deu respostas às necessidades relacionadas aos mínimos vitais e sociais de expressivas populações no campo e na cidade; porém, persistiram os grandes investimentos públicos que ampliaram o acesso privado aos recursos naturais e socializaram os riscos derivados de suas práticas.

O centralismo decisório, no Brasil, não fomentou a autoconfrontação política e técnica diante dos riscos produzidos por produtos e processos identificados com o progresso e, não raro, omitiu a existência dos mesmos do que deriva, no limite, não produzir, ou tampouco tornar público planos de contingência quando porventura o desastre ocorra. Passamos, assim, a apresentar sinteticamente como a perícia em torno da gestão de recursos hídricos se organiza para reordenar o território e a sociedade local, o alheamento do local à mística do progresso, formas possíveis de resistência ao que é entendido como violência simbólica e as imperícias dos peritos diante a ocorrência da fatalidade.

Hidropolítica como modo de produção do poder

Na história humana, os mananciais superficiais de água doce constam como dos fatores ambientais fundamentais para definir o processo coletivo de produção do lugar. Não foram raras as disputas, entre grupos distintos, pelo controle de um mesmo manancial, pondo em conflito os projetos de lugar que cada qual concebia.

No contexto hodierno brasileiro, no qual a água doce se torna escassa – em termos de quantidade e qualidade – e no qual há acentuada desigualdade distributiva do recurso consoante com a estrutura social, há que se refletir acerca das práticas sócio-culturais e políticas que, sob a égide da racionalidade técnica, dão conformação aos inúmeros desastres a que ora se assiste, tais como a salinização

e contaminação de fontes outrora potáveis, a desertificação de áreas antes férteis e produtivas e o colapso de diques e barragens. Em relação aos últimos, observa-se que os processos pelos quais o saber técnico constrói sua intervenção sobre os rios nas últimas décadas, deslegitimando os saberes e usos tradicionais locais, nada mais são do que estratégias de dominação que se perpetuam apesar dos desastres que incitam.

No pós-desastre, o discurso institucional em torno da fatalidade – isto é, de um evento trágico e não previsível – é produzido e reverberado nas mais diversas esferas e órgãos constitutivos do Estado. É ele que permite que o colapso de barragens não se confunda com o colapso da dominação tecnopolítica do lugar, isto é, aquela instituída por grupos estabelecidos noutra espaço e noutra temporalidade. Se ‘o progresso do lugar’ é o argumento que vem amparando a modernização contínua do território, a despeito de como os grupos locais absorvem os benefícios prometidos, a ‘fatalidade’ é o argumento que dá sobrevida ao processo modernizador que resiste, no entanto, à reflexividade, porque obscurece: a) as articulações corporativas em torno do Estado que asseguram a implementação de novas obras; b) as imperícias na utilização e integração de técnicas básicas de construção, operação, monitoramento de barragens bem como de técnicas de emergência; c) as incertezas em relação aos processos socioambientais macroenvolventes e seus desdobramentos sobre os processos hidrológicos. Ao se analisar os aspectos supra de forma integrada, disso se pode retirar a progressiva naturalização da dissolução dos lugares pelo controle tecnopolítico da água doce. Mas, também, retirar o seu oposto, qual seja, a resistência do lugar à modernização, ao adestramento das práticas de sua rotina e à ideologia de segurança e risco. Esse é o desafio a que lança, sinteticamente, esta reflexão.

O tema de colapso de barragens é um fenômeno pertinente para o debruçar sociológico quando tem como referência o debate contemporâneo acerca dos domínios materiais e simbólicos dos valores da modernidade, das lógicas e éticas que regem o esforço perito na mudança substantiva do lugar e das expectativas sobre dissoluções automáticas de identidades e *habitus* situados numa outra temporalidade. Ao ilustrar-se esta reflexão com os casos das barragens de Orós (CE) e Camará (PB) – situadas ambas no interior nordestino e, com diferença de quarenta anos, colapsadas logo após sua implantação – quer-se indicar o *continuum* das formas equivocadas de intervenção técnica sobre o espaço entendido nos seus fixos e fluxos socioambientais, resistentes à “renovabilidade” esperada no atual estágio da modernidade.

No Brasil, os processos de modernização do território que se materializam na forma de barragens não se revelam, de imediato e na complexidade das dimensões espaço-temporais e relações sócio-políticas em que são tecidos, como um modo de produção de poder. Porém, assim o são.

Santos (1999) define modo de produção de poder como sendo a

trivialização da opressão através de práticas técnicas que querem se passar por intemporais, que servem à aplicação de qualquer sujeito, em qualquer lugar e tempo, quando, de fato, negociam com as formas de poder arcaicas. No interior nordestino, particularmente na região semi-árida e zona de transição, o cenário de escassez hídrica colabora para que uma elite política apele para a imagem de compromisso no atendimento aos diversos usuários da água a fim de cristalizar o controle do espaço regional. Não há discurso de campanha, na região, que deixe de invocar o tema do acesso social e produtivo à água, pois é sabido que o voto também passa por aí. De fato, a muitos dos discursos correspondem práticas de execução de obras hídricas; porém as obras, levadas ou não a termo, pouco correspondem ao atendimento ao lugar, posto que sua função é tentar suprimi-los. Logo, é na dissolução dos lugares, cujos sujeitos afetados tendem a esparramarem-se, desarticulados, para outros territórios, em condições sempre mais precárias, que o tema da água ressurge, renova esperanças e reafirma a dominação oligárquica.

As formas autoritárias de controle político do espaço regional no interior nordestino revitalizam-se, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, pelo apelo às grandes obras hídricas, das quais as barragens são a melhor, mas não única, expressão material (haja visto o recorrente debate em torno da transposição de bacias). Da decisão política de fazê-las, decorre a necessidade de justificá-las tecnicamente bem como elaborar-se projetos, executar obras e gerenciar o empreendimento final, ações que se apóiam, por sua vez, no conhecimento instrumental paulatinamente catalisador dos vários ramos do saber científico. Diferentes grupos peritos são organizados em torno da definição do problema: qual a vazão ótima e possível, para cada época do ano, no atendimento dos usuários? Que invernos haverá considerando o ENOS²? Qual a projeção da demanda hídrica no longo prazo, considerando os interesses da fruticultura irrigada de exportação que se implantará no lugar? Quais as características geomorfológicas e econômicas a considerar na definição do melhor trecho a barrar, considerando riscos de sismicidade induzida e custos da obra, tanto econômicos quanto socioambientais? Quais as características construtivas, considerando a chuva de retorno de cem ou mil anos? Quantas pessoas e propriedades serão afetadas pela área a ser inundada e como indenizá-las? Como evacuar, compulsória e imediatamente, a população ribeirinha a jusante se houver um colapso das obras civis e em circunstância de reservatório em cota máxima?

² O ENOS (El Niño - Oscilação Sul) é um fenômeno de interação atmosfera-oceano associado a alterações dos padrões normais da Temperatura da Superfície do Mar e dos ventos alísios na região do Pacífico Equatorial, entre a Costa Peruana e a Austrália que tem, respectivamente, como fases, os fenômenos El Niño e La Nina, os quais têm implicações no regime de chuvas no nordeste brasileiro.

Embora a multidisciplinaridade exigida para responder a tais indagações, há tensões entre os envolvidos, interesses corporativos divergentes, contextos legais e embates científicos dinâmicos, que privilegiam alternadamente a um ou ao outro, definem o tom (e não o rumo) circunstancialmente mais favorável que o projeto deverá adotar como discurso político empreendedor e os níveis inferiores da hierarquia que cada especialidade deverá ocupar já que, no topo da mesma, a dominância dos hidrólogos permanece inalterada. Conforme Valencio (2006), as alianças políticas e técnicas em torno da gestão de recursos hídricos, em permanente refabricação, não ocorrem no local em que a intervenção material se expressa. Ocorrem em circuitos macroenvolventes pouco acessíveis ao cidadão comum. O sistema perito, apesar das lutas intestinas, se move com o respaldo de/para dar respaldo a certo tipo de dominação desconexa dessa modernidade.

No concernente às disputas entre a perícia instrumental às elites políticas e a localidade, é preciso partir da consideração de que o domínio material dos primeiros sobre o território, que a barragem e o reservatório representam, vem justaposto ao afã de domínio simbólico do espaço local. A tecnopolítica é eficaz como modo de produção de poder se logra êxito uma *figuração social* em torno de um consenso, da qual participa o lugar com milimétrica precisão. São representações e práticas, interdependentes, de potência e carência, de dominação e sujeição, de centralismo e servilismo. Tal figuração não se realiza se o lugar tramar outras representações e reincidir em práticas pertinentes a uma outra temporalidade. Assim, o concurso insistente de violências simbólicas em torno das obras hídricas é o que garante uma afetação do entendimento do lugar pelos sujeitos ali inseridos e do que deriva que se ajustem sincronicamente à mudança material provocada.

A literatura no tema demonstra, no entanto, que ocorrem vários níveis e tipos de ajustamento como também de resistência às novas dinâmicas induzidas no território. Enquanto os que moldam a modernização do território esperam ditar novos quadros de sociabilidade local e rotinas, surgem gradações entre os que assimilam e acomodam as novas referências de território para produzir novas identidades e, no pólo oposto, os que se aferram aos seus valores culturais e experiência para continuar realizando o lugar apesar das transformações que dissiparam as referências concretas do mesmo. Nesse contexto, repleto de nuances, a permanência de determinadas práticas, ditas atrasadas, pode exprimir algo diverso de um simples alheamento em relação ao processo de superação do lugar por outra lógica ou de uma mera incapacidade de obter ganhos com a mudança, conforme veremos.

Santos (2001) lembra que, para os principais autores da teoria sociológica contemporânea – como Bourdieu, Giddens e Elias –, o passado emerge como construções simbólicas assentada nos agentes sociais do lugar e nas suas respectivas

vivências. Logo, enquanto há um desejo local para que as decisões do presente e as possibilidades futuras do espaço sigam lastreadas por este passado os agentes interferentes da modernidade incitam exatamente o seu oposto, um desencaixe do espaço e a ruptura temporal. O desastre relacionado à ruptura de barragens tem origem quando a técnica, ao promover a heteronomia do lugar e sua satelitização aos pólos dinâmicos macroenvolventes, cria uma dependência da sociedade local a uma estrutura de emergência que, igualmente, aos demais peritos, não está estabelecida geograficamente ali.

Enfim, tal como entende Irwin (2001), problemas socioambientais – como os relacionados às barragens – não são problemas de um entorno modificado. São manifestações de problemas sócio-culturais, políticos, institucionais, científicos e morais inerentes a certo tipo de sociedade. Brüseke (2006), assim como Irwin (2001) e Douglas (1992), considera que os cientistas e os políticos têm uma posição chave na interpretação dos riscos que permanecem invisíveis uma vez que os processos sociais de sua definição podem minimizar ou ampliar a dramatização em torno dos mesmos. No caso de barragens, o ocultamento de contingências relacionadas à integridade das obras civis (utilização de material que, com o tempo, se mostre inadequado, fragilidade geológica decorrente de utilização na prevista do solo e subsolo, mudança no regime de chuvas, dentre outros) que pode ser entendido pelo corpo perito e político como sendo fundamental para manter um sentimento de normalidade e as rotinas da população à jusante. No entanto, quanto mais oculte o perigo – ao invés de assumi-lo e apresentar antecipadamente os planos de contingência – que, ao fim e ao cabo, se revela como desastre, maior o sentimento coletivo ter participado de uma figuração na qual a autoridade perita foi ilegitimamente exercida, razão pela qual o respeito às ‘áreas de segurança’ desfaz-se. Guivant assinala que os temas da estimação, comunicação e administração dos riscos são o foco do estudo técnico:

A estimação dos riscos inclui a caracterização das fontes de risco, a mediação da intensidade, frequência e duração das exposições aos agentes produzidos pelas fontes de risco e a caracterização das relações entre as doses de risco e suas conseqüências para as populações afetadas. A comunicação dos riscos, visando diminuir as distâncias entre a percepção dos leigos e a dos peritos – parâmetro racional a ser atingido pelos primeiros mediante a difusão de mais informação –, é um dos maiores desafios para os técnicos. Os leigos tendem a ser identificados como receptores passivos de estímulos independentes, percebendo os riscos de forma não científica, pobremente informada e irracional. Estimula-se que os riscos percebidos pelos leigos não necessariamente correspondem aos riscos reais, analisados e calculados pela ciência. Finalmente, a administração dos riscos é um dos aspectos fortes desta abordagem técnica, fornecendo elementos quantificáveis para a formulação de políticas públicas de legislação e regulação de riscos, na medida em que permite diferenciar os realmente importante dos triviais e, assim, estabelecer prioridades (Guivant, 1998: 4).

A ênfase técnica atual na comunicação do risco, tal como os órgãos de emergência se debruçam, desconsidera a diversidade de representações sobre o problema e, portanto, o desafio de convencer as pessoas a adotar medidas de proteção que as autoridades julgam eficazes e suficientes (Lindell & Perry, 2004). Essa 'relutância em cooperar', evacuando rapidamente da 'área perigosa', frustra os agentes de defesa civil. Mais relutante é a população quanto menos as representações do risco foram antecipadamente negociadas.

O alheamento do local frente à mística do progresso

A avaliação de perigos tornou-se uma combinação de racionalidade científica, deliberação institucional e política ambiental (Irwin, 2001). Embora a modernidade tardia expresse, em termos materiais, uma contínua produção de mercadorias associadas ao bem estar, os perigos são inerentes aos produtos e processos. A sinergia destes com os demais fluxos e fixos econômicos e extra-econômicos geram riscos que, numa realidade concreta, não tiveram precedentes na história humana (Beck, 1997). A existência real dos riscos não anula, segundo Douglas (1992), o fato de que a eleição dos mesmos como fonte de preocupação e de representação é variante segundo a cultura local. Entre os paradigmas realista e construtivista fica o entendimento da problemática de implantação de barragens no interior nordestino.

Não há como ficar indiferente à presença de uma barragem. A colossal construção que, no uso de diversos materiais, toma expressivos metros de altura, impõe-se na paisagem do manancial e de suas margens como um elemento modificador da dinâmica natural. A barragem se insere no espaço ecossistêmico do rio para negá-lo enquanto rio, para encapsulá-lo. O sistema lótico precisa tornar-se lântico para que a água doce cumpra novas funções para o espaço social mais amplo. Há, assim, uma fratura intencional no território que indica que houve uma decisão política para a ocorrência de um controle técnico da dinâmica natural considerada adversa e, o mais importante, para impor ao lugar uma nova temporalidade (razão pela qual são mais eficazes, na violência simbólica, os empreendimentos que submergem cidades inteiras, fazendo surgir novas cidades nas novas margens, como São Rafael, tomada pelo reservatório, constituído pela barragem Armando Ribeiro Gonçalves, interior do Rio Grande do Norte). Imagens que sinalizam para novos usos e usuários, para uma maior dinamicidade econômica e para a socialização da prosperidade são indicativas de que há um desejo, exógeno, de que uma nova mentalidade emerja para suplantar um arcaico, que se supõe, esteja clamando por sua extinção. A produção dos significados que associam a transformação concreta do meio por uma obra que atende a uma necessidade social da região é uma tarefa que funde a racionalidade científica à

deliberação política: sem os dados técnicos que indiquem o volume reservado, a vazão disponibilizada e os usos potenciais, o impulso econômico induzido, dentre outros, o discurso em torno do desenvolvimento não alcança a densidade passível de obter legitimação desejada.

A elaboração de um apelo que traga a imagem da modernidade como aspiração coletiva, mas que é colorida pelo jargão, não é trivial: aquilo que não é compreendido no corpo da cultura local – precipitação pluviométrica de x milímetros, eutrofização, *maximum maximorum* etc. – é o que distingue quem são os aptos para decidir o destino do lugar e, quem deve remodelar suas práticas. Distingue, ainda, aqueles que podem fluir no território diretamente modificado e adjacências e os que são impedidos de fazê-lo.

As grandes barragens são obras que transmutam o trecho do rio em área de segurança, assim selecionando os grupos que são autorizados ou impedidos de circular à sua volta. Desta seleção, os grupos locais são afastados, mantidos à distância, mas precisam continuar a ter a obra como referência para ajustamento de suas práticas. Barragens devem, preferencialmente, ser cultuadas de longe. Todavia, algumas representações e práticas sociais locais não se apropriam dos benefícios induzidos pelo empreendimento e sequer das noções de perigo veiculadas.

Mais de quarenta anos após sua inauguração, a barragem de Orós, no interior cearense, encontra, ao seu pé, num pequeno lago formado na calha original do rio Jaguaribe, as lavadeiras da localidade. Em grupos, trazem suas trouxas, ensaboam, enxáguam e estendem as roupas nas pedras, à secagem pelo sol das manhãs, o menos escaldante do semi-árido, enquanto proseiam e observam, ali próximo, os filhos pequenos que lhes acompanham para a recreação na água. A regularização da vazão hídrica propiciada pelo reservatório, que justificou a ampliação da infraestrutura de abastecimento na porção urbana do município de Orós, não foi o que suprimiu a lavagem coletiva de roupas: o serviço de água, que sai pelas torneiras e tanques das residências, tem um preço que as famílias mais pobres não podem pagar. Ademais, os tanques ao fundo das casas levam a um fazer isolado e, portanto, dissolvente das rotinas comuns da ocupação. O processo de encontro entre lavadeiras-comadres, a simultânea possibilidade de trabalho e observação do folguedo das crianças, são *habitus*, cuja desincorporação foge às possibilidades da modernização induzida. As pedras das margens do rio desde há muito são representadas, pelas lavadeiras locais (como também ocorre no rio São Francisco, à altura de Pirapora), como sendo o lugar propício a recebê-las pelas manhãs ensolaradas, dispondo-se à prosa e à secagem das roupas e redes da cidade. Como espaço de encontro, o pequeno lago descortina, através da labuta coletiva, o universo feminino local no qual há uma fusão dos papéis privados e públicos das mulheres com os elementos e ritmos da natureza. Nem o discurso em torno da segurança, nem mesmo o colapso efetivo da obra, tal como ocorreu

em 1960, colocam-se como suficientes ao desfazimento dessa identidade. A poucos metros abaixo de um paredão de dezenas de metros de altura e a despeito do volume de água que, por ele contida, pode gerar prosperidade e destruição, mulheres se socializam e crianças folgam, indiferentes, num alheamento diante do perigo ali produzido pela modernidade.

Não menos espantoso, ao olhar perito ou àquele ajustado à modernidade, é notar os que perseveram nas mesmas práticas dentro de suas casas ou no espaço coletivo, a despeito da iminência de um desastre. Valencio *et al.* (2005a) e Siena & Valencio (2006) demonstraram que a resistência em abandonar a moradia quando as águas as invadem, ou quando a mesma está prestes a deslizar, é característico dos membros da família que guardam nos elementos materiais do espaço privado os valores imateriais no qual sua identidade é moldada e reconhecida pelo outro, sendo as mulheres que chefiam domicílios as mais propensas a essas atitudes.

Em meados de junho de 2004, as primeiras horas da manhã de Alagoa Nova foram diferentes para a população. Aproveitando a luz do dia, ajuntou-se ela para constatar o enorme buraco numa das ombreiras da barragem de Camará (PB) que, na noite anterior, havia dado origem à devastação das localidades ribeirinhas abaixo, numa disrupção das rotinas que deixaram marcas profundas nos afetados (Valencio, 2005b). Uma forte correnteza ainda se via à jusante da barragem, fruto do esvaziamento irremediável do reservatório. Os curiosos multiplicaram-se rapidamente próximo à obra avariada. Um morador local, produzindo um vídeo caseiro, focalizava intercaladamente o estado da obra e os que se aglomeravam assombrados em torno dela. A certa altura, porém, deteve-se em uma cena que lhe pareceu singular: um homem maduro, mancando em razão de deficiência motora, descia ladeira abaixo, entre as rochas recém descobertas pela força das primeiras e altas águas do rompimento da barragem, indo ao encontro da correnteza. Ia o homem, sem vagar nem pressa, seguro no equilíbrio de seu desequilibrado corpo, destreza ainda mais impressionante posto que carregava um saco plástico em uma das mãos. Detém-se, finalmente, próximo à correnteza e, então, abre seu saco e, de lá, extrai o conteúdo que revela seu ofício: trata-se de uma tarrafa. Como petrecho de pesca profissional que se associa ao domínio de técnicas corporais muito particulares de uma cultura tradicional (Valencio et al, 2003), ele se põe a jogá-la na procura de cardumes foragidos do paredão que os aprisionava à montante. Diante a comoção do local, alheio à tragédia como tragédia, persistindo em olhar o rio como rio, a atitude solitária e serena do pescador foi o que se destacou como o anormal. Mas, seria o pescador tão diferente da gente que se debruçava curiosa sobre o rio? Veremos mais adiante.

Enquanto as barragens são paridas sob o pretexto de engendrar um tipo de segurança onde paira a incerteza em relação à disponibilidade hídrica, elas próprias tornam-se um novo fator de insegurança no lugar. O armazenamento de expressivo volume de água constitui-se numa fonte de considerável perigo:

quaisquer ameaças à integridade das obras civis implicam em danos materiais, humanos e ambientais à jusante. Nesse sentido, a definição da barragem como área de segurança só é inteligível ao gerar o seu oposto, a área de risco.

Ribeirinhos à jusante, mesmo os que ali se fixaram anteriormente ao empreendimento e ficaram ao largo do acesso aos instrumentos modernos de utilização da água, como os sistemas de irrigação, passam a ser considerados vulneráveis ao perigo de colapso das obras civis, a chamada população em risco. A categoria área de risco, antes de expressar a localização geográfica passível de destruição pelas águas, expressa a autoridade tecnopolítica para definir, num território mais amplo do que o da inserção das obras civis, novos níveis de fragilização ambiental, econômica, social e da vida. Como elaboração discursiva própria da modernidade tardia, tal categoria está referida a uma lógica na qual aquilo que é entendido como progresso material passa a ser entendido, simultaneamente, como perigoso. Aqueles que, por sua inserção espacial, tornam-se as vítimas em potencial das falhas de segurança, serão também culpabilizados por ocuparem o lugar errado quando o perigo eclode. Tal inversão da relação de responsabilidade, atribuindo a causa do dano ao próprio afetado, isto é, ao desajuste da sociedade do lugar frente ao progresso, é parte constitutiva da violência simbólica praticada pelos peritos e que vai mais além: em nome da proteção civil, desloca-se famílias com tratamento desrespeitoso de seus membros seguidas do fraseado tal como “essa gente ignorante que não percebe o risco que corre” “não dão valor à vida” “não têm um comportamento responsável” etc. (Valencio *et al.*, 2005a). Como uma extensão da perícia construtora de obras, a perícia em emergência advoga que o lugar demanda providências preventivas que não cabem na normalidade das rotinas tal como as mesmas tinham se estabelecido até então. Daí porque os riscos não serem aquilo que retira do sistema perito seu poder, mas serem aquilo que o reforça.

As imperícias dos peritos e a ocorrência da fatalidade

A concepção segundo a qual a implantação das obras resulta no uso de técnicas de edificação infalíveis e corresponde à adoção de medidas de segurança eficazes é um duplo equívoco. Os estudos exploratórios e projetos de execução muito freqüentemente trazem interpretações rasas do ambiente natural e social que será impactado pelas obras bem como são raras ou inexistentes alusões do timing, recursos e logística necessários para a proteção da população ribeirinha à jusante, supondo-se estar implícita a necessidade de um plano de contingência eficaz. Não por acaso é assim que continuam a ser elaborados os documentos dos contratados pelos empreendedores dos grandes projetos hídricos. Há razões estratégicas para que, a despeito da participação de conceituados consultores na elaboração dos documentos que balizam as práticas de intervenção no local,

muitos dos quais em carreira acadêmica ativa, se perpetuem certas insuficiências da tradução perita do lugar.

Menescal et al (2005) considera que se possa estender ao Brasil a afirmação de estudos internacionais de que grande parte dos desastres relacionados à ruptura de barragens tem por origem negligência para com as medidas preventivas, dentre as quais se destacam: a) a forma estática como as condições biofísicas em que se inserirão as obras são analisadas, ao que, supomos, se deva acrescer a simplificação no entendimento da vida social local; b) a deficiência na comunicação do risco entre os órgãos envolvidos na rede de proteção e resposta de emergência; e, c) a operação e monitoramento inadequados, incluindo erros de interpretação dos dados.

Em relação ao primeiro item, há que se destacar que, até recentemente, o atributo principal dos sistemas peritos no imaginário social, e base de sua legitimação, foi o de ser portador de certezas acerca dos diagnósticos e prognósticos, fazendo o bom uso das técnicas de suas especialidades para operar as mudanças vistas como necessárias. Contudo, num contexto de *modernidade líquida* (cf Baumann, 2000), a descartabilidade das lições do passado e as incertezas acerca do futuro colocam dois desafios à peritagem: de um lado, o desafio de comunicar a dissolução das certezas sem ferir a confiança pública na sua competência; de outro, tomar posicionamentos teóricos e técnicos num ambiente não mais de disputa de projetos de verdades suficientes em si e mutuamente excludentes, mas de assumida limitação e incompletude.

Quanto ao primeiro aspecto, há que se considerar a questão da “renovabilidade” do corpo de conhecimento que escora a segurança nos sistemas peritos. Embora Giddens dê destaque ao fato de que o saber perito seja passível de revisão, devendo prevalecer a renovabilidade no arcabouço que dá sustento à sua prática e sua autoridade diante do leigo, com contínua triagem de teorias e conceitos, o jogo político no qual peritos podem adentrar cobra-lhes algo contraditório, qual seja: manter-se diante o leigo como o portador da verdade ainda que a prática de renovabilidade do conhecimento seja deixada de lado. Essa figuração fica bastante fragilizada quando um desastre, decorrente da insuficiência do conhecimento materializado na técnica, acontece, como quando há um colapso das obras civis de uma barragem e milhões de m³ de água vertem rio abaixo em descontrole, com danos materiais e imateriais significativos à jusante. Acontecimentos como esses, como tem havido no Brasil, não significam que a modernidade seja colocada em xeque, mas que a forma como se afirma diante do trágico incita a renovabilidade do conhecimento e/ou das práticas, ou melhor, a autoconfrontação a que Beck alude.

Quanto ao último, é importante considerar a bifurcação entre o recrudescimento de ordens que não se conversam e a abertura à dialogicidade. Quando o risco se concretiza, vêm à tona os limites da verdade, da certeza, da

precisão e do planejamento que repudiaram a necessidade de colocarem-se preventivamente em autoconfrontação e reconhecer a contingência. E, na fragilidade da condição do exercício convencional da autoridade estabelecida, o desastre é a oportunidade de a sociedade local permitir o retorno da ambivalência e emergência de múltiplas racionalidades locais silenciadas por um projeto totalizante (Gadea, 2006). A intencionalidade do poder macroenvolvente em promover situações de desencaixe, porém, não garantir a segurança que ficou implícita nas relações com o local, faz emergir o ressentimento e, conforme lembra Leis (2003), do ressentimento coletivo emerge desejos de vingança embora a desordem e a decadência amplas que disso resulte. Daí porque, conforme o autor, o mundo dos afetos não deva ser subestimado na relação com o mundo social e político moderno.

A narrativa da tragédia não é linear nem mesmo suficiente. É um embate de imagens e significados, corroborados ou rejeitados por determinado coletivo. As que se impõe são as que dão maior fluidez às subjetividades e, no entanto, conforme Santos, podem padecer sem a devida substância porque a violência profunda permanece inominável:

Eventos traumáticos não são assimilados ou tomam parte de experiências totais no momento em que alguém se confronta com eles, porque eles vão além do que é aceitável. A mediação necessária para que haja conhecimento sobre estes eventos é ausente, porque há um colapso da testemunha e um colapso da compreensão no momento em que o evento acontece. Ainda assim, indivíduos traumatizados tornam-se sintoma de uma história que eles não possuem inteiramente, porque a história ocorre sem testemunhas (...) Com efeito, aqueles que sofrem o trauma ficam presos no interior do evento.(...) Assim, o passado só pode ser lembrado a partir da consciência de que é impossível ter-se acesso a ele em sua essência ou origem. A legitimidade das narrativas, bem como a legitimidade das identidades que nelas de constituem, não pode ser compreendida como resultantes de ações passadas, mas sim dos atos de narrar. Em suma, as narrativas envolvem o que não está dito ou mesmo aparente (Santos, 2001: 59-60).

Os recursos discursivos, gestuais e atitudinais que compõem a narrativa foram, até bem pouco tempo, desprezados pela sociologia uma vez que nela, lembra Douglas (1992), há resistência para pensar que os indivíduos e suas subjetividades possam dar conta de descrever os fatos reais e tentar ancorá-los como parte daquilo que revela certa estrutura de autoridade, suas linhas de comunicação, sanções, compreensão de certos níveis de incerteza e imagens coletivas de perigo, subsidiando a geração de um conhecimento relevante. Há os que entendem que os marginalizados pelo processo da modernização tendem a resistir à mudança dos fixos e fluxos do território e à constituição de um novo espaço e, como Brüseke (1997), supõem que o saudosismo e o desejo de conservar um

cotidiano balizado pelo passado são nutridos pelo principalmente pelo ressentimento do que por qualquer riqueza que haja nos valores e práticas construídos endogenamente. Este ponto de vista tende, muito provavelmente, a considerar as narrativas locais como distorcidas diante do acontecimento do desastre.

O esforço colaborativo que Ferreira (2005) presume imperativo não é uma prática fácil de ser fomentada. Trata-se, no caso da projeção de barramentos, de ceder ao partilhamento de poder em substituição à hegemonia interpretativa das engenharias e, além disso, abrir espaço para que a nova perícia aponte para outros e, não raro, contraditórios caminhos para a ação empreendedora no local. A associação entre hidrólogos e biólogos no processo de projeção de barramentos é, por sua vez, premida mais pela existência de arcabouço legal e força política dos últimos para fazer valer a necessidade de EIAs/RIMAs como condicionantes à aprovação e execução das obras hídricas do que pela disposição dos primeiros em querer representar os mananciais de água doce como ecossistemas aquáticos, isto é, suporte de vida para espécies da fauna e flora. A aliança com a perícia produtora de barragens gera para os biólogos e mesmo para antropólogos, sociólogos e economistas, um promissor mercado de trabalho quando o remanejamento de espécies da fauna para áreas residuais de mata, a coleta de minguadas peças de sítios arqueológicos, a troca de casas antigas por conjuntos habitacionais padronizados de alvenaria e a substituição da produção familiar pelo assalariamento na cultura irrigada são vistas como medidas suficientes a serem adotadas.

No balanço dessas interações peritas, o peso da imposição da vontade dos negócios em torno da água e o conjunto de efeitos deletérios e, muitas vezes, irreversíveis, em termos socioambientais, é maior do que as formas homeopáticas e localizadas de intervenção visando alguma mitigação. Contudo, quando tais efeitos transbordam, com repercussões negativas, para o plano macros-social, uma encenação faz parecer que os acontecimentos não correspondem aos intentos originais do empreendedor e, portanto, às suas efetivas responsabilidades. Dito de outro modo, quanto mais rasa a visão de sociedade e natureza contida nos projetos, maiores as chances de eficácia de uma figuração discursivamente calcada na imagem de fatalidade, como se vê quando grandes barragens colapsam, provocando extensa destruição a jusante. A fatalidade não é aquilo que apenas dá opacidade ao entendimento público da persistência da ação instrumental do Estado no atendimento dos negócios da água; é aquilo que indica 'o quanto não se sabia a respeito de' por tão improvável que parecia ser aos olhos dos que produziram os riscos mas não o assumiram como tal.

Uma dimensão não menos importante da relação entre peritos de diferentes especialidades ou filiações institucionais é a disputa simbólica traduzida na homogeneização aparente de certos jargões, porém, com distinções entre

significados e, por decorrência, entre as práticas que esses significados irão dirigir. Menescal et al (2005) reporta os diferentes significados atribuídos ao vocabulário dos vários sistemas peritos que transitam no tema de riscos. Embora os autores supra vejam como necessária a homogeneização do conteúdo que subjaz à utilização dos termos técnicos pelos vários sistemas envolvidos na implantação, operação, monitoramento e emergência – buscando-se, por exemplo, um entendimento comum do conceito de “risco”, “área de risco” e “área ameaçada” – essa não é tarefa fácil. Cada especialidade resiste em fazê-lo posto que ceder ao argumento alheio envolve fragilizar a idéia de competência do grupo e do órgão que representa perante o outro, portanto, ameaçando sua ascensão na hierarquização da peritagem nas arenas decisórias. No campo político, não há espaço para cessões fáceis de pontos de vista assim como aceitar de bom grado a polifonia. Melhor é identificar o outro como portador de um equívoco conceitual e, portanto, inábil para atuar, precisando do monitoramento alheio.

Na ponta da elaboração das obras, estão os projetistas de barragens, que não vêm razão de considerar como relevante o ponto de vista da ponta oposta, que age quando o conhecimento aplicado de estruturas falha. Entre estes, uma série de outros peritos se sucedem pressupondo que o último da cadeia a tudo sabe e acompanha. Ao fim e ao cabo, quando o desastre ocorre, a emergência é chamada a agir com noções imprecisas da intensidade e magnitude da ameaça além de outras insuficiências marcantes, como ausência física no local destruído ou danificado ou ausência de autoridade para coordenar ações integradas dos vários órgãos envolvidos.

Tanto no colapso da barragem de Orós (CE), nos idos de 1960, quanto no de Camará (PB), em 2004, os moradores da localidade aglomeram-se no território que a perícia supra denomina de ‘área quente’, isto é, muito próximo ao território em que se encontra o fator de perigo. Em ambos, os casos, grupos de homens, mulheres e jovens não se contentaram em observar o perigo das imediações. Procuraram ficar em cima do restante da barragem destroçada, portanto, em local passível de também, a qualquer instante, ruir. Procedimentos técnicos triviais em emergência recomendariam isolar a área para a segurança dos curiosos e para propiciar a avaliação adequada do evento e da evolução dos riscos. Mas, tais procedimentos não foram adotados no momento exigido, isto é, de acordo com a expectativa pública de que iriam funcionar. Em ambos os casos, a distância temporal entre a implantação do empreendimento e a sua destruição foi curta, sinal de que o conhecimento técnico empregado, por detrás de obras jovens, falha e, também, que a distância entre as peritagens construtoras das obras e de emergência deveria ser menor tanto para evitar novos desastres com as intervenções já realizadas no território como para redefinir a ânsia modernizadora dos lugares.

Conclusão

Se a modernidade, segundo Giddens (1991), diz respeito à organização e dinâmica social na qual as transformações são contínuas – o desfazimento dos lugares, das relações, das rotinas – então, o desastre pode ser entendido tanto como um acontecimento que rompe com o resultado exitoso pretendido pela técnica, colocando os peritos em xeque frente aos que sofreram o desencaixe promovido pela modernização do território, como pode ser visto como a oportunidade de reafirmação da perícia, em bases reflexivas, refazendo o espaço a partir da renovabilidade da técnica. Se a implantação da barragem significou um rompimento da história produzida pelos grupos do lugar, o rompimento da barragem viabiliza a intercomunicação de racionalidades opostas fragilizadas, uns sofrendo pelas perdas e danos decorrentes da confiança na técnica outros por ver sua competência combatida. Revela-se, sem dúvida, uma possibilidade de manifestação pública do ressentimento recalcado. Mas há que se considerar que, na *reflexividade*, um ambiente para que uma comunicação dialógica pode se anunciar coadunando-se com uma ordem mais inclusiva e menos dissimulada na qual os mandantes deixem de agir como oráculo, monopolizando a verdade coletiva.

A cena de centenas de pessoas acompanhando o paulatino desmoronamento da barragem de Orós (CE) é uma imagem muito parecida à de centenas de pessoas que se aglomeravam naquela que se tornou, ao mesmo tempo, área de segurança e de risco na barragem de Camará (PB). Amontoando-se nas margens, abaixo e ao lado do paredão e, incrivelmente, em cima dos restos da própria estrutura comprometida, o que estariam procurando ver ou vivenciar?

O rompimento de uma barragem e desastres afins representam a perda na crença irrestrita na técnica, podem refazer sociabilidades adormecidas e ancorar narrativas diferenciadas que, no nosso entendimento, podem suscitar a *reflexividade* de grupos hegemônicos que destruíram os lugares com facilidade ao longo do século XX (Bauman, 1999).

Múltiplas interpretações são cabíveis, muitas das quais podem ser complementares. Provavelmente, havia os que quisessem, em ambos os casos, exibir coragem diante o risco. Se o evento desastroso estava em processo, eram desconhecidos e incertos, até aquele momento, os rumos que a situação iria tomar, circunstância propícia para demonstrar, diante o coletivo, destemor, reafirmando ou revalidando seu valor perante os demais (Brüseke, 1997). Acresça-se, neste caso, a possibilidade de desafio à autoridade. Fica-se próximo à zona perigosa porque nada há que nos detenha. E há que se considerar, ainda, os que apreciam participar do testemunho ocular do inusitado. “Eu vi, eu estava lá”, é a assertiva que confere ao sujeito o direito de ser portador da memória coletiva de tais acontecimentos; portanto, no confronto de temporalidades, o que será lembrado

pelo coletivo como o que guarda as representações tornadas legítimas perante a localidade e sobre ela.

Para além da curiosidade, da coragem e do testemunho presencial, destaca-se um elemento estrutural, que concerne não apenas a uma fascinação pela força da natureza encapsulada que é uma barragem, o ápice da razão, o simbolismo da separação homem/natureza, mas, a própria noção da constituição do sujeito e de sua subjetividade presente na narrativa.

A modernidade acentua uma separação entre homem e natureza nunca antes vista. Na modernidade, a natureza precisa ser dominada, não só a que se confunde com o meio externo, mas, também, a que é inerente ao ser humano. A radical distinção entre homem e natureza é o que dá amparo à racionalidade dicotômica entre sujeito/objeto e razão/afetividade, que são dicotomias tensas e conflituosas.

A barragem – como trabalho perito cristalizado – e o local estabelecem uma dicotomia sujeito/objeto na medida em que conflitam temporalidades. O moderno e o pré-moderno colocam barragens e lavadeiras, barragens e pescadores, em um tipo de oposição que transcende o aspecto laboral. Há afetividades envoltas na elaboração dessas identidades pré-modernas com o rio, afetividades que são impactadas quando o rio é encapsulado e não se mostra mais como era para permitir a inclusão de outros interesses. Há um domínio da razão sobre a afetividade. Quando as barragens rompem, ocorre também a ruptura, momentânea, da cisão que estas obras fazem entre sujeito/objeto e razão/afetividade. O rio, que retoma seu leito, é representado, no olhar local, como um sujeito indiferente ao esforço perito de tentar detê-lo, domesticá-lo. A afetividade que compõem a identidade do lugar permite a subjetivação do que é objeto no mesmo processo em que, os que foram tratados como objeto, na relação com a barragem, voltam a ser também sujeitos, porém, mais ricos, no sentido de que sua subjetividade é enriquecida no reencontro com elementos e dinâmicas originais do lugar.

Simultaneamente, a construção dessa subjetividade roubada por um objeto que se autonomizou (a barragem) permite o processo narrativo, que possui um papel central na concepção do ser. Interpretando Ricouer, Sodré (2004) lembra que “O acesso à compreensão de si-mesmo passa pela linguagem, pelo texto, pela elaboração dos sentidos de sua experiência e de suas relações (...). O conhecimento de si é uma interpretação do texto da própria ação pela qual a pessoa acede a sua história” (Sodré, 2004, p. 68).

A narração da resistência do rio à mudança que lhe impõem a tecnopolítica é o que permite que se entenda, sob uma outra perspectiva, o debruçar curioso, desafiante e testemunhal, do lugar ao pé, nas margens e em cima da barragem danificada. Talvez, não fosse uma massa, passiva ao desenrolar do acontecimento trágico, mas uma ‘torcida coletiva’ pelo rio, apostando na capacidade do mesmo

vencer a disputa com a racionalidade técnica. E, nisso, se tratasse de uma reconciliação, sempre precária, entre a razão e a afetividade. O retorno do lugar. E, nele, o reconhecimento de si mesmo.

Referências

- BAUMAN, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, Editora Zahar.
- BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BECK, Ulrich (1997). “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva”, in: GIDDENS, A. et al. (orgs). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da UNESP.
- BECK, Ulrich. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. Trad. Mark Ritter. London: Sage.
- BRÜSEKE, Franz J. (2001). “A modernidade técnica” in: Héctor Ricardo Leis, Ilse Scherer-Warren, Sérgio Costa. *Modernidade crítica e modernidade acrítica*. Florianópolis, Cidade futura, P159-174.
- BRÜSEKE, Franz J. (2003). “Paris na América ou a condição humana e a modernidade”, in: Héctor Ricardo Leis e Caleb Faria Aves. *Condição humana e modernidade no cone sul*. Florianópolis, Cidade Futura, p. 323-340.
- BRÜSEKE, Franz J. (2006). “Risco e contingência” in: BRÜSEKE, Franz Josef e SERRANO, Alan Índio (orgs). *Paradigmas da modernidade e sua contestação*. Florianópolis: Insular, p.11-35.
- BRÜSEKE, Franz J. (2005). Ética e técnica? Dialogando com Marx, Spengler, Jünger, Heidegger e Jonas. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 8, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>. Acesso em: 15 fev 2006.
- DOUGLAS, Mary (1992). *Risk and Blame. Essays in Cultural Theory*. Londres: Routledge.
- FERNANDES, F. (1962). “Reflexões sobre mudança social no Brasil”. Belo Horizonte, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v 2 n° 2, Julho.
- FERREIRA, Leila (2005). “A centralidade da interdisciplinaridade nos estudos sobre ambiente e sociedade”. *Política e Sociedade*. 4, 7: 184-209.
- GADEA, Carlos A. (2006). “Pós modernidade, razão e ordem pos moderna”. in: BRÜSEKE, Franz Josef e SERRANO, Alan Índio (orgs). *Paradigmas da modernidade e sua contestação*. Florianópolis: Insular, p.313-338.
- GIDDENS, Anthony. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- GIDDENS, Anthony. (1997). “A vida em uma sociedade Pós-industrial” in: Anthony Giddens, et al (orgs). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da UNESP.
- GIDDENS, Anthony. (2002). *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- GUIVANT, Julia (1998). “A trajetória das Análises de Risco: da periferia ao Centro da Teoria Social”. Rio de Janeiro: BIB 46, 2. sem.

- HORGAN, J. (1998). *O fim da ciência. Uma discussão sobre os limites do conhecimento científico*. São Paulo: Companhia das Letras.
- IRWIN, Alan (2001). *Sociology and the environment*. Cambridge and Malden: Polity Press and Blackwell Publishers Ltd.
- LEIS, Héctor Ricardo Leis. (2003). “Condição humana e ressentimento na modernidade periférica”, in: Héctor Ricardo Leis e Caleb Faria. *Condição humana e modernidade no Cone Sul*. Alves. Florianópolis, Cidade Futura, p. 341-366.
- LINDELL, Michael & PERRY, Ronald. (2004). *Communicating environmental risk in multiethnic communities*. Thousand Oaks, Califórnia: Sage.
- MENESCAL, Rogério et al (2005). “Acidentes e Incidentes em barragens no Estado do Ceará”. In: R. Menescal (org). *A segurança de barragens e a gestão de recursos hídricos no Brasil*. 2.a edição. Brasília: PROAGUA
- PRIGOGINE, Ilya. (2000). Ciências, razão e paixão. *Revista Parcerias Estratégicas*. Brasília n 3. Disponível em: http://ftp.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias3/ci_raz.htm acesso em 25 janeiro 2004
- SANTOS, B.S (1999). *Pela mão de Alice: o social e o Político na Pós Modernidade*. 5.a edição. São Paulo: Cortez Editores.
- SANTOS, Myrian S. (2001). “Historicismo e verdade em políticas da memória”, in: H.R. Leis; Ilse Scherer-Warren; Sérgio Costa (orgs) *Modernidade crítica e modernidade acrítica*. Florianópolis: Cidade Futura, pp 47-63.
- SERRANO, Alan Índio & LEIS, Héctor Ricardo. (2005). “Modernidade: o polêmico significante de um período”, in: H.R. Leis (org). *Impactos da modernidade na condição humana*. Florianópolis: insular, p. 243-272.
- SIENA, Mariana & VALENCIO, Norma (2006). “Moradias Afetadas pelas Chuvas: dimensões objetivas e subjetivas dos danos pelo recorte de gênero”. Brasília. *Anais do III Encontro Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade*. 16p.
- SOAR FILHO, Ercy José & LEIS, Héctor Ricardo. (2005). “Reflexividade e crise de confiança na sociedade contemporânea”. H.R. Leis (orgs) *Impactos da modernidade na condição humana*. Florianópolis: insular, p. 217-242.
- SODRÉ, Olga (2004). “Contribuição da fenomenologia hermenêutica para a psicologia social”. *Psicologia USP* 15, 3: 55-80.
- VALENCIO, Norma (2005b). “Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Câmara (PB): limitações da resposta da Defesa Civil frente ao rompimento de barragens”. *Anais do Encontro Ciências Sociais e Barragens*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 20p.
- VALENCIO, Norma (2006). “O controle das águas como fator de progresso e de risco: as representações institucionais dos Grandes Projetos Hídricos no Nordeste Brasília”. *Anais do III Encontro Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade*. 16p.
- VALENCIO, Norma et al (2003). “Ação institucional e violência simbólica na pesca profissional artesanal do rio São Francisco” in: E. Gaeta & E. Wetland (orgs). *PPG-SEA: Trajetória e perspectiva de um curso multidisciplinar*. v 4. São Carlos: RiMa Editora.
- VALENCIO, Norma et al (2005a). “Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais”. *Política e Sociedade*. 4, 7: 163-183.

RESUMO

Da confiança à fatalidade: colapso de barragens como limite ao paradigma da modernização?

Barragens podem ser consideradas como formas contemporâneas de dominação de uma localidade, relacionadas ao paradigma da modernização. As barragens são amparadas por um discurso político e uma competência perita que não permitem contestação, com benefícios e riscos não compreendidos ou desejados pelas populações locais. Isso representa um continuum de formas equivocadas de intervenção técnica sobre o espaço, que é o que focaliza este trabalho.

Palavras-chave: Barragens; modernidade; representações sociais

ABSTRACT

From trust to fatality: dam collapse as a limit of the modernization paradigm?

Dams could be considered contemporary forms of local domination related to the modernization paradigm. Dams have been supported by a political discourse and by an expert competence that cannot be contested, with benefits and risks neither understood nor wished by the local population. This represents a continuation of mistaken forms of technical intervention in social space which is the focus of this paper.

Keywords: Dams; Modernity; Social Representations

Recebido para apreciação: maio de 2006

Aprovado para publicação: junho de 2006

Comentário Crítico

HABITUS SÓCIO-AMBIENTAL: ELEMENTOS DE COMPREENSÃO DA REPRESENTAÇÃO AMBIENTAL

Sérgio Luiz P. Silva

1. Introdução

A discussão sobre o meio ambiente suscita uma investigação entre duas áreas de análise com base em duas perspectivas, que são: 1. HEP (Human Environmental Perspective) e 2. NEP (Natural Environmental Perspective). As compreensões sociológicas isoladas a partir dessas duas premissas inibem a formulação de uma análise interdisciplinar sobre o meio ambiente. Além do mais, o meio ambiente, em sua complexidade, necessita de uma análise interativa entre o HEP e o NEP dentro de um esquema metateórico como visto na perspectiva de Tindall (1995) e Buttel (1997) que envolva a relação entre vários elementos de análise: micro e macro, subjetividade e objetividade, instituições, ação e risco social, sujeito/objeto e mudança ambiental, dentre outros aspectos não menos importantes como o “*constructo*” entre o natural e suas alterações.

Tal perspectiva é sugerida em trabalhos de autores como: Buttel (1997); Catton (1978); Giddens (1996); Beck (1994) dentre outros. Trabalhos que tratam sociologicamente o meio ambiente dentro de um contexto integral e interrelacional e que, de maneira geral, identificam a necessidade emergente de uma sociologia do meio ambiente conectada com questões humanas e naturais.

Compreendemos com isso que tal perspectiva metateórica possa ser pensada também através de uma discussão sobre modelo reflexivo de representação da realidade ambiental. Ou seja, no aspecto da construção de uma visão tanto subjetiva como objetiva sobre a realidade concreta do meio ambiente em seu contexto geral, natural e humano reflexiva e compreensivamente composto. Giddens (1996), por exemplo, abre uma discussão com essa perspectiva enfocando a questão relacional entre ecológica e política ambiental. Vejamos o que é dito:

Seria possível ver na extraordinária explosão das idéias verdes, nas últimas décadas, as origens de um radicalismo político renovado? Com certeza os defensores das teorias ecológicas acreditam que sim. Carolyn Merchant, por exemplo, diz que a ecologia radical propõe uma nova consciência de nossas responsabilidades em relação

ao resto da natureza e aos outros humanos. Ela busca uma nova ética da natureza e da formação de pessoas. Ela dá às pessoas o poder de fazer mudanças no mundo que seja coerentes com uma nova visão social e uma nova ética” (Giddens, 1996, p.223).

Como é possível perceber a perspectiva natural e humana se encontra no centro da questão. Nesse sentido, propomos uma discussão sobre o aspecto do pensamento político e o pensamento ecológico como elementos de compreensão do meio ambiente. E, sendo assim, estes devem estar ancorados numa análise sobre representação para que possa referenciar, de forma relacional, a perspectiva natural e humana como pontos relevantes de investigação.

A preocupação deste ensaio não é o de definir limites claros entre o HEP e NEP, ou de situar limites entre outros elementos de investigação sobre o meio ambiente. Em vez disso a preocupação deste texto é o de refletir sobre o entrelaçamento e a interação dessas bases de análises na tentativa de formular uma reflexão sobre homem–natureza e natureza–homem no sentido de uma sociologia compreensiva de um suposto “*homoeologicus*”, com base no que chamamos de *habitus* sócio-ambiental promovido pela experiência ecológica e política da sociedade contemporânea. E assim enfocar esses elementos como dado referencial de preocupação da vida social nos dias atuais. Dentro desse contexto, vejamos como a Sociologia do Meio Ambiente estrutura uma base para tal reflexão.

2. A constituição do conceito de *habitus* e pensamento político-ambiental

Para definir a noção conceitual de “*habitus*” com maior propriedade, recorreremos a alguns autores que trabalham com tal noção: Pierre Bourdieu (1989) e Norbert Elias (1989/1994/1998). Enfatizamos que o conceito de *Habitus* nos dois autores tem noções teóricas distintas, mas nos servem como base estrutural de conceituação. Utilizaremos também outros autores que trabalham a categoria de *habitus* como elemento de análise em seus trabalhos que são: Jean-Hugues Déchaux (1993) e Jurandir Malerba (1996) e nos ajudam a compor uma definição sintética do conceito de *habitus*.

Podemos definir o *habitus*, segundo a noção de Bourdieu, como um contexto simbólico que se contextualiza como “estrutura estruturada e estruturante”. Segundo essa base, Jean-Hugues Déchaux afirma que o *habitus*

(...) consiste em esquemas de percepção, de apreciação e de ação inculcados pelo contexto social e se analisam em uma incorporação das estruturas sociais. Mas simultaneamente, este sistema de disposições adquiridas é produtor de práticas. Ele é matriz de percepções, de apreciações e de ações, o princípio gerador dos

comportamentos. Como escreve P. Ansart, o habitus 'é ao mesmo tempo o produto da interiorização das condições objetivas e a condição das práticas (Jean-Hugues Déchaux 1993, p.4).

Na perspectiva de Elias, a noção de habitus refere-se a psicogênese das formações sociais na relação Nós-Eu mediante os processo de relações sociais e os processos de formações culturais.

Análises sobre sociedades antigas a partir dessa questão são referenciadas dentro da sociologia histórica demonstrando a relação do caráter de formação simbólica da relação entre o gênero humano de vida e o meio ambiente físico dentro da relação Nós-Eu. Nobert Elias (1998) toca nessa questão discutindo as relações entre o ambiente físico e formas de organizações sociais de culturas antigas numa análise sobre a questão de constituição do *habitus* na percepção do "Tempo". Esse autor demonstra como o raciocínio das formações sociais antigas, a partir da relação homem-natureza, constituíram seu *habitus* a partir de percepções objetivas sobre o meio ambiente. Essas percepções referenciavam a relevante contribuição de elementos do meio ambiente biofísico sobre essas formas de organizações sociais e constituiu a formação do processo de representação simbólica da realidade dessas sociedades.

Em seu trabalho "Sobre o Tempo", o autor mostra a relevância do ponto de intercessão na relação homem-natureza e com isso desenvolve, de forma fundamentada, uma compreensão sociológica sobre processos culturais antigos que se formaram ancorados no contexto de percepção do meio ambiente (sol, lua, vento, chuva, clima, natureza etc.) e como essa questão influenciou a constituição de habitus que incidiram em práticas de condutas sociais. Dentro desse contexto, determinadas formações sociais antigas, segundo o autor, desenvolveram compreensões e elaborações sobre o "Tempo" com base em hábitos institucionalizados de suas práticas sociais sob o aspecto físico-natural e cultural no processo de formação de suas sociedades.

Embora estejam ancoradas em noções conceituais diferentes, a idéia de *habitus* em Bourdieu e Elias delimitam o aspecto operacional do habitus como categoria de análise sociológica envolvendo dimensões mais estruturais simbólicas, como no caso de Bourdieu, e dimensões mais individuais que envolve o Nós-Eu (percepção e representação), como no caso de Elias.

Nesse sentido, a noção hipotética de "*habitus sócio-ambiental*" contemporâneo, que procuramos desenvolver, tenta refletir os aspectos dos dois autores. Além desse contexto, procuramos também enfatizar a dimensão política para discutir nossa questão. E para tanto recorreremos as análises atuais que discutem a política e o meio ambiente na sociedade global.

A idéia de "habitus sócio-ambiental" que argumentamos nesse texto refere-se a um aspecto de realidade emergente que está presente em nossos dias a partir

de questões da chamada “sociedade de risco” analisada por Alan Irwin (1997), Ulrich Beck (1992), Giddens (1996), Elizabeth Shove (1997) e a partir das questões e das análises sobre “mudança ambiental” feita por autores como: F. Buttel (1997); Catton e Dunlap (1978); Dunlap (1997); C. Rootes (1997); M. Redclif e G. Woodgate (1997) e J.A. Padua (1997).

Estes autores discutem com propriedade a emergência dos problemas ambientais na sociedade contemporânea enfatizando de maneira geral a complexidade da questão. Dentro desse contexto as noções de mudanças ambientais e riscos sociais são enfatizados por esses autores a partir de análises sobre como o crescimento e desenvolvimento sócio-econômico vem se desenvolvendo como um modelo hegemônico. Particularmente a sociedade de risco e a mudança no meio ambiente constitui a base da formação de um modelo crítico de percepção da realidade social contemporânea. Refirimo-nos a percepção social sobre o meio ambiente por parte dos atores sociais e a percepção sobre o meio ambiente nas dimensões institucionais de políticas públicas a partir de um enfoque político-econômico. Nesse sentido, o movimento ambiental é apenas um reflexo mais objetivo de constituição desse “*habitus sócio-ambiental*”, ou seja, dessa disponibilidade de percepção, compreensão e representação estruturadora e estruturante de ações e práticas sociais.

É fato que a idéia de consciência ambiental e ecológica e a noção de destradicionalização, discutida por Giddens (1996), como assunto de uma agenda sócio-política dos nossos dias é também reflexo da constituição desse *habitus sócio-ambiental* contemporâneo. Isso indica que a forma de organização e desenvolvimento social de nossos dias obriga-nos a um posicionamento político em relação ao meio ambiente¹. Como exemplo simples podemos dizer que a prática voluntária da seleção doméstica do lixo, ou uma determinação governamental instituída sobre a obrigatoriedade da seleção de todo o lixo produzido na sociedade, ou a conscientização voluntária de poupar energia nos horários críticos (horários de maior consumo); ou a penalização instituída pelo governo sobre gasto excessivo de energia; ou o uso inadvertido de um spray que contenha propriedades destrutivas à camada de ozônio; ou sua proibição; ou mesmo a discussão institucional (ciência/governo) ou popular (agricultores e consumidores) sobre alimentos transgênicos nos dias atuais, dentre inúmeros outros exemplos que poderíamos elencar, são aspectos que se constituem dentro ou a partir do que chamamos hipoteticamente de “*habitus sócio-ambiental*” do mundo contemporâneo.

¹ Ao nos referirmos a posicionamento político e consciência ambiental, não estamos nos referindo às políticas partidárias simplesmente, mas a uma consciência política coletivizada incorporada pelos vários atores na sociedade global que envolve governos, cidadãos, instituições públicas e privadas.

Nesse contexto, definiremos o “habitus sócio-ambiental” da seguinte forma: uma disposição de padrões comportamentais, perceptivos, representacionais e simbólicos que estão ancorados numa dimensão prática e interativa das relações e ações sociais, com uma perspectiva natural (ambiental) e humana (sócio-individual) dentro do sistema de desenvolvimento global do mundo contemporâneo.

Sob esse aspecto real, faz sentido uma discussão sobre elementos de formação da sociedade global. Vivemos numa sociedade global antes de mais nada pelo fato do meio ambiente social e natural se constituir num sistema global. Diante desse argumento, afirmamos que todas as formações sociais historicamente constituídas, no mais remoto passado, sempre estiveram dentro de um sistema global. E sendo assim se constituíram por um *habitus ambiental mutanti* que relaciona meio ambiente natural e meio ambiente social, ou como os analistas contemporâneos como Catton e Dunlap (1978) conceituam como limites e relação entre HEP-NEP.

Como esquema de percepção da realidade, essa noção hipotética que desenvolvemos de “habitus sócio-ambiental” se estrutura dentro de um contexto emergencial da sociedade contemporânea. Contexto esse que envolve as várias regiões e as várias formações culturais, políticas e econômicas num processo de compreensão e representação entre o “social” e o “natural”. Isto talvez incida na forma de percepção do meio ambiente como um sistema ecossocial que funcione interligado entre as várias áreas e regiões. Como afirmou Giddens:

(...) existe uma série de situações em que nas quais a humanidade deveria se afastar das intervenções que afetam o meio ambiente, ou tentar eliminar os efeitos colaterais. Entretanto, a maioria dos modos de vida com os quais temos que lidar são sistemas ecossociais: eles dizem respeito ao meio ambiente socialmente organizado (...). Na maioria das áreas ambientais, não poderíamos começar a desenredar o que é natural e o que é social – mais importante ainda, procurar fazer isso é geralmente irrelevante para os esforços a fim de elaborar programas de ação. Isso nos livra da tarefa impossível de ter de afirmar que Los Angeles é, de alguma forma menos natural que um vilarejo inglês; e nos incumbe de fazer julgamento sobre todas as paisagens ou arenas ecológicas. ‘O meio ambiente’ não deveria ser usado como uma forma subreptícia de contrabandear a ‘natureza’. Los Angeles é uma parte do meio ambiente tanto quanto uma campina (Giddens, 1996; p.239).

Dessa forma, todas as formações sociais envolvendo cultura, política, economia e os vários atores envolvidos em todos esses campos, estão inseridos na relação intrínseca do HEP-NEP contextualizando um lugar social de formação desse “habitus sócio-ambiental” na constituição da sociedade contemporânea”.

3. Ecologia e natureza em representação: pressupostos da sociologia do meio ambiente

O conceito de “natural” é uma construção social ao mesmo tempo que o “social” encontra no natural e no simbólico os próprios elementos de sua efetivação conceitual, talvez isso reflita uma posição dialética, ou talvez não haja uma síntese mas um processo de ruptura entre os dois pontos, o natural e o social.

Vejam os então as bases da Sociologia do Meio Ambiente no que se refere a essa questão. O que determina o que? As construções sociais e culturais são hegemônicas sobre a natureza (meio ambiente) ou a natureza a sua maneira determina os constructos sócio-culturais? Essa é uma questão de fundo não só da Sociologia do Meio Ambiente (SMA), mas do pensamento sociológico de base materialista.

O materialismo histórico, dentro de um contexto bem mais amplo, também ancora uma discussão a partir da relação homem/natureza e de toda relação material que daí decorre. É fato que a própria Sociologia do Meio Ambiente sofreu e sofre ainda hoje influências desse paradigma de análise social. Frederick Buttel (1997) propriamente afirma que a SMA tem uma tradição materialista desde seu início.

Com isso, essa disciplina científica tende a perceber a relação de influência do ambiente biofísico na vida social de forma complexa e interrelacional. Buttel (1997) compreende que de forma efetiva os processos sociais, os sistemas culturais e as relações de poder estabelecidos nas sociedades complexas (mediante sua forma de organização, funcionamento e desenvolvimento) estão ancorados num substrato material que em última instância é natural.

Não apenas Buttel, mas outros autores dentro do campo da SMA como Catton e Dulanp (1978) enfatizam a relação entre o contexto biofísico e o contexto cultural como um modelo de análise necessário à sociologia, especificamente à Sociologia do Meio Ambiente. No que toca às análises sobre capitalismo avançado e mudança ambiental, por exemplo, Buttel (1997) refere-se à questão ambiental, do ponto de vista sociológico, com uma preocupação institucional no que se refere a legitimação da forma como a sociedade implementa um modelo de desenvolvimento político-econômico cada vez mais acelerado. Um modelo que incide no processo de exploração e mudança ambiental dentro de um contexto de degradação. A análise de Buttel segue a lógica de um neo-materialismo, tanto no que concerne à questão concreta da natureza (meio ambiente biofísico) como no que toca ao contexto de conscientização crítica sobre o meio ambiente por parte dos atores sociais no contexto individual e institucional.

Dentro desse aspecto, ele busca examinar o aspecto institucional da mudança ambiental com ênfase no papel da política econômica e na análise das instituições sócio-culturais no que toca a degradação ambiental.

A idéia de uma consciência ecológica define de forma simbólica o *background* da questão ambiental, pois de forma global os impactos da mudança ambiental dizem respeito à vida social como um todo. Dentro desse contexto, a consciência coletiva de um suposto *homoecologicus* estaria aquém da realidade social.

Além desse aspecto fundamental e estrutural é válido ressaltar que as bases da própria estruturação da SMA estão também ancoradas num outro substrato, este por sua vez é a consciência política ambiental. Inclusive a Sociologia do Meio Ambiente surgiu das práticas de mobilização do movimento ecológico moderno. Nesse caso a ligação dessa sociologia com a idéia de consciência ecológica é muito forte (Buttel, 1997).

Nesse sentido, essa sociologia sofreu uma influência fundamental dos movimentos ambientalistas e ecológicos que atuam na sociedade global acerca de vinte e cinco anos, o que faz com que a prática política ambiental seja a marca emblemática dessa disciplina. A relevância dessa última questão incide no fato de que o ambientalismo se transformou num dos movimentos sociais mais atuante da sociedade contemporânea, dessa forma os chamados “Novos Movimentos Sociais” têm se transformado em veículos de expressão de um ativismo político atuante e visível.

A noção de representação do meio ambiente, dentro desse contexto, estrutura uma discussão entre duas esferas de ações sociais: o mundo da vida (ambiente da vida cotidiana) o qual é o universo de visibilidade dos movimentos sociais e o mundo do sistema normativo (este referido ao sistema político-econômico e jurídico), duas esferas separadas no contexto do processo social. Visto que o problema ambiental refere-se a uma questão bem mais ampla que setorial, a implicação da análise sociológica sobre esse aspecto reflete a necessidade de aproximação dessas duas esferas da sociedade, pois as categorias de análises do problema caracterizam-se num modelo conjuntural de investigação. Nesse sentido, o movimento social atua com um catalisador das questões ambientais e visivelmente implementa ações sociais como ato simbólico-discursivo, ou seja, atua como ator de uma representação emergente no qual o significado efetivo refere-se a uma questão concreta.

No contexto normativo, as políticas de controle e preservação ambiental implementadas pela esfera executiva, no nível Estadual e Federal, refletem a demanda de preocupações sociais de caráter emergencial que também referem-se à questões concretas. Do ponto de vista material e simbólico o habitus do ambientalismo, como prática ou como conhecimento disponíveis em forma de cultura concretizada, liga a perspectiva natural e humana de forma fundamental e nesse ponto se forma o ethos do que convencionamos chamar “homoecologicus”.

Alan Irwin (1997), em seu trabalho “Risk, the environment and environmental knowledges” toca de forma peculiar na questão entre cultura e

natureza discutindo sobre o natural, o social e o científico como categorias interligadas na análise da SMA. Refletindo de forma crítica sobre o conhecimento ambiental, o autor enfoca uma compreensão desses três elementos de forma aproximada uns dos outros e assim nos indica um caminho para a compreensão da racionalidade ambiental que pretensamente nos levaria as bases de formação desse “homoecologicus” contemporâneo. Vejamos como discutir essa questão a partir de categorias sociológicas como: representação social, racionalidade e ação sócio-política.

4. Representação ambiental como habitus político

No início desse ensaio elencamos algumas categorias de análise que nos servem como instrumento de reflexão, tais como “ambiente biofísico”, “ação social” e “pensamento ambiental e político”. Esses elementos trabalhados no campo da SMA se complementam com outro elemento não menos sociológico a “representação social”.

Dentro desse contexto, a categoria de representação social será utilizada aqui como instrumento operacional de discussão nesse ensaio. Para tanto devemos defini-la conceitualmente.

Basicamente podemos dizer que a representação social é uma forma de produção e propagação do conhecimento que se constitui no mundo da vida do cotidiano. Autores especialistas nesse campo de estudo como: Serge Moscovici (1976), Denise Jodelet (1988), Jorge Valla (1992), Celso Sá (1993), dentre vários outros, definem as representações sociais como um modelo de conhecimento específico embasado no senso prático do saber comum que tem como função estruturar comunicação, conhecimento, comportamento e práticas sociais.

Nesse contexto, as representações sociais, dentro do cotidiano, traduzem em conhecimento prático e popular as informações veiculadas na vida social, o que faz com que a realidade se materialize nas ações dos sujeitos tanto de forma social quanto de forma política.

Importa-nos aqui a dinâmica social e política da representação no que toca ao meio ambiente que é uma realidade material processada socialmente. Em outras palavras, importa-nos a dinâmica social e política do pensamento ambiental ancorados numa análise de representação social.

Então vejamos a definição conceitual de pensamento político referente a essa questão. O pensamento político é uma forma reflexiva de atingir objetivos dentro do que Pierre Bordieu (1989) chamou de “mercados de bens de poder” dentro dos campos simbólicos, especificamente dentro do chamado campo político. A política nesse sentido se fundamenta como uma posição estratégica no contexto das relações dos sistemas institucionais, culturais e econômicos. A

questão ambiental ou mais especificamente o pensamento político ambientalista encontra nesse pressuposto de relações instituintes um lugar social para sua ação.

Retomando as reflexões de Buttel (op. cit.) compreendemos como o complexo institucional da sociedade está ligado de forma geral a questão político-ambiental, especificamente no que toca as mudanças e transformações do meio ambiente como um dado de realidade urgente. E por isso, para ele, a tradição materialista de análise do meio ambiente tende sempre a perceber a relação de influência do meio ambiente biofísico na vida social e de como isso se traduz numa linguagem política.

Dentro desse contexto, os processos sociais, os sistemas culturais e as relações de poder (econômico e político) estão ostensivamente ancorados nesse substrato ambiental. Vemos por exemplo, as discussões sobre política de usos dos recursos naturais, sustentabilidade, organização espacial, dentre outros assuntos, como questões que são tratadas dentro de um aspecto da racionalidade ambiental mesmo quando se referam ao processo de degradação do meio ambiente, o que quase sempre acontece.

O importante para nossa reflexão é justamente o aspecto que ancora o pensamento político e a representação ambiental. Para Buttel essa questão de fundo encontra-se na base de formulação de um paradigma sociológico ambiental, que é um problema central em suas análises.

No mesmo sentido, para autores como Giddens (1996) a relação entre política e meio ambiente e pensamento político-ambiental reflete o problema que tratamos aqui. Para Giddens, ancorado em Bookchin, “o pensamento ecológico pode recuperar idéias de uma crítica radical da vida social” (1996, p.225). Isso é afirmado num contexto em que o chamado pensamento radical, dentro do aspecto de crise dos paradigmas, perdeu sua identidade e, conseqüentemente, seu espaço político e vê surgir um pensamento da “política verde” que procura expressar questões políticas e sociais num contexto de crise social, ambiental e econômica.

A racionalidade política do movimento ambiental, é fruto do processo situacional desse momento de crise na qual a sociedade global se encontra. E como atores políticos, esses movimentos ambientais representam social e ativamente uma forma de relação política do meio ambiente.

Sobre esse aspecto Marco Reigota (1997) afirma que a representação social sobre o meio ambiente reflete uma forma diferencial de percepção do mesmo. Porém, mesmo com essa diferenciação há um consenso sobre a base de definição do significado conceitual e prático do meio ambiente.

Ele propõe que o meio ambiente mesmo como uma representação social se contextua na seguinte definição:

O lugar determinado ou perdido, onde os elementos naturais e sociais estão em relação dinâmica e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (Reigota; 1997; p. 14).

A questão relevante no que toca a relação entre o meio ambiente e sua forma de representação, por parte dos vários atores sociais, é que o meio ambiente é percebido de forma plural e diferenciada. E isso se dá pelo fato dos indivíduos compreendê-lo a partir de uma perspectiva subjetiva ancorada numa realidade concreta.

Dentro desse contexto, é fato que o meio ambiente é enfatizado como uma determinação natural (por mais subjetiva que seja sua compreensão). E sobre essa compreensão se fundamenta uma prática social, cultural e política por parte dos atores sociais. Podemos inclusive afirmar que nas representações sociais sobre o meio ambiente encontramos elementos que pertencem ao H.E.P e ao N.E.P. ao mesmo tempo e isso se dá pelo fato dos indivíduos compreenderem de forma simples a relação intrínseca entre o natural e o humano percebendo que um só tem sentido em relação ao outro. Pelo menos é o que demonstra a análise da pesquisa feita por Reigota² (1997).

Podemos abstrair essa discussão para tentar refletir como o meio ambiente é percebido no contexto da sociedade global, na medida em que os problemas ecológicos e ambientais são difundidos amplamente na sociedade global. Com base numa divulgação mass media o meio ambiente passa a ocupar um lugar privilegiado nos lares e vida cotidiana da sociedade globalizada. Mas isso não significa objetivamente afirmar que a comunicação mass media sobre questões ambientais produza uma consciência ecológica e ambiental em nível global, como é possível perceber nas argumentações de Hanningan³. Porém, podemos afirmar que isso de maneira indireta e simbólica ajuda a constituir o que chamamos hipoteticamente de “Habitus sócio-Ambiental” contemporâneo que discutiremos mais adiante.

É fato que a definição de meio ambiente, no contexto das representações sociais, é enfatizado com uma determinação de base natural. Nesse sentido, a sociedade de maneira geral tem uma relação de compreensão sobre o meio ambiente no que toca a visualização da natureza física, no seu contexto de degradação ou de conservação. E de forma subliminar enfatiza-se as questões

² Nesse livro, que tem como título Meio ambiente e Representação social, Marcos Reigota faz uma análise sobre o conceito de meio ambiente a partir da forma como educadores compreendem e definem o meio ambiente, e como esse contexto de definição está ancorado na prática cotidiana de relação prática e conceitual do mesmo.

³ Sobre esse aspecto ver Stamm *et al.* (2000) e J. A. Hanningan (2002).

políticas e sociais, pois essas últimas revelam objetivamente a importância do meio ambiente para as formas de vida e organizações sociais.

Porém é importante salientar que cada vez mais nos dias atuais o conteúdo político está sendo enfatizado com maior força. Ou seja, o meio ambiente está sendo enfatizado a partir da constituição de um pensamento político cada vez mais efetivo. Nesse sentido, a percepção representativa do meio ambiente tende a enfatizar cada vez mais um conteúdo político-instrumental.

Podemos partir desse tipo de afirmação com base em análises feitas por Giddens (1996), Beck (1992) e Buttel (1997), autores que enfatizam o conteúdo político na percepção e mudança do meio ambiente. Isso significa que a idéia de compreensão sobre o meio ambiente ganha uma dinâmica sócio-cultural e simbólica cada vez mais forte e essa força se revela no contexto político no qual esta ancorada e que contribui para a formação de um *ethos* ambiental. Vejamos essa questão no próximo tópico onde discutiremos o contexto conceitual de “*habitus* sócio-ambiental”.

5. Considerações finais

Este texto, buscou dissertar sobre idéias e categorias de análise, pertinentes à compreensão contemporânea sobre o meio ambiente no contexto de relação entre o social e o natural. Transcorrendo no aspecto da interdisciplinaridade o desenvolvimento dessa investigação percorre um caminho de pretensa formação de novas categorias e conceitos, como é o caso do “Habitus Sócio-Ambiental Contemporâneo”, nos fazendo tomar emprestado, arquétipos consolidados da sociologia e relacioná-los com outras áreas de conhecimento e investigação social. Porém, o mais importante dessa questão não é o aspecto de formações de novos conceitos, mas o de saber se os mesmos se sustentam enquanto elemento de análise ou se há pelo menos um contexto de aplicação para o mesmo.

A perspectiva interdisciplinar nos proporcionou condições de, através de uma investigação mais livre, interrelacionarmos uma variada gama de autores e conceitos no propósito de construirmos um argumento objetivo. Esse argumento objetivo foi mediado por um argumento maior e mais estruturado, no campo da Sociologia do Meio Ambiente, que é a relação do processo social e natural na formações dos sistemas ecossociais, aqui mencionado por Giddens (1996), Buttel (1997) e Irwin (1997).

A pertinência dessa análise refere-se à uma possível contribuição da racionalidade contemporânea no que toca à investigação do meio ambiente físico e social visto que a partir dos argumentos discursivos dos autores que tratamos, mostra-se pouco reflexivo as análises isolados no campo da investigação sobre o meio ambiente.

Como foi possível perceber, a noção de “habitus sócio-ambiental” além de se ancorar em conceitos já antes discutidos na sociologia, busca ainda dimensões no campo da política e com isso dinamiza-se na noção de seu próprio conceito.

Os resultados desse ensaio talvez não se apresentem nessas últimas palavras, mas no desenvolvimento de análise futuras no campo de nossas investigações interdisciplinares a partir da sociologia, com a tentativa de operacionalizar melhor o que afirmamos no argumento desse ensaio.

Referências

- ALLMARK, T. (1997). Environment and Society in Latin America”, in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. p. 390-402 Northampton, MA: Edward Elgar.
- BECK, U. (1994). *Ecological Politics in an age of risk*. Cambridge: Polity.
- BOURDIEU, Pierre. (1987). *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil. Lisboa: Difel.
- BUTTEL, F. H. (1997). “Social Institutions and Environmental Change”, in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. P. 40-55 Northampton, MA: Edward Elgar.
- CATTON, W. R. DUNLAP, R.E. (1978). “Paradigms, Theories and the Primacy of the HEP-NEP Distinction” in *The American Sociologist* 13: 256-259.
- DÉCHAUX, Jean Hugues (1993). Nobeit Elias et Pierre Bourdieu: analyse conceptuelle comparée. *Archives Européennes de Sociology*. Cambridge, 34, 365-85,2.
- DUNLAP, R. E. (1997). The evolution of Environmental Sociology: A Brief History And Assessment of the American Experience”, in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds.p. 21-39 Northampton, MA: Edward Elgar.
- ELIAS, N. (1994). *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.
- _____. (1998). *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.
- _____. (1998). *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. V. 2. Rio de Janeiro. Jorge Zahar.
- GIDDENS, A. (1995). *Para Além da Esquerda e da Direita*. São Paulo. Unesp
- HANNIGAN, J. A. (2002). *Environmental Sociology: A Social Constructionist Perspective* London: Routledge.
- IRWIN, (1997). “Risk, the Environment Knowledge”, in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. P. 218-266 Northampton, MA: Edward Elgar.
- JODELET, Denise. (1988). “La representación Social: fenomenos, Concepto y teoria”. In MOSCOVICI, S. (org.) *Psicología Social II*. Barcelona. Paidós.
- JONES, R. E. DUNLAP, (1992). “The Social Bases of Environmental Concern: Have They Changed Over Time?” *Rural Sociology* Vol. 57 (1): 28-47.
- MALERBA, J. (1996) “Sobre Nobeit Elias” in *A Velha História: Teoria, Método e Historiografia*. Campinas. São Paulo: Papirus.
- MOSCOVICI, Serge. (1978). *A Representação Social da psicanálise*. Rio de Janeiro. Zahar.
- PADUA, J. A. (1997). “Biosphere, History and Conjuncture in the Analysis of the Amazon Problem, in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. P. 403-417. Northampton, MA: Edward Elgar.

- REIGOTA, M. (1997). *Meio Ambiente e representação social*. 2.ed. São Paulo. Cortez.
- SÁ, Celso Pereira de. (1993). "Representações Sociais: O Conceito e o Estado Atual da Teoria": in SPINK, M. Jane (org.) *O Conhecimento no Cotidiano. As Representações Sociais na Perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo. Brasiliense.
- SHOVE, E. (1997). "Revealing the Invisible: Sociology, Energy and the Environment" in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. P. 261-237. Northampton, MA: Edward Elgar.
- STAMM, Keith R., Fiona CLARK e Paula Reynolds EBLACAS (2000). "Mass communication and public understanding of environmental problems: The case of global warming", in *Public Understanding of Science*, Vol. 9, No. 3, 219-237 (2000).
- VALLA, Jorge. MONTEIRO, Maria Benedita (1992). *Psicologia Social*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- TINDALL, D. (1995). "What is Environmental Sociology? An Inquiry into the Paradigmatic Status of Environmental Sociology" in *Environmental Sociology: Theory and Practice*, Michael Mehta and Eric Ouellet (eds) London: Captus Press.

RESUMO

Habitus sócio-ambiental: elementos de compreensão da representação ambiental

Este artigo investiga a relação entre pensamento político e meio ambiente, com base na Human Environmental Perspective - HEP e a Natural Environmental Perspective - NEP. Para esse intuito, forjamos uma reflexão crítica no campo da sociologia do meio ambiente utilizando-nos dos elementos conceituais de análise da teoria das Representações Sociais, como um forma de composição de uma base para o pensamento político ambiental.

Palavras-chave: meio-ambiente; representação social; habitus ambiental

ABSTRACT

Socio-environmental habitus: aspects of the understanding of environmental representation

This paper investigates the relation between political thought and environment, on the basis of the Human Environmental Perspective (HEP) and the Natural Environmental Perspective (NEP). For this intention, we forge a critical reflection of the field of the sociology of the environment drawing from conceptual elements of analysis of the theory of the Social Representations, as one form of composition of a base for a political theory of the environment.

Keywords: Environment; social representation; environmental habitus



Resenha

CASSARO da Silva, Marta & HAINARD, François. *O ambiente: uma urgência interdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2005.

*Aloísio Ruscheinsky
Mariana Piccoli Lerina*

A urgência da interdisciplinaridade para a análise de questões ambientais se coloca tanto no campo da realização de pesquisas, como das práticas sociais. Se considerarmos alguns clássicos das ciências sociais o apelo constitui-se antes um retorno ao respectivo enfoque do que uma inovação. Os autores de “Ambiente: uma urgência interdisciplinar” – uma bióloga e um sociólogo discorrem sobre a temática proposta do ponto de vista teórico e ao mesmo tempo ilustrando a sua exposição com o resultado de pesquisas onde se aplicou a ótica interdisciplinar.

A obra está dividida em três partes que se distinguem e se complementam. Na parte I “as contribuições mútuas entre as disciplinas” apresentam as características que seriam basilares para uma atividade interdisciplinar. Uma das grandes problemáticas atuais quando se trata de estudar o meio-ambiente consiste na aplicabilidade de uma característica interdisciplinar, pois na realidade apresentam-se, contudo, ciências que a ignoram, em última análise, que se ignoram (capítulo um).

Os autores percorrem em forma sintética a trajetória recente da interdisciplinar em diferentes momentos, pesquisas e ênfases. A preocupação interdisciplinar possui uma retomada recente, em direção divergente com a especialização, quando pesquisadores demonstram o interesse de um trabalho conjunto para dirimir as dúvidas que vão além do âmbito acadêmico. E tal interesse surge das diferentes problemáticas que o meio ambiente passa a apresentar, em não mais se restringindo unicamente à ecologia.

Dentre os conflitos que passam a aflorar está o crescimento populacional e a capacidade de renovação dos recursos naturais que não mais acompanha esta primeira. É a partir de então que se constrói um novo paradigma ambiental, de modo que o meio ambiente passa a ser observado segundo a ação humana, ou seja, como um ambiente socialmente construído. Este novo paradigma pressupõe “considerar ao mesmo tempo o meio natural, as tecnologias e as sociedades” (p. 21), a partir do que se fará um questionamento às teorias universalistas e antropocentristas.

O aprofundamento das críticas ao processo de degradação ambiental trouxe concomitantemente a necessidade e as dificuldades interdisciplinares,

sobretudo entre as ciências sociais e naturais, de modo que estas deverão, para o efetivo estudo do meio ambiente, não impedir a cooperação, a complementaridade e a integração entre as mesmas.

A interdisciplinaridade entre as ciências se traduzirá pelo cruzamento de metodologias, sendo que as mesmas poderão se apresentar *“pela ação e/ou aplicação, uma vez que uma das contribuições das ciências sociais é a capacidade de produzir conhecimentos, mas também de participar na implementação de práticas sociais que exigem o engajamento e a motivação do atores envolvidos”* (p. 25).

Os autores tratam no segundo capítulo de uma proposta de trabalho interdisciplinar em que se fará necessário o estudo de alguns conceitos, da parte das ciências naturais ecologia, equilíbrio dinâmico, resiliência ou homeostase e de parte das ciências sociais socialização, estratificação e representações sociais. É a partir da perspectiva interdisciplinar que os autores afirmam que o equilíbrio dinâmico tem como premissa básica o fato de que *“nos sistemas vivos não é necessário que as coisas não mudem para que elas continuem em equilíbrio, ao contrário”* (p. 30). Ou seja, as mudanças podem ser fundamentais para uma abordagem que supere a unidirecionalidade.

Uma exemplar temática com tendência para a interdisciplinaridade é a questão da energia, uma vez que todos os processos em curso requerem algum tipo de energia ou transformação de energia. Tal característica pode ser observada nos processos de reciclagem dos alimentos e da água, em que o gasto de energia é tamanho que os torna não recicláveis. Daí surge uma problemática para a ótica interdisciplinar que é busca por fontes de energia alternativas.

A noção de *resiliência ou homeostase* nada mais é do que *“a habilidade que os sistemas vivos apresentam de se recuperar de impactos, até uma certa medida”*. Tal enfoque evidencia que o meio ambiente, uma vez agredido, pode não ter a capacidade de se recuperar por inteiro, surgindo o espectro da degradação irreversível.

Após estas definições os autores passam à análise dos conceitos ditados pela ciências sociais. A socialização se traduz pelo sistema de adaptação e institucionalização, pela perspectiva integradora, pela capacidade da sociedade transmitir a cultura, o sistema de valores, as funções, as sanções, as normas, etc, bem como são contemplados os agentes socializadores. No contexto da presente obra, a socialização se faz importante quanto se trata da integração do indivíduo no meio social e natural, contribuindo com a cooperação entre os povos, bem como à disseminação das idéias de preservação do meio-ambiente.

A estratificação social é a divisão da sociedade em diferentes grupos sociais desiguais perante a riqueza, a educação, o poder de imposição, entre outros aspectos. Por fim se as representações sociais, que funcionam como apropriação e controle da realidade, como *“guias de leitura”*, como *“sistemas de interpretação”* da realidade, como requisito para a ação (p. 38). É a partir das representações

sociais que se vislumbrará o entendimento e o atendimento aos interesses do grupo.

As definições apresentadas nada mais demonstram que a característica interdisciplinar de estudos do meio-ambiente, de modo que importam referir a ação humana em referência aos recursos naturais, da mesma forma as abordagens nas ciências naturais sem trazer à baila as ciências sociais.

Na parte II do livro os autores apresentam três *exemplos de abordagem interdisciplinar*, que são uma discussão sobre a realização e os resultados de pesquisas em que os mesmos tomaram parte.

O primeiro caso abordado consiste num estudo do aumento da demanda por consumo de energia, enfatizando as dimensões sociais e culturais, de modo que surgem as perturbações ambientais progressivas, a partir de uma mudança na estrutura do consumo público e privado. Importa pouco enfatizar a relação entre consumo de energia e a incidência sobre o meio ambiente, pois isto é evidente. A partir de tal situação, surge a necessidade do estudo interdisciplinar em diferentes classes sociais e países, congregando diferentes dimensões e enfatizando o comportamento cotidiano dos indivíduos no que tange ao consumo, a fim de apreender as especificidades sociais, culturais e simbólicas das maneiras de consumo. Em conseqüência se requer a interdisciplinaridade.

O resultado da pesquisa (*L'énergie au quotidien*, 1987) indica a presença de variáveis significativas, quais sejam, socialização (analisada em três dimensões: questão temporal, aptidão em criar tendências de consumo e duplo caráter que compõe a socialização e suas diferentes incidências no comportamento indivíduo), *status* social (analisado em três dimensões: posição social, profissão e renda), e, por fim, Sistema de Valores, o qual é entendido como a maneira de pensar de cada indivíduo. A explicação advém de uma ótica interdisciplinar que articula dimensões como a econômica, ambiental, ética, social, moral, cultural. A conclusão da referida pesquisa se deu no sentido de que *“cada consumidor de energia age segundo uma lógica própria. No entanto, raras são as pessoas que, facilmente, dão a si mesmas a oportunidade de perceberem que lógica é essa, já que as maneiras de agir e de dizer podem ser muito contraditórias, ou, pelo menos, assim parecerem”* (p. 61). Daí porque se conclui que a educação, a partir do enfoque interdisciplinar se apresenta como o caminho para mudanças no médio e no longo prazo.

O segundo estudo analisado *“o papel das mulheres nos processos de decisão e gestão em ambientes urbanos difíceis”* (capítulo 4) constituiu pesquisa interdisciplinar com análise sócio-antropológica de realidades urbanas ambientais difíceis, mediante a resposta que as mulheres têm dado à situação que interpelam urgente. Ou seja, a criatividade feminina diante desafios ambientais abordados pelo ponto de vista interdisciplinar. Pode-se, portanto, realizar a ligação do gênero ao ambiente, mesmo porque ambos os sexos têm suas opiniões e expectativas quanto ao planejamento

e urbanização. A segmentação entre os gêneros combina-se com a segmentação entre sociedade e meio ambiente.

Por fim, o terceiro caso de colaboração entre ciências sociais e naturais refere-se à pesquisa acerca das *dimensões sociológicas do risco e de catástrofes naturais*, cujo teor foi retirado do relatório de pesquisa redigido em colaboração com Mihaela Nedelcu (2004, 2005). A investigação diz respeito às representações sociais relativas ao risco nos vales aluviais junto aos Alpes. O referido estudo teve como objetivo captar os limiares de aceitação dos riscos e a recepção das medidas e revitalização, partindo de quatro hipóteses que exigem a realização de um estudo interdisciplinar. Desta forma, os principais métodos utilizados foram análises históricas, literatura sociológica, coleta de dados e entrevistas.

O ponto de partida teórico foi o fato de que a *“imprevisibilidade, globalidade e irreversibilidade ocasionam o surgimento de cadeias de riscos interdependentes que abarcaram toda a sociedade”* (p. 89). A realidade de alguns dos riscos poderá ser contornada mediante a utilização do que o propõe o princípio da precaução, que pressupõe o não avanço de qualquer prática quando se desconhece os seus efeitos. Os resultados desta pesquisa poderão, então, trazer uma contribuição para democratizar a gestão dos riscos, bem como propiciar o acompanhamento de ações concretas, de modo que não se partirá de uma visão única, mas envolvendo diversos campos de percepção.

Na parte III os autores abordam *os desafios da interdisciplinaridade* para a pesquisa ambiental e o seu envolvimento para a resolução dos problemas averiguados. No capítulo seis examina a questão da interdisciplinar, as pesquisas ambientais e o problema da comparação. A elaboração de normas que conduzam à definição de procedimentos identificados é o projeto de qualquer ciência. No presente caso, isto criaria as condições necessárias para uma parceria entre áreas do conhecimento e entre pesquisadores, bem como a criação de pesquisas em rede (p. 112). Entretanto, deve-se criar uma estrutura organizada capaz de garantir a continuidade das pesquisas. Ainda assim, saber explorar os resultados e incentivar economicamente as pesquisas se faz necessário para manutenção desta estrutura.

Para o implemento do estudo interdisciplinar, saber administrar as diferenças culturais também é indispensável. Da mesma forma, dever-se-á elaborar um inventário das práticas comparativas culturais, vez que determinadas peculiaridades têm diferentes significados em cada comunidade. Isto propiciará um auxílio na existente dificuldade de comparar. Neste sentido, a comparação é tida como um artifício, na medida em que possibilita uma melhor compreensão dos problemas ambientais e a construção de estratégias mais eficazes para resolvê-los.

Para a análise de exemplos práticos acerca do estudo interdisciplinar, o capítulo sete da obra, apresenta a idéia de que a interdisciplinaridade tem desempenhado o importante papel de desenvolver novas tecnologias de vida.

Para tanto lista alguns dos principais estudos, até hoje realizados, tais como: organismos geneticamente modificados, Projeto Genoma e Proteoma, starlink e alergias, células tronco, Biossegurança e Ética, entre outros.

A obra é concluída no sentido de que um passo importante no desenvolvimento do estudo interdisciplinar é o reconhecimento de que existem diferentes tipos de conhecimento, indispensáveis em razão da natureza multicultural dos desafios socioecológicos.

Desta forma, é que será possível estudar o ambiente não apenas no que concerne a eventos naturais, ou pela visão simplista das ações do ser humano, porém enfrentar a complexidade que as questões ambientais requerem. Daí porque o estudo interdisciplinar é uma causa urgente para os problemas ambientais, haja vista que, diante da visão complexa, a Sociologia, a biologia, a Ecologia, o Direito, dentre outras ciências, nada produzirão sem estarem trabalhando em conjunto.

VANDENBERGHE, Frédéric. *As Sociologias de Georg Simmel*. São Paulo: EDUSC; Belém: EDUFA, 2005.

Luiziana de Oliveira Silva

Simmel, o teórico incompreendido, construiu sua obra, enquanto sociólogo-filósofo, a partir do diálogo entre os diversos campos de conhecimento, a saber, a sociologia, a filosofia e a psicologia. Caracterizado pelo seu estilo ensaísta e seu relacionismo analógico, sua sociologia de conflito entre opiniões contrárias e igualmente concludentes, descrita até como anti-sistêmica, recebeu duras críticas. Sua sensibilidade e imaginação para abordar os diversos temas distanciaram-no das pretensões sociológicas da época.

Simmel tratou de vários objetos de estudos e temáticas diferentes, boa parte assuntos inéditos e inovadores. Foi original no tratamento das escolhas dos objetos de análise, no direcionamento do olhar do pesquisador, na formulação de noções operatórias (a calculabilidade da vida moderna, o direcionamento temporal do relógio, entre outros) e no constante questionamento do conhecimento – nesse sentido, produziu uma instigante sociologia do conhecimento, bem como um conhecimento do ser no mundo e suas relações sociais.

Apesar do caráter filosófico que permeava seus escritos, Simmel (1858-1918) centrou-se no estudo das formas de associação e pode ser considerado um dos fundadores da sociologia. Traçando uma epistemologia das ciências sociais e projetando uma metafísica da vida social, seu pensamento extrapola as fronteiras das análises sociológicas. Devido à diversidade de temas discutidos e a transitoriedade de suas reflexões, dispersas em vários textos, sua obra é inserida, muitas vezes erroneamente, em modelos teóricos e metodológicos tais quais, “individualista metodológico”, “fenomenológico-hermenêutico”, “dialético-crítico”, “tradição crítico-transcendental”, entre outros.

Fazendo uma interpretação da sociologia de Simmel e considerando os aspectos filosóficos de sua obra, Frédéric Vandenberghe apresenta, como o próprio nome do livro já sinaliza – “As Sociologias de Simmel” –, uma síntese das diferentes propostas do pensamento simmeliano, as quais foram classificadas no livro resenhado como: sociologia geral, sociologia formal e sociologia filosófica.

Situando a obra dentro do contexto teórico temporal em que foi escrita e fazendo a conexão com a análise social contemporânea, Vandenberghe consegue sair ileso da tentação – que Maffesoli não conseguiu resistir – de transportar

Simmel para um cenário “pós-modernista de desindividualização”. Fugindo da filiação, desse pensamento, ao modelo “individualista metodológico”, o comentarista faz uma leitura de interpretação filosófica, inserindo a obra num cenário “fenomenológico-hermenêutico” e “dialético-crítico”.

Localizando Simmel entre Kant e Hegel e entre Marx e Weber, e considerando a influência de Nietzsche e Bergson, são analisadas as formas de associação, a oposição entre forma e conteúdo, a teoria do conhecimento e a filosofia da cultura, temas centrais da sociologia simmeliana.

Sistematizando as diferentes faces da obra, o livro apresenta, no primeiro capítulo “Um metafísico do social”, uma leitura do estilo e do método do pensamento de Simmel. Partindo da premissa que, por trás de sua aparente anti-sistematicidade, há uma sistemática que unifica esse pensamento, a análise do estilo segue do seu brilhante ensaísmo ao legado de hipóteses e teses – negado por muitos e desenvolvido posteriormente por outros.

Apesar de ter sido criticado pela multiplicidade de temas díspares que analisou, a proposta de seus estudos traduz-se na busca de entendimento do detalhe da vida, isto é, do microcosmo¹ para se chegar ao sentido do macrocosmo. O sentido global da vida nesse panorama é dotado de conexões analógicas e de uma multiplicidade de relações que são descritas dentro do princípio filosófico do relacionismo como princípio epistemológico de ordem reguladora. Através das interações, a sociedade torna-se real, e a rede tecida entre a experiência subjetiva, intersubjetiva e a coletividade das instituições constroem o social.

Na tentativa de distinguir o universo simmeliano em fases – a saber: a primeira neodarwinista, a segunda, aproximação com a escola neokantiana e a terceira, vitalista – Vandenberghe esbarra na complexidade de classificar em fases uma obra repleta de ambivalências. No segundo capítulo, tratando do caráter dualista desse pensamento, o comentarista mergulha na teoria do conhecimento simmeliana e faz uma leitura da sociologia formal, da filosofia da vida e da cultura, considerando a ligação dialética do neokantismo e do vitalismo, de modo a apresentar a unidade do pensamento de Simmel.

A difícil tarefa de situar Simmel é feita com clareza por Vandenberghe, já que há um vai-e-vem na sua teoria, ocorrendo momentos nos quais se aproxima de Kant e outros, de Nietzsche e Bergson. Ao pensar o conhecimento a partir do caráter construtivista e escrevendo sobre a filosofia da vida, o pensamento simmeliano parte de Kant. Apesar de se valer desses pressupostos do conhecimento “em seu livro sobre Kant, ele não apenas critica o autor da *Crítica da razão pura* por sua concepção intelectualista, racionalista e mecanicista da

¹ Apesar de reconhecer a importância da microsociologia nos estudos de Simmel, Vandenberghe critica a ausência de escritos reconhecendo o valor da filosofia na unidade do universo simmeliano.

realidade, refletindo a frieza do mundo das mercadorias, mas ele modifica, ainda, a teoria das formas, conduzindo-a para uma direção culturalista e vitalista” (p.62). No decorrer de toda explicação da sociologia simmeliana, Vandenberghe entrelaça as idas e voltas da obra, a referência Kantiana.

Elucidando as contradições dos diferentes conceitos de forma da sociologia simmeliana, o comentador inicia suas análises na sociologia formal. A última foi descrita como uma disciplina autônoma, com método específico para analisar as formas que estruturam as associações, compreendendo o conjunto das interações entre os indivíduos. Sem fugir dos preceitos de polaridades intrínsecos nessa teoria, as formas de associação exprimem o princípio da dualidade: formas, conteúdos e interações.

Aqui, gostaríamos apenas de destacar como as formas que estruturam e unificam as interações se deixam, elas próprias, analisar-se em uma perspectiva dualista como uma síntese de forças opostas (p.70).

A base metodológica da sociologia formal foi decifrada no terceiro capítulo por meio de uma leitura da dialética dos conteúdos e das formas, indo em sentido de uma sociologia interacionista e relacionista das formas de associação. A caminho da epistemologia e da metafísica do social, Simmel problematiza as construções estritamente analíticas das formas de associação feita por grande parte dos sociólogos.

Seguindo uma visão da sociologia formal interacionista, em direção a uma ontologia vitalista, o universo simmeliano percorre o movimento do pensamento a caminho do entendimento. A noção de conhecimento, tendo como primordial a experiência vivida, adverte sobre os riscos de tentar apreender o real sem considerar sua pluralidade de perspectivas e sua “totalidade heterogênea”.

Na interpretação dos domínios do saber problematizados por Simmel, as sociologias do último podem ser descritas desse modo: a sociologia geral (abrangendo a macrosociologia histórica), a sociologia formal (microsociologia à-histórica) e a sociologia filosófica (a sociologia que transcende seus limites se direcionando a reflexão filosófica). Não esquecendo da conceitualização de sociedade enquanto construída pelo processo de associação – contínuo e criador de interações entre indivíduos – defendido por Simmel, o livro interpreta a idéia de rede, na qual é tecida os fios, isto é, os jogos de interações que tornam a sociedade possível.

Abordando as ações recíprocas entre sociedade e indivíduo, é posto em questão a filiação que é feita de Simmel com o individualismo metodológico. Apresentando uma visão em que o autor parece desprezar a autonomia do social, relacionando as premissas de Simmel à tese durkeimiana, Vandenberghe após descrever essa crítica, sai em defesa do posicionamento do pensamento simmeliano e apresenta uma vertente interacionista e não individualista.

Simmel não defende nem as premissas do individualismo nem as do holismo ontológico, mas, antes, aquelas que proponho chamar de “relacionismo ontológico”, nem a sociedade nem o indivíduo como tais são reais, salvo por suas implicações recíprocas (pp.98).

Fazendo uma leitura profícua dos jogos de interação que, segundo a perspectiva simmeliana, torna sociedade real, no final do terceiro capítulo, são nomeados três *a priori* sociológicos das formas de associação, a saber, *a priori* da individualidade (a apropriação do papel social como conservação e expressão da singularidade do indivíduo), do papel (posição social assumida como função) e da estrutura (a sociedade concebida como *suis generis* com funções sociais interligadas).

Ora, se a oposição se transforma em interação, apesar de às vezes a distinção entre forma e conteúdo aparentar ter desaparecido, as formas e conteúdos dão unidade a gama de temas tratados por Simmel. A sua forma de transitar pelos diversos tipos de objetos analisados pode levar o leitor a uma ligeira confusão sobre seus preceitos. Todavia, de forma brilhante, Vandenberghe decifra a obra simmeliana e deixa como legado um manual explicativo das reflexões filosóficas para chegar à sociologia das formas do Alemão.

Partindo de uma análise comparativa entre Simmel e Husserl – e seu método fenomenológico – o quarto capítulo faz uma interpretação dos passos da abordagem metodológica do pensamento simmeliano, em suas pesquisas sobre as formas de associação e interação. Considerando que muito já foi dito sobre a ausência de método da obra, o comentador se debruça na tese central da visão de mundo simmeliano – a teoria relacionista – e levanta a hipótese de que “se pudermos dizer que Simmel tem um método esse seria eidético-analógico” (p. 104). Nas tipologias escritas nos diversos ensaios são trabalhados conceitos como: distinção, imitação, subordinação, proximidade, distância, subjetividade, objetividade, alienação entre outros. Vagando de análises “psicossociológicas” a uma versão “sociológica-filosófica”, a unidade da obra se localiza na dualidade.

Recorrendo a visão metafísica da “Filosofia do dinheiro”, no quinto capítulo, o viés sócio-filosófico do pensamento de Simmel se centra no dinheiro como símbolo unificador das relações sociais de toda sociedade. Situado numa “sociologia especulativa histórica”, o estudo trouxe uma perspectiva do homem, da vida, do mundo em si, no cenário da modernidade². Interpretando sua teoria vitalista e relacionista do mundo moderno, suas reflexões foram entendidas através de duas variantes, a “analítica” e a “sintética”.

² O comentador relaciona a crítica da modernidade feita por Simmel, aos escritos de Marx e Weber, “prolongando Marx e antecipando Weber, portanto entre Marx e Weber, é justamente aí que é preciso situar a filosofia simmeliana da modernidade” (p. 131).

Enquanto a parte “analítica” descreve a gênese teórica em termos de objetivação e de autonomização do valor, a parte sintética estuda as conseqüências da monetarização universal segundo a dialética da libertação do indivíduo e da reificação (p.131).

Vandenberghe assemelha, nessa perspectiva, o dinheiro –universal, como formador da unidade das oposições – à vida. Relacionando o valor à troca, o valor atinge para Simmel sua autonomia no dinheiro fazendo uma inversão de meio e fim. Sistematizando as conseqüências da sucessiva objetivação, da abstração e da calculabilidade das relações, o comentador descreve a análise através de três teses dialéticas: a reificação das formas de associações e a liberação da dependência pessoal; a perda de sentido e a inversão dos meios em fim e a objetivação da vida e a alienação do indivíduo.

Ao comparar a tese de Marx de ligação histórica do trabalho livre e a exploração, com a tese sobre a divisão do trabalho em Simmel, o comentador evidencia demasiadamente o caráter libertário da análise simmeliana. Não é dada ênfase ao que foi escrito no ensaio sobre “A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva (1900)”, em que sinaliza a divisão do trabalho como causa da diferenciação do espírito objetivo e subjetivo. Concordamos que nesse pensamento a dualidade entre sujeito e objeto mantém uma margem de liberdade do indivíduo, todavia a tensão vivida nessa relação não despreza o conflito.

No sexto e último capítulo a reflexão sobre a filosofia da vida e da cultura é retomada. A tese advogada por Vandenberghe de que a obra de Simmel é melhor representada “como todo resto do pensamento de Simmel, a sociologia formal pode ser compreendida como uma síntese astuciosa e original do neokantismo (oposição das formas e dos conteúdos) e do vitalismo (interação)” (p.87), foi destacada, ao mesmo tempo, como um revisionismo de duas vertentes: a vitalista e a Kantiana

Descrevendo, num quadro geral, os diferentes momentos do pensamento simmeliano, de unificação de contrários, o comentarista dividiu em três campos: Em princípio a junção de interação e forma, cede espaço para a “teoria relacionista do conhecimento”; num segundo momento, a combinação do contraste das formas e dos conteúdos com a interação; e na terceira a transformação da “teoria relacionista do conhecimento” em uma metafísica da vida.

Fazendo uma síntese da obra, Vandenberghe apresenta as influências de Nietzsche: à tese de liberdade, autonomia individual e distinção; no entanto, retorna a Kant para explicar a distinção entre forma e conteúdo e para situar a crítica que a “lei individual” de Simmel faz a sua “lei universal”.

O livro traz uma importante interpretação da obra simmeliana, trazendo uma leitura ímpar sobre a contribuição epistemológica de Simmel nas ciências sociais. Debate muitas vezes relegado ao esquecimento, foi retomado de forma

rica. Extrair da criatividade e sensibilidade fluída do sociólogo Alemão as bases de suas diferentes percepções de forma, tendo em vista a transferência de campos de análises, não é tarefa fácil.

Gostaríamos de enfatizar que foi dada pouca importância à explicação simmeliana da rede de interdependência da abordagem configuracional da idéia de teia, que explica a oposição entre sujeito e objeto como uma construção social. O dualismo entre sujeito e objeto resulta da experiência da vida vivida nas formas de associação. Devido à proposta do livro de interpretar, a partir da reflexão filosófica, a obra de Simmel, o comentador pouco relacionou o conceito de interação do universo simmeliano a teoria social contemporânea.

Embora não apague o brilhantismo da obra de Vandenberghe, não podemos deixar de sinalizar as seguintes questões: Ao perceber a oposição entre sujeito e objeto como resultante de forças cósmicas, o comentador faz uma crítica ao diagnóstico feito por Simmel da modernidade. Sua crítica é de grande importância para reflexão dessa análise, todavia nos parece que suas respostas são buscadas dentro de um modelo (macrossociológico) estrutural marxista. O universo simmeliano não desconhece a autonomia do social, apenas desloca a análise do campo das instituições para uma perspectiva construtivista que emerge das interações.

Ensaio visual

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
(Campus - João Pessoa)

Ano XXIII
Número 25
Outubro de 2006

ISSN 0104-8015

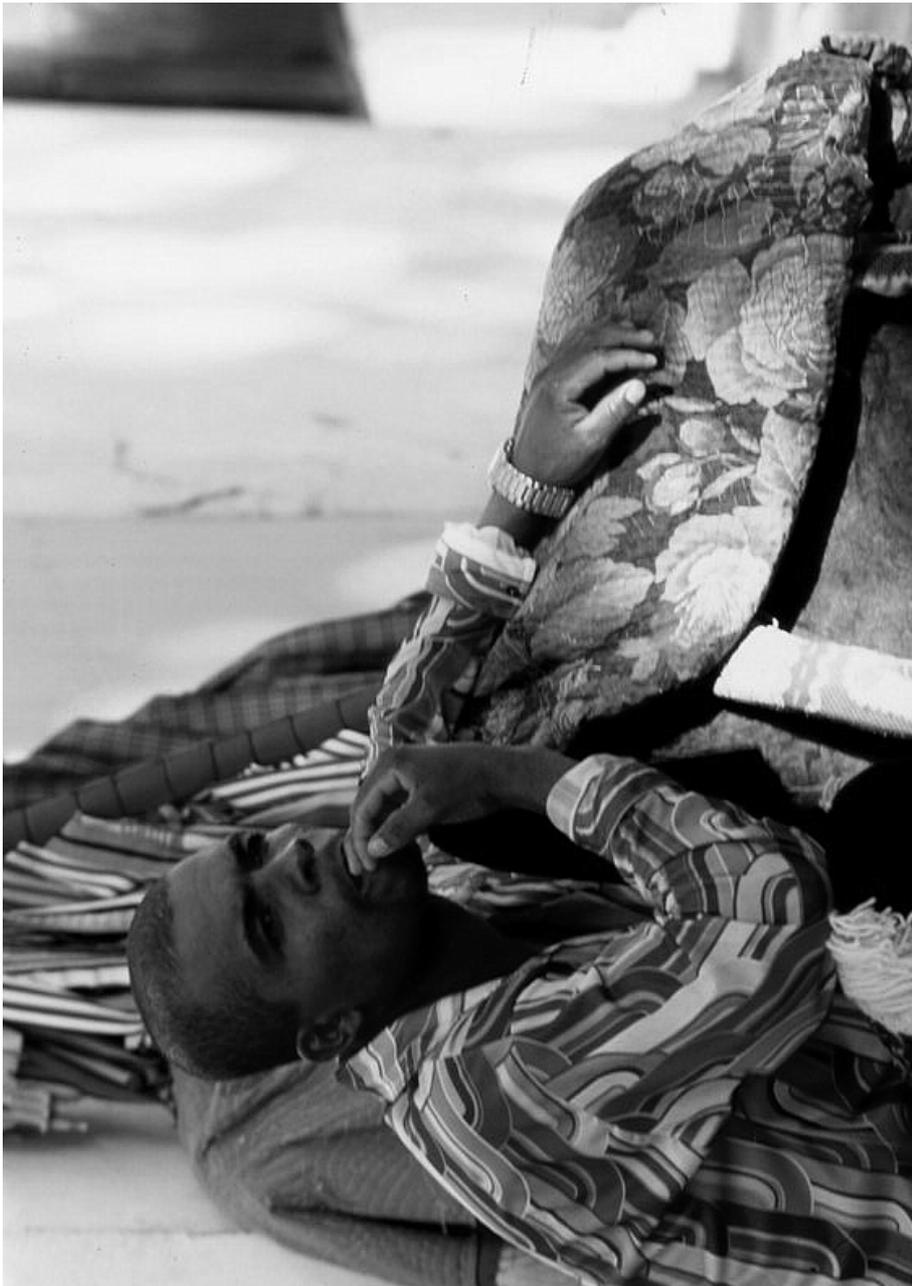
ENSAIO VISUAL

“GENTE DO BATUQUE”: IMAGENS DO MARACATU PERNAMBUCANO

Sérgio Luiz P. Silva











NESTA EDIÇÃO:

ARTIGOS

POR UMA SOCIOLOGIA PÚBLICA

Michael Burawoy

THEODOR W. ADORNO E JÜRGEN HABERMAS - DUAS MANEIRAS DE SER UM INTELLECTUAL PÚBLICO: CONSIDERAÇÕES SOCIOLOGICAS ACERCA DA TRANSFORMAÇÃO DE UMA FIGURA SOCIAL DA MODERNIDADE

Stefan Müller-Doohm

CIBERESPAÇO, EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE E REAURATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Aécio Amaral Jr.

REFLEXIVIDADE E ACELERAÇÃO: AS ESTRATÉGIAS RACIONAIS DE SOBREVIVÊNCIA

Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior

DOSSIÊ: DILEMAS SOCIOAMBIENTAIS

DILEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA GESTÃO METROPOLITANA: DO RISCO À BUSCA DA SUSTENTABILIDADE URBANA

Pedro Jacobi

DESENVOLVIMENTO, ÉTICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PROBLEMATIZANDO A CRISE ÉTICA E AS OPORTUNIDADES DE RENOVACÃO

Gustavo Ferreira da Costa Lima

OS FANTASMAS DO VALE: CONFLITOS EM TORNO DO DESASTRE AMBIENTAL DE CUBATÃO, SP

Lúcia da Costa Ferreira

A BACIA DO GUARAPIRANGA: OCUPAÇÃO EM ÁREAS DE MANANCIAS E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Elizabeth Borelli

DA CONFIANÇA À FATALIDADE: COLAPSO DE BARRAGENS COMO LIMITE AO PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO?

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio e Juliano Costa Gonçalves

COMENTÁRIO CRÍTICO

HABITUS SÓCIO-AMBIENTAL: ELEMENTOS DE COMPREENSÃO DA REPRESENTAÇÃO AMBIENTAL

Sérgio Luiz P. Silva

RESENHAS

CASSARO da Silva, Marta & HAINARD, François. O ambiente: uma urgência interdisciplinar. Campinas: Papirus, 2005.

Aloísio Ruscheinsky & Mariana Piccoli Lerina

VANDENBERGHE, Frédéric. As Sociologias de Georg Simmel. São Paulo: EDUSC; Belém: EDUFA, 2005.

Luziana de Oliveira Silva

ENSAIO VISUAL

"GENTE DU BATUQUE": IMAGENS DO MARACATU PERNAMBUCANO

Sérgio Luiz P. Silva